

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO EM HISTÓRIA

FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO

**COMO ESAÚ E JACÓ: AS OLIGARQUIAS SUL-MINEIRAS
NO FINAL DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA**

FRANCA

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO

**COMO ESAÚ E JACÓ: AS OLIGARQUIAS SUL-MINEIRAS
NO FINAL DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da UNESP, campus Franca, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

Agência Financiadora: Fapesp

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva.

FRANCA

2012

Castilho, Fábio Francisco de Almeida

Como Esaú e Jacó : as oligarquias sul-mineiras no final do
Império e Primeira República / Fábio Francisco de Almeida Cas-
tilho. – Franca : [s.n.], 2012

192 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista

COMO ESAÚ E JACÓ: AS OLIGARQUIAS SUL-MINEIRAS NO FINAL DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: Cultura Política.

Agência financiadora: FAPESP

Orientadora: Profa Dra Márcia Pereira da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa Dra Márcia Pereira da Silva, UNESP/Franca

1ª Examinadora: _____

Profa Dra Márcia Regina Capelari Naxara, UNESP/Franca

2ª Examinadora: _____

Profa Dra Marisa Saenz Leme, UNESP/Franca

3ª Examinadora: _____

Profa Dra Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, UFJF

4º Examinador: _____

Prof Dr Alexandre Macchione Saes, USP/FEA

Franca, 28 de agosto de 2012.

In Memoriam Professor José Evaldo de Mello Doin

Agradecimentos

Os resultados apresentados neste trabalho foram obtidos ao longo de minha pesquisa de doutorado, entre 2009 e 2012, pela Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho Unesp/Franca. Durante este período contei com bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, a qual sou grato.

Agradeço a minha orientadora, Márcia Pereira da Silva, apesar da ovelha desgarrada que fui ela sempre manteve as portas de sua casa abertas para nossas reuniões e enriqueceu o trabalho com suas sugestões atentas. Ao longo desses anos de trabalho caminhamos para um conhecimento e entendimento mútuo que culminaram numa relação de confiança e respeito.

As professoras Márcia Naxara e Marisa Saenz Leme participaram do Exame de Qualificação e contribuíram enormemente com seus comentários pertinentes e discussões profícuas que me fizeram rever diversos pontos do trabalho e na reformulação e inclusão de aspectos fundamentais. Agradeço por essa contribuição e pelo aceite em participarem também da Defesa da Tese.

Devo um agradecimento especial a professora Mônica Oliveira, minha orientadora de mestrado na UFJF, para se ter uma ideia da enorme contribuição da professora nesse trabalho basta dizer que as principais referências bibliográficas que utilizo ao longo do texto me foram indicadas pela Mônica e que as li pela primeira vez nos livros que ela me emprestou.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação e Biblioteca da Unesp/Franca, em especial Maísa, Mauro e Guilherme. Também sou grato aos funcionários das instituições que visitei ao longo da pesquisa: Arquivo Público Mineiro, Museu Regional do Sul de Minas e bibliotecas da UFSJ e UNIFAL.

Nos quatro últimos anos também houve tempo para pensar em minha formação e recordar com carinho do curso de História da UFSJ, em especial dos professores João Paulo Rodrigues, Danilo Ferretti, Cássia Palha, Afonso Alencastro e Wlamir Silva. Recordo com igual carinho os tempos de UFJF e dos professores Ignácio Delgado, Marco Cabral, Valéria Lobo e Cláudia Viscardi. Nas duas IFs fiz muitos amigos e deixo um abraço fraternal ao Gabriel Oliveira e ao Marcelo Nascimento.

Assim chego aos professores que aceitaram o convite para participaram da defesa. Primeiramente, Cláudia Viscardi, que além de constante referência bibliográfica, sempre foi exemplo de pesquisadora. Leitora atenta participou de meu mestrado e naquela oportunidade deu infinitas contribuições que com certeza se repetirão na defesa.

Agradeço também o professor Alexandre Saes por aceitar o convite de participar da banca. Estudioso do Sul de Minas e pesquisador dedicado é um provável companheiro em futuras empreitadas.

E, no que toca à família, dá-lhe um abraço apertado, que a todos possa abarcar. Agradeço em especial meus pais, Fábio e Cecília, pelo exemplo de vida e honestidade. Minhas irmãs, Carolina e Gabriela, além do cunhado Brunno, pela alegria e união. Agradeço a Geórgia que foi cúmplice e parceira na nossa trajetória de quase dez anos.

RESUMO

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: As oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. 2012, 183 f. Tese. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Doutorado em História, Área de Concentração em História e Cultura Política, Franca, 2012.

Este trabalho busca problematizar o posicionamento da elite sul-mineira no processo de derrocada do Império e passagem para o regime republicano. Pretendemos averiguar quais foram, e se é que existiram, as alterações na forma de fazer política e se manter no poder após a Proclamação da República. Analisamos esta questão na região conhecida como “Sul de Minas”, pois a mesma é apontada pela historiografia como hegemônica no período em evidência e seus principais representantes ocuparam importantes cargos dentro do novo governo. Para melhor compreender as estratégias e ações de permanência no poder, abordamos uma série de episódios políticos que contaram com a participação de dois grupos sul-mineiros do início do novo regime. Destacamos a existência do grupo liderado por Silviano Brandão, os silvianistas, e a facção identificada com o republicanismo histórico. Os episódios averiguados; que cobrem disputas nos âmbitos local, estadual e nacional; revelam como o silvianismo construiu uma hegemonia estadual e posteriormente lançou-se à disputa nacional silenciando a oposição e perpetuando-se no poder com base em um discurso que afirmava a coesão e harmonia política em Minas Gerais, camuflando práticas e cabalas políticas de exclusão e alijamento de seus opositores.

Palavras-chave: Sul de Minas. Primeira República. Elite Política. Coronelismo. Silviano Brandão.

ABSTRACT

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As Esaú and Jacó: The oligarchies south of Minas Gerais in end of the Empire and First Republic. 2012, 183 f. Thesis. University of humanities and Social, University From São Paulo " Júlio of Mesquita Filho ", Program of Doctorate in History, Area of Concentration in History and Political Culture, Franca, 2012.

This paper seeks to discuss the positioning of the elite in the south of Minas Gerais in the process of collapse of the Empire and transition to the Republican Regime. We intend to find out what were the changes in the way of doing politics and remain in power after the Proclamation of the Republic, and if they existed. We analyzed this issue in the region known as "south of Minas Gerais", because it is pointed out by historiography as hegemonic in the evidenced period and its main representatives held important positions within the new government. To understand the strategies and actions to remain in power, we look at a series of political episodes that involved the participation of two groups of the south of Minas Gerais in the beginning of the new regime. We emphasize the existence of the group led by Silviano Brandão, the "silvianistas", and the faction identified with historical republicanism. The episodes investigated (they cover disputes at the local, state and nation) reveal how silvianismo built an hegemony of state and later released to the national contest silencing the opposition and perpetuating themselves in power based on a speech that claimed cohesion and political harmony in Minas Gerais, camouflaging maneuvers and political practices of exclusion and dumping of his opponents.

Keywords: Sul de Minas. First Republic. Political Elite. Coronelismo. Silviano Brandão.

RESUMEN

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Como Esaú y Jacó: Las oligarquías sur de Minas Gerais en lo extremo del Imperio y Primero la República. 2012, 183 f. la Tesis. La Universidad de Humanidades y Social, Universidad de São Paulo" Júlio de Mesquita Filho", Programa de Doctorado en la Historia, Área de Concentración en la Historia y la Cultura Política, Franca, 2012.

Este texto busca discutir el posicionamiento de la élite en el sur de Minas Gerais en el proceso de derrumbamiento del Imperio y transición al Régimen Republicano. Nosotros pensamos averiguar lo que era los cambios de la manera de hacer la política y permanece en el poder después de la Proclamación de la República, y si ellos existieran. Nosotros analizamos este problema en la región conocido como "sur de Minas Gerais", porque está fuera puntiagudo por la historiografía como el hegemónico en el periodo evidenciado y sus representantes principales defendieron las posiciones importantes dentro del nuevo gobierno. Para entender las estrategias y acciones para permanecer en el poder, nosotros miramos una serie de episodios políticos que involucraron la participación de dos grupos del sur de Minas Gerais al principio del nuevo régimen. Nosotros damos énfasis a la existencia del grupo llevada por Silviano Brandão, los "silvianistas", y la facción identificaron con el republicanismo histórico. Los episodios investigaron (ellos cubren las disputas al local, estado y nación) revela cómo los silvianismo construyeron una hegemonía de estado y después soltó al concurso nacional imponiendo silencio la oposición y perpetuándose en el poder basado en un discurso que exigió cohesión y la armonía política en Minas Gerais, mientras camuflando las maniobras y las prácticas políticas de exclusión y descargando de sus antagonistas.

Palabras-clave: Sur de Minas. Primero la República. La Élite Política. Coronelismo. Silviano Brandão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa geográfico do Sul de Minas	19
Mapa 2 - Municípios sul-mineiros em 1900	20
Mapa 3 - Principais Regiões de Minas Gerais (1889/1930)	29
Mapa 4 - Hidrografia de Minas Gerais	52
Mapa 5 - Mapas comparativos dos municípios Sul-Mineiros em 1900 e 1901	101
Foto 1 – Parque das Águas de Lambari	130
Foto 2 – Obra do Cassino do Complexo Balneário de Águas Virtuosas	135
Foto 3 – Cassino do Lago	137
Foto 4 – Cassino do Lago atualmente	138
Foto 5 – Cassino e cascata	138
Foto 6 – Farol da República	139
Foto 7 – Fachada do Cassino do Lago	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 AS OLIGARQUIAS SUL-MINEIRAS NO FINAL DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA	27
1.1 O contexto político da Década Entrópica	27
1.2 A chegada da República no Sul de Minas e o adesismo de Silviano Brandão	32
1.3 Republicanismo no Sul de Minas: a trajetória de Ferreira Brandão e a dos periódicos republicanos locais	37
CAPÍTULO 2 O MOVIMENTO SEPARATISTA SUL-MINEIRO DE 1892: ENFRENTAMENTO ENTRE AS FACÇÕES SUL-MINEIRAS	48
2.1 O movimento separatista sul-mineiro de 1892	48
2.2 A renúncia de Cesário Alvim e o final do Movimento Separatista: A derrota dos republicanos locais	60
CAPÍTULO 3 A HEGEMONIA SUL MINEIRA DE 1898: COMPOSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	74
3.1. Ascensão de Silviano Brandão: “Um senhor de barão e cutelo”	76
3.2. Os mecanismos da Hegemonia Sul-Mineira	87
3.2.1 A sucessão de Silviano Brandão	91
3.3 O Âmbito Nacional: A Aliança com Campos Sales	93
3.3.1 A Comissão de Verificação dos Poderes ou a “Guilhotina Montenegro”	93
3.3.2 A Comissão de Verificação dos Poderes ou a “Guilhotina Montenegro”	97
CAPÍTULO 4 “A REPÚBLICA CANALHA”: A INTERVENÇÃO SILVIANISTA NO INTERIOR MINEIRO	100
4.1 A disputa eleitoral para Agente Executivo de Campanha	104
4.1.1 As eleições do dia 1º de novembro de 1900	111
4.2 “A República Canalha”: o esfacelamento da oposição em Campanha	118

CAPÍTULO 5 A CONSTRUÇÃO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ÁGUAS VIRTUOSAS	123
5.1 Formação de um novo grupo: <i>Os Aquáticos de A Peleja</i>	125
5.2 Cooptação hegemônica: os favores concedidos à estância hidromineral e as obras realizadas	132
5.3 O processo de arrendamento da estância balneária de Águas Virtuosas e o dissídio jurídico entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais	140
<i>5.3.1 O encerramento da contenda.....</i>	<i>150</i>
CAPÍTULO 6 A ELEIÇÃO DE WENCESLAU BRÁS: AS FACÇÕES SUL-MINEIRAS NA ELEIÇÃO DE 1914	154
6.1 O Governo Hermes da Fonseca e as facções sul-mineiras	158
<i>6.1.1 As alternativas sul-mineiras para o pleito de 1914</i>	<i>161</i>
6.2 Imposição da vontade mineira sobre Pinheiro Machado	169
6.3 A indicação de Wenceslau Brás à Presidência da República	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
FONTES.....	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

INTRODUÇÃO

Em 1904, Machado de Assis publicou seu penúltimo livro, *Esau e Jacó*. Neste romance, o celebrado autor narra a história de dois irmãos gêmeos, Pedro e Paulo, que como os personagens bíblicos brigavam entre si desde o ventre da mãe. A disputa foi constante em suas vidas e no campo político encontraram o melhor terreno para darem vazão a suas querelas, pois Pedro se tornou monarquista e Paulo republicano.

O enredo se desenvolve em finais do século XIX e aborda importantes temas como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

A localização no tempo parece ser uma das maiores preocupações de Machado de Assis nesse romance e a cada transformação no mundo político um abalo de igual proporção atingia a vida dos personagens. Sob esse propósito, Machado de Assis consegue contar a história do Brasil desde 1869, com o anúncio da gravidez dos gêmeos, até 1895, com os dois irmãos se tornando deputados. Portanto, os personagens percorrem um tumultuado processo histórico, de desgaste do Império e formação da República, até chegarmos ao final do romance no governo de Prudente de Moraes.

Com efeito, o principal episódio abordado por Machado de Assis é a Proclamação da República, dando sua visão sobre a mudança de regime no país. A proclamação da República é transmitida pela perspectiva do Conselheiro Aires, narrador e personagem do romance, que, saindo para passear na rua no dia 15 de novembro, vê uma cidade confusa e ouve vários boatos, mas não percebe, ou não acredita, na queda do Império:

Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc. (...) Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas.¹

As pessoas mal sabiam o que estava acontecendo e, atônitas, foram informadas da mudança de regime. O próprio Aires só toma conhecimento do ocorrido já em casa, quando um vizinho, Custódio, dono de uma confeitaria chamada *Império*, lhe pede conselhos sobre o

¹ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Globo, 1997. p.89.

que deveria fazer a respeito do nome do seu estabelecimento. Numa perspectiva bem-humorada e acidamente irônica, o conflito é salientado no famoso episódio da tabuleta do Custódio [cap. XLIX, LXII e LXIII]. Dono da *Confeitaria do Império*, Custódio resolveu trocar a tabuleta que já estava velha, mandando pintar uma nova. Nesse meio tempo, porém, aconteceu a mudança de regime. Custódio ficou temeroso do nome de sua confeitaria e achou prudente mudá-lo. Na dúvida, foi então consultar o Conselheiro Aires, na esperança de encontrar um novo nome para seu estabelecimento, o qual não fosse politicamente comprometedor e ao mesmo tempo lhe garantisse a fidelidade da freguesia.²

Com a alegoria de Esaú e Jacó, Machado de Assis denuncia a continuidade e a ausência de qualquer mudança potencial com a troca do regime político. A pena ferina de Machado cria de forma aguda o paradoxo dos dois irmãos idênticos fisicamente, mas opostos quanto aos seus posicionamentos políticos, identificando os dois regimes opostos no Brasil na passagem para o século XX. Também permite a compreensão dos variados posicionamentos políticos que influenciaram o republicanismo nacional o qual, em sua vertente dominante, esteve intimamente vinculado ao projeto de “modernização conservadora” das elites. A oligarquia nacional, detentora de capital econômico e político, permaneceu no controle do estado após a Proclamação da República, com a manipulação do desenvolvimento urbano e do desejo de experimentar os novos acessórios modernos.

Em nossa pesquisa encontramos algumas semelhanças a alegoria criada por Machado de Assis. Em nosso caso, dois grupos políticos sediados no Sul de Minas disputaram o controle político local com vistas a obter maior participação no novo cenário estadual e nacional que se apresentava com o regime republicano e com a opção federalista.

Com efeito, no Brasil da segunda metade do século XIX um vasto cenário de mudanças se apresentava, o país precisava adequar-se a uma série de “ideias novas” que já haviam assolado a Europa e os Estados Unidos e espalhavam-se agora para o restante do ocidente. Trata-se da expansão do liberalismo e do capitalismo que traziam consigo aspectos modernizantes para o país; como a troca da mão-de-obra, o republicanismo, a urbanização, a expansão cafeeira, a ampliação de linhas férreas e outros. Uma série de alterações sociais, culturais, econômicas e políticas que se alastravam por todo território nacional.

No âmbito político, a principal faceta dessas transformações foi o republicanismo. Em sua obra clássica “do Império à República”, Sérgio Buarque de Holanda considera que, já em

² Para maiores informações quanto à passagem machadiana sobre o Conselheiro Aires e Custódio Cf. CASTILHO, Fábio F.A. Literatura enquanto fonte histórica: Esaú e Jacó. **Anais da VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei**. UFSJ. 2006.

1868, os homens mais lúcidos sabiam que a monarquia estava condenada no país.³ Paradoxalmente, outro renomado autor, José Murilo de Carvalho, afirma que a Proclamação da República, em 1889, ocorreu de forma “inesperada, rápida e incruenta”.⁴ A oposição de ideias indica que o processo de alteração do regime foi marcado por um gradual desgaste da monarquia, mas o golpe final dado num gesto brusco e impetuoso.

Proclamada a República o regime não tinha nada de definido, passou por inúmeros soçobros até sua rotinização em 1898.⁵ A adaptação do Estado brasileiro à República foi complexa. Uma série de mecanismos e arranjos teve de ser colocada em prática para se garantir a funcionalidade do regime. Outra série de corruptelas e vícios entrou em uso para garantir a estabilidade do regime, como o monopólio oligárquico, as fraudes eleitorais e a violência. Ao mesmo tempo, os estados brasileiros ganharam maior autonomia e as oligarquias regionais tornaram-se mais independentes para tomar suas decisões.

Uma vasta bibliografia já se debruçou sobre esse mote e muitos autores apontam como decisiva nas transformações observadas no período republicano a instauração do federalismo, que concedeu aos estados maior autonomia e poder nas negociações.⁶ Com efeito, as experiências partidárias de alcance nacional não obtiveram sucesso nos primeiros anos da República se comparadas às máquinas políticas estaduais, controladas por clãs familiares. Os municípios capitalizavam maior poder de barganha, tanto por meio de laços de fidelidade pessoais ou matrimoniais interfamiliares, como pelo de confronto armado.⁷ Assim, o domínio local garantia o mando em esferas mais altas e por esse motivo sua disputa era extremamente acirrada. Como os municípios brasileiros estavam nas mãos de oligarcas e coronéis, a política passou a ser decidida de acordo com os interesses pessoais desses personagens.

A República Velha foi o ponto alto das oligarquias na história independente do país. José Murilo de Carvalho assinala que a federação permitiu a mobilização das oligarquias locais e algumas delas tiveram êxito em organizar-se dentro dos estados e montar partidos

³ HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In.: _____ (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: v. 7. t. 2. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A formação da alma**: o imaginário da república no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009. p. 35.

⁵ Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

⁶ A análise clássica do funcionamento do federalismo na República Velha é a de LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1949. Cf. também: HORTA, Raul M. **Perspectivas do federalismo brasileiro**. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1958. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. LESSA, R. op.cit.

⁷ QUEIROZ, M.I.P. op.cit.

únicos sólidos, “instrumentos ágeis na manutenção da ordem e na negociação com o governo federal”.⁸

Na mesma linha, o sociólogo Cid Rebelo Horta considera que a grande distinção do novo regime republicano instaurado no país foi o federalismo. Com a República, a grande força política deixou de ser a administração central corporificada na União Federal para habitar nos Estados-Membros. Deste modo, o poder, que antes se congregava no centro, refluíu para a periferia e o compromisso “eleitoralista”, que, durante o Império, formulara-se entre o poder local e o poder central, passara a ser feito entre o poder local e o poder regional, personificado no presidente de estado. Este seria o personagem político central da Primeira República, uma vez que o controle do eleitorado lhe pertencia inteiramente.⁹

As características do federalismo da Primeira República permitiram que o compromisso “eleitoralista” se firmasse diretamente entre o presidente de estado e o coronel-chefe do poder local, com a criação de condições especiais de estabilidade que privilegiavam as oligarquias políticas regionais. A legislação eleitoral que regeu o período era facilmente manobrada e facilitou o fortalecimento e a perpetuação das chefias políticas municipais em consonância com o compromisso existente entre estas e o poder regional. Ao mesmo tempo, a fraude campeava no âmbito municipal, estadual e federal e as eleições da República terminavam sempre com resultados certos e preestabelecidos.¹⁰

Nesse cenário, como eram os chefes locais que detinham o controle sobre os votos municipais, aumentou a importância política do coronel. O “coronelismo”, assinalado por Victor Nunes Leal, garantia aos mandões locais os desígnios do país, em acordos selados regionalmente, ratificando a força do municipalismo na federação brasileira.¹¹

De acordo com Maria Isaura Queiroz, o coronel se definia pelo poder político, era o “protetor” de um extenso número de eleitores reunidos sob o seu domínio e o seu poder político era medido pela quantidade de votos de que dispunha no momento das eleições. Conforme a autora, um coronel era também o chefe de uma extensa “parentela”, formada por um grande número de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Esses mandões locais ainda procuravam desenvolver na região que dominavam um centro urbano que ficasse na sua dependência. Essa

⁸ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escrito de história e política. Belo Horizonte: UFMG. 2005. p.181-182.

⁹ HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, ano 1, n. 2, maio/ago. 1986.

¹⁰ HORTA, C.R. op.cit. p. 121.

¹¹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega. 1949.

sede deveria constituir-se como centro de suas atividades, agiam como fundadores ou como protetores de cidades que eram *suas*, no sentido pleno do termo¹² (grifo no original).

Em Minas, o grande beneficiado com a nova organização política do país foi Silviano Brandão, liderança sul-mineira à frente do governo do estado no momento da instauração da Política dos Governadores,¹³ a partir de 1898. Silviano soube tirar proveito da conjuntura nacional e organizou a oligarquia local que se consolidou no estado de Minas Gerais por duas décadas.¹⁴

Segundo Francisco de Assis Barbosa, Silviano Brandão, “senhor absoluto do Sul de Minas”, do seu reduto em Pouso Alegre “comandava os donatários de uma constelação de pequenos feudos: Ouro Fino, com Júlio Bueno Brandão; Cristina, com Delfim Moreira e Itajubá, com Wenceslau Brás”.¹⁵ Acrescenta-se ainda a essa lista de sequazes de Silviano Brandão, Américo Werneck, em Águas Virtuosas; Bueno Paiva, em Jaguari; João Luis Alves, em Campanha e Francisco Bressane; em São Gonçalo do Sapucaí. Compondo um agrupamento numeroso, influente e organizado.

No entanto, esses atores não eram identificados com o republicanismo. Ao contrário, os principais aliados de Silviano Brandão eram todos “adesistas”, isto é, políticos monarquistas que se converteram tardiamente ao republicanismo.¹⁶ Exceção feita a Américo Werneck e Francisco Bressane, que militaram nos periódicos de propaganda republicana por mais tempo.

Esses dois últimos personagens pertenciam a uma corrente identificada com o “republicanismo histórico” sediada na região, principalmente nos municípios de Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, desde o início da década de 1870. Seus principais representantes eram Francisco Honório Ferreira Brandão, Manuel de Oliveira Andrade, Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça, Martiniano da Silva Reis Brandão, e João Bressane, além

¹² QUEIROZ, M. I. P. op.cit. p. 183-200.

¹³ A Política dos Governadores foi um pacto existente a partir de 1898, em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais, e em troca estes, fazendo uso de seus coronéis, elegiam bancadas pró-Governo Federal para a Assembléia Legislativa, de forma que nem o governo federal, nem os governos estaduais enfrentassem qualquer tipo de oposição. Cf. LESSA, R. op.cit.

¹⁴ Cf. VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

¹⁵ BARBOSA, Francisco de Assis, João Pinheiro e sua liderança em Minas. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 5, n.2, maio/ago. 1990. p.50.

¹⁶ Na região de Itajubá, Delfim Moreira criou um *Club Republicano* apenas em 25 de dezembro de 1887, do qual não participou Wenceslau Brás porque seu pai era líder do Partido Conservador local (Cf. *A Verdade*, 27 de janeiro de 1888. *Club Republicano*. p.2). Já os primos de Silviano Brandão, Júlio Bueno Brandão e Bueno Paiva, só se converteram ao republicanismo em 1888 (Cf. *Gazeta de Ouro Fino*, 11 de setembro de 1894. Ao Ilustre Deputado Júlio Bueno Brandão. p.1.)

dos já mencionados Francisco Bressane e Américo Werneck.¹⁷ Esse agrupamento esteve envolvido na produção de periódicos republicanos que criticavam a instituição monárquica, morosa em adequar-se às transformações sociais em andamento. Mas, marginalizados politicamente, ficaram condenados à oposição.

Assim, em fins do Império e início da República duas posturas principais eram encontradas no seio da elite mineira: existiam os republicanos históricos e os adesistas. Os primeiros ansiavam pela queda da monarquia e acreditavam que concluída a Proclamação o país iria sofrer mudanças radicais em sua organização e eles, enfim, teriam voz e vez no novo governo. Dessa forma, vislumbraram maiores opções políticas e formularam estratégias para participar efetivamente do mesmo. Por outro lado, as porções da elite adesista, que permaneceram monarquistas até as vésperas da proclamação republicana, tiveram de aderir ao novo regime e ajeitar seu discurso e suas ideias para continuar em condições de mando e controle político, de modo que também precisaram elaborar diferentes estratégias para garantir sua presença entre aqueles que tomariam as decisões na condução do país.

A hipótese é a de que, ao contrário do que esperavam os republicanos históricos, não foram eles, mas, sim, os antigos monarquistas, que ascenderam ao poder nas Minas Gerais, desenvolvendo e assumindo novos discursos e posicionamentos políticos. Foi travada uma disputa dentro do estado de Minas Gerais entre políticos conservadores (antigos monarquistas que aderiram ao novo regime somente com a Proclamação da República) e aqueles republicanos de longa data. Nesta tese nos dedicamos a tal confronto e seus desdobramentos ao longo da Primeira República para uma porção específica do estado: Sul de Minas.

Nosso recorte espacial, o “Sul de Minas”, a princípio, pode parecer pouco objetivo devido às inúmeras alterações geográficas administrativas que Minas Gerais sofreu ao longo do século XIX. A historiografia aponta para o constante “desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas”,¹⁸ ocorridos devido à extrema maleabilidade da política administrativa mineira. Em linhas gerais, referimo-nos ao quinhão mineiro demarcado pelo Rio Grande e que se confronta com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo pela Serra da Mantiqueira. Geograficamente corresponde a uma vasta área entrecortada por vários caminhos que garantiram o acesso e possibilitaram a interconexão

¹⁷ O processo de mudança desses personagens de um agrupamento para o outro será analisado nos capítulos três e quatro desta Tese.

¹⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.

comercial das principais áreas do Centro-Sul.¹⁹ Apenas para melhor visualização do espaço do qual tratamos ver Mapas 1 e 2.

Mapa 1: Mapa geográfico do Sul de Minas



Fonte: [imagens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-regiao](https://imgens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-regiao).

Com a análise das fontes, percebemos referências contínuas a setores da elite política como provenientes do “Sul de Minas”, o que comprova que essa divisão interna fazia parte da identidade cotidiana nas relações intra-elitistas. Como nosso objeto de análise contempla prioritariamente tais relações, esta delimitação interna ao estado de Minas foi o recorte espacial adotado.²⁰ Dois pontos corroboram com nossa decisão: primeiramente a divisão eleitoral de Minas Gerais, que por todo o século XIX teve seu território dividido em distritos que escolhiam seus representantes localmente. A região que apontamos como Sul de Minas esteve sempre compreendida dentro da mesma divisão distrital e seus habitantes se identificavam e eram identificados como sul-mineiros, escolhendo entre si seus representantes na região.²¹ Em segundo lugar, a circulação de inúmeros periódicos que carregavam já em seus títulos a designação do local a qual pertenciam, a exemplo de *O*

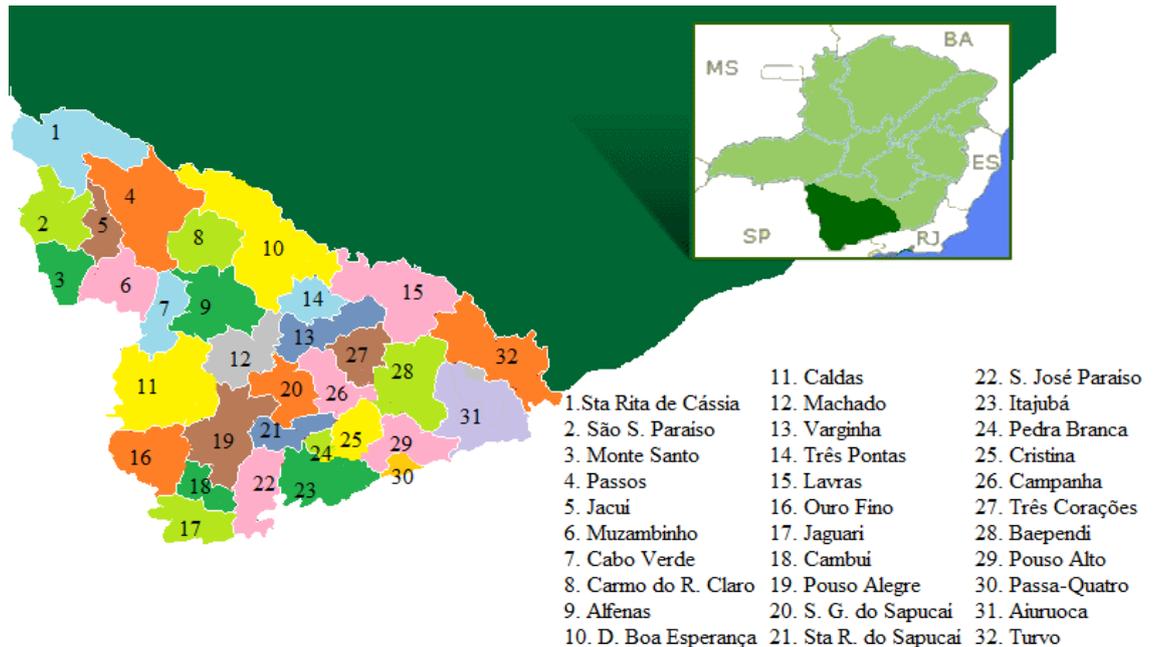
¹⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

²⁰ VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997. Sobre a definição de espaços regionais de pesquisa Cf. MARTINS, Marcos Lobato. Regionalidade e História: reflexões sobre regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In.: **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 15, n.1. 2009.

²¹ ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798-1840)**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2008.

Monitor Sul-Mineiro, *A Gazeta Sul-Mineira*, *O Minas do Sul*, *O Cruzeiro do Sul* e muitos outros. Essas folhas defendiam em seus editoriais o desenvolvimento da região e discutiam temas regionais, enquanto as questões nacionais sempre eram tratadas de acordo com o prisma regional, ou “sul-mineiro”.

Mapa 2: Municípios sul-mineiros em 1900



Mapa desenvolvido a partir de: www.conectcompocos.com.br/adismig/mapageral

Durante a passagem do Império para a República, o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, inseria-se a nova ordem econômica capitalista em voga no país e no mundo. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia sul-mineira, trabalhos pioneiros, como os de Douglas Libby e Ana Lúcia Duarte Lanna, indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração impulsionada pelo estado estimularam o crescimento populacional regional.²² Concomitante a esse processo, tem-se a expansão da malha ferroviária a partir da década de 1870.

Quanto a sua população, o Sul de Minas era a segunda maior do estado, com 25,67 habitantes por quilômetro quadrado, ficando atrás apenas da Zona da Mata, com 30,60; mas

²² LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense. 1988. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira**. Campinas: Unicamp. 1988.

muito a frente das demais regiões; o Centro e o Oeste, respectivamente, terceira e quarta zona, contavam com apenas 13,00 e 12,30 habitantes por quilômetro quadrado.²³

Tais condições refletiam nas ambições de mando político do estado. A Zona da Mata e o Sul de Minas passaram a ter maior participação no novo jogo político. Segundo análise de David Fleisher, a região do Sul de Minas teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e deputados federais. A região seria a terceira neste aspecto, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais.²⁴

Nosso intuito é estudar como se deu a organização e consolidação da Primeira República e o papel dos políticos sul-mineiros ao longo do processo de estabilização do novo regime em episódios determinados. Para a montagem desta amostra incluímos personagens que se destacaram no cenário político estadual ou federal republicano, que foram capazes, ao longo de sua carreira, de agregar lealdades políticas, de intervirem sobre o rumo dos acontecimentos de forma mais efetiva e de, ao mesmo tempo, ocuparem postos-chave na estrutura burocrática estatal. Para a delimitação dos eventos, optamos por selecionar aqueles que dividiram a elite mineira ao longo do período em evidência e constituíram-se em pontos de enfrentamento entre os diferentes atores.²⁵

Ao considerarmos o estudo desses indivíduos e dos projetos coletivos que davam movimento à estrutura política, podemos desvendar suas estratégias de negociação e perpetuação no poder. Dessa forma, é possível apontar os reais objetivos e a lógica que norteava a ação dessas elites. Investigamos como as elites se acomodaram à nova situação republicana. Como ajustaram o seu discurso e as suas ações às novas ideias em voga. Em outras palavras, como as elites adotaram a nova roupagem republicana, travestindo-se com as ideias progressistas e modernizadoras que passaram a vigorar com maior intensidade junto ao republicanismo. Ao mesmo tempo, tentamos entender a estrutura política que se montou no país e mais detidamente em Minas Gerais, que possibilitou a determinado grupo político a chegada ao poder e a sua perpetuação no mesmo durante a República Velha.

A partir do final da década de 1970, a história política passou por um revigoramento e novos rumos de investigação apontaram para significativas mudanças na produção

²³ Censo de 1920. In.: RESENDE, M. E. L. op. cit.

²⁴ FLEISHER, D. op. cit.

²⁵ Sobre essa metodologia Cf. VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História**. Curitiba: ABPHE, 1999.

historiográfica.²⁶ Por essa senda, Renè Remond assinala a importância do político nos vários temas de interesse atual da pesquisa histórica, ressaltando suas vinculações com a esfera do poder.²⁷

Segundo Izabel Andrade Marson, a política é uma categoria complexa que imbrica variadas modalidades de eventos, episódios e instituições e se manifesta em diferentes instâncias constitutivas das sociedades históricas. Conforme a autora:

A História Política manifesta-se em três durações que também podem ser percebidas como instâncias: *uma de curta duração*, remetida aos episódios políticos rápidos que se engendram no cotidiano das sociedades; outra de *média duração*, identificadas com os eventos de configuração conjuntural e tecidos no âmbito das relações internas às sociedades e entre as sociedades num dado período de tempo, muito mais lentos e complexos do que os anteriores; e uma terceira, de *longa duração*, sinalizada pelo tempo quase imóvel das instituições e estruturas que embasam múltiplas sociedades. Tais instâncias se movem continuamente em ritmo diverso e, portanto, descompassado.²⁸ (grifo no original)

Conforme Márcia Mansor D'Alessio, a curta duração é o tempo da visibilidade e da instabilidade; enquanto no tempo médio estão as conjunturas, possíveis de serem percebidas por acontecerem nos espaços das vidas humanas²⁹. Dessa forma, aplicando a teoria braudeliana sobre o tempo histórico, é possível reconhecer três instâncias: a de pequena duração, que abrange o registro do cotidiano da esfera de decisão política, como por exemplo os golpes de Estado e as mudanças de governo; a de média duração, que engloba acontecimentos mais estáveis relacionados à longevidade dos regimes políticos; e a da longa duração, em que subsistem as ideologias das formações políticas.³⁰ Em nossa tese estudamos uma série de episódios de enfrentamento político, de curta duração, que analisados em conjunto corroboram para o entendimento da conjuntura política da República Velha e da estabilização oligárquica, de média duração.

²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova Velha História**: o retorno da história política. Rio de Janeiro: FGV/CEPEDOC, v. 5, n.10. 1998.

²⁷ REMOND, Renè. Por que a História Política? **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, jan./jun. 1994, n. 13. p. 7-19.

²⁸ MARSON, Izabel Andrade. A dimensão política da história: comentários e contrapontos. In: OLIVEIRA, C. H. S., PRADO, M. L. C. e JANOTTI, M. L. M. (Orgs.). **A história na política e a política na história**. São Paulo: Alameda. 2006. p. 26-27.

²⁹ D'ALESSIO, Márcia Mansor. "A dimensão política da história". In: OLIVEIRA, C. H. S., PRADO, M. L. C. e JANOTTI, M. L. M. op.cit. p. 15. Cf. BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

³⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 1998. p. 42-54

De acordo com François Dosse, o renascimento do discurso histórico passa pela ressurreição daquilo que foi rejeitado desde o começo da escola dos *Annales*, o acontecimento. Essa repressão do acontecimento leva a história para o caminho da diluição daquilo que fundamenta a sua especificidade e sua função. Ela é a única prática que tem o poder de perceber a dialética do sistema e do acontecimento, a da longa e da curta duração, a da estrutura e da conjuntura. O autor considera que é preciso rejeitar o relato factual insignificante, mas sem negar o acontecimento. Trata-se de fazer renascer o acontecimento significativo, ligado às estruturas que o tornaram possível.³¹

Procuramos também explicar o comportamento político das elites sul-mineiras a partir de suas relações com o contexto nacional, abordando as trajetórias dos grupos e não de indivíduos isolados de seu contexto. Dessa forma, confiamos identificar os projetos coletivos, as estratégias, as filiações ideológicas e as afinidades personalísticas.³² Trata-se de perscrutar as características, ações e ideias de uma fração da elite política nacional, considerando sua origem regional e sua atuação estadual, na dinâmica da construção de um projeto oligárquico de domínio. Assim, o ponto de partida deste trabalho é a perspectiva das relações de poder, a partir de projetos políticos forjados pelas elites, em suas circunstâncias históricas e suas ações e formulações.³³

Nossas principais fontes foram os jornais locais os quais desempenharam papel fundamental, enquanto pólo aglutinador da luta política. A imprensa tornou-se combativa ao responder às pressões monarquistas dos chefes locais, tornando-se reduto dos propagandistas republicanos. Via de regra, os textos jornalísticos traduziam essas adversidades em estilo panfletário. Até mesmo os títulos dos periódicos, como expressão inelutável dos anseios de seus editores, indicam seu posicionamento nas disputas do período.³⁴

Segundo Alex Lombello Amaral, ao final da monarquia e nos primeiros anos da República, os partidos políticos não eram organizações regulamentadas, não tinham estatutos escritos, suas direções não eram eleitas e tampouco seus programas aprovados em congresso, não possuíam fichas de filiação ou sedes. Na prática, ficavam sujeitos aos chefes políticos locais e às figuras de destaque estadual. Por esse motivo eram os periódicos que exerciam

³¹ DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 382 e 383. Cf. também NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novos problemas**. Tradução Theó Santiago. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.

³² VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo Oligárquico com Sotaque Mineiro. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.1, ano 42. p. 96-109, jan. 2006.

³³ SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Hucitec. 2009.

³⁴ ANDRADE, Marisa Guerra de & HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.2, maio/ago 1990.

papel de estrutura sólida dos partidos, pois era na imprensa periódica que as políticas dos partidos eram apresentadas. Essas folhas tinham nomes próprios e sedes, as tipografias ou redações, e exerciam de fato a direção, pois era a voz dos partidos, reconhecida por amigos e inimigos. Portanto, os periódicos davam vida aos “partidos-corrente-de-opinião”.³⁵

Por esse motivo, as fontes utilizadas foram os diversos periódicos locais. À época, a imprensa não somente se colocou como palco dos debates institucionais, como também teve papel de poder informal. Nas instituições e acervos perscrutados encontramos variados posicionamentos políticos que influenciaram o republicanismo local que, em sua vertente dominante, esteve intimamente vinculado ao projeto de “modernização conservadora” das elites, que lhe permitiram manter-se no controle do estado após a Proclamação da República.

De acordo com Antônio Nóvoa, é difícil encontrar qualquer outro *corpus* documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias de qualquer período em enfoque. De acordo com o mesmo autor, as páginas dos periódicos revelam as questões essenciais que atravessam o objeto em estudo porque a escrita jornalística, na maioria das vezes, ainda não foi depurada das “imperfeições do cotidiano” e permite, por esse motivo, leituras que outras fontes não autorizam.³⁶

Para melhor compreender o processo em análise, também lançamos mão de outros documentos, como a correspondência trocada entre os políticos sul-mineiros, reveladoras dos arranjos e conchavos realizados por esses atores nos bastidores da política. Destacamos também a documentação referente ao dissídio jurídico entre Américo Werneck e o estado de Minas Gerais, processo no qual Rui Barbosa foi o advogado do estado contra Werneck e o conteúdo de todo dissídio foi publicado no volume XLV da coleção *Obras Completas de Rui Barbosa*. Por último, também utilizamos os Relatórios de Presidente de Estado. Esses relatórios traçam um panorama das realizações e das dificuldades encontradas pela administração, além de abordar os temas que eram considerados fundamentais para o desenvolvimento estadual.

Os episódios abordados em cada um dos capítulos foram definidos com o intento de investigarmos as alianças e intrigas políticas presentes na organização das oligarquias locais em diversos episódios de inflexão política. Assinalamos as ligações entre os arranjos locais e

³⁵ AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei (1876-1884)**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008. Cf. AGULHON, Maurice. **El círculo burguês: la sociabilidad en Francia, 1810-1848**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

³⁶ NÓVOA, Antônio. Prefácio. In.: MONARCHA, Carlos (org.) **História da educação brasileira. Formação do campo** apud LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX**. Campinas: Unicamp, 2007.

a política estadual e nacional, aproximando as três esferas e apontando suas interações e contatos. À medida que os agrupamentos de “históricos” e de “adesistas” se enfrentavam no interior mineiro, novos mecanismos e estratégias eram colocados em prática para garantir a manutenção da oligarquia mais poderosa: os silvianistas.

Nosso trabalho inicia-se com o estudo de dois grupos sediados no Sul de Minas. O primeiro deles era capitaneado por Silviano Brandão, político identificado com o regime imperial, mas que a partir da Proclamação da República conseguiu amealhar prestígio e organizar uma base de sustentação coesa que lhe permitiria usurpar o poder estadual. Por outro lado, existia o grupo dos republicanos históricos, liderados por Francisco Honório Ferreira Brandão. Este agrupamento esteve envolvido na propaganda republicana regional desde 1872, mas com a implantação do novo regime foi excluído e ficou sem espaço de participação no novo governo, seguindo a partir desse marco uma longa trajetória na oposição ao governo estadual.

No segundo capítulo abordamos o momento posterior à proclamação da República, quando os atores identificados com o republicanismo histórico no Sul de Minas se mostraram insatisfeitos com os contornos que o novo regime ganhou e iniciaram um movimento que tinha o objetivo de separar-se de Minas Gerais e criar um novo estado: as *Minas do Sul*. Ao estudarmos o movimento separatista sul-mineiro, observamos quão desordenado esteve o quadro político brasileiro no momento pós-proclamação da República e como a organização do poder estadual precisou lidar com diferentes insatisfações e projetos de governo até alcançar a sua estabilização em 1898. No entanto, essa ideia desagradou a alguns políticos da região e fez surgir um poderoso aglomerado de políticos, encabeçado por Silviano Brandão, que definiria os rumos da política estadual. Silviano Brandão, com base em um discurso que pregava a coesão e a harmonia na bancada política mineira e sustentando-se nas novas regras do federalismo, apoderou-se do poder estadual e desenvolveu diversos mecanismos que garantiram a permanência de seu grupo no mesmo, alijando seus desafetos. Acompanhamos toda a trajetória de Silviano na primeira década republicana, a fim de perceber suas estratégias e ações para chegar à condição de liderança hegemônica em um estado marcado pelas disputas inter-regionais, tema do nosso terceiro capítulo.

Nos dois capítulos seguintes, investigamos os enfrentamentos no âmbito local, travados pelo apoio do poder estadual, com destaque para a disputa pela Agência Executiva de Campanha e emancipação de Águas Virtuosas. No quarto capítulo, destacamos a disputa pelo domínio eleitoral municipal, pedra fundamental no esquema federalista. Para conquistá-

lo, as mais abjetas estratégias foram utilizadas para garantir a vitória sobre rivalidades locais. Da multiplicação de votos à intimidação por capangas, várias estratégias marcaram a disputa e garantiram a vitória do grupo local mais alinhado ao silvianismo, silenciando definitivamente, através de fraudes e cabalas políticas, o antigo grupo republicano que fazia oposição à oligarquia silvianista.

O quinto capítulo aborda a troca de favores entre lideranças locais e chefes estaduais, mostrando as benesses conferidas à base local em troca do apoio nas eleições estaduais. Durante determinado período, a estância hidromineral de Águas Virtuosas tornou-se a predileta do governo estadual e, numa intrincada confusão entre público e privado, adveio o arrendamento da estância e o dissídio jurídico que se seguiu com a anulação do contrato. O episódio mostra como a troca de favores e benesses permitiu à oligarquia de Silviano Brandão conquistar antigos desafetos, trazendo para sua órbita de influência membros da antiga facção republicana, como Américo Werneck. A moeda de troca entre esses personagens era os favores do poder estadual pelo comprometimento dos votos nas eleições vindouras. Ao mesmo tempo, o estudo do episódio é revelador da tentativa de se apropriar de um discurso moderno, lançando mão de ideias higienistas e da exploração do turismo. Em síntese, o quarto e quinto capítulos dessa Tese abordam no âmbito local, respectivamente, como foi sufocado o grupo opositor a Silviano Brandão e, por outro lado, como se locupletou o grupo que se aliou ao silvianismo depois de consolidada a *Hegemonia Sul-Mineira*,

No último capítulo investigamos como a poderosa oligarquia regional, alicerçada em sua base política coesa dentro do PRM – Partido Republicano Mineiro, conseguiu capturar o governo federal numa audaciosa empreitada. Wenceslau Brás foi alçado à Presidência Nacional através de acordos e arranjos ajustados por Júlio Bueno Brandão, presidente de Minas e liderança da facção silvianista. O fato comprova que o domínio local, com a posse de grande número de eleitores no interior do país, foi decisivo para controlar a política em sua esfera mais alta.

CAPÍTULO 1 AS OLIGARQUIAS SUL-MINEIRAS NO FINAL DO IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 O contexto político da Década Entrópica

Ao longo do século XIX, o quadro econômico e social de Minas Gerais havia sofrido alterações consideráveis. No entanto, o processo político encontrava-se atado pelo centralismo imperial que impedia clivagens regionais. Com a descentralização republicana e o debate em torno da organização do Estado, advindos com a Proclamação da República e a instituição do federalismo, o poder concentrado apenas no centro poderia, enfim, fluir para as periferias.³⁷

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, o quadro econômico-social de Minas, ao iniciar o período republicano, anunciava alterações nos quadros de representação política que faziam prever o término do domínio da vida política pelo antigo centro minerador. Dois fatores concretos indicavam essa mudança: crescimento econômico acentuado da Mata e Sul e maior concentração populacional nestas mesmas regiões.³⁸ A República em Minas iniciara-se com um quadro de desequilíbrio interno, anomalia que era econômica e também demográfica. Tais condições refletiam nas ambições de mando político de Minas Gerais, com as duas zonas mais dinâmicas exigindo maior participação no novo jogo político republicano.³⁹

Ao longo do período em evidência foram criados, progressivamente, comportamentos políticos, mecanismos legais e até mesmo não-legais que estruturaram a usurpação do poder e a dominação oligárquica em Minas Gerais.

Como é sabido, durante a República Velha se formava um sistema eleitoral visando a manter a participação política essencialmente situacionista, condição que resultou no fortalecimento de grupos locais e regionais, enquanto dificultou, no plano estadual, a formação de fortes grupos de poder. Para Resende, esse é um dos aspectos essenciais da

³⁷ Cf. PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994. Passim. O autor ressalta que a descentralização republicana fez vir à tona conflitos de interesses presente na camada social economicamente dominante.

³⁸ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 33.

³⁹ FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 11-62.

formação de grupos regionais de poder, situação também favorecida pelo crescimento econômico demográfico em descompasso entre as diversas regiões do Estado. Este último aspecto, por sua vez, também dificultava a união estadual, pois favorecia a solidariedade regional na busca pelo poder. Maria Resende assinala que essa dinâmica interna é nitidamente resultante do movimento de busca de uma hegemonia entre facções oligárquicas.⁴⁰

No período aqui em evidência, o estado de Minas Gerais, embora configurasse uma unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, era na verdade uma soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas entre si. Não existia nenhuma força unificadora com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto que lhe conferisse identidade.⁴¹ O resultado dessa situação – o *mosaico mineiro*, assinalado por J. Wirth – guarda duas características principais: primeiramente o desenvolvimento de cada região se constituiu numa “linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”, e, em segundo lugar, aquelas regiões que fariam parte daquele “todo” se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Mata com o Rio de Janeiro).⁴²

O contexto da geopolítica mineira descrito a seguir foi apresentado por Maria Efigenia Lage de Resende⁴³ e contribui para o entendimento de como estavam divididas as forças políticas do estado, condição fundamental para o processo de montagem da *Hegemonia Sul-Mineira*⁴⁴ por Silviano Brandão. A apreciação do quadro demonstra como uma liderança local, igual a tantas que existiam em Minas no período, através do arranjo de alianças

⁴⁰ RESENDE, M.E.L. op.cit. Passim.

⁴¹ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.

⁴² WIRTH, J. D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 37.

⁴³ RESENDE, M.E.L. op.cit. pp.97-100.

⁴⁴ Cláudia Viscardi propõe a divisão da política interna mineira ao longo da Primeira República em três fases, a saber: a primeira vai da Proclamação da República ao Governo de Silviano Brandão (1889 – 1898) e foi marcada pela disputa interna entre as regiões mineiras; a segunda vai de 1898 ao governo estadual de Arthur Bernardes (1898 – 1918) e marca o arrefecimento das disputas internas e o domínio da facção sul-mineira, com o estado desempenhando maior participação no âmbito nacional; a terceira fase, de 1918 à Revolução de 1930, representa o declínio dos políticos do Sul de Minas e ascensão do grupo de Arthur Bernardes, sediado na Zona da Mata. Cf. VISCARDI, Cláudia. M. R. Minas de Dentro para Fora: A Política Interna Mineira no Contexto da Primeira República. **Locus**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999. Outros autores também já haviam destacado a supremacia regional do Sul de Minas quanto a sua representatividade política e relevo de suas lideranças locais no quadro estadual e nacional da República Velha, mas a expressão *Hegemonia Sul-Mineira* foi cunhada por Viscardi. Cf. FLEISHER, D. D. op.cit.; RESENDE, M. E. L. op.cit.; WIRTH, J. D. op.cit.

regionais bem planejadas possibilitou a usurpação do poder estadual. (A divisão do estado em sub-regiões pode ser apreciada no mapa 3).

Mapa 3: Principais Regiões de Minas Gerais (1889/1930)



Retirado de: VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999. p.14.

Em 1892, Silviano Brandão havia se alçado à posição de líder político do Sul de Minas, desenvolvendo um intenso trabalho junto às câmaras municipais através do primo e cunhado Júlio Bueno Brandão, ex-presidente da Intendência de Ouro Fino e então Presidente da Câmara e Agente Executivo municipal. Júlio Bueno Brandão desempenhou o papel de braço direito de Silviano no Sul de Minas quando este se alçou ao poder estadual, garantindo coesão e lealdade na sua base de origem política. Além de Silviano, destacaram-se entre os políticos do Sul, Francisco Salles, Wenceslau Brás, Delfim Moreira e Adalberto Ferraz.⁴⁵

O prestígio político no Centro cabia incontestavelmente a Alvim.⁴⁶ Ele era também o político mais importante em termos estaduais, o que lhe dava penetração em todas as zonas e

⁴⁵ RESENDE, M. E. L. op.cit. p. 98.

⁴⁶ Político de grande destaque no período em evidência, Cesário Alvim teve uma trajetória conturbada na mudança de regime. Embora proveniente da política imperial, Alvim permaneceu dono de grande influência na política republicana mineira. No entanto, a oposição contra a sua pessoa intensificou-se ao longo do período. Até seu ostracismo em 1898. Nomeado por Deodoro primeiro Presidente de Minas na República, permaneceu no cargo somente entre 20/11/1889 a 10/02/1890, devido à franca oposição republicana. Foi para o Ministério do Interior e acumulou a função de Ministro com a de Senador da Primeira Legislatura. Mas renunciou novamente a ambos os cargos, do Ministério a 20/01/1890, devido ao assalto do Jornal *A Tribuna*; e do Senado a 15/06/1891, por ser eleito indiretamente Presidente de Minas Gerais, pela segunda vez em menos de dois anos. Mas

lhe garantia uma forte base de apoio no Norte através de Gonçalves Chaves e Mata Machado. Ainda no Centro existia o prestígio pessoal de João Pinheiro e Afonso Pena. Longe, porém, de formar um grupo à parte, o “pinheirismo” se confundia com o próprio “alvinismo”. Enquanto que Afonso Pena, pouco afeito ao “jogo dos coronéis”, era mais um conselheiro do que uma liderança. Seu prestígio se fundava, sobretudo, “na independência em relação aos agrupamentos políticos, numa política menos comprometida com interesses eleitoreiros ao que acrescia seu grande valor intelectual e a projeção que adquirira na militância política no Império”.⁴⁷

Na região Norte o maior destaque era de Antônio Gonçalves Chaves, advogado, residente em Montes Claros, ex-liberal e ex-presidente da província. Estava ligado a Cesário Alvim pela antiga militância no Partido Liberal. Quando se operou a cisão entre os republicanos mineiros, Gonçalves Chaves colocou-se francamente ao lado de Alvim, tornando-se um dos principais líderes alvinistas. Seguiu a política alvinista em todas as suas consequências, solidarizando-se com o golpe de 3 de Novembro e mantendo-se na oposição a Floriano Peixoto. Ao lado de Chaves, destacava-se na região Norte o conselheiro João da Mata Machado, natural de Diamantina, ex-liberal e alvinista atuante.

No Triângulo, o domínio político regional cabia a Joaquim José de Oliveira Pena, o major Pena, residente em Uberaba e senador à Constituinte Estadual. A partir das eleições de 1892, o major Pena comprometeu-se com Silvano. Com pequena demografia e fraco politicamente, o Triângulo era facilmente cooptado por outras regiões.

Na Mata, Bernardo Cysneiros da Costa Reis e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, republicanos históricos e chefes da propaganda na região, representavam, no âmbito estadual, as lideranças políticas mais significativas da Zona da Mata. Resende destaca que, embora considerável a importância da região, notadamente pela sua força demográfica e econômica, ela apresentava-se como força política regional mais fraca que o Sul, pois, mais que qualquer outra região, a Mata se enfraquecera com a cisão republicana. Forte reduto republicano do Império, com centrais em Juiz de Fora e Leopoldina, a Mata enfraqueceu-se na medida em que os “históricos”, com base em Juiz de Fora, radicalizando sua posição frente ao alvinismo, cindiram suas hostes em âmbito regional e estadual. As figuras mais proeminentes dos

renunciaria mais uma vez aos 09/02/1892, pressionado pela facção dos republicanos históricos sediada no Sul de Minas, que ameaçava separar-se do restante do estado, como verificaremos no próximo capítulo. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH 1897-1997.

⁴⁷RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 99.

“históricos dissidentes” eram Antonio Olinto, Fernando Lobo⁴⁸ e Gonçalves Ramos, mas estes estavam envolvidos na política federal, não conseguindo uma influência considerável no plano interno e foram alijados pelo alvinismo num primeiro momento. No entanto, comprometido com a política federal, o grupo de Antônio Olinto adquiriu uma certa popularidade ao se opor ao golpe de Deodoro e apoiar o contragolpe de Floriano, o que o identificou com a legalidade e o incorporou ao situacionismo.

A dispersão das lideranças da Mata foi extremamente favorável ao crescimento do silvianismo. Quando Silviano Brandão, na sucessão de Afonso Pena, desencadeou a ofensiva contra o alvinismo, ele pôde contar com o apoio do grupo de Antônio Olinto, avesso ao alvinismo.

Era Bias Fortes o principal líder político do Campo das Vertentes. Deputado Provincial desde 1881 pelo Partido Liberal, Bias possuía voz ativa na Assembleia. Henrique Diniz, deputado e chefe político em Barbacena, aparece como segundo nome desse grupo, cujo crescimento foi favorecido pela eleição de Bias Fortes como sucessor de Afonso Pena.⁴⁹

Esse contexto exposto por Resende sofreu alterações ao longo da primeira década republicana e definiu novas ações políticas, pois com o término do domínio da política alvinista e a aproximação das eleições ao Congresso Estadual e Federal os grupos esparsos foram estimulados a se organizarem em partido político. Surge, assim, no ano de 1893, o Partido Republicano Constitucional Mineiro, PRCM, cujo grupo fundador provinha da ala dissidente republicana que combatera a política de Alvim.

Assim, podemos compreender a nova divisão de poder local no estado, com os constitucionais sediados na Mata e no Sul, sob a liderança de Olinto, enquanto os conciliadores mandavam no Norte e Vertentes, ainda sob a influência de Alvim. O Centro permaneceu dividido. Destacamos, por oportuno, que a Zona da Mata, região com grande número de republicanos históricos, elegeu muitos representantes por todo o estado na legislatura de 1893.⁵⁰

A análise da geopolítica mineira apresentada neste tópico permite-nos compreender o quão disputada foi a primeira década republicana em Minas, com a presença de diversas lideranças políticas em cada uma das regiões que acreditavam possuir condições de aventurar-

⁴⁸ Embora Fernando Lobo apareça na listagem de políticos com base em Juiz de Fora, ele era natural de Campanha, Sul de Minas, sua família possuía terras na região e o político era pressionado pelos periódicos locais a defender o Sul de Minas em suas disputas regionais. Cf. **Monitor Sul-Mineiro e Minas do Sul**. Campanha, edições de jan. e fev. 1892.

⁴⁹ RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 97-100.

⁵⁰ Cf. FLEISHER, D.D. op.cit.

se no comando de todo estado, trazendo para si as vantagens do poder. Neste contexto de intensas disputas foi Silviano Brandão o líder local que obteve maior êxito em arregimentar aliados e silenciar opositores na sua escalada ao poder.

1.2 A chegada da República no Sul de Minas e o adesismo de Silviano Brandão

A hora adiantada da noite do dia 16 do corrente chegou a esta cidade a notícia da proclamação da República no Rio de Janeiro. Alguns telegramas expedidos daquela capital aos chefes do partido nesta cidade causaram uma impressão profunda, indefinível. Não foi entusiasmo, nem júbilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável; porém a estupefação e o pasmo. Debalde cada qual procurava arrancar do laconismo do telegrama o motivo de tão inesperado e quão prodigioso acontecimento. Ao aproximar-se a hora da chegada do correio estava a agência repleta de curiosos. Desdobrados que foram os jornais do Rio, encontrou-se em todos o brado altinoante (sic) de – VIVA A REPÚBLICA – que a esta hora já tem ecoado simpaticamente pelos confins mais remotos da terra. Nisto um grupo de republicanos nos irromperam freneticamente em vivas a República Brasileira e ao exército. E aquele grito d’alma e tanto sufocado no peito dos patriotas irrompeu veemente, vitorioso. Dúzias e dúzias de foguetes subiram incontinente ao céu límpido dessa enorme Suíça, atroando os ares remansosos da pátria redimida.⁵¹

O fragmento acima reporta como a notícia da Proclamação da República chegou num rincão do interior mineiro. Inesperada, como em todo o restante do país, a notícia causou estupefação e pasmo, surpreendendo a população. Ainda assim, já existia ali um grupo que defendia a ideia republicana há algum tempo e aclamou a novidade com vivas e foguetes. O Partido Republicano local imediatamente reuniu seus correligionários e deliberou sobre quais deveriam ser suas ações. Rapidamente produziu um folheto para informar toda a população do lugarejo da novidade. Seguiram-se no município festejos e cerimônias oficiais.

O periódico que produziu a notícia chamava-se *A Revolução*, folha que começou a circular no mesmo ano de 1889, fazendo a propaganda republicana. Porém, se o periódico era uma produção recente, entrou em circulação apenas em 5 de janeiro de 1889, não era recente a ação de seu redator proprietário Manuel de Oliveira Andrade. Este se encontrava na propaganda republicana regional desde o início da década de 1870, ao lado de seu antigo sócio Francisco Honório Ferreira Brandão. Os dois haviam iniciado em 1873 a produção do semanário *O Colombo*, periódico marco na propaganda republicana de Minas Gerais.

⁵¹ A REVOLUÇÃO. República Brasileira 15 de Novembro: Festejos. 23 de novembro de 1889. p.2.

O Colombo, folha empenhada na propaganda republicana, contou com muitos adeptos. Depois de seu desaparecimento em 1885 seus colaboradores e aliados espalharam-se por diversas localidades do Sul de Minas produzindo outras folhas continuadoras do ideal republicano. Esse grupo, aqui identificado como “republicanos históricos”, permaneceu na vida política do estado por muitos anos. Alguns alcançaram posições destacadas na política estadual e nacional, enquanto outros não tiveram a mesma sorte e caíram em ostracismo, mas o grupo é representativo da vida política de finais do Império e início da República. Por outro lado, existia a poderosa presença de Silviano Brandão e seus aliados os quais, embora não participassem da propaganda republicana, igualmente pretendiam compor o novo regime.

Neste capítulo identificamos essas lideranças, sua organização no início da imprensa periódica republicana e o seu desmembramento em diferentes grupos com o passar do tempo e dos acontecimentos políticos.

Com efeito, diante do novo regime, as primeiras diferenciações de grupos políticos em Minas foram compostas em torno da participação na causa da República. Surgiram os “adesistas” ou “novos republicanos”, membros dos extintos partidos monárquicos que aderiram à causa republicana. E, em oposição, apareceram os “antigos republicanos”, aqueles que defendiam a causa antes do 15 de Novembro. Dentre eles, os radicais procuravam se distinguir como “históricos”, isto é, aqueles que vinham do Manifesto de 1870 ou que nasceram politicamente nas fileiras republicanas, recusando-se a aceitar nas suas hostes os chamados “republicanos de véspera”.⁵²

A exemplo de outros estados brasileiros, Deodoro da Fonseca indicou para o governo de Minas um político que não fizera parte da propaganda republicana, descontentando parte significativa da elite mineira, que em relação a ele se manteve em oposição.

O cenário que se armava era de disputa. Deodoro da Fonseca, primeiro chefe do governo nacional, e que absolutamente não fora republicano histórico, havia nomeado para a Presidência de Minas José Cesário de Faria Alvim, político de prestígio dentro do estado, mas ligado ao regime monárquico. Isso causou a indignação dos mais radicais que, com a alvorada do novo regime, ansiavam pela nomeação de um de seus pares, tirado das trincheiras republicanas. Entretanto, o que se viu no Rio de Janeiro e em Ouro Preto foi a composição de um quadro administrativo que revelava um perfil conciliatório.⁵³

⁵² RESENDE, M. E. L. op.cit. p.59.

⁵³ FAQUIN, Giovanni Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

Cláudia Viscardi observa que as elites alvinistas aliaram-se ao deodorismo no âmbito nacional. A autora ressalta que o ambiente de disputas internas impediu o desempenho político unificado da bancada mineira nos primeiros tempos do novo regime, bem como o estabelecimento de alianças com as elites cafeicultoras paulistas.⁵⁴ De acordo com os dados da autora, as divergências da primeira década republicana tiveram fértil repercussão em Minas Gerais, dividindo sua elite em grupos ligados ou ao florianismo (60%) ou ao deodorismo (40%).⁵⁵

Assim, a composição do governo de Cesário Alvim não permitiu que se arrefecessem os dissídios no interior da política estadual. A renúncia de Deodoro implicou o enfraquecimento interno do grupo alvinista. As pressões constantes dos chamados republicanos radicais confluíram para a saída de Alvim da presidência do estado.⁵⁶

Alvim ainda seria nomeado Ministro do Interior, mas a indicação de um político adesista como substituto do ministro demissionário Aristides Lobo, republicano histórico, acabou acirrando a luta do radicalismo mineiro.

O republicanismo em Minas Gerais não se constituía, ao proclamar-se a República, uma força muito considerável. No momento da queda do Império, os republicanos contavam somente com 30% do eleitorado, porcentagem na qual se incluíam senhores de escravos que, após a Abolição, aderiram ao Partido Republicano. A aliança, porém, nada tinha de garantida. Superada a crise econômica, era de se esperar que uma aliança selada entre republicanos e escravocratas não tivesse vida longa.⁵⁷ A situação anômala nos permite estimar que o eleitorado verdadeiramente republicano estava muito abaixo dos 30% em Minas.

Muito embora esse número aponte para o caráter frágil do republicanismo mineiro, a adesão ao novo regime foi rápida e significativa. Segundo Cláudia Viscardi, as regiões cafeicultoras do estado foram as mais republicanas, enquanto a mais adesista foi o Centro de

⁵⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 39-56.

⁵⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

⁵⁶ De acordo com Maria Efígenia Lage de Resende, o governo de Alvim transcorria sem maiores problemas, apesar da corrente oposicionista. A oposição via o governo de Alvim como um hiato inevitável e guardava suas forças para a luta em torno da sucessão presidencial. No entanto, sobreveio um fato inesperado. A crise política federal, desencadeada com o Golpe de 3 de Novembro de Deodoro da Fonseca, iria afetar os rumos da política mineira. Precipitadamente, Cesário Alvim aderiu ao ato ditatorial do Marechal Deodoro, Câmara e Senado aprovaram a deliberação de Alvim. No entanto, o contra golpe de 23 de Novembro, capitaneado por Floriano Peixoto, criou as condições necessárias para que se articulasse a deposição de Alvim. Sua adesão à legalidade restaurada não foi suficiente para evitar a crise política. Com a ascensão de Floriano surgiu em Minas um movimento de oposição a Alvim, devido ao apoio que dera a Deodoro no ato de violação da lei constitucional. A pressão aumentaria até o pedido de renúncia. Cf. Resende, M.E.L. op.cit. p. 79.

⁵⁷ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 54.

Minas. Essa condição explica-se, em primeiro lugar, devido ao Centro de Minas agregar, à época, a maior parte da elite burocrática provincial, por ter sediado a capital do estado; em segundo lugar, a abolição teve um impacto negativo sobre as economias cafeeicultoras em expansão no Sul e Mata, acirrando os descontentamentos dessas elites em relação ao Império. A primeira situação atuaria como arrefecedora de impulsos renovadores sobre a política; a segunda situação contribuiria para uma postura oposta.⁵⁸

Em torno da intrincada questão que colocava em lados opostos os políticos estaduais identificados como históricos ou adesistas ocorreu a primeira e principal divisão entre os políticos sul-mineiros. Posicionavam-se em lados opostos Silviano Brandão e Ferreira Brandão. O primeiro era uma liderança sediada em Pouso Alegre com um longo período de participação na política estadual, enquanto o segundo buscava sua ascensão política a partir da propaganda republicana, que iniciou na região em 1873 com a circulação do periódico *O Colombo*, do qual foi editor por dois anos.

Silviano Brandão, influente político sediado no município de Pouso Alegre, teria fundado um *Club* republicano na cidade no início da década de 1880.⁵⁹ Mesmo assim não deve ser considerado um “republicano histórico”, uma vez que fazia oposição ao movimento dos antigos republicanos sediados em Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, cujos membros eram muito mais fervorosos do que ele e defendiam a causa republicana há mais tempo. Mesmo que tenha fundado o *Club*, Silviano não se encaixaria nas hostes dos republicanos históricos por ter desempenhado funções dentro do governo imperial. Em pesquisa nos jornais do município de Pouso Alegre, encontramos artigos que provam que Silviano permanecia filiado ao Partido Liberal e concorria às eleições por essa sigla.

Em dezembro de 1881, ano em que supostamente fundou o *Club* republicano municipal de Pouso Alegre, Silviano pedia votos para deputado estadual no semanário *Livro do Povo*, cujo redator-proprietário era José de Almeida Queiroz. Em mensagem publicada nesse periódico, Silviano Brandão manifestou-se: “se for eu eleito, como é de se esperar, ei de procurar corresponder aos nobres e generosos intuítos do Partido Liberal do 12º distrito”.⁶⁰

⁵⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

⁵⁹ Essa informação é encontrada tanto no endereço eletrônico do Governo de Minas (<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10196-francisco-silviano-de-almeida-brandao/5794/5241>), como na obra de Berenice Martins Guimarães, mas não conseguimos comprová-la em nenhum periódico. Cf. GUIMARÃES, B.M. Minas Gerais: a construção da nova ordem e da nova capital. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte. v. 8. n. 2/3. Mai-dez. 1993.

⁶⁰ LIVRO DO POVO, 12 de dezembro de 1881. Eleições. p.3.

Ao decorrer da última década do regime imperial, ainda encontramos Silviano Brandão pedindo votos como membro do Partido Liberal em 1886. Na folha *Valle Sapucay*, editada por Marciliano Fleming Braga e de propriedade de Joaquim Leonel de Azevedo, o político sul-mineiro reconhecia os problemas que a agremiação enfrentava, mas pedia empenho e lealdade aos correligionários do Sul de Minas:

Tendo eu de concorrer com o candidato conservador ao segundo escrutínio da eleição geral, a que brevemente se tem que proceder, venho cumprir o dever de solicitar, a favor de minha candidatura, toda a sua proteção e a de seus amigos. Não tendo atualmente o Partido Liberal a responsabilidade do governo, o meu procedimento se merecer a honra da eleição, se achara naturalmente traçado. Pugnar pelas ideias liberais, combater os desmandos e abusos do poder, defender os oprimidos, contribuir e mesmo iniciar medidas tendentes a animar e favorecer à desprotegida indústria pastoril e a dotar esta parte da província de melhores meios de transporte, tornando uma realidade a viação férrea sul-mineira. (...)
Escusado é pedir a Vossa Excelência que não se poupe a esforços para que os nossos amigos compareçam às urnas, para exercer o direito do voto, mesmo por ser a época de duras provações para o Partido Liberal, é que devemos afirmar com denodo e patriotismo a nossa virilidade política; que sirva de estímulo e não de desalento a experimentação por que passam os liberais. Agradeço desde já os seus esforços em prol da causa liberal.
Francisco Silviano de Almeida Brandão, Pouso Alegre, 1º de fevereiro de 1886.⁶¹

Silviano Brandão foi enormemente atacado nas páginas de *O Colombo* durante a primeira metade da década de 1880 justamente por assumir uma postura conciliatória. O periódico não admitia que um verdadeiro republicano participasse do governo imperial, considerando o trânsito entre políticos do Partido Liberal e Republicano incoerente e prova da ambição de políticos sem compromisso com a causa republicana.⁶²

Fato é que os principais aliados de Silviano Brandão no regime republicano eram todos adesistas. Seus primos Júlio Bueno Brandão e Bueno Paiva aderiram ao regime tardiamente⁶³. Delfim Moreira aderiu ao *Club* republicano de Itajubá apenas em 25 de dezembro de 1887 e seu principal aliado, Wenceslau Brás, não se juntou ao grupo por ser filho do líder do Partido Conservador local.⁶⁴ Dentre os principais sequazes de Silviano Brandão em seu futuro governo, apenas Américo Werneck e Francisco Bressane pertenceram ao republicanismo histórico.

De qualquer maneira, Silviano Brandão era mal visto pelos republicanos de Campanha e região por compor o governo imperial. A questão da participação dos republicanos históricos no governo monárquico foi abordada por Sérgio Buarque de Holanda. De acordo

⁶¹ VALLE DO SAPUCAY, 13 de fevereiro de 1886. Eleição geral. p.2.

⁶² O COLOMBO, 02 de junho de 1878. *Progresso Mineiro*. p.2.

⁶³ GAZETA DE OURO FINO, 11 de setembro de 1894. Ao Ilustre Deputado Júlio Bueno Brandão. p.1.

⁶⁴ A VERDADE, 27 de janeiro de 1888. Club Republicano. p.2.

com o autor, a dúvida se a aceitação de empregos públicos da Monarquia era compatível com a militância republicana foi suscitada desde cedo entre os maiores do Partido Republicano do Rio de Janeiro e os republicanos do Manifesto de 1870 dispunham firmemente a não transigir de forma alguma com o poder, a nada esperar da Coroa ou do regime, e renunciavam as vantagens vindas de cima. Embora esse fosse o discurso oficial, nem todos os republicanos acatavam e acabavam desempenhando algumas funções quando indicados ou eleitos.⁶⁵

1.3 Republicanismo no Sul de Minas: a trajetória de Ferreira Brandão e a dos periódicos republicanos locais

No Brasil as ideias republicanas ganharam maior destaque com o Manifesto de 1870 e a formação do *Club Republicano* do Rio de Janeiro. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em Minas Gerais, a propaganda republicana e antimonárquica ganhou imediatamente inúmeros adeptos devido à “poderosa tradição liberal” da província, embora nunca tenha se mostrado bastante coesa.⁶⁶ De fato, o republicanismo em Minas estava dividido em quatro principais praças: Juiz de Fora, Ouro Preto, Divinópolis e Campanha.⁶⁷ No município sul-mineiro a propaganda republicana foi levada pelo periódico *O Colombo*, folha redatoriada por Francisco Honório Ferreira Brandão, liderança sul-mineira responsável pelos primeiros passos da propaganda na região.

Francisco Honório Ferreira Brandão era filho de uma das mais tradicionais famílias de Campanha, seu pai era o tenente coronel Martiniano da Silva Reis Brandão e sua mãe Bárbara Alexandrina Ferreira Brandão. Formou-se na Academia de Medicina do Rio em 1864 e fixou-se na cidade instalando ali sua primeira clínica médica onde desempenhava o papel de médico, cirurgião e parteiro. Devido a essa atividade notabilizou-se por toda região e logo passou a ter seu nome associado também às causas políticas. A essa época já se encontrava envolvido na imprensa periódica.

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**: Do Império à República. v. 7. t. 2. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. p. 305.

⁶⁶ HOLANDA, S.B. op.cit.

⁶⁷ Em Diamantina os republicanos locais organizaram *O Jequitinhonha*, sob redação de Antônio Felício Santos, que circulou de 1860 a 1873. Cf. ANDRADE, Marisa Guerra de; HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n. 2, maio/ago. 1990.

Antes de desposar a causa republicana, Ferreira Brandão trabalhara na redação do *Planeta Sul*, junto de Américo Lobo, entre 1865 e 1867, órgão do Partido Liberal. Em 1869 figurava entre os editores do *Radical Sul-Mineiro*, primeira folha ostensivamente republicana do estado, mas de exígua duração.

Sua próxima empreitada na imprensa periódica foi mais significativa. A partir de 1873 Ferreira Brandão estava à frente do periódico *O Colombo*, folha que propagandeava o republicanismo intensamente. Ferreira Brandão foi o editor principal desse semanário, que circulou entre 1873 e 1874 e depois de um intervalo retornou com maior duração, de 1878 a 1885. O proprietário da folha era Manuel de Oliveira Andrade, outro republicano histórico, e em sua segunda fase o periódico contou com a efetiva participação de Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça.⁶⁸ *O Colombo* foi o ponto de partida para a criação de diversas outras folhas republicanas que surgiram no Sul de Minas. Diversos editores e colaboradores revezavam na produção desses periódicos e vários deles seguiram carreira política no novo regime.

As atividades de Ferreira Brandão no lugarejo não se limitavam à medicina ou à política. Exerceu ainda o magistério público, lecionando as disciplinas de História, Geografia e Matemática. Por mais de uma década foi diretor da Escola Normal de Campanha, instituição bastante destacada na região.

Como político militara no Partido Liberal, mas ao abraçar o republicanismo ao final da década de 1860 tornou-se um dos mais denodados propagandistas da República, organizando no município o Partido Republicano local. Devido sua participação na causa republicana foi eleito deputado à Constituinte logo depois de proclamada a República.

O órgão oficial do Partido Republicano de Campanha era *O Colombo*, que iniciou sua publicação em primeiro de janeiro de 1873, com uma tiragem de 700 exemplares. A folha republicana afirmava em seu primeiro editorial atender a um reclamo regional. Sua intenção era constituir-se em um centro em torno do qual viria agrupar-se todo o Partido Republicano sul-mineiro cujo número de leitores e correligionários, segundo seus editores, aumentava rapidamente.⁶⁹ Com efeito, a circulação do periódico não se restringia a Campanha, sede da tipografia, pois recebia apoio de folhas de outros estados, seus principais interlocutores eram o Partido Republicano Nacional sediado no Rio de Janeiro e o Partido Republicano de Itu, no interior de São Paulo. Como o editor fazia questão de reproduzir todo apoio que encontrava

⁶⁸ Lúcio de Mendonça era fluminense, mas viveu em Campanha por muitos anos, poeta e jornalista, seria um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

⁶⁹ O COLOMBO, primeiro de janeiro de 1873. Ao Sul de Minas. p.1.

na região, é possível fazer um mapa das sedes republicanas sul-mineiras espalhadas pela região que conferiram seu aplauso para *O Colombo*. Durante seus primeiros meses de circulação, recebeu apoio de leitores de Jaguari, Cabo Verde, Conceição da Divisa, Turvo e São Gonçalo do Sapucaí.⁷⁰ Com essas manifestações positivas inferimos que a causa republicana era bem aceita em vários pontos da região, mesmo que por minoria de adeptos. O periódico ainda contou com a nota de encorajamento e felicitações de *A República*, órgão oficial do *Club Republicano* do Rio de Janeiro:

Mais um destemido e ilustrado democrata toma parte nas fileiras republicanas.
Colombo é o título da folha que se acaba de publicar na cidade de Campanha, em Minas, sob a redação principal do dr. Ferreira Brandão.
 Saudando ao nosso colega, desejamos-lhe uma existência prospera.
 Cada combatente que se alista nas filas da grande ideia é para nós uma nova garantia de vitória para a nossa causa.
 A hora dessa vitória só a vontade do povo a pode determinar.
 Até que ela chegue serão frutíferos os sacrifícios individuais feitos em prol da ideia republicana e o exemplo dessas nobres abnegações será sempre um estímulo e um alento para o patriotismo e para o concurso dedicado de todos os bons cidadãos.⁷¹

O programa político de *O Colombo* filiava-se ao do *Club Republicano do Rio de Janeiro*, fundado por Saldanha Marinho em 1870. Este *Club* tinha como órgão oficial *A República*, que circulou entre 1871 e 1874 sob redação de Francisco Cunha e colaboração de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Fernando Lobo e muitos outros.⁷²

O Colombo pretendia atuar como fonte irradiadora das ideias republicanas na região. O periódico receberia a “palavra de ordem” do *Club Republicano Central*, vinda do Rio de Janeiro, para de mais perto transmiti-la a seus correligionários da região.⁷³ Com esse propósito, a educação da massa era o principal intento do periódico. A folha pretendia organizar uma unidade coletiva e compacta de seus correligionários do Sul de Minas. Sua missão manifesta era “doutrinar as massas, esclarecer as inteligências menos favorecidas de instrução”, além de “fazer colar na mente e no coração dos brasileiros as ideias de um governo

⁷⁰ A 8 de janeiro de 1873 o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho de Jaguari manifestou seu apoio e dos 34 membros do partido republicano local. Em 24 de janeiro Antonio de Pádua Dias comentou a boa impressão que o periódico vinha causando em Cabo Verde. Em fevereiro saudaram o semanário republicano Joaquim José de Figueiredo, de Conceição da Divisa; André Martins de Andrade, Juiz no município do Turvo; José Maria Vaz Pinto Coelho e José Coelho Neto, de São Gonçalo do Sapucaí. As manifestações e encorajamento continuaram no mês seguinte com cumprimentos de João Evangelista de Magalhães Chaves e do vigário de Conceição da Divisa, João Pedro Ferreira Lopes.

⁷¹ O COLOMBO, 24 de janeiro de 1873. Novo órgão republicano. p.2.

⁷² HOLANDA, S.B. op.cit. p.314.

⁷³ O COLOMBO, 1 de janeiro de 1873. Ao Sul de Minas. p.1.

democrático, como única forma compatível com as condições normais de vida”. Enfim, pretendia-se uma “sentinela avançada da liberdade no Sul de Minas”.⁷⁴

Podemos resumir os principais posicionamentos de *O Colombo*. Seu objetivo era combater a monarquia, forma de governo considerada anacrônica e que deveria ser substituída pela República Federativa. Ferreira Brandão defendia o federalismo por considerar um sistema que traria mais resultados e riquezas para as províncias, pois essas, muito longínquas, sofriam com a lenta ação do governo central.

No editorial de seu segundo número, de 8 de janeiro de 1873, o editor procura responder à questão “O que somos?” e conclui ser um partido de futuro, pouco interessado nas lutas políticas dos partidos monárquicos, não vendo lugar para si na política imperial ou mesmo importância nas contendas travadas entre os dois caprichosos partidos monárquicos. Ao contrário, o editor apresentava-se como um espectador indignado, mas imparcial, diante da “comédia burlesca” que se observava nas baixas e altas regiões do poder.⁷⁵

Ao contrário dos dois partidos monárquicos, o Partido Republicano era apresentado como pujante e organizado e incansável na propaganda de ideias mais democráticas. Na opinião do editor, os partidos tradicionais se desorganizavam e se desmantelavam, confundindo suas bandeiras. As maiores críticas eram direcionadas ao Partido Liberal, por temer as reformas políticas mais adiantadas.

Dentro do intento de doutrinar seus leitores, destacamos na organização do periódico duas seções em particular. A primeira delas era o “Livro do Povo”, com a intenção de fazer o catecismo republicano publicava e comentava obras que fazia a propaganda republicana. O primeiro livro reproduzido foi *O Libello do Povo*, de Timandro.⁷⁶ A segunda obra reproduzida foi *A República Democrática Federal e Universal* de Fernando Garrido.⁷⁷ Ainda no campo doutrinário, o jornal publicou o extenso *Manual Republicano* de Júlio Barn. Ao reproduzir esse tipo de literatura o editor intencionava que os leitores que tivessem simpatia pelo Partido Republicano conhecessem também seus princípios e mecanismos. Quando reproduziu o livro de Barni indicou: “Leiam-no com atenção, estudem-no que encontrarão nas instituições republicanas o mais belo ideal de governo”.⁷⁸

⁷⁴ O COLOMBO, 8 de janeiro de 1873. O que somos? p.1.

⁷⁵ Ibid. p.1.

⁷⁶ O Libello do Povo foi escrito em 1848 por Francisco de Sales Torres Homem, sob o pseudônimo de Timandro. O texto é considerado um dos mais avançados textos do liberalismo de sua geração. www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23198&sid=387. Cf. HOLANDA, S. B. op.cit.

⁷⁷ Livro de 1856 é a principal obra de Fernando Garrido, autor espanhol identificado com o federalismo utópico do século XIX.

⁷⁸ O COLOMBO, 26 de maio de 1878. Livro do Povo. p.2.

A segunda seção que destacamos é a “Fatos da Monarquia”, onde se registravam acontecimentos e atentados cometidos por abusos das autoridades monárquicas, de pequenos fatos locais a grandes casos nacionais reconhecidos na história do país e que implicavam o desgaste das instituições monárquicas no Brasil.

Outro tema caro nas discussões acerca do republicanismo era a ideia de Revolução. Ferreira Brandão considerava o povo brasileiro muito ordeiro e possuidor de uma índole pacífica, caso contrário uma revolução já teria acontecido no país. O próprio editor era contrário às revoluções. Afirmando confiar na força da ideia e do número crescente de adesões, assinalava: “há de vir o dia em que, pacífica, mansa e legalmente, aparecendo na cena política, só com a presença exortará dos paços da nação os vendilhões que por farrapos a vão mercadejando à cobiça de quanto aventureiro pode comprar-lhe os trabalhos e o suor e o sangue”. O fato de o editor não acreditar ou desejar uma revolução encaixa-o no que Ângela Alonso considera um republicano-evolucionista.⁷⁹ De fato, o principal periódico que sucedeu *O Colombo* foi *A Gazeta Sul-Mineira*, semanário que adotava a alcunha de “republicanos evolucionistas”.⁸⁰

O posicionamento do editor revela sua filiação ao *Club Republicano* do Rio de Janeiro, pois sua argumentação obedecia às principais diretrizes daquele *Club* apontadas por Sérgio Buarque de Holanda.⁸¹ Fundamentalmente, o grupo de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva é identificado como anti-revolucionário e contemporizador, marcado ainda pelo seu pacifismo, esperançoso de haver uma mudança nas instituições sem acarretar uma perigosa convulsão no país. Conforme Holanda, este grupo optara firmemente pela reforma.

Nos discursos analisados por Holanda, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva insistiam que não se deveria de modo algum recorrer à violência para chegar à meta desejada, e condenavam a imprudência dos que erguiam vivas à República de maneira violenta. De acordo com o autor, “evolução, não revolução: era este o lema endossado pelos principais adeptos do manifesto de 1870”, porque os signatários do documento acreditavam que a evolução da sociedade humana iria levar fatalmente à República.⁸²

Igualmente, o grupo de Campanha, liderado por Ferreira Brandão, confiava em uma evolução, não encampando a ideia revolucionária, eram respeitadores das leis e dos poderes constituídos. Comungavam com a ideia de que, para que a liberdade se consolidasse, era

⁷⁹ ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁸⁰ A alcunha “republicanos evolucionistas” era repetida semanalmente no subtítulo do periódico.

⁸¹ HOLANDA, S.B. op.cit.

⁸² Ibid.

preciso respeitar as limitações do direito e da justiça. Por essa senda, faziam campanha pela reforma da Constituição e posicionavam-se contrariamente a uma insurreição armada, considerada prejudicial, trazendo o risco de produzir maior centralismo. A Revolução que desejavam, nas palavras do editor, era a instrução do povo, que conscientes elegeriam cada vez mais republicanos. Enquanto essa consciência nacional não fosse atingida, a missão do partido e do periódico era fazer a propaganda republicana.

Em análise sobre o desenvolvimento do republicanismo no país, o editor afirmava que nos dois últimos anos havia ocorrido um considerável aumento no número de seus correligionários, que iam se tornando mais barulhentos e que já haviam se inoculado em todas as camadas sociais, “entranhando raízes imorredouras no solo e no coração dos brasileiros”.⁸³ Para Ferreira Brandão, o sucesso da expansão republicana a todos os meios e estratos era devido, principalmente, às ações do *Club Republicano* do Rio de Janeiro, que iniciara “verdadeiro incêndio, imenso e inextinguível” no país. O resultado do incêndio era a depuração das velhas crenças monárquicas. Dessa forma, de acordo com o editor, o republicanismo iria se entranhar de forma natural na índole e nos costumes do povo brasileiro.⁸⁴

Por outro lado, na década de 1870 existia grande preconceito contra os republicanos, acusados de anarquistas, de geração bastarda e de possuírem uma “consciência transviada”.⁸⁵ No âmbito regional, diversas acusações foram feitas contra o grupo de Ferreira Brandão por parte de *O Monarquista*, periódico rival também sediado em Campanha. As duas folhas se envolveram em diversas contendas, passando por tumultos em cerimônias oficiais até a quebra de tabuletas do comércio com signos imperiais, além dos constrangimentos de ambas as partes com troca de provocações e troças sobre suas ideologias opostas.

Outras críticas constantes nos editoriais do periódico referiam-se ao Poder Moderador e ao Senado Vitalício. *O Colombo* também apontava como urgente as reformas da Guarda Nacional, da Justiça e Religiosa, a fim de que se revitalizassem as instituições rotas e carcomidas da monarquia.

Nos dois primeiros anos de sua circulação, *O Colombo* informou o processo de formação e organização do Partido Republicano local, mas com poucas informações. O dado mais efetivo foi em torno da primeira reunião noticiada aos 16 de janeiro de 1873. O encontro realizou-se na residência de José da Cruz Alvarenga e Mello e compareceram 32

⁸³ O COLOMBO, 8 de janeiro de 1873. O que somos? p.1.

⁸⁴ O COLOMBO, 08 de janeiro de 1873. O Jornalismo da Campanha. p.2.

⁸⁵ Ibid.

correligionários, com cinco mensagens justificando ausência. O Partido começara, portanto, com 37 membros. Além disso, existia o medo de reprimendas policiais e por semanas o periódico reproduziu ameaças de ataques contra seus correligionários. O momento era tenso pois, na mesma semana, ocorrera grave confronto com a polícia na tipografia de *A República* no Rio de Janeiro.

Realizada a reunião, os republicanos deliberaram e unanimemente decidiram: a) Constituir o *Club Republicano Campanhense*; b) Dirigir convites a outras freguesias; c) Constituir mesa com Presidente e dois secretários; d) Constituir comissão com cinco membros para elaborar estatuto de acordo com o *Club Republicano do Rio de Janeiro*; e) *O Colombo* tornou-se órgão legítimo do *Club*; f) Seriam aceitos novos filiados independente do passado político de cada um. O periódico não informa quais foram os membros eleitos para a presidência e demais funções que foram estipuladas, menciona apenas que no dia da reunião a força policial esteve eriçada e que a oposição fizera preparativos bélicos esperando arruaças por parte dos republicanos.

É importante destacar que os órgãos republicanos do período estavam comumente ligados à formação dos *Clubs* republicanos da Província. Havia um estreito laço entre o jornal e o *Club*, tanto na divulgação e promoção de atividades como na articulação partidária de cada município e suas redondezas. O jornal carregava consigo o registro da vida social ao desenvolver estratégias que possibilitassem amplas adesões, muitas efusivamente comemoradas, como o ingresso de pessoas proeminentes. Essas adesões representavam o descontentamento de determinados segmentos sociais com a monarquia e, se não contribuíram para fazer avançar o projeto republicano, importaram para a ampliação das fileiras partidárias.⁸⁶

Ao final do seu último ano de circulação, *O Colombo* anunciou que seria substituído por *A Batalha*, folha sediada em São Gonçalo do Sapucaí e de propriedade de Thomaz Delfino, mas ainda em 1885 este periódico também deixou de circular, sendo substituído por *A Gazeta Sul-Mineira*. Se comparada aos demais, a *Gazeta* teve extensa duração (1885-1894). Também foram continuadores das ideias de *O Colombo* os periódicos *O Novo Estado*, sediado no município de Machado e editado por José Joaquim dos Santos, e *A Revolução*, de Manuel de Oliveira Andrade, sediado em Campanha. Muitos desses periodistas se reuniram mais uma vez no município de Campanha para organizar a folha *O Minas do Sul*, jornal separatista que

⁸⁶ ANDRADE, M. G.; HANRIOT, R. op.cit.

circulou entre 1892 e 1894.⁸⁷ Com o desaparecimento de *O Colombo*, duas outras folhas merecem destaque na imprensa periódica republicana do Sul de Minas: *A Gazeta Sul-Mineira* e *A Revolução*.

A Gazeta Sul-Mineira circulou entre 1885 e 1894, com duas fases distintas: a primeira estende-se de 1885 a 1888 e a segunda foi publicada a partir de 1891. Na primeira fase o periódico era propriedade de Francisco Bressane de Azevedo e contava com dois editores, Américo Werneck e Thomaz Delfino. Com a saída do último, Werneck passa a gerenciar a folha e integra-se ao grupo o antigo proprietário de *O Colombo*, Manuel de Oliveira Andrade. Os dois periódicos guardavam muitas semelhanças e *A Gazeta* pode ser considerada continuadora de *O Colombo*.

A Gazeta Sul-Mineira fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados.

Nas folhas de *A Gazeta Sul-Mineira*, sob o lema: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara”⁸⁸, as ideias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os editores do periódico os problemas da transição da mão de obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias, para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro o semanário assinalava que deveria se dar a abolição imediata.

Podemos perceber que as ideias de *A Gazeta Sul-Mineira* ainda eram as mesmas das edições passadas de *O Colombo*, ainda no ano de 1873. A novidade era a anunciada adesão de *A Gazeta Sul-Mineira* ao abolicionismo. Embora abolicionista, *O Colombo* não se manifestou diretamente quanto a esse assunto na sua primeira fase, aderindo à causa enfaticamente apenas a partir de 1878, sob a redação de Lúcio de Mendonça.⁸⁹

⁸⁷ Cf. capítulo 2.

⁸⁸ GAZETA SUL-MINEIRA, 16 de maio de 1886. p.1.

⁸⁹ De acordo Gilberto Freire os jornais do final do Império que aderiram ao movimento emancipador, por escrúpulos, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e, sobretudo, de fuga ou de desaparecimento de escravos, postura abraçada por *O Colombo*, além do mais a 2 de outubro de 1871, Ana Matilde Ferreira Brandão, esposa de Francisco Honório, libertou sua escrava Joana que dera a luz a Ambrosina, que já nasceu livre em virtude da Lei do Ventre Livre. Ferreira Brandão e sua esposa foram os padrinhos da criança. Cf. VEIGA, Cynthia Greive. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. **Revista Brasileira de Educação**. n.21, set-dez. 2002. FREIRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Nacional, 1979. p.16.

Outra folha a empenhar-se na propaganda republicana no Sul de Minas foi *A Revolução*, principal órgão da imprensa republicana radical, sob a redação do seu proprietário Manuel de Oliveira Andrade⁹⁰. O semanário perdurou de 5 de janeiro de 1889 a 15 de dezembro do mesmo ano, quando, proclamada a República, não viu mais motivos para sua circulação e encerrou sua produção. Além do redator e chefe, Manuel Andrade, colaboravam os republicanos históricos Jonas Olinto, Aristides Lobo, Américo Werneck e Aristides Maia.

Nos meses que antecederam a Proclamação da República, *A Revolução* fazia críticas incisivas à Monarquia e aos partidos políticos imperiais. Em comparação com o linguajar que *O Colombo* utilizava em 1873, percebemos que, ao longo de quase duas décadas, o tom do discurso nos periódicos republicanos locais progrediu e se tornou cada vez mais combativo. O ápice dessa hostilidade se deu durante os primeiros meses de circulação de *A Revolução*. Como o próprio nome do periódico indica, as ideias republicanas avançaram a ponto de abraçarem o intento revolucionário, desacreditado no início da década de 1870.

Depois de proclamada a República o discurso do periódico não se abrandou, permaneceu duro, assumindo a necessidade de os históricos monopolizarem o novo regime, não admitindo em seu seio os “homens corrompidos do velho regime”.⁹¹

Em artigo reproduzido de Antônio Bento, liderança republicana histórica paulista, desconfiava e até anatematizava o novo regime, caso o monopólio do governo não pertencesse aos históricos: “Não quero nada da República, mas, se ela tem de acolher em seus seios esse homens gastos que arruinaram a monarquia e que hoje querem explorá-la, maldita seja ela”.⁹²

Como *A Revolução* era o principal periódico republicano local em circulação em novembro de 1889, mediante suas folhas encontramos informações sobre a nova organização política nos arrabaldes de Campanha e as primeiras medidas para adequar-se ao novo regime. O jornal publicou, por exemplo, que aos 17 de novembro, em casa do correligionário Martiniano da Silva Reis Brandão, os membros do *Club Republicano* e mais alguns cidadãos resolveram unanimemente aderir ao movimento que deu resultado à proclamação da República do Brasil; resolveram, também por unanimidade, nomear uma comissão para

⁹⁰ Encontramos poucas informações sobre a biografia de Manuel de Oliveira Andrade, mas sua participação na causa republicana na região foi enormemente destaca. Fundador e proprietário de *O Colombo* em 1873, permaneceria atuando na produção do periódico até 1885. Depois comporia o grupo de *A Gazeta Sul-Mineira* como redator até 1888, quando a mesma deixou de circular. Então Manuel Andrade fundou *A Revolução*, o mais radical dos três periódicos em que trabalhara. Membro do Partido Republicano local desde sua criação, 1873. Curiosamente, liderança por tanto tempo, o editor não conseguiu dar sequência na sua carreira política e desapareceu no cenário republicano prematuramente.

⁹¹ A REVOLUÇÃO. 23 de novembro de 1889. Um conselho aproveitável. p.3.

⁹² Ibid. p.3.

organizar o partido local, composta das seguintes pessoas: Francisco Honório Ferreira Brandão, Presidente; José Brás Cesarino, Primeiro Secretário; Zoroastro de Oliveira, Segundo Secretário; Marcos Coelho, Tesoureiro. Também participavam da comissão Joaquim Leonel de Rezende Alvim, Martiniano da Silva Reis Brandão, José Luiz Pompeu da Silva, Saturnino de Oliveira e muitos outros.

Outra notícia significativa dizia respeito à viagem de Manuel de Oliveira Andrade, redator chefe da folha, e Américo Werneck, chefe do partido no distrito, que seguiram para a capital federal assim que tiveram notícia da Proclamação da República, para tratar dos interesses do partido sul-mineiro perante o governo provisório.⁹³

Em notícia do dia 9 de dezembro de 1889, o periódico informava que o destacado republicano histórico, Lúcio de Mendonça, editor de *O Colombo* em sua segunda fase - 1878 a 1885 - fora aclamado para representar a região do Sul de Minas na Constituinte⁹⁴. Seu nome se impunha, segundo o editor, por ter sido um dos precursores da República na região, fazendo a propaganda ideológica por vários anos na imprensa local. Lúcio de Mendonça também seria nomeado secretário do Ministro de Justiça de Campos Sales. Nomeação que o periódico exultou, considerando-a digna e honrosa. A ascensão do republicano radical era bastante significativa. Lúcio Mendonça era tido como um republicano ortodoxo, doutrinário inflexível, crítico ferrenho dos "apostatas" de Minas e defensor da disciplina partidária e da coerência de princípios. Não admitia a conciliação, nem as alianças com os antigos monarquistas. Essa era sua posição desde muito antes da proclamação, considerando que os republicanos não deveriam compor o governo monarquista. Igualmente, os antigos monarquistas não deveriam participar do novo governo republicano.

Acerca desse mote, o posicionamento intransigente de Lúcio de Mendonça e o d'A *Revolução* foi combatido por João Bressane na segunda fase de *A Gazeta Sul-Mineira*, dividindo o grupo dos históricos sul-mineiros. O grupo que se formara em torno de *O Colombo* e permanecera coeso desde 1873, com a proclamação da República divergiu quanto à participação de monarquistas no novo regime. Enquanto Lúcio Mendonça exigia o monopólio dos republicanos históricos no governo, João Bressane admitia um governo de conciliação e, para defender essa postura, refundou a *Gazeta Sul-Mineira*.

Proclamada a República, o grupo responsável pela editoração dos periódicos republicanos se viu excluído pelo novo governo instalado em Minas Gerais. Com o comando de Cesário Alvim os principais cargos ficaram nas mãos dos chamados republicanos adesistas,

⁹³ A REVOLUÇÃO. 23 de novembro de 1889. Partida. p.3.

⁹⁴ A REVOLUÇÃO, 9 de dezembro de 1889. 11º Distrito: Lúcio de Mendonça. p.1.

enquanto os históricos permaneceram alijados. Extremamente insatisfeitos, promoveram um movimento que tinha o objetivo de separar o quinhão sul-mineiro e constituir-se em nova federação. Derrotados novamente em mais essa empreitada, o grupo se dividiu. Francisco Bressane aliou-se a Silvano Brandão e aos republicanos adesistas, enquanto Américo Werneck se mudou para Águas Virtuosas para investir na exploração das águas minerais da desconhecida estância, vislumbrando novos horizontes para sua carreira política. Enquanto Ferreira Brandão, principal liderança histórica, afastou-se da política estadual alegando não poder conciliá-la com suas atividades médicas, mas permaneceu como chefe do Partido Republicano do município, participando da edição do periódico *A Campanha* (1900-1935). Rodeado de colaboradores do tempo da propaganda republicana, Ferreira Brandão ainda manteve voz ativa na vida política local, embora jamais tenha ocupado altos cargos como outros personagens aqui citados. Esses personagens tiveram participação decisiva nos episódios investigados nos capítulos seguintes deste trabalho.

CAPÍTULO 2 O MOVIMENTO SEPARATISTA SUL-MINEIRO DE 1892: ENFRENTAMENTO ENTRE AS FACÇÕES SUL-MINEIRAS

2.1 O movimento separatista sul-mineiro de 1892

Parece-me escusado insistir na rememoração de fatos tão recentes; cumpre, entretanto, não perder de vista a íntima ligação com que se produziram. Desabrida oposição pela imprensa em linguagem sediciosa e anárquica; exploração da carestia dos gêneros alimentícios e mercadorias de primeira necessidade, em grande parte exagerada com o fim de superexcitar o sentimento popular; monstruosa campanha de descrédito no estrangeiro; formigamento incessante de boatos aterradores, com que a um tempo se tateava e se incitava o ânimo público; e, emergindo de todo esse trabalho subterrâneo, a revolta das fortalezas de Santa Cruz e Lage, no dia 20 de janeiro.

Dominada esta, e apesar da prudência e da tolerância do governo, indicando assim o desejo de uma política de paz e de concórdia, viu a Nação a recrudescência das hostilidades na imprensa e na via pública, tentativas de greves, emissários agitando, ora a ideia separatista, como em Minas Gerais, ora movimentos sediciosos, até mesmo dentro dos quartéis, como em São Paulo e Mato Grosso; as tentativas de aliciação da força pública nesta capital, a intimação provocadora e acintosa, dirigida por treze generais ao Chefe do Estado, e, por último, a explosão do dia 10 de abril (...).

Todos estes fatos se concatenam como os elos de uma mesma cadeia; uns elucidam os outros; e é nesta ligação profunda e irrecusáveis que os haveis de considerar, para fazer justiça à segurança e retidão de vistas, e à escrupulosa escolha de meios com que procedeu o Governo; na gravíssima situação que tais fatos criaram.⁹⁵

No trecho acima o então Presidente da República em exercício, Floriano Peixoto, comentava as dificuldades encaradas no início do seu governo e a resistência enfrentada contra diferentes setores da sociedade e em diversas partes do país, configurando um cenário de grave crise política e de complexa adaptação ao regime republicano. O Presidente descreve a sublevação ocorrida na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro, quando cerca de 150 presos, capitaneados pelo sargento Silvino Honório de Almeida, sublevaram-se na fortaleza na qual estavam detidos como forma de protesto à presidência de Floriano Peixoto. O grupo, armado, intimidou outros praças a aderirem à revolta, sendo acompanhados em seguida por alguns oficiais da Fortaleza de Lage. Retendo os militares que tentaram conter o movimento, os revoltosos endereçaram um ofício a Floriano dando-lhe o prazo de duas horas para renunciar ao governo em favor de Deodoro ou de uma junta governativa, sob a ameaça de bombardear a cidade do Rio de Janeiro. A rebelião, contudo, fracassou e os amotinados de

⁹⁵ Relatório do Presidente da República Floriano Viera Peixoto, 1892.p.4-9. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 19 maio 2012.

Santa Cruz renderam-se no mesmo dia sob a mira de um cerco naval com um saldo de dezenove feridos.⁹⁶

Com efeito, o período florianista foi pródigo de manifestações exaltadas. Em 31 de março de 1892, 13 generais do Exército e da Marinha enviaram um ultimato ao Presidente, a fim de que marcasse eleições para a Presidência da República. O “Manifesto dos 13 generais”, como ficou conhecido, contestava a legitimidade do governo, condenava as atitudes de Floriano Peixoto contra rebeliões nos estados e solicitava convocação de nova eleição para a Presidência da República. No dia seguinte à publicação do manifesto, o Presidente mandou reformar os signatários e prender alguns deles. Esses generais seriam anistiados pouco tempo depois, mas outros incidentes vieram somar-se ao precedente. Já no dia 10 de abril do mesmo ano, segundo o historiador Edgard Carone, nova tentativa de golpe foi impetrada pelo Tenente Coronel Mena Barreto, mas, descoberto por Floriano Peixoto, não se verificou, embora o governo seguiria ameaçado em episódios como a Revolta da Armada e a deflagração da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul.⁹⁷

Esses episódios conferiam ares de tensão ao governo de Floriano Peixoto e, concatenado às demais agitações espalhados pelo país, deflagrou-se o *Movimento Separatista Sul Mineiro*, que conectava as disputas locais no interior de Minas ao grave contexto nacional. Evidenciando que as disputas entre as facções locais ainda não haviam sido solucionadas desde a Proclamação da República e que os antigos republicanos permaneciam insatisfeitos e fora do poder do Estado.

O *Movimento Separatista Sul Mineiro* foi bem organizado e contou com a criação de um órgão oficial na imprensa, um batalhão e uma Junta Governativa. Por outro lado, também insurgiu no Sul de Minas um segundo agrupamento político contrário à separação da região. Esse grupo, comandado por Silviano Brandão e sediado em Ouro Fino, também criou um periódico e em suas folhas enaltecia as ideias de coesão e harmonia dentro do estado de Minas Gerais. Dessa forma, a análise do movimento separatista sediado em Campanha justifica-se

⁹⁶ SILVA, Ana Carolina Feracin. **Entre a pena e a espada**: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895). Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

⁹⁷ Cf. BELLO, J. M. **História da República** – Primeiro Período: 1889-1902. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 159-192; CARONE, E. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difel, 1983. p. 101-139; COSTA, J. C. **Pequena História da República**. São Paulo: Brasiliense. 1986. p. 58-65; QUEIROZ, S. R. R. **Os radicais da Republica**. Jacobinismo: ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense. 1986. p. 20-26; FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso In.: FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. (Orgs.), **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. São Paulo: Civilização Brasileira. 2003. p. 47-88; RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. (Orgs.) op.cit p. 91-110.

por demonstrar o primeiro embate travado em território sul mineiro entre os políticos locais divididos em duas vertentes. A análise do episódio evidencia que não houve unanimidade na região em relação a sua independência de Minas Gerais e tampouco consenso quanto aos rumos do novo regime republicano, apresentando-se a elite regional fracionada. O *Movimento Separatista 31 de Janeiro* foi uma manifestação política dos republicanos históricos de Campanha e arrabaldes insatisfeitos com o rumo “adesista” que o novo governo ganhou, principalmente com a manutenção de Cesário Alvim na Presidência do Estado.

A ideia de dividir Minas Gerais em duas províncias ou estados não era nova: havia perto de 50 anos que ela fora aventada e por vezes foi levada ao seio da Assembleia Geral. Entre 1842 e 1892 nada menos do que oito tentativas de separar parte do Sul de Minas do restante do estado foram feitas. Algumas com maior relevância em conformidade com o cenário nacional, como da Revolução Liberal de 1842, e outras não passando de desavenças locais.⁹⁸

⁹⁸ Dentre as tentativas de separação do Sul de Minas no século XIX merecem destaque alguns episódios. O primeiro projeto de teor separatista apresentado à Câmara dos Deputados, em 1842, propunha a anexação do Sul de Minas ao território de São Paulo. Este episódio está relacionado com o contexto da Revolução Liberal de 1842 e sua apreciação deve ser realizada em conexão com a historiografia nacional acerca do tema. Nesta oportunidade o plano separatista encontrou resistência por parte de políticos mineiros que pretendiam a criação de uma unidade administrativa independente na mesma região. Em 1844 o Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga submeteu à consideração da Câmara dos Deputados um segundo projeto de lei que dividia a província. Mas não foi levado adiante. Em 1853, aproveitando a discussão na Câmara Federal do projeto de criação da província do Paraná também se reacenderam as discussões sobre a divisão territorial de Minas Gerais e sobre a criação de uma nova província na região. Nessa oportunidade o então deputado Cruz Machado propôs que se discutisse conjuntamente a separação sul-mineira, a fim de que, em vez de uma, criassem-se logo as duas províncias – a do Sul de Minas e a do Paraná, pois assim se poderia melhor fixar os limites das antigas confinantes. Por essa mesma ocasião os deputados do Rio de Janeiro Francisco Octaviano Pereira da Silva e Cândido Borges foram portadores e fundamentaram diversas representações de municípios sul-mineiros, pedindo a efetividade daquele projeto; e alegavam, entre outras razões, a longa distância em que ficavam da capital da província as cidades do Sul de Minas. Com o fracasso dessas tentativas, outras se sucederam, porém com maior apelo político. Em 1862 o deputado Evaristo da Veiga apresentou um novo projeto de lei dividindo a província mineira em duas, recebendo a nova denominação de *Minas do Sul*. Esse projeto foi assinado por 47 deputados e recebido com tão boa aceitação, que seria aprovado, se, no ano seguinte, não fosse dissolvida a Assembleia Geral. Em matéria de detalhamento e forma, o projeto de Evaristo da Veiga significou uma evolução das ideias separatistas esboçadas no projeto de 1854. Nele estão apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores. Em 1868, as disposições gerais do projeto de Evaristo da Veiga serviram de base para outro Projeto de Lei, apresentado pelo deputado mineiro Américo Lobo. Neste outro projeto Minas Gerais seria dividida em duas províncias, recebendo a nova o nome de *Sapucay*. A mesma seria composta pelas comarcas de Baependi, Jaguari, Sapucaí e Rio Grande e sua capital seria a cidade de Campanha. Menos pretensioso que o projeto anterior, o projeto de Américo Lobo também era claro quanto às divisas territoriais e às novas repartições administrativas municipais do Sul de Minas Gerais. No ano seguinte, tendo sido julgado objeto de deliberação tais projetos e dando-se preferência a este último, foi posto na ordem do dia, mas não chegou a ser discutido. Em 1876, Bernardo da Veiga, parente próximo dos autores dos projetos de 1844 e 1862, endereçou à princesa regente D. Isabel um extenso memorial sobre o assunto separatista e pedindo a anuência real a causa. Finalmente, aos 8 de julho de 1884, um último projeto separatista foi apresentado à Câmara dos Deputados por Olímpio Valadão. Seu teor e forma eram semelhantes aos projetos anteriores, sendo que a circunscrição proposta para a nova província limitava-se apenas às comarcas do Sul de Minas Gerais. (Monitor Sul-Mineiro, 26 de agosto de 1880, p. 1-2).

O Movimento Separatista de 1892 ganhou maior relevância com o conturbado contexto nacional. Acontecimentos como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e os diversos movimentos sociais urbanos e rurais (jacobinismo, movimentos restauradores e conflito de Canudos) conferiam ao período grave instabilidade.⁹⁹ Além disso, O *Movimento Separatista 31 de Janeiro* também se distingue por seu radicalismo e organização. Enquanto os projetos divisionistas anteriores se restringiram a discussões na Câmara dos Deputados, o movimento de 1892 ganhou as ruas e seus líderes proclamaram a região independente do restante de Minas, criaram uma Junta Governativa, formaram um batalhão e começaram a pressionar o imediato reconhecimento federal. Cumpre observar que a orientação política desse movimento era bastante diferente dos projetos parlamentares apresentados durante o Segundo Império. Enquanto as primeiras empreitadas divisionistas propunham medidas legais para a provincialização da região, os adeptos do Movimento Separatista *31 de Janeiro* não hesitavam em dispor de medidas anticonstitucionais para conquistarem seu intento.¹⁰⁰

A liderança do movimento coube a Martiniano da Fonseca Reis Brandão, republicano histórico insatisfeito com o alijamento político advindo com o novo regime. Martiniano era irmão de Francisco Brandão, principal nome do republicanismo histórico na região desde seu trabalho na imprensa periódica à frente de *O Colombo* entre 1873-1874.¹⁰¹

Proclamada a separação do Sul de Minas, no dia 31 de Janeiro de 1892, constituiu-se uma Junta Governativa composta pelos seguintes líderes políticos: Martiniano da Fonseca Reis Brandão, José Luiz Pompeu da Silva, Manoel de Oliveira Andrade,¹⁰² Francisco Bressane de Azevedo e Joaquim de Oliveira, todos republicanos históricos. Os três primeiros membros moravam em Campanha e os dois últimos eram de São Gonçalo do Sapucaí e Cambuí, respectivamente, cidades em que a separação sul-mineira também fora abraçada. Ainda aderiram à separação os municípios de Três Corações e Machado e a cidade de Campanha foi escolhida como sede da capital temporária. A Junta Governativa Provisória foi aclamada na Praça da Liberdade no município de Campanha por mais de 500 pessoas e a

⁹⁹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009. CARONE, E. **A república velha**: II Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983. CHALHOUN, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

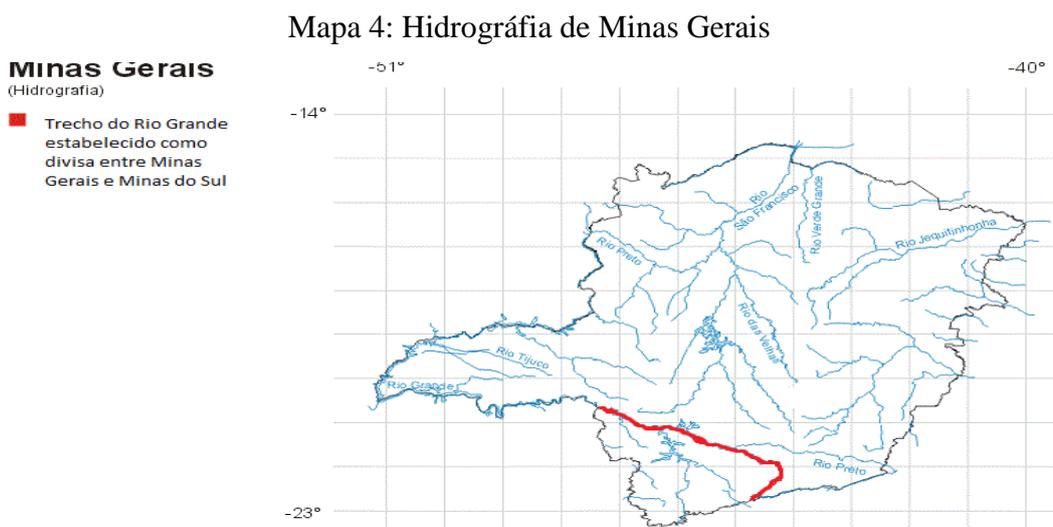
¹⁰⁰ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. “Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Mariana. v. 6, ano 3, n.2. 2008. p. 69.

¹⁰¹ Cf. Capítulo 1.

¹⁰² Importante liderança histórica que participou dos três principais periódicos republicanos do Sul de Minas. Manoel Andrade foi proprietário de *O Colombo* e *A Revolução*, além de trabalhar na edição de *A Gazeta Sul-Mineira*. Cf. Capítulo 1.

forma organizada com que os acontecimentos se deram indicam que o movimento separatista fora orquestrado e preparado há algum tempo.

Os membros da Junta Governativa aguardavam uma rápida manifestação favorável do Governo Federal, que deveria reconhecer a divisão mineira e sancionar, no menor prazo, a separação do território de “além Rio Grande”, que a partir de então constituiria o novo estado, Minas do Sul. (Mapa 4).



Modificado a partir de: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://asnovidades.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Mapa-de-Minas-Gerais-hidrografia>. Acesso em: 27 dez. 2010.

Juntamente com a separação e proclamação da Junta Governativa nasceu o periódico *Minas do Sul*, para ser seu órgão oficial e para sustentar e defender o novo estado. Todos os atos e resoluções da Junta Governativa seriam nele publicados com caráter legislativo e deveriam ter, para seus efeitos jurídicos, a força da obrigatoriedade. O periódico também fazia a propaganda divisionista, ao mesmo tempo em que buscava e publicava o apoio recebido de outras cidades do Sul de Minas e combatia os rivais da ideia separatista.¹⁰³

A publicação do periódico *Minas do Sul* aconteceu em duas fases distintas. A primeira, com apenas duas edições, em 19 e 27 de fevereiro de 1892, ocorreu durante a proclamação do movimento e a curta duração da separação sul-mineira. Neste período o periódico recebeu inúmeras contribuições como a de Martiniano da Fonseca Reis Brandão e a de José Luis Pompeu da Silva, responsáveis pela eclosão do movimento e membros da Junta Governativa. Em seu primeiro número um longo editorial foi assinado por Francisco Honório Ferreira Brandão, saudando a emergência do novo estado e a sua Junta Governativa.

¹⁰³ MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Proclamação. p.2.

Mas, com o fracasso do movimento, a folha deixou de circular por alguns meses, retornando aos 4 de agosto de 1892 e continuando sua publicação por mais um ano. Nesta nova fase, sob a redação de José Luis Pompeu da Silva, *O Minas do Sul* questionava ostensivamente a nova organização republicana e os vícios políticos do novo regime. Tornara-se mordaz em relação à República e denunciava o continuísmo desta em relação às políticas do Império.

Durante todo o desenvolvimento da campanha separatista, *O Minas do Sul* contou com forte apoio de outros periódicos locais, dentre eles *O Novo Estado*, sediado em Machado e editado por José Joaquim dos Santos e, principalmente, *A Gazeta Sul-Mineira*, antigo periódico republicano e abolicionista que estava sob a direção dos irmãos Francisco e João Bressane de Azevedo.

Depois de proclamada a Junta e colocado em circulação o periódico, também foi criado o “Batalhão Patriótico”, com o fim de auxiliar o movimento separatista contando com muitas dezenas de voluntários. *O Minas do Sul* informou que o batalhão se encontrava completamente fardado, municiado, e que todos os dias nele se iam alistar novos soldados, principalmente jovens, identificados com a causa.¹⁰⁴

Dessa forma, todos estes fatores: a organização do batalhão, a criação de um órgão oficial na imprensa, e, principalmente, a proclamação de uma Junta Governativa composta por membros reconhecidos na região; conferiam organização e prestígio ao movimento separatista, visto que todos esses elementos davam um tom oficial e definitivo ao episódio da separação.

Para os manifestantes do município de Campanha, o momento vivido no âmbito nacional, de conturbada adaptação ao novo regime republicano, constituía um momento ideal para o Sul de Minas separar-se do restante do estado. No entanto, o principal motivo que levou à tentativa de separação é difícil precisar, mais correto seria falar em motivos, cabendo a cada um deles menor ou maior relevância no episódio. Sendo assim, os editores de *O Minas do Sul* justificaram o movimento separatista sul-mineiro, dentre outras razões, devido à decepção dos republicanos históricos com o governo geral; a difícil relação que a região mantinha com a distante capital Ouro Preto; as finanças do estado que faziam a região sentir-se extremamente prejudicada com a falta de investimentos em sua infraestrutura; as lideranças políticas que ocupavam altos cargos no governo estadual desagradavam às lideranças locais; as modificações na legislatura do poder e ação das municipalidades não foram bem aceitas; o

¹⁰⁴ MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Batalhão Patriótico. p.4.

processo das eleições municipais era denunciado como corrupto e, por último; o sonho de criar um estado mais organizado, mais justo, próspero e mais simples de governar acalentava as esperanças separatistas.

Dentre os motivos alegados para a eclosão do movimento separatista destacamos as principais queixas dos manifestantes: primeiramente a complicada relação que os separatistas mantinham com a distante capital do estado, a histórica Ouro Preto, e as administrações lá estabelecidas. Em segundo lugar as considerações quanto à extensão de Minas Gerais e a dificuldade de administrar de modo equânime um estado de tamanho colossal. Por último, as reclamações sobre o erário e o desequilíbrio das finanças do estado quanto à contribuição que cada uma das sub-regiões fazia. Todos esses aspectos derivam da mesma reclamação: a insatisfação com o governo de Cesário Alvim e a direção adesista que o regime ganhou em Minas Gerais.

Os separatistas queixavam-se que o Sul de Minas estava muito distante de Ouro Preto e sem boas condições de transporte para fazer a necessária ligação entre os municípios da região e a capital. Esse fator fazia com que o comércio sul-mineiro fosse feito todo com os portos do Rio de Janeiro e com o de Santos e até suas relações eclesiásticas eram realizadas com São Paulo, não existindo qualquer espécie de relações entre a região e a capital do estado.¹⁰⁵

Os separatistas afirmavam que Minas Gerais, com três e meio milhões de habitantes, representando a 4ª parte dos brasileiros, rompia o equilíbrio da União. Consideravam o estado de Minas Gerais uma anomalia política e administrativa com sua colossal extensão de 19.000 léguas quadradas e enorme população. Por outro lado, o Sul de Minas, com apenas 3.000 léguas quadradas e uma população de 860.000 almas, possuía tamanho ideal para formar um novo estado, mais próspero e organizado.

Quanto às finanças estaduais, os manifestantes assinalavam uma grande irregularidade: o Sul de Minas, com uma sexta parte do território mineiro e com uma quarta parte da população estadual, concorria para a administração de Ouro Preto com cerca de 38% da renda total do Estado de Minas.¹⁰⁶

De acordo com a argumentação dos editores, esses algarismos demonstravam que uma pequena fração do território mineiro tinha em si condensada a quarta parte de toda a população do Estado, e que essa população concorria para os cofres públicos com o equivalente a mais de uma terça parte da renda total de Minas Gerais. O excessivo peso

¹⁰⁵ MINAS DO SUL, 27 de fevereiro de. 1892. Minas e a sua divisão. p. 3 e 4.

¹⁰⁶ MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de. 1892. Manifesto aos mineiros d'aquém Rio Grande. p.2.

tributário arcado pela região, segundo os editores, era gasto em investimentos e melhoramentos nas regiões Centro e Norte do estado, cabendo ao Sul a condição de desprezível possessão tributária.¹⁰⁷

Por último, os manifestantes separatistas também afiançavam que o desequilíbrio das rendas do Sul, Centro e Norte tornavam essas regiões odiosas entre si. Afirmavam que o território mineiro era vasto demais para se manter em pé de igualdade com os outros estados federação brasileira, que lhes levava sobeja vantagem em administração, organização e peso político.

Destacamos que essa argumentação é o exato oposto da argumentação encontrada no periódico *Gazeta de Ouro Fino*, que afirmava que a força de Minas Gerais estava justamente na sua coesão política e integridade territorial, maneira pela qual Minas Gerais conseguia ser respeitada no âmbito nacional.

Nos últimos tempos, com o advento da República, os separatistas haviam ficado mais esperançosos de que o governo da capital do estado de Minas atendesse às demandas da região, auxiliando sua indústria e lavoura e tratando-os em pé de igualdade com as regiões do norte. Mas, de acordo com os manifestantes, isso não ocorreu. A nova administração republicana só aprovava o despotismo e repetia os mesmos erros. Condição que agravava o descontentamento regional e motivava a imediata independência do quinhão sul-mineiro.¹⁰⁸

Além das reclamações quanto à divisão financeira e o erário estadual, majoravam críticas políticas no semanário separatista. Todas elas voltadas contra ao governo de Cesário Alvim. O periódico questionava a tardia adesão do Presidente do Estado ao republicanismo e suas ações à frente do governo estadual.

Cesário Alvim havia sido indicado o primeiro Presidente do estado de Minas, em função de suas ligações prévias com Deodoro da Fonseca, muito embora não tivesse sido um republicano histórico. Passou a liderar em Minas Gerais um grupo que conferia sustentação política ao Presidente da República, o que dividiu internamente as suas bases de sustentação. Segundo Viscardi, lideravam a oposição a Cesário Alvim duas figuras ligadas desde cedo à propaganda republicana: Fernando Lobo e Antônio Olinto dos Santos Pires.¹⁰⁹ Não por acaso duas lideranças do episódio em análise eram Jonas Olinto, irmão de Antônio, e Reis Fonseca, primo de Fernando Lobo.

¹⁰⁷ MINAS DO SUL, 24 de agosto de. 1892. A divisão do Estado de Minas Gerais. p.1.

¹⁰⁸ MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de. 1892. Manifesto aos mineiros d'aquém Rio Grande. p.2.

¹⁰⁹ Cf. VISCARDI, Cláudia M. R. "Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República". **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

Por outro lado, contra a ideia divisionista insurgiu no Sul de Minas um grupo contrário à separação, liderada por Silviano Brandão, essa coligação sediou-se em Ouro Fino e neste município foi criado um periódico para combater a propaganda divisionista levada pela folha de *O Minas do Sul*. Surgia *A Gazeta de Ouro Fino*.

A Gazeta de Ouro Fino acompanhou com grande interesse as questões referentes à divisão de Minas. No entanto, seus redatores tinham opinião diversa aos separatistas da Campanha e a *Gazeta* constituiu-se no principal órgão contrário à separação da região.

No dia 31 de janeiro de 1892 circulou o primeiro número de *A Gazeta de Ouro Fino*.¹¹⁰ Justamente no mesmo dia em que se proclamou a divisão do estado de Minas Gerais em Campanha e que nasceu *O Minas do Sul*. Ainda no mesmo dia, Júlio Bueno Brandão foi eleito Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Ouro Fino, função que ocupou até 1903, garantindo a voz de Silviano Brandão na região.

A Gazeta de Ouro Fino era editada por João Moreira Meireles Leite e contava com a colaboração de Rufino Antônio de Oliveira, Alfredo Pinto Viera de Melo e Júlio Bueno Brandão.

Os políticos responsáveis pela edição de *A Gazeta de Ouro Fino* eram todos provenientes do Partido Liberal, e só aderiram ao republicanismo tardiamente. Dessa forma, devem ser considerados como “adesistas”. A mudança de opinião de Júlio Bueno Brandão quanto ao melhor regime político pode ser percebida no trecho publicado em 11 de setembro de 1894, que celebrava seu aniversário. O trecho narra a transformação do liberal acirrado em republicano convicto:

Posto militasse nas fileiras do Partido Liberal nos tempos do Império, a sua transição para o Partido Republicano era consequência matemática do estudo incessante que fazia de publicistas como D. Lastarria e Leon Donat. Derrubadas todas aquelas ficções inerentes ao trono, Júlio Bueno Brandão, como todos os espíritos cívicos e patriotas, submeteu-se a ação da lei universal da instabilidade humana para o progresso que no dizer de Comte é o desenvolvimento da ordem, e foi republicano.¹¹¹

A decisiva participação de Júlio Bueno Brandão como subordinado de Silviano Brandão em Ouro Fino constitui o que Nunes Leal chamou de *absenteísmo*, isto é, quando o coronel alcança êxito em seus negócios e se ausenta de sua base política, mas deixa em seu

¹¹⁰ CASASANTA, Guerino (Org.). **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1958. p. 14-15.

¹¹¹ A GAZETA DE OURO FINO, 11 set.1894. Ao Ilustre Deputado Júlio Bueno Brandão. p.1.

posto um *lugar-tenente* que responde por ele e mantém a fidelidade local¹¹². Silviano comunicava-se constantemente através de cartas com Bueno Brandão, indicando como deveria agir em cada situação, principalmente quando se aproximavam as eleições.

Para combater a pressão exercida pela Junta Governativa instalada em Campanha, que contava com a assinatura de políticos reconhecidos à época, os quais conferiam às autoridades de Ouro Fino e região maior ideia de organização e legitimidade, essas, contrárias à separação, reuniram-se em Pouso Alegre e publicaram uma carta aberta contrária ao movimento separatista. Consideramos que o principal argumento da mesma era o peso político das personalidades que assinavam o documento: Francisco Silviano de Almeida Brandão, Adalberto Dias Ferraz da Luz, Josino Alcântara de Araújo, Joaquim Vieira de Carvalho, Saturnino Vilhena de Alcântara, Honório Ferreira dos Santos e Cândido Antônio de Barros. Todos os membros eram políticos conhecidos e respeitados em âmbito regional e estadual. Para fazer frente à Junta Governativa da Campanha, precisavam, do mesmo modo, de um nome imponente. Então proclamaram-se *A Comissão Popular*.¹¹³

O conteúdo da carta traz as mesmas ideias divulgadas em *A Gazeta de Ouro Fino*, questionando a separação e argumentando que a força de Minas estava no seu tamanho, na sua população e na sua união. A grande novidade era a ameaça de recorrer às armas se necessário fosse.

A Comissão Popular informava que se achava constituído um erário e já formado um batalhão com elementos de resistência organizados nos municípios de Pouso Alegre, Ouro Fino, Itajubá e Cristina. A Comissão também conclamava o povo do município de Pouso Alegre e região a não reconhecer absolutamente os poderes arrogados pela Junta Governativa sediada em Campanha, e, portanto, não obedecer aos seus atos e repelir com a força, se preciso fosse, a qualquer tipo de imposição que porventura aparecesse. Asseverava que toda a resistência seria legal e legítima, opondo-se à malfadada ideia da divisão do território mineiro. O manifesto da Comissão Popular teve enorme repercussão nas páginas de *A Gazeta de Ouro Fino*.

Os editores do periódico acreditavam que o movimento separatista da Campanha organizara-se em má hora, devido ao período conturbado que o país atravessava, ajustando-se com dificuldade ao regime republicano. A administração do estado enfrentava perturbações profundas e os separatistas eram apontados como agitadores que tentavam enredar a ordem

¹¹² Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.p. 23.

¹¹³ A GAZETA DE OURO FINO, 6 de março de 1892. Concidadãos. p. 3.

pública. Argumentavam que os separatistas cevavam maquinações antipatrióticas incompatíveis com a paz interna vivida em Minas Gerais. Buscavam promover uma política de instabilidade governamental e de partidarismo faccioso. Tudo isso, ainda na opinião dos editores, provocava apreensões justificadas, que prejudicavam as classes produtoras, comerciais e industriais. Um dos colaboradores do periódico assim sintetizou a opinião da folha quanto ao movimento separatista de Campanha:

Mutilar, atualmente, o Estado de Minas é simplesmente uma ideia extravagante e bastante infeliz, quer se considere pelo lado político, quer pelo lado econômico e administrativo – estadual ou federal. (...)
 A divisão do Estado tem sido a alma dos que a desejam anarquizar e talvez ensanguentar o território mineiro. A política tem entrado em um campo estéril e perigoso.
 Dividir Minas! Mas isto não é sério, não é patriótico, não é honesto, mesmo porque não se sacrifica a paz de um Estado, que vive à sombra da lei, para dar-se expansão a sentimentos pessoais de uma política sem ideal.
 O Sul de Minas é o ponto de apoio das nossas liberdades e da nossa civilização. Querer dominá-lo pela politicagem é um crime, uma audácia ou uma estultícia. Ass.: Alfredo Pinto.¹¹⁴

Alfredo Pinto também descartava o passado separatista da região, assinalando que as condições político-sociais mineiras não eram mais as mesmas do período imperial e, portanto, não se justificavam. Defendia que, com a consolidação do regime republicano, instaurava-se uma nova educação cívica, baseada no amor da ordem, da severa obediência à lei e no respeito à autoridade. Afirmava ainda que as dificuldades administrativas que serviram de base às razões aduzidas pelos promotores do separatismo desapareceram e a ideia da divisão da província de Minas não tinha mais seu fundamento. Sua razão de ser havia desaparecido com o sistema centralizador dos tempos da Monarquia. Da mesma forma, descartava os argumentos que defendiam a separação devido à distância e dificuldade de se chegar a Ouro Preto, pois as estradas de ferro construídas e as estradas ainda em construção aceleravam o transporte e diminuía as distâncias e ligava o sul do estado aos centros administrativos, aos grandes mercados e aos portos marítimos e fluviais. Assim, a divisão de Minas, ideia que teve seus adeptos em outros tempos, deveria ser abandonada.¹¹⁵

Outro argumento contrário ao separatismo era o bom momento político-econômico e a boa administração estadual. Os editores de *A Gazeta de Ouro Fino* afirmavam que Minas

¹¹⁴ A GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. Editorial. p. 2-3.

¹¹⁵ A GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. A Integridade de Minas. p.1.

Gerais era o único estado da Federação em condições “lisonjeiras e prometedoras”,¹¹⁶ apontando graves problemas políticos e econômicos nos outros estados da federação.

Na visão do periódico a administração de Cesário Alvim em Minas Gerais era inteligente e honesta: o governo era forte, seguro do seu poder, com apoio na vontade quase unânime do povo mineiro. A economia e o bom emprego das rendas públicas elevavam as finanças do estado. A Constituição, recentemente votada, era a mais liberal e a mais bem trabalhada dentre todas as dos outros estados. A reforma judiciária e demais leis da Assembleia mineira eram outros tantos motivos de contentamento e de orgulho para Minas. Sua população se entregava pacificamente e satisfeita à lavoura e às indústrias.¹¹⁷

Apesar desse apoio, Cesário Alvim seguia sendo violentamente atacado e pressionado para deixar o governo estadual. Diante dessa contestação, armou-se um esquema entre os políticos de maior projeção estadual, dentre eles Silviano Brandão, visando a defender a autonomia estadual da pressão do grupo de dissidentes mineiros que pretendia a deposição de Cesário Alvim. De acordo com Resende, diante da enorme pressão para sua saída da Presidência do Estado, Alvim foi cercado de ruidosas manifestações de apoio pela imprensa, umas efetivas, outras meramente políticas.¹¹⁸ *A Gazeta de Ouro Fino* encaixava-se na segunda opção.

A propaganda pró Alvim, constante nos editoriais de *A Gazeta de Ouro Fino*, foi uma decisão de Silviano Brandão, conforme carta de 7 de dezembro de 1891:

Desde que pisei território sul mineiro tenho agitado a opinião, estigmatizando por meio de telegramas, aos jornais do Rio, a infeliz tentativa de deposição do Alvim, o que, aliás, é o resultado de combinação entre os residentes em zonas servidas pelo telégrafo (Campanha e Três Corações).

Peço-te, e ao Dr. Alfredo, que mandem, com urgência, telegramas no mesmo sentido, rodeando, assim, o Alvim, de todo o prestígio, burlando, desse modo, qualquer outra tentativa. Dirijam telegramas ao “País”, “Jornal do Comércio” e “Gazeta de Notícias”, e bem assim ao “Movimento”. Nesses telegramas convém mostrar o que a notícia da tentativa produziu no povo, que vê no Presidente legal a garantia da paz, tranqüilidade e prosperidade do Estado.

O Dr. Alfredo poderá passar um, em nome próprio, e como juiz de Direito; a Intendência outro, em nome do povo do município e as outras autoridades, outro.¹¹⁹

Claramente Silviano pretendia conter a pressão contra Cesário Alvim e manter a paz no estado. Embora utilizasse de várias maneiras para prestigiar Alvim, todas tinham a mesma origem, a tipografia de *A Gazeta de Ouro Fino*, de onde emanavam todas as ordens de

¹¹⁶ A GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. A Integridade de Minas. p.1

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ RESENDE, M.E.L. op.cit. passim.

¹¹⁹ Carta de Silviano Brandão para Júlio Brandão, 7 dez. 1981. In.: CASASANTA, Guerino. op.cit. p.109.

Silviano Brandão. Curioso notar como a imprensa reproduzia exatamente aquilo que Silviano, em suas cartas, determinava a Júlio Bueno Bandão. Na correspondência seguinte o senador ainda se mostrava confiante quanto à manutenção de Alvim na Presidência do Estado:

Entendo (que) enquanto estiver no Governo o Alvim; mesmo que este tenha de renunciar (o que não creio), só os acontecimentos devem determinar a norma de conduta dos amigos daí.

Conquanto pareça-me crítica a situação do Alvim, creio que, se de novo tentarem depô-lo, haverá resistência séria, não tendo aliás força a dissidência em Minas, muito principalmente em Ouro Preto, onde o povo é todo do Governo (...). Peço-te que me informes sobre o que aí ocorrer, com a precisa urgência.¹²⁰

As previsões de Silviano Brandão não se confirmaram e Cesário Alvim renunciou em 9 de fevereiro de 1892. A renúncia foi comemorada como uma vitória pelos separatistas, mas a queda de Alvim não colocou fim às disputas regionais que permaneceram acirradas em Minas Gerais.

2.2 A renúncia de Cesário Alvim e o final do Movimento Separatista

O relatório do Presidente de Estado do ano de 1892 apresenta em suas cinco primeiras páginas a descrição do Movimento Separatista Sul-Mineiro. A exposição dos acontecimentos no documento oficial é feita de forma insípida, com a intenção de desacreditar o movimento separatista e mostrá-lo sem maior importância política para o período. Mas se o episódio foi tão vazio de representação, por que ocupa as primeiras páginas do documento?

De acordo com a leitura do relatório do Presidente de Estado de 1892, o sonho separatista de parte da elite política sul-mineira não alcançou qualquer relevância. Nas páginas do documento o movimento é descrito como “fraco”, “sem futuro”, sem “condição de realizar-se” e, ainda, sem qualquer “peso político”. Os separatistas sul-mineiros possuíam “loucas aspirações” e seu movimento era “insólito”.¹²¹ No entanto, quem assina o documento é o vice-presidente, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, pois o presidente eleito pelo legislativo, José Cesário de Faria Alvim Filho, que iniciara seu governo em 18 de junho de

¹²⁰ Ibid. p.112.

¹²¹ Relatório do Presidente de Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, 1892. p.4-5. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 13 nov. 2010.

1891, não estava mais no cargo ao final do ano, pois renunciara a 9 de fevereiro de 1892. Deposto pela pressão, acrescida, não se sabe em qual medida, do movimento separatista.

Com efeito, o maior objetivo dos separatistas era provocar a saída de Cesário Alvim da Presidência do Estado e, nesse sentido, o movimento foi vitorioso. Em carta aberta à população de Minas Gerais, Alvim revelou os motivos de sua renúncia e creditou à pressão separatista peso determinante em sua decisão de abandonar o governo. Curioso notar que tanto o relatório do Presidente de Estado daquele ano, como a imprensa periódica não divisionista, desacreditaram o movimento, considerando-o ridículo e irrisório. No entanto, é exatamente a carta assinada pelo maior rival separatista, Cesário Alvim, que conferiu papel de relevo para os manifestantes separatistas do Sul de Minas.¹²²

A carta redigida por Cesário Alvim foi publicada na íntegra em *O Minas do Sul*. A análise do documento em que o ex-presidente justifica sua saída do cargo revela os bastidores da política interna mineira. Os fatos foram narrados por Alvim enfatizando os motivos que ocasionaram a sua renúncia. O documento inicia-se com a justificativa do político de voltar ao assunto de sua renúncia para não permitir que adversários políticos duvidassem de sua dignidade e patriotismo, para agradecer ao povo mineiro que tanto o distinguiu e para limpar a sua honra e não permitir manchas na memória de seu nome e de seus filhos.

Com o intuito de se defender e de minar a causa divisionista, Cesário Alvim apresentou sua visão dos fatos, reproduzindo cartas e telegramas que recebeu, informando sobre os bastidores da organização da cilada armada contra o seu governo e a participação de figuras proeminentes do governo federal, incluindo o Presidente Floriano Peixoto, dentre outros, que complicavam e ampliavam a querela. Cesário Alvim informou que desde 20 de janeiro de 1892 recebeu informações sobre o movimento que se organizava para bi-partir Minas Gerais, criando um novo estado ao sul de Minas Gerais. Nota-se que o nome do informante não foi declarado:

Na noite de 1 para 2 de fevereiro recebi a seguinte carta escrita por um digníssimo chefe político, a qual fazia no invólucro a nota de urgentíssima:
Campanha, 29 de Janeiro de 1892, Exmo. Amigo Sr. Dr. Cesário Alvim. – Como verá do manifesto junto, teremos aqui a constituição do novo estado do Sul.
O dr. Martiniano Brandão chegou ontem do Rio e, afirmando que essa idéia é bem acolhida pelo Marechal Floriano, a vai espalhando, e ao mesmo tempo favorecendo interesses materiais pela elevação dessa cidade à capital do novo Estado, ganha algum terreno.
Apregoa também que o telégrafo e a estrada de ferro central estão interditos para as comunicações de v. ex. e o Sul.

¹²² Evidentemente a postura dos periódicos não-divisionistas e do relatório oficial justifica-se porque os mesmos pretendiam diminuir a importância do movimento e não ensoberbecer seus adversários.

A proclamação será feita a 31 deste.

Cumpra que v. ex. tome providencias e envie forças pela (Estrada de Ferro) Oeste (de Minas) que virão até Lavras, dali há apenas 15 léguas a esta cidade, recomendando à autoridade toda a prudência.(...)

A opinião do sul é contrária à idéia de separação hoje, mas pode em algum ou alguns pontos aparecer início de desordens que perturbem a nossa invejável paz e tranqüillidade.¹²³

O informante desconhecido, importante político de acordo com os comentários de Alvim, estava bem informado do movimento, conhecia suas lideranças e ações e também a geografia sul-mineira, inclusive sugerindo formas de ação ao Presidente. Acreditamos que a identidade do delator seja o senador Gomes Valadão, antigo desafeto dos separatistas sediados em Campanha.¹²⁴ Alvim ainda reproduz outras correspondências que recebeu, por exemplo, de Joaquim Lobo, irmão do Ministro Fernando Lobo, que também o prevenia do movimento separatista do Sul de Minas.

A participação da família Lobo teve grande significado, uma vez que Fernando Lobo era Ministro das Relações Exteriores de Floriano Peixoto e Cesário Alvim temia a interferência do governo da União em favor dos separatistas. Alvim revelou que Fernando Lobo havia recebido Martiniano Reis Brandão, presidente da Junta Governativa, na capital federal:

Eu tinha motivos para acreditar na interferência, senão do governo da União, ao menos de um dos membros do ministério. (...) O cidadão que a si próprio nomeou-se presidente da junta governativa do novo Estado (Martiniano Brandão) que ia criar é parente próximo do ilustre ministro das relações exteriores (Fernando Lobo). Esteve sempre na capital federal em contato íntimo com s. ex. e dali partiu com o seu programa de governo formulado e que foi distribuído em avulso por todos os pontos da zona sul-mineira.¹²⁵

Alvim revelava seu receio de o movimento separatista possuir apoio do governo federal devido às boas relações que Martiniano Brandão possuía com o Ministro Fernando Lobo, natural de Campanha e parente próximo do líder separatista. Alvim acreditava que essa proximidade teria facilitado o contato dos separatistas com o Presidente Floriano Peixoto, que estivera na região do Sul de Minas meses antes.

¹²³ O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros. p. 3-4.

¹²⁴ O senador Gomes Valadão era um dos políticos mais destacados da região ao final do Império: era chefe do partido conservador no Sul de Minas e responsável pelo projeto da Estrada de Ferro Minas e Rio. Mas nas páginas de *O Minas do Sul* era apresentado como político interesseiro, egoísta e desleal. A disputa entre o grupo histórico e Gomes Valadão era antiga, desde os primeiros anos de *O Colombo*, 1873 e 1874, quando Valadão ocupava a agência executiva do município, desentenderam-se diversas vezes. A oposição a Valadão se acirrou porque o senador levava à Assembleia um projeto separatista, mas devido suas relações com Cesário Alvim, não apoiou o movimento de 1892 e fez oposição ao mesmo.

¹²⁵ O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros. p. 3-4.

Em suma, o ex-presidente estadual revelou que o movimento fora orquestrado externamente, no Rio de Janeiro e com a participação de um único líder político local: o próprio Martiniano da Fonseca Reis Brandão. Asseverou que não esteve disposto a levar a questão adiante, com o risco de iniciar um confronto armado. E se convenceu que o melhor para o estado de Minas Gerais era sua renúncia.

De acordo com Maria Efigênia Lage de Resende, a ideia da deposição do presidente Alvim, embora ventilada, teve contra si as lideranças políticas mais importantes do estado. O caráter sangrento dos acontecimentos que envolveram as deposições em Pernambuco e São Paulo demonstravam que a melhor política era a de evitar que a crise política mineira evoluísse para a deposição.¹²⁶

Em sua versão dos fatos, Cesário Alvim afirmou que a questão divisionista fora utilizada contra ele por seus adversários de maneira apaixonada e criminosa, observando as mais variadas intenções políticas. Considerava, porém, que a integridade de Minas não poderia ser abalada por essa disputa política e, dessa forma, abria mão do cargo de presidente em prol da manutenção da grandeza de Minas Gerais. Diante da incrustada questão da ameaça de dividir Minas, Alvim preferiu “despir-se do manto da autoridade”, única condição encontrada para manter a integridade territorial do estado. Justificou ter agido desta forma porque no fundo da “maldita propaganda separatista” estava relacionado, exclusivamente, o ódio a sua pessoa. Optou, então, pelo seu próprio sacrifício.¹²⁷

Por último, Alvim se coloca como mártir para impedir a separação do Sul de Minas, mesmo pondo em risco sua honradez e carreira política:

Procedi com acerto, jogando a minha pessoa ao encontro do último golpe que eu inutilizaria com a pena e com a palavra, se a energia e civismo da zona ameaçada pela desordem e anarquia não fizessem estacar os seus apaixonados promotores. (...) Prometi que, comandante em uma nau em mares tempestuosos, eu não seria o último a abandoná-la em caso de sossobro. Verificou-se que fui o primeiro a saltar dela, mas tocando o porto do salvamento. Saltei, porém empunhando a amarra da ancoragem. Se me não engano posso dizer: - fluctuat, ne mergitur.
Ouro Preto, 11 de fevereiro de 1892 Cesário Alvim.¹²⁸

Interessante notar que a carta de justificativa de Cesário Alvim, adversário político contumaz dos separatistas, foi publicada em sua completude no periódico *O Minas do Sul*. A mesma trouxe os acontecimentos de acordo com o prisma de Cesário Alvim, na qual o ex-

¹²⁶ RESENDE, M.E.L. op.cit.

¹²⁷ O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros, p.3-4.

¹²⁸ Ibid.

presidente se coloca como vítima de um golpe tentado contra seu governo e mostra o mesmo personagem como “herói” ao sacrificar-se em nome da integridade do Estado. A reprodução de todo documento que externa o ponto de vista de Alvim justificava-se para que os editores de *O Minas de Sul* pudessem jactar-se de serem “democráticos”, concedendo direito de manifestação à liderança opositora. Além disso, celebravam sua vitória que era confirmada nas palavras do seu maior adversário.

A versão de Alvim foi contestada pelos manifestantes separatistas de forma bem humorada, com a reprodução de uma paródia do desfecho da carta oficial publicado logo abaixo da mesma. Segue-se:

Para aqueles que depositam no ex-presidente de Minas uma confiança cega, ilimitada, foi ele mais uma decepção; para nós que hasteamos a bandeira ovante da separação, foi um serviço valioso prestado à causa nobilíssima que defendemos. De fato, a incoerência palpável, que se destaca nos telegramas do Sr. Alvim, nos prova, mesmo à saciedade, como aquele cidadão, achando-se convicto, plenamente convicto do bom êxito da Revolução de 31, da cidade da Campanha, tratou logo de por-se ao fresco, de chegar ao porto de salvamento, mas salvamento de sua própria pessoa, bradando-se aos quatro ventos: - Salve-se quem puder!
Em um ímpeto de retórica costumeira e pulha, disse um dia o Sr. Alvim aos seus companheiros que, comandante de uma nau em mares tempestuosos, ele seria o último a abandoná-la em caso de sossobro.
Hoje que a tempestade estruge ameaçadora para aqueles amigos, é justamente hoje que o heróico general os abandona, bradando aos quatro ventos: - Salve-se quem puder!¹²⁹

Alguns pontos da carta de Alvim merecem destaque. Primeiramente a tentativa de salvar sua carreira política e sua honra, justificando sua renúncia com a deflagração de um movimento orquestrado contra a sua pessoa e ele, como patriota que era, abriu mão de seus privilégios e direitos para salvaguardar a integridade do território mineiro.

A segunda característica da carta que merece atenção é o fato de que, como já foi mencionado, os documentos oficiais, como o Relatório do Presidente de Estado, e os periódicos publicados por facções não-separatistas, esforçaram-se em transmitir uma ideia de ausência de grandes riscos ou chance de êxito do Movimento Separatista, considerando-o despreparado e sem propósitos. Mas foi justamente a carta do ex-presidente que revelou os bastidores do episódio, e que o mesmo não foi tão tranquilo assim. A ameaça de confronto de tropas, o medo da participação federal pró-separação, sem contar o peso político dos acontecimentos, fizeram com que Alvim abandonasse o cargo, pondo em risco sua carreira

¹²⁹ O MINAS DO SUL, 19 de fevereiro de 1892. Aos Mineiros, p.3-4.

política. Assim, o próprio Alvim conferiu peso determinante ao movimento separatista sul-mineiro durante o conturbado ano de 1892.

Contentes com a queda de Alvim, mas insatisfeitos com a posse de seu vice, Gama Cerqueira, as críticas e ironias se tornaram tão ou mais afiadas em relação ao novo governo nas páginas do órgão separatista. Gama Cerqueira foi enormemente atacado porque compusera as hostes dos republicanos históricos do estado, mas aderiu ao governo de Cesário Alvim, motivo para extrema revolta dos históricos separatistas.¹³⁰ Mas, com a renúncia de Alvim, o grupo separatista parecia convicto de sua vitória e preparado para receber o reconhecimento federal e constituir o novo estado.

Mas a queda de Alvim não colocou fim imediato ao movimento separatista. Em 27 de fevereiro, os editores de *O Minas do Sul* informaram de forma sobressaltada o rumor de uma movimentação de tropas estaduais contra os arrabaldes de Campanha. Descreveram também a pronta reação da Junta Governativa, embora nada de grave tivesse acontecido.

No dia 20 do corrente, à tarde, tendo a Junta Governativa recebido um telegrama, comunicando estar uma força embarcada com destino a esta cidade, deu-se o sinal de aviso em poucos instantes reuniram-se no palácio os cidadãos que fazem parte do batalhão patriótico e mais forças aqui aquarteladas.

Alarmou-se a população receando um conflito entre a força esperada e o povo desta cidade, que é todo pela separação.

Ao saberem disso, conferenciaram as autoridades locais, resultando partirem imediatamente para Três Corações os senhores doutores João Luiz Alves, juiz municipal, e José Gomes de Moraes, delegado de polícia.

Ao passarem pela praça 13 de Maio, onde se achavam as forças separatistas, foram saudados entusiasmamente, erguendo-se também vivas à Minas do Sul e a Campanha.

A noite já, seguiram dois piquetes para a estrada de Três Corações, ficando o resto das forças postadas em posições de poderem impedir a entrada da força contrária nesta capital.

Felizmente verificou-se não ser verdadeiro o telegrama, ficando entretanto bem e eloquentemente demonstrada a nobreza do brioso povo campanhense, que, como um só homem, levantou-se cheio de energia e disposto a não consentir a entrada nesta cidade de força contrária ao movimento simpático a separação triunfante.¹³¹

De fato, a primeira movimentação de tropas anunciada no periódico não ocorreu, mas, na semana seguinte, *O Minas do Sul* deixara de circular, pois fora silenciado o movimento separatista. A cidade de Campanha fora cercada, não apenas por tropas estaduais, mas também por forças federais enviadas para garantir a ordem, contra as quais o batalhão separatista não estava disposto a bater-se.

¹³⁰ O MINAS DO SUL, 25 de agosto de 1892. O senhor Gama Cerqueira. p.1.

¹³¹ O MINAS DO SUL, 27 de fevereiro de 1892. Os Fatos do Dia 20. p.4.

Com o desaparecimento do periódico, muitas questões ficaram suspensas, pois até a última publicação, em 27 de fevereiro de 1892, a separação do território sul-mineiro era mantida, a renúncia de Alvim comemorada e sua Junta Governativa deliberava como governo instaurado. As causas do político e o fim do movimento ficaram sem resposta, não só no periódico que deixou de existir, como nas folhas rivais que pouco ou nada comentaram depois de encerrado o “conflito”.

Depois de ocupar por mais de um mês as mentes e as primeiras páginas dos periódicos da região, o movimento separatista foi encerrado sem muito alarde. Se a folha que o propagandeava, *O Minas do Sul*, não publicou a explicação do seu término e simplesmente desapareceu por determinado período, *A Gazeta de Ouro Fino*, contrária ao movimento, também não deu maiores explicações, como se pode observar no trecho que segue:

O contingente de forças enviado de Ouro Preto à cidade de Campanha, segundo telegramas dos jornais da capital federal, conseguiu sufocar o movimento separatista, abandonando a junta o seu posto de honra.

Restabelecida assim a calma na alma popular, reguzijamo-nos com povo sul mineiro pela correção e civismo que manifestou em questão de tão subida importância, da qual espíritos desorientados procuravam tirar proveito, concitando esta pacífica e prospera população a um pronunciamento armado que seria a negativa de sua civilização.¹³²

Se a lacônica nota não traz maiores explicações do final do movimento separatista de 31 de janeiro, buscamos essas explicações no retorno de *O Minas do Sul*, que ocorreu seis meses depois de sufocado o movimento. O período de tempo que o separava do “calor” dos acontecimentos foi norteador dos temas abordados em seus futuros editoriais, que resgatavam, pelo viés separatista, os motivos que explicam o final do movimento.

Na segunda fase de *O Minas do Sul*, de agosto de 1892 ao mesmo mês de 1893, o periódico deixou de ser órgão oficial do Estado Minas do Sul para se tornar órgão oficial do Partido Separatista, filiado ao *Club 23 de Novembro*¹³³ do Rio de Janeiro. Seu discurso tornou-se mais radical e ao mesmo tempo irônico em relação à República e ao governo de Minas Gerais. Tais transformações justificam-se com o maior distanciamento de seus membros do poder, após o fracasso do movimento separatista.

¹³² GAZETA DE OURO FINO, de 13 março de 1892. Editorial. p.1.

¹³³ O CLUB 23 de Novembro, sediado no Rio de Janeiro era uma associação formada por republicanos históricos que defendiam a permanências de Floriano Peixoto na Presidência da República e arregimentava apoio a sua causa em todo território nacional. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: Do Império à República**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v. 7. t. 2.

Houve alterações no grupo responsável pela editoração da folha: dois dos principais líderes da Junta Governativa não participavam mais da sua publicação: Martiniano da Fonseca Reis Brandão e Manuel de Oliveira Andrade. O grande responsável pela nova fase do periódico e principal autor dos artigos foi José Luiz Pompeu da Silva, agora com a colaboração de José Brás Cesarino e Jonas Olinto. Também se intensificou a aliança com *A Gazeta Sul Mineira*, por meio de constante troca de elogios e com a reprodução de muitos artigos daquela folha, escritos pelos irmãos Francisco e João Bressane de Azevedo.

As primeiras edições da segunda fase de circulação de *O Minas do Sul* servem como uma espécie de “desafogo”, em que o editor repensa o movimento separatista ocorrido, apontando seus fracassos e acertos, e torna públicas algumas interpretações que fez ao longo de seus seis meses em ostracismo. Merece destaque o tom sarcástico que o periódico assume a partir de então: totalmente afastado do poder, suas críticas voltaram-se contra o governo estadual e federal, com particular acidez quando descreve o regime republicano instalado no país:

É fato virgem na história das nações o que se fez no Brasil. Nunca se viu mudar-se uma forma de governo e entregar-se aos contrários a reconstrução da nação, afastando até brutalmente, desprestigiando e inutilizando o elemento sustentado das novas instituições.¹³⁴

Num trocadilho do editor, no Brasil, a República não possuía republicanos, e enquanto republicano histórico, sentia-se frustrado com a política e decepcionado com o regime.

O retorno da circulação de *O Minas do Sul* foi fundamental para encontrarmos respostas sobre duas questões que não haviam sido esclarecidas ao final do movimento. Primeiramente quanto à importância do movimento na política mineira, isto é, negar que não passara de um cômico e ridículo movimento, como vinham proclamando seus adversários. O segundo aspecto que precisava ser melhor explicado era quanto à participação do poder executivo nacional, se este fora ou não a favor da separação do Sul de Minas.

Depois de sufocado, o movimento separatista foi espinafrado por seus adversários, taxado de ridículo e irrisório. No entanto, os editores de *O Minas do Sul* conferiam maior significado ao movimento, que, embora derrotado, deveria ser respeitado; e creditavam maior importância ao episódio na conjuntura interna da política mineira:

É ridículo um movimento revolucionário, que obriga ao presidente do Estado a abandonar apressado o governo? É ridícula uma revolução contra a qual expede-se

¹³⁴ O MINAS DO SUL, 18 de março 1893. Minas do Sul. p.1.

um contingente de forças estaduais de mais de 200 homens, bem armados e equipados, com ambulância e todos petecos bélicos; contingente que não quis seguir a marcha sem vir escoltado por um reforço de soldados federais e um parque de artilharia?¹³⁵

As lideranças separatistas consideravam que sua derrota foi cara para o governo central, principalmente para Cesário Alvim, forçado a renunciar. Ao mesmo tempo, a intromissão de tropas federais também era motivo de altivez, pois mesmo sem a ocorrência de um confronto de fato, a simples movimentação de tropas federais em direção à região já conferiam importância e reconhecimento ao movimento separatista.

Quanto ao posicionamento do governo federal também pairavam dúvidas no ar. Em trechos da carta já analisada de Cesário Alvim o político insinuara, e, um outro periódico, *O Bom Sucesso*, afirmara, que o governo federal era a favor do movimento separatista, devido as boas relações que seu líder, Martiniano da Fonseca Reis Brandão, possuía com o Ministro Fernando Lobo e com o próprio presidente Floriano Peixoto, mas este boato foi desmentido categoricamente com o retorno de *O Minas do Sul*:

Nenhuma intervenção por parte do governo federal foi operada em favor do movimento. O que é verdade inconcussa, é que o governo federal usando da atitude neutra que se meteu, veio afinal intervir, mas em favor do governo do Estado. E se não fora essa intervenção das forças federais com que jamais se bateriam os revolucionários, porque seria o mesmo que baterem-se contra a República; estaria constituído o Estado de Minas do Sul: porque tinham os revolucionários elementos de sobejo, para aniquilarem toda e qualquer força, que contra eles fosse enviada da metrópole.¹³⁶

Embora a movimentação de tropas federais tenha sido determinante para o desfecho do movimento separatista no Sul de Minas, a posição de Floriano Peixoto permanece controvertida, pois, talvez pressionado pelo Ministro Fernando Lobo, teria manifestado sua simpatia à causa separatista. Sabe-se que Cesário Alvim era inimigo de Floriano.¹³⁷ No entanto, não existem documentos que comprovem a definitiva adesão de Floriano ao movimento, mas o Presidente era amigo pessoal de Martiniano Reis Brandão e frequentava as estâncias balneárias do Sul de Minas. Floriano Peixoto mantinha uma casa de veraneio em

¹³⁵ O MINAS DO SUL, 5 de novembro 1892. Minas do Sul. p.1.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Cesário Alvim apoiou o golpe de 3 de novembro de 1891, que culminou na renúncia de Deodoro da Fonseca. Deste episódio em diante suas bases ficaram extremamente abaladas no interior de Minas, principalmente com a forte pressão dos republicanos históricos. Cf. RESENDE, M.E.L. op.cit.

Campanha e ali se encontrava com políticos de Campanha ligados ao movimento separatista. Nessa ocasião, provavelmente, teria hipotecado seu apoio ao movimento.¹³⁸

Mas nem tudo ocorreu como esperavam os separatistas. Muitos políticos da região boicotaram o movimento, assim que conseguiram um acordo com o então governador Cesário Alvim. Em 20 de fevereiro, forças federais embarcaram rumo a Campanha para restabelecer a ordem na região. Em março o 31º Batalhão de Infantaria chegou a Três Corações. A Junta Governativa não ofereceu resistência e o Estado de Minas do Sul foi dissolvido e os participantes do Movimento foram anistiados poucos meses depois.¹³⁹

Portanto, a retomada do periódico esgota questões importantes, primeiro por colocar em evidência seu papel decisivo na renúncia de Cesário Alvim e também por comprovar que não houve apoio do governo federal, ao contrário, este se mostrou defensor da ordem e apoiou o governo de Ouro Preto, embora a simpatia de Floriano ainda seja controvertida.

Nas edições seguintes o periódico *O Minas do Sul* persistiria com a propaganda separatista, com as críticas às finanças do estado e ao governo Afonso Pena. Mas o principal tema que envolveu seus redatores foi o racha político do grupo sediado em Campanha com a criação de um novo partido.

Com o fracasso do movimento separatista, a situação das facções sul-mineiras se transformou. Quando o movimento foi sufocado, organizou-se o Partido Separatista em Campanha, que contou com o apoio da maioria das lideranças locais. Segundo o editor Pompeu da Silva, tornou-se “um partido forte e pujante” que dominava a política do município e arrabaldes.¹⁴⁰ No entanto, com o passar do tempo e o arrefecimento da ação separatista, as novas questões políticas, tanto locais quanto estaduais, fizeram com que algumas dessas lideranças buscassem novas opções no campo político. E não era preciso fazer grande esforço para enxergar a mão estendida de Silviano Brandão, disposto a arregimentar o maior número de aliados possíveis, tornando mais coeso o quadro político de sua região.

O grupo separatista sofreu seu maior abalo com a formação do Partido Constitucional, seguido de uma enorme debandada de muitos de seus aliados. A organização do novo partido foi narrada por Pompeu da Silva em carta publicada em *O Minas do Sul*. O editor conta que fora convidado a participar de uma reunião com as lideranças políticas locais, na casa de João

¹³⁸ Esta versão da história é encontrada em textos de memorialistas locais, mas sem a devida comprovação com fontes documentais. Cf. RIBEIRO, Raul. **Movimento Separatista do Sul de Minas Gerais**. s.d.

¹³⁹ WIRTH, J. D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.73.

¹⁴⁰ O MINAS DO SUL, 5 de novembro 1892. Minas do Sul. p.1.

Luiz Alves¹⁴¹, para que fosse discutida a nova organização do partido local e a política regional contemporânea. O tom da carta denuncia certa mágoa e até surpresa, pois Pompeu da Silva considerou inesperada a posição de alguns membros na reunião que optaram em abandonar a causa separatista e comporem um bloco maior, mais coeso e sensato, portanto, abdicando a antiga radicalidade da liderança separatista. O abandono da causa separatista também significava o desamparo das lideranças dos republicanos históricos, alijados do poder em Minas. O novo partido buscava aproximar-se do poder central e ter maiores chances de participar do governo. Por outro lado, a reunião serviu para revelar aqueles que permaneceriam ao lado do redator de *O Minas do Sul*, mesmo após seu ostracismo.

Na carta publicada por Pompeu da Silva não se encontra qualquer ataque contra seus opositores, em nome do passado separatista. O editor assim narrou os acontecimentos da reunião:

Comparecemos descuidadosos e confiantes, de que se tratava da reorganização do poderoso Partido Separatista, embora se houvesse de combinar a mudança de sua denominação.

Aberta a sessão que continha 36 eleitores mais ou menos, o ilustrado senhor doutor João Luiz Alves expôs o fim da reunião, mostrando a necessidade da reorganização do partido etc, etc. Notamos, entretanto, que SS., em sua breve alocução, absteve-se completamente de pronunciar as palavras Partido Separatista, divisão, etc. Sentando-se ss. fizemos ver-lhe que se havia esquecido do ponto primordial da questão, isto é, qual a denominação que teria o partido, se mesmo a denominação antiga ou outra.

SS. usando de novo da palavra opinou para que se denomina-se o antigo Partido Separatista, de Partido Federal Sul Mineiro, cujo intuito seria promover por todos os meios o engrandecimento do Sul de Minas.

Pedindo nós a palavra em seguida, negamos nosso fraco apoio ao alvitre lembrado, em breve considerações fizemos ver que a mudança de nome do Partido Separatista podia trazer o seu aniquilamento, visto como era fato provado que a idéia da separação do Estado fora o móvel que trouxe para nós grande maioria do eleitorado.
142

Pompeu da Silva asseverou que, se sua opinião fosse vencida, subordinar-se-ia à maioria, desde que o principal intuito do partido fosse continuar a propaganda pacífica e legal

¹⁴¹ João Luiz Alves mudara-se para o Sul de Minas em 1890, depois de formar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em Campanha desempenharia os cargos de Promotor Público, Juiz de Municipal e de Órfãos (cargo que exercia quando presidiu a mencionada reunião) e Agente Executivo da Câmara Municipal. João Luiz Alves é mais um exemplo de político que fizera oposição a Silviano Brandão nos primeiros anos da República, mas que aderiu ao silvianismo a partir da chegada ao poder em 1898. Depois de 1900 elegeu-se Deputado Estadual, Federal e Senador de forma consecutiva, apoiado no forte grupo político que se formou em Águas Virtuosas, composto por Garção Stocler, João Bráulio Júnior e Américo Werneck. Este grupo foi apadrinhado por Silviano Brandão quando este já se encontrava na presidência do estado e com sua hegemonia consolidada. Posteriormente, Alves foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Arthur Bernardes e Ministro do Supremo Tribunal Federal no governo de Washington Luís. Esse personagem terá participação destacada no capítulo 4 desta Tese. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH. 1897-1997.

¹⁴² O MINAS DO SUL, 17 de fevereiro de. 1893. Partido Constitucional. p.1.

da divisão do estado, pois a denominação do partido seria uma questão secundária. Mas outras lideranças locais divergiram da opinião do redator:

Pedi a palavra em seguida o ilustre senhor doutor Leonel Filho¹⁴³ e fez considerações no sentido de modificar a denominação lembrada pelo senhor doutor João Luiz, eliminando dela a palavra sul mineiro, denominando-se o partido simplesmente Partido Federal (...)

Mas qual não foi a nossa surpresa quando levantou-se o nosso ilustre amigo e correligionário o tenente coronel Ernesto Carneiro¹⁴⁴ e propôs que o partido se denomina-se Partido Constitucional e que se banisse completamente de seu programa a ideia divisionista porque ela era odiosa e que amedronta como um fantasma o progresso do Sul de Minas.¹⁴⁵

Pompeu da Silva abandonou a reunião sentindo-se traído e denunciando o interesse político daqueles que se manifestaram contra a separação do Sul de Minas. Definitivamente rompido com as principais lideranças de Campanha, Pompeu da Silva informou sua adesão ao *Club* 23 de Novembro, do Rio de Janeiro. A ideia de aliar-se a um *Club* da capital federal tinha o objetivo de demonstrar que o movimento separatista não estava morto e recebia apoio de importantes centros fora do estado. Embora menosprezado internamente, juntava forças para denunciar os vícios da política republicana em Minas e no Brasil. Compôs uma oposição de decepção com o regime republicano, tomado pela politicagem dos republicanos adesistas e seus apanágios.

Pompeu da Silva foi abandonado por seus antigos aliados. O único a manter-se ao seu lado foi Francisco Bressane e, mesmo com o ostracismo imposto ao líder separatista, permaneceu existindo a aliança entre *O Minas do Sul*, de Campanha, e *A Gazeta Sul Mineira*, de São Gonçalo do Sapucaí. A reprodução de artigos da segunda na primeira tornou-se semanal, por vezes defendendo-a e encorajando-a em seus posicionamentos. Antes da reprodução em cada editorial, precediam-se comentários bonificadores e favoráveis, engrandecendo os colegas de São Gonçalo do Sapucaí, seus últimos aliados em todo o estado, comprovando, assim, que referida aliança permanecia incondicional.¹⁴⁶

Sob a pena de Francisco Bressane, *A Gazeta Sul Mineira* tomou as dores dos editores de *O Minas do Sul* e publicou semanalmente artigos defendendo a antiga liderança separatista e atacando o novo partido formado em Campanha. Esses artigos eram reproduzidos em sua

¹⁴³ Joaquim Leonel de Resende Filho, político regional de relativo destaque, natural de São Gonçalo do Sapucaí, depois de apoiar o alvitre separatista, rompeu com o mesmo. Eleito Deputado Federal aprovaria a mudança da capital de Minas Gerais e ajudaria a fundar o PRM.

¹⁴⁴ Coronel Ernesto Carneiro Santiago é outro exemplo de político local que abandonara o separatismo visando a galgar degraus em sua carreira política aderindo ao Partido Constitucional.

¹⁴⁵ O MINAS DO SUL, 17 de fevereiro de. 1893. Partido Constitucional. p.1.

¹⁴⁶ O MINAS DO SUL, 25 de fevereiro de. 1893. Minas do Sul. p.1.

íntegra nas folhas de *O Minas do Sul*. Afirmava *A Gazeta Sul Mineira* que os políticos do Partido Constitucional não queriam se ligar ao grupo separatista porque teriam grande embaraço diante da forte e decidida personalidade da liderança de Pompeu da Silva.¹⁴⁷ O Partido Constitucional, segundo *A Gazeta Sul Mineira*, não satisfazia a necessidade da defesa da República. Afirmava que o partido em questão fora criado em vésperas de eleições com fins ocultos e seu programa não era claro, e sim lacônico e sujeito a severas recriminações.¹⁴⁸ Denunciava que o Partido Constitucional era uma tentativa para esmagar a ideia da separação do sul do estado e abafar sua propaganda pela imprensa e outros meios. Em outras palavras, denunciava a tentativa de sufocar definitivamente Pompeu da Silva e companhia, mas *A Gazeta Sul Mineira* estava disposta a defender seus antigos aliados. Os artigos de maior radicalismo contra a política que ia se efetivando em Minas Gerais eram assinados por Francisco Bressane, personagem que se destacaria na criação do novo PRM em obediência a Silviano Brandão, mas neste momento, 1893, ainda permanecia leal ao republicanismo histórico.

Embora com algum apoio local, sediado apenas em Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, *O Minas do Sul* e a propaganda divisionista desapareceriam assim como seus editores. Ao final do episódio observou-se uma reorganização de forças e a reposição de peças no tabuleiro político. Uma parte do grupo histórico foi absorvida pelo silvianismo e outra parte desapareceu da cena política estadual.

Encerrada a questão separatista, passou a destacar-se no Sul de Minas, sob a batuta de Silviano Brandão e Júlio Bueno Brandão, a argumentação contrária ao separatismo e ganhou relevância o discurso que enfatizava a necessidade de Minas Gerais permanecer unida para que continuasse seguindo nos trilhos do progresso e da ordem pública e, acima de tudo, tornar-se um estado forte, com condições de direção política na disputa com os demais estados da federação. Esse discurso ganhava corpo e se repetia com enorme frequência nas páginas de *A Gazeta de Ouro Fino*.

O estado de Minas Gerais era descrito como pacífico e próspero, sem embaraços políticos ou econômicos. E essa condição devia-se, na opinião dos editores do periódico, à vastidão do território mineiro e sua enorme população. Esses dois aspectos tornavam o estado respeitado pelo restante do país. E quanto mais harmoniosa fosse a relação entre suas sub-

¹⁴⁷ A GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. A Integridade de Minas. p.1.

¹⁴⁸ Ibid.

regiões, maior seria a força de toda Minas Gerais. Na República Federal, o estado de Minas; - grande, rico e populoso - exerceria imensa preponderância no país.¹⁴⁹

Destacamos que este discurso, reproduzido constantemente em *A Gazeta de Ouro Fino* desde 1892, tornar-se-ia o principal argumento da política silvianista no comando do estado a partir de 1898. A ideia era manter Minas Gerais grande e unida, conservar o estado como a maior representatividade política do país e organizá-lo, obtendo ganhos políticos com o possível domínio numérico. Desta forma, Silviano Brandão já vislumbrava a possibilidade de construir uma aliança estadual, que com a coesão de votos de todos seus 37 deputados possibilitaria encaminhar a política nacional. Assim, em muitos editoriais publicados ainda em 1892 já podemos perceber características do discurso que dominaria a cena estadual a partir de 1898, qual seja de um estado harmonioso e coeso em sua vida política.

Este discurso foi utilizado incansavelmente por Silviano Brandão ao longo de sua ascensão ao governo do estado. O político sul-mineiro insistiu na ideia de coesão e harmonia interna para que Minas Gerais alcançasse maior destaque e participação no cenário político nacional. Mas a propaganda harmonia e coesão no interior do estado não significaram acordo e pacificação entre as facções opositoras, mas, sim, exclusão dos adversários mais fracos. Consistiu a concordância dos grupos regionais e sub-regionais em uma falácia do discurso hegemônico que mascarava o domínio oligárquico que se esboçava.

O domínio numérico de Minas Gerais materializar-se-ia a partir de 1898, com a organização do PRM e a construção da *Hegemonia Sul-Mineira*. O grupo orquestrado por Silviano Brandão seria o principal responsável pela organização do PRM e pela construção da aliança que se consolidou no poder do estado por duas décadas, 1898 a 1918. Mas cabe afirmar que no período em análise, 1891-1893, algumas cartas de Silviano Brandão endereçadas a Júlio Bueno Brandão já traziam preocupações com a importância numérica da representatividade mineira e, principalmente, com a necessidade de manter a coesão entre esses representantes. Na correspondência analisada dos dois iminentes políticos, percebemos os conchavos realizados para garantir a paz interna do estado.¹⁵⁰

A ascensão de Silviano Brandão, tema estudado no próximo capítulo, também foi marcada por levar consigo outros políticos do Sul de Minas com destaque no âmbito nacional, como Júlio Bueno Brandão e Wenceslau Brás.

¹⁴⁹ GAZETA DE OURO FINO, 21 de fevereiro de 1892. Pela Pátria. p.3.

¹⁵⁰ Cf. CASASANTA, G. op.cit.

CAPÍTULO 3 A COMPOSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA *HEGEMONIA SUL MINEIRA* DE 1898

O interesse de nosso grandioso Estado não pode ser outro: estabilidade das instituições republicanas e fortalecimento do crédito nacional.

Para esse elevado e patriótico intento, devem concorrer os mineiros, unidos, compactos, constituindo na federação uma força poderosa, respeitável e preponderante, por seu espírito de ordem e harmonia, pesando e valendo por si mesmo, e prestando ao governo da República apoio franco, desinteressado, sem condições, isto é, sem nada exigir.¹⁵¹

No trecho acima, Silviano Brandão, encerrando seu primeiro ano no cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, anunciava a necessidade de os parlamentares mineiros permanecerem unidos para que o estado pudesse exercer um papel decisivo na política nacional, fazendo valer sua enorme bancada em comparação às demais federações do país. Ao longo deste capítulo nos debruçamos sobre a ascensão do político e suas estratégias para permanecer no poder lançando mão dos mais variados mecanismos de monopolização. Uma vez com o comando de sua base regional no Sul de Minas, Silviano se lançou ao domínio estadual alijando adversários e criando uma base de sustentação coesa. Acompanhamos a trajetória de Silviano, a fim de perceber suas estratégias e ações para chegar à condição de liderança hegemônica em um estado marcado pelas disputas inter-regionais. Assinalamos o papel do político sul-mineiro no processo de estabilização do novo regime, desvendando suas estratégias de negociação e perpetuação no poder e a lógica que norteava as suas ações. Ao mesmo tempo, tentamos entender a estrutura política que se montou no país e mais detidamente em Minas Gerais, que possibilitou ao grupo silvianista chegar ao poder e perpetuar-se no mesmo, ancorado no discurso da harmonia estadual.

A propaganda “coesão mineira” teve como principal alicerce o discurso de valorização da harmonia entre as sub-regiões estaduais que culminaria em tornar Minas Gerais mais forte e poderosa no cenário nacional. Minas Gerais se tornaria o “fiel da balança”¹⁵² das questões

¹⁵¹ Relatório do Presidente de Estado Silviano Brandão, 1899. p. 6-7. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 13 nov. 2010.

¹⁵² Em meados da década de 1970, uma coleção constituída por três importantes trabalhos trouxe grande contribuição para um maior entendimento da história do Brasil no período da chamada República Velha. Através de um estudo de recorte regional, os brasilianistas responsáveis por essa coleção questionaram temas como o federalismo, a representatividade política, a urbanização, a industrialização e o próprio regionalismo. Foram eles: *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*, de John Wirth; *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*, de Joseph Love; e *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira*, de Robert Levine. O trabalho sobre Minas Gerais recebeu o epíteto de Fiel da Balança, por possuir o estado a maior representatividade política do país, e, principalmente, devido a suposta neutralidade e coesão política de sua

nacionais, tirando daí proveito para si. A ideia seguia sempre o mesmo raciocínio lógico: os 37 políticos do estado na Assembleia Federal, representantes das diferentes sub-regiões mineiras, deveriam compor uma bancada coesa e integrada, que tornaria a Assembleia mais poderosa e, dessa forma, seria mais fácil ter todas as demandas do estado atendidas. Assim, Minas Gerais se tornaria mais próspera, sua posição seria mais respeitada e, por último, dominaria o cenário político nacional.

No entanto, internamente, tal coesão jamais foi obtida com subserviência das demais facções do estado. As disputas inter-oligárquicas em Minas sempre foram acirradas e a ascensão do Sul de Minas não significou adesão ou cooperação das demais regiões, mas vitória da facção sul-mineira capitaneada por Silviano Brandão.

A eleição de Silviano Brandão também marca o início da *Hegemonia Sul-Mineira*, período que se estende de 1898 a 1918, durante o qual os políticos sul-mineiros desenvolveram destacada participação na política estadual com grande número de deputados eleitos, com domínio da Comissão do PRM, eleição de quatro dos cinco presidentes do Estado do período, além de possibilitar a eleição de Wenceslau Brás à Presidência da República.¹⁵³

Para compreender os principais aspectos do arranjo político orquestrado por Silviano Brandão e seus aliados, é necessário obedecer a um roteiro de análise: primeiramente abordamos as ações e estratégias de Silviano Brandão que possibilitaram sua ascensão dentro do quadro político de entropia que se verificou na primeira década republicana no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais. Em segundo lugar nos debruçamos no funcionamento dos mecanismos da *Hegemonia Sul Mineira* a partir de 1898, momento em que a mesma é instalada no estado, sob o comando político do Presidente de Minas e da Comissão Executiva do PRM. Por último, analisamos as ligações entre a hegemonia construída em Minas e a política nacional, pois no mesmo período Campos Sales desenvolvera a *Política dos Governadores*, com influência no contexto interno mineiro, por um lado, e, por outro, com a participação de atores mineiros na organização da política nacional.

enorme bancada, composta de 37 deputados federais, contra apenas 22 representantes dos estados de São Paulo e Bahia e 17 do Rio de Janeiro e Pernambuco, principais estados com relevância política no âmbito nacional, além do Rio Grande do Sul, com 16 deputados.

¹⁵³ Cf. VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99. Os políticos sul-mineiros eleitos Presidente de Estado no período foram Francisco Sales, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira. A exceção foi João Pinheiro.

3.1. Ascensão de Silviano Brandão: “Um senhor de baração e cutelo”

A partir de 1893 se desenvolvia em Minas Gerais as lutas em torno da sucessão de Afonso Pena. Silviano Brandão, Secretário do Interior desse governo, preparava para si a sucessão e já contava com o apoio de uma parte do Congresso. Uma intensa propaganda circulava em periódicos sediados nas diversas regiões do Estado, apoiando a sua candidatura. A *Gazeta de Ouro Fino*, por exemplo, encampou a candidatura silvianista com grande entusiasmo. A conjuntura política, porém, não lhe era favorável. Os republicanos históricos não pretendiam mais uma vez serem excluídos da Presidência do Estado. De acordo com Resende, o Presidente de Estado Afonso Pena esforçou-se em evitar que a sucessão se transformasse em disputa entre grupos políticos, a fim de garantir para a futura eleição a mesma estabilidade alcançada durante o seu governo. Dessa forma, o encaminhamento do processo político sucessório levou Silviano Brandão a alterar seus planos, recusando a sua candidatura por incompatibilidade moral devido à sua posição de Secretário do Interior.¹⁵⁴

Com efeito, a configuração política mineira da época, liderada por Afonso Pena, fora marcada pela estabilidade e apartidarismo político e essa condição forçava a escolha de um candidato pouco comprometido com a disputa entre os adesistas, liderados no âmbito estadual por Cesário Alvim, e os históricos, liderados por Antônio Olinto. No entanto, a candidatura deveria possuir a marca do republicanismo, exigência dos históricos. Diante desse dilema, a solução encontrada foi a candidatura de Bias Fortes. Antevendo ganhos políticos, Silviano encampou estrategicamente a candidatura biista e tornou-se seu principal agitador. O apoio de Silviano Brandão a Bias Forte é comprovado na insistência de suas cartas enviadas a Júlio Bueno Brandão, onde ele externa seu intento de conferir apoio total do Sul de Minas à candidatura biista:

O Bias precisa ter aí votação nunca vista. É para nós questão de honra. (...) Tenho trabalhado tanto e tenho medo de um fiasco. O ardor dos contrários tem-se diminuído um pouco. Repito: votação nunca vista.
Vou escrever ao José Ribeiro, pedindo-lhe que vá assistir a eleição na Borda (da Mata), para que ali também a votação seja nunca vista.¹⁵⁵

¹⁵⁴ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906.** Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982. p. 103.

¹⁵⁵ Carta de Silviano Brandão para J.B. Brandão, 25 de janeiro de 1894. CASASANTA, Guerino (Org.). **Correspondência de Bueno Brandão.** Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1958. p.132.

Nesse município precisamos de uma enorme unanimidade e para isso disponha as coisas. De mil votos para cima. (...) Todo eleitor vivo deve votar. Na eleição de 7 de março os candidatos são: para Presidente Bias e para vice-presidente Kubitschek e para Senador Mons. Sérgio Pinheiro. (...).

Enfim... estou certo de que tudo aí farás, mesmo com os maiores sacrifícios.¹⁵⁶

Confirmo todas as minhas cartas. Votação nunca vista nesse município na eleição de 7: Bias, Kubitschek e Mons. Sérgio.

As coisas em Pouso Alegre, não vão mal e vão muito bem em outros lugares do sul, como Caldas, Cabo Verde, Monte Santo, Jacuí, São Sebastião etc.

Não poupe sacrifício. Votação unanime.

Mande-me imediatamente o resultado, podendo ser por telegrama. Jogamos partida de vida ou de morte.¹⁵⁷

Com a apreciação dessas correspondências, podemos perceber que Silviano Brandão, residindo em Ouro Preto, mantinha forte e permanente seu controle sobre a política do Sul de Minas. Seu domínio era garantido através da colocação de “lugares-tenente”, como seu primo Bueno Brandão em Ouro Fino, que mantinham o controle local. Essas lideranças locais aguardavam as ordens para agir de acordo com os planos e arranjos costurados por Silviano na capital do estado. Victor Nunes Leal afirma que o “absenteísmo” na organização política da Primeira República só era possível porque a hierarquia entre os coronéis era respeitada e os subordinados extremamente leais.¹⁵⁸ A exemplo de Bueno Brandão, Silviano possuía diversos lugares-tenente pelos municípios do Sul de Minas que garantiam sua sustentação e influência política. Silviano Brandão era o senhor dos votos em Pouso Alegre, Ouro Fino, Itajubá, Jacuí, Caldas, São Sebastião, Cabo Verde e outros. Em cada um desses municípios, ao menos um líder local garantia a obediência cega aos desígnios silvianistas.¹⁵⁹

Com a aliança entre Bias Fortes, político do Campo das Vertentes, e Silviano Brandão, Sul de Minas, em torno da candidatura do primeiro, Cesário Alvim articulou a candidatura oposicionista de Francisco Bernardino, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, principal cidade da Zona da Mata. A escolha de Bernardino, de acordo com Resende, justifica-se pela sua declarada oposição ao governo de Afonso Pena, fato que o aproximava de Alvim, e ainda, pelas possibilidades que apresentava de jogar o peso eleitoral da Mata contra

¹⁵⁶ Carta de Silviano Brandão para J.B. Brandão, 1º de fevereiro de 1894, CASASANTA, G. op.cit. p. 132-133. A referência aos irmãos Lobo, Fernando e Américo se deve ao fato do primeiro ter sido importante liderança política, tanto na Mata como no Sul e teve papel de destaque na tentativa de separação do Sul de Minas, ficando do lado oposto de Silviano Brandão na querela, mas afastado do poder não representava mais perigo.

¹⁵⁷ Carta de Silviano Brandão para J.B. Brandão, 25 de fevereiro de 1894, CASASANTA, G. op.cit. p p. 134.

¹⁵⁸ Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1949. p. 21-24.

¹⁵⁹ Conforme Francisco de Assis Barbosa, Silviano Brandão era senhor absoluto de diversos municípios do Sul de Minas, como Pouso Alegre, Ouro Fino, Cristina e Itajubá. Incluímos aí Águas Virtuosas, Jaguarí, Campanha e São Gonçalo do Sapucaí. Em cada um desses lugarejos ele mantinha um lugar-tenente. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis, João Pinheiro e sua liderança em Minas. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 5, n.2, maio/ago. 1990.

o situacionismo, assim, o silvianismo, sediado no Sul, e o alvinismo, do Centro, enfrentar-se-iam nas pessoas de Bias Fortes, Campo das Vertentes, e Francisco Bernardino, Zona da Mata, configurando as bases das novas alianças regionais.

Destacamos que a eleição de 1894 levou à formação de novas alianças que alteraram a composição política mineira. Mata e Sul, antigos aliados, encontravam-se em lados opostos. Mesma situação de Norte e Campo das Vertentes. A formação de novas alianças para a disputa dessa eleição demonstrou que o regionalismo não era condição determinante nos arranjos políticos costurados em Minas Gerais e tampouco a ideologia republicana, já que o adesista Silviano Brandão apoiou o histórico Bias Fortes, enquanto o adesista Cesário Alvim indicava o histórico Francisco Bernardino. Portanto, com um caráter extremamente flexível, as alianças políticas eram costuradas de acordo com o interesse imediato de cada facção, marcadas pelo pragmatismo político.

De acordo com Resende, embora indicado pela maioria do Congresso, a candidatura de Bias Fortes não era tranquila, pois Alvim ainda contava com grande influência política no estado. Para deter o alvinismo, Silviano Brandão foi além da manifestação pública de apoio, “transformando-se em verdadeiro cabo eleitoral de Bias”.¹⁶⁰ A posição assumida por Silviano Brandão, grandemente combatida pela imprensa oposicionista em face de sua condição de Secretário do Interior, oficializou a contenda entre silvianistas e alvinistas. A disputa eleitoral pela imprensa adquiriu caráter de luta pessoal, cobrindo de insultos candidatos e correligionários.

O resultado final da apuração das eleições deu a Bias Fortes 44.431 votos e a Francisco Bernardino 30.489. Numa eleição em que a apuração total indicou aproximadamente 75 mil votantes, a vitória dos candidatos situacionistas não era absolutamente tranquilizadora para os setores dominantes ameaçados em sua permanência no poder.¹⁶¹

A vitória contra o alvinismo, concretizada na eleição de Bias, foi parcialmente uma vitória do silvianismo, do biismo e do grupo jacobino da Zona da Mata. O fato teve influência decisiva para o encaminhamento da aliança entre esses três grupos sob a capa partidária do Partido Republicano Constitucional Mineiro - PRCM, quando se tratou da renovação do Congresso Estadual.

A partir de 1894, o PRCM se transformaria em partido do governo. Verifica-se também a aproximação de alguns históricos com as várias lideranças estaduais, a exemplo de

¹⁶⁰ RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 105.

¹⁶¹ Ibid. p. 126.

Francisco Bressane que, eleito deputado estadual em 1895, aliou-se a Silviano, seu antigo desafeto no Sul de Minas. Assim, o ecletismo marcou a aliança em torno do PRCM, da qual não participaram apenas os alvinistas, fator que implicou no enfraquecimento dessa corrente política. Nesse momento, a principal liderança do partido ainda era Antônio Olinto e Silviano só teve destaque durante a eleição de Bias Fortes devido ao seu cargo de Secretário do Interior.

No entanto, a aliança não durou muito tempo. A falta de organização e coesão do PRCM permitiu a Silviano Brandão assumir o comando e Antônio Olinto foi alijado de sua posição de chefe do Partido. Na exclusão de Antônio Olinto, Silviano Brandão contou com membros influentes do PRCM, antigos correligionários de Olinto, como Gonçalves Ramos e Rodolfo de Abreu, que se bandearam para o silvianismo. A culminância no processo de alijamento político foi a exoneração de Olinto do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 21 de novembro de 1896.¹⁶² Sob fortes críticas reproduzidas em *O Estado de Minas* encomendadas por Rodolfo de Abreu, com a anuência de Gonçalves Ramos e Bias Fortes. Todos aliados de Silviano Brandão. Assim, com o apoio da bancada sul-mineira, dos biistas e de parte dos históricos do Centro, Silviano conseguiu afastar do poder o principal nome que poderia obstruir sua ascensão. Os ostracismos consecutivos de Cesário Alvim e Antonio Olinto, principais lideranças adesista e histórica, respectivamente, tornaram Silviano Brandão o maior nome da política mineira no período.

Com a eliminação de Antônio Olinto, Silviano Brandão assumiu ostensivamente o comando do pleito eleitoral a realizar-se em 1897. Segundo Resende, a situação indica a ascensão de Silviano à liderança do PRCM e, ao mesmo tempo, configura claramente a caracterização do PRCM como partido de governo sob a tutela do silvianismo.

Em 1898, com a sucessão de Bias Fortes por Silviano Brandão, desenvolveu-se uma considerável mudança política em Minas. De acordo com Resende,¹⁶³ o quadro político durante o governo de Afonso Pena e Bias Fortes era mais aberto, as diversas facções conseguiam situar-se convenientemente através de alianças que se faziam e desfaziam conforme as circunstâncias. No entanto, com a chegada de Silviano Brandão ao poder, o novo quadro político mineiro passou a ser mais centralizado na liderança do novo Presidente.

¹⁶² A exoneração de Antônio Olinto ocorreu depois que Rodolfo de Abreu criticou-o no Congresso Federal quanto a elevação dos fretes da Estrada de Ferro Central. RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 107.

¹⁶³ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 137

Conforme a autora, o novo período foi “dominado por um rígido monopartidarismo consubstanciado na rígida disciplina imposta pelo PRM”.¹⁶⁴

Durante o período do governo de Bias Fortes, Silviano Brandão assumiu posições-chave para o controle da sucessão. Eleito senador, assumiu a Presidência do Senado e o comando do PRCM em 1896. O afastamento entre Olinto e Gonçalves Ramos favoreceu o estreitamento das relações entre Silviano e os antigos correligionários de Olinto no Congresso Federal. Assim, contando com uma posição política privilegiada no plano estadual, apoiado no Congresso Federal por ampla parte da bancada, contando com as bases eleitorais do Sul, e, finalmente, com a ausência de uma influência estadual que, pelo seu prestígio, pudesse decidir a vitória política, Silviano Brandão contava com todos os elementos favoráveis e todos os fatores apontavam para uma vitória avassaladora no pleito que se aproximava.

No entanto, antes de ser eleito, Silviano enfrentou duas crises até garantir sua posse e, ao mesmo tempo, angariar o apoio da maioria do Congresso Mineiro. A primeira crise a deflagrar-se foi no âmbito nacional, provocada pela cisão do Partido Republicano Federal Paulista - PRF, que ameaçou obstruir a planejada ascensão de Silviano. O segundo entrave foi a oposição da *Ala Dissidente* mineira ao projeto de domínio oligárquico que Silviano tentava implementar. Essa última crise só seria contornada com a criação do novo PRM. Vejamos a reação silvianista a esses dois episódios.

Com a cisão do PRF em gliceristas e prudentistas, o posicionamento dos mineiros na divisão nacional definiria as novas bases para as alianças a serem construídas no âmbito interno para escolha do novo Presidente do Estado. O antigo grupo de Antônio Olinto manifestou rápido apoio a Glicério em oposição a Prudente de Moraes, desequilibrando, com a sua adesão, a estabilidade política mineira. A questão ganhou ampla repercussão pelas suas implicações, tanto no âmbito da política federal quanto estadual. O problema interessava de perto a Silviano Brandão.¹⁶⁵

O Partido Republicano Federal havia sido criado com o fim de conferir ao governo de Prudente de Moraes uma base sólida de sustentação. Era composto pelos mais diferentes grupos republicanos e liderado pelo paulista Francisco Glicério, o qual mantinha ligações com o jacobinismo florianista. No entanto, divergências entre o PRF e o Executivo Nacional opôs as lideranças de Prudente e Glicério. Segundo Viscardi, a cisão do PRF teve um impacto

¹⁶⁴ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 137.

¹⁶⁵Ibid. p. 139.

muito negativo sobre o projeto de união interno que se esboçava em Minas, a partir da criação do PRCM.¹⁶⁶

Em Minas Gerais, a divisão nacional apresentou-se da seguinte forma: os florianistas radicais permaneceram ao lado de Glicério. Os demais se postaram ao lado do situacionismo federal de Prudente. Viscardi assinala que 80% da elite mineira se aliou nacionalmente ao prudentismo, contra 20% que permaneceu ligada ao florianismo/glicerismo. No que diz respeito às divisões regionais, a Zona da Mata concentrou a adesão florianista, isolando-se em relação às demais regiões do estado, comprometidas com o situacionismo.¹⁶⁷

Apesar do aparente controle, com uma maioria de 80% da elite estadual, a questão estava longe de ser resolvida, pois os florianistas radicais da Mata ainda controlavam 21 das 37 cadeiras parlamentares. Segundo dados de David Fleisher, a Zona da Mata obteve grande vitória nas urnas, elegendo seus representantes por toda Minas Gerais.¹⁶⁸

A aliança entre os gliceristas e os jacobinos da Mata criou problemas ao silvianismo. Diante da oposição dentro de Minas Gerais, Silviano viu-se na impossibilidade de tomar uma posição na questão da cisão do PRF, ou desagradava aos gliceristas mineiros, perdendo importante base de apoio no Congresso, ou os apoiava e fornecia um excelente instrumento para a articulação de uma oposição declarada dos setores aliados ao prudentismo. A opção de Silviano foi guardar neutralidade e sugerir a seus aliados manterem a mesma posição, como podemos perceber na sua correspondência a Júlio Bueno Brandão. Nessa carta Silviano explica o quadro político para seu cunhado e orienta suas ações, salientando a importância de permanecer fora da disputa nacional.

O Partido Constitucional Mineiro é amigo, mas não é filiado ao Partido Federal. As divergências, portanto, que se manifestaram no seio deste não devem afetar o Partido Constitucional, cuja solidariedade, com o primeiro só consiste no princípio fundamental da sustentação da República. Parece-me toda a conveniência que, a todo transe, se evite qualquer manifestação dos poderes constituídos de Minas, governo e especialmente congresso, a favor ou contra qualquer grupo em que atualmente se acha dividido o Partido Federal. Ambos esses grupos sustentam os mesmos princípios, conservam a mesma denominação, desejam que vá a termo o governo do atual presidente, apregoando-se ambos sustentadores do princípio da autoridade e, portanto, nada temos que ver com as suas divergências, que apenas lamentamos, vendo amigos em ambos os lados. Em resumo, poderia emitir a minha opinião sobre os acontecimentos; não o faço, porém, nem mesmo nesse caráter, tal receio que me inspira a situação, que reputo melidrosíssima. Pobre República! Estará segura, depois dos acontecimentos conhecidos e sustentada pelo desamor da amálgama parlamentar que se formou? Repito: não devemos nos pronunciar sobre os acontecimentos.

¹⁶⁶ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p. 94.

¹⁶⁷ Ibid. p.96.

¹⁶⁸ Cf. FLEISHER, D.D. op.cit.

Logo que chegares a Ouro Preto, debes te entender com o Bias, Sales e Diniz, e bem assim com os amigos do congresso... Você, porém, deve não aderir a ninguém e escusado é dizer que, em tudo, debes proceder de acordo com os amigos do governo.¹⁶⁹

No ambiente tumultuado, provocado pela cisão do PRF, foi convocada a reunião do PRCM que definiria o futuro candidato do partido a Presidente de Minas Gerais. Questionado internamente, Silviano compareceu vacilante à reunião, pois durante a mesma teria que desviar-se do impasse nacional que foi utilizado pelos anti-silvianistas na tentativa de dividirem a base de Silviano Brandão, utilizando como arma desarticuladora a indefinição, ou omissão, do político sul-mineiro.¹⁷⁰

Contava então Silviano com apoio antecipadamente declarado de 21 deputados federais que, encabeçados por Alfredo Pinto, importante liderança sul-mineira e redator do periódico *A Gazeta de Ouro Fino*, comprometiam-se com a candidatura de Silviano à Presidência do Estado sob a legenda do PRCM. No grupo também se aliavam os gliceristas. Segundo Resende, se considerarmos que a representação mineira no Congresso era em número de 40 (37 deputados e 3 senadores), tem-se que a bancada federal encontrava-se virtualmente dividida quanto à questão sucessória. No referente ao Congresso Mineiro, embora Silviano possuísse o apoio da maioria, declaravam oposição os influentes políticos Sabino Barroso e Tavares de Melo, este último, Presidente da Câmara.¹⁷¹

De acordo com a análise de Resende sobre as atas da reunião, os opositores de Silviano Brandão, liderados por Mendes Pimentel, propuseram que se votasse inicialmente uma moção de apoio ao Presidente da República, Prudente de Moraes, portanto, contrária ao grupo glicerista, que compunha a base aliada de Silviano. A questão da cisão do PRF foi habilmente aproveitada, procurando a oposição obter, antes de qualquer deliberação, o pronunciamento dos presentes sobre a questão máxima nacional. Pretendiam os opositores que uma definição pró-Prudente ou pró-Glicério fosse o ponto de partida para que se moldassem novos partidos, ligados às correntes surgidas da cisão do PRF, dividindo, conseqüentemente, a base silvianista.

¹⁶⁹ Carta de s. Brandão para J.B. Brandão. CASASANTA. G. op. cit. p. 127.

¹⁷⁰ Resende explica que as reuniões do PRCM eram marcadas pelo oficialismo e observava-se a participação exclusiva dos membros das assembleias federal e estadual, condição favorável a Silviano Brandão, pois limitava a discussão ao nível do legislativo. Assim, não participavam diretamente das decisões atores importantes, como Antônio Olinto, Cesário Alvim e Afonso Pena. É nesse sentido que adquiriu importância a posição de Presidente do Senado para Silviano Brandão. Na posse desse cargo, Silviano comandou todo o processo de formação da chapa do Partido ao pleito eleitoral a realizar-se naquele ano. Cf. RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 143.

¹⁷¹ Cf. RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 145.

O objetivo era claro, através da prévia diferenciação partidária, promover modificações no encaminhamento do processo sucessório. No entanto, a proposta Pimentel não foi votada, recusada pela maioria por 48 votos a 42. Negada a proposta de Pimentel foram destruídas as possibilidades da oposição de deter o silvianismo através do glicerismo. Considerando prejudicada a sua proposta Mendes Pimentel retirou-se da assembléia, acompanhado da ala dissidente.¹⁷²

Continuando a deliberação dos trabalhos da reunião resultou a indicação das candidaturas de Silviano Brandão e Costa Sena, para Presidente e Vice do Estado, por 67 congressistas, conforme relação nominal constante em *O Minas Gerais*, de 4 de setembro de 1897.¹⁷³

No mesmo dia 4 de setembro foi publicado na imprensa o manifesto dos dissidentes, contando 35 assinaturas. Era um protesto contra a situação formalizada por Silviano Brandão. Os dissidentes atacavam o abuso em que se havia transformado a praxe iniciada no Congresso Mineiro de indicar candidaturas e acusava a maioria de ter transformado a convenção do Partido Republicano Constitucional no próprio Congresso Mineiro e a de que sua Comissão Executiva era o próprio Governo do Estado. Os dissidentes chamavam a atenção para os efeitos desastrosos da aceitação de uma centralização da política em mãos governamentais, lembrando ainda, ao Congresso Mineiro, a incompatibilidade virtual entre a função constitucional de julgar o pleito eleitoral e a função que se arrogara de fazer candidaturas. Os manifestantes condenavam finalmente o oficialismo, cujo avanço poderia “enfeudar” o Estado nas mãos de uma oligarquia partidária chefiada por um senhor de “baraço e cutelo, donatário de capitania eleitoral”.¹⁷⁴

A oposição a Silviano Brandão corroborou para a formação de uma aliança entre os diferentes inimigos do político sul-mineiro, conhecida como *Ala Dissidente*, composta politicamente de antigos alvinistas encabeçados pelo deputado federal João da Mata Machado e pelo senador João Gomes Rebelo Horta; de dissidentes do PRCM, como o deputado federal Mendes Pimentel; e deputados estaduais encabeçados por Sabino Barroso e Tavares de Melo.¹⁷⁵

A segunda crise enfrentada por Silviano Brandão para chegar ao poder consistia em bater ou cooptar esta nova *Ala Dissidente*, disposta a criar todos os embaraços políticos a sua ascensão.

¹⁷² Cf. RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 144.

¹⁷³ O MINAS GERAIS, 4 de setembro de 1897 apud RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 146.

¹⁷⁴ Reunião Política. **Minas Gerais**, 24 de dezembro de 1897 apud RESENDE. M.E.L. op.cit. 152.

¹⁷⁵ Ibid. p. 153.

Em 7 de outubro de 1897, a Comissão Executiva Provisória da Ala Dissidente em carta ao eleitorado reforçava sua oposição às praxes dominantes na política mineira com relação ao preenchimento de cargos eletivos postos em prática pelo PRCM e suas lideranças. A circular apelava para que fossem organizados diretórios locais ou assembleias políticas por todo o estado para que fossem nomeados delegados a uma convenção marcada para 20 de dezembro em Belo Horizonte. Nesta oportunidade seria formulado o programa de um novo partido e seriam indicados os candidatos à presidência e vice-presidência do Estado pela nova organização. Para serem reconhecidos membros da Convenção, deveriam os delegados municipais apresentar cópia autêntica da ata da reunião em que foram nomeados.¹⁷⁶

Atendendo ao apelo da dissidência processou-se nos municípios a formação de diretórios a fim de nomear delegados à Convenção de Belo Horizonte. Os silvianistas, preocupados com a consequência que poderiam advir daí, decidiram comparecer a tal convenção dissidente iniciando, por seu turno, gestões junto aos diretórios locais do PRCM para indicar delegados dentro das normas estabelecidas pelos seus rivais.

Embora Silviano tenha driblado a oposição quanto à cisão do PRF, ele sabia que a força representada pela *Ala Dissidente* era capaz de fazer muito barulho na imprensa, além de negar apoio ao seu futuro governo na Assembleia Estadual. Problema que precisava ser resolvido, uma vez que Silviano pretendia contar com ampla maioria no Congresso. A estratégia articulada contra os dissidentes foi a de acatar as regras sugeridas pelos adversários e vencê-los em seu próprio campo.

Segundo Afonso Arinos, os silvianistas, encabeçados pelo deputado estadual Francisco Bressane,¹⁷⁷ não só organizaram um grande número de diretórios como também

¹⁷⁶ Reunião Política. **Minas Gerais**, 24 de dezembro de 1897 apud RESENDE. M.E.L. op.cit. p. 154.

¹⁷⁷ Nascido na antiga Freguesia de São Gonçalo de Campanha (atual São Gonçalo do Sapucaí), no Sul de Minas Gerais, Francisco Bressane Azevedo realizou seus estudos primários ainda em sua terra natal e, posteriormente, mudou-se para Portugal, onde estudou Humanidades e doutorou-se em Ciências Jurídicas. Seu currículo na vida pública é extenso. Exerceu mandato de vereador em São Gonçalo do Sapucaí, onde também foi Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Durante o período da monarquia, militou ativamente na política por meio de *A Gazeta Sul Mineira*, fundada pelo Partido Republicano. Órgão que também pugnou pela separação do Sul de Minas na primeira década republicana. Posteriormente, Bressane foi deputado estadual entre 1895 e 1898 e, durante o governo estadual de Silviano Brandão, foi Oficial de Gabinete. Bressane também dirigiu a imprensa oficial, fundou o jornal diário *A Capital* e foi membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro por muitos anos. Em setembro de 1902, foi nomeado, por Francisco Salles, prefeito de Belo Horizonte, permanecendo no cargo até 1895. Após deixar a Prefeitura, alguns dos cargos públicos que ocupou foram o de deputado no Congresso Mineiro e parte da Comissão de Instrução Pública, deputado federal entre 1906 e 1920, inspetor das Escolas Normais do Estado durante a gestão de Melo Viana (1924 a 1926). Destacamos que a trajetória política de Francisco Bressane é digna de nota, pois o político foi um bravo defensor do republicanismo e do separatismo sul-mineiro, portanto rival do grupo liderado por Silviano Brandão, mas, posteriormente, integraria o mesmo grupo, exercendo cargos de destaque, inclusive, como a liderança da Comissão Executiva do PRM. O caso de Bressane comprova que a hegemonia sul-mineira, orquestrada por

forjaram duplicatas em alguns municípios onde a dissidência tinha núcleos. Na reunião em que compareceram 44 delegados representantes de 73 municípios tinham os silvianistas maioria, sendo Bressane representante de 29 municípios.¹⁷⁸

A presença dos silvianistas na convenção dos dissidentes não provocou a anulação da mesma. Ela foi realizada a 20 de dezembro, sob a presidência de Levindo Lopes. Os dissidentes e os silvianistas assentaram as bases de um acordo. Francisco Bressane, como delegado do silvianismo, selou o acordo no qual os silvianistas reconheciam e aceitavam os princípios proclamados pelos dissidentes em troca do apoio desses à candidatura e ao governo de Silviano Brandão. Pelo acordo ficava também a ala dissidente em posição majoritária na Comissão Executiva do partido a ser criado. Do acordo selado entre dissidentes e silvianistas ficaram aprovadas as bases orgânicas do Partido Republicano Mineiro, o novo PRM, elaboradas por Mendes Pimentel.¹⁷⁹

A barganha verificada na Convenção de dezembro, à qual os situacionistas rebatizaram de *Convenção Republicana* foi, na realidade, um golpe do silvianismo, temeroso dos resultados da Convenção. Dois fatores principais conduziram os situacionistas a pactuarem com a *Ala Dissidente*: o primeiro deles foi a necessidade de não colocar em risco a eleição de Silviano Brandão. Em segundo lugar estava o intento de obstruir a diferenciação partidária que era, em última análise, o objetivo principal da dissidência. Tal diferenciação contrariava a pretensão silvianista de atribuir ao governo a direção geral da política do Estado. A simples existência da dissidência indicava que Silviano Brandão teria, durante todo o seu governo, que enfrentar uma oposição sistematizada, situação capaz de frustrar seus planos de submeter e disciplinar as representações estaduais e federais.

O partido recém criado, o novo PRM, tornar-se-ia alicerce para a estrutura de dominação orquestrada por Silviano Brandão. Conforme Resende, o PRM funcionou como estabilizador da política interna mineira, sua convenção era responsável pela escolha dos candidatos à Presidente da República, do estado, e aos congressos Estadual e Federal. A Comissão Executiva nomeava delegado à Convenção Nacional do Partido, cujo programa e intuito fossem os mesmos do PRM, e resolvia soberanamente outros assuntos partidários. A Comissão Executiva, composta de 5 membros, posteriormente 7, eleita em escrutínio secreto e por maioria de votos, era incumbida de executar as deliberações da Convenção, dirigir os

Silviano Brandão, não apenas destruíra adversários, mas também era capaz de cooptá-los. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / Prefeitos de Belo Horizonte. 1897-1997.

¹⁷⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. São Paulo: José Olympio. 1955.

¹⁷⁹ RESENDE, M. E. L. op cit. p.148.

pleitos eleitorais, convocar os diretórios municipais para escolher candidatos ao Congresso Estadual e Federal e elaborar os manifestos de recomendação dos candidatos. Seu mandato era trienal.¹⁸⁰

De acordo com Resende, passado o pleito eleitoral, evidencia-se desde as primeiras deliberações que a antiga *Ala Dissidente* estava aniquilada pela preponderância numérica das hostes situacionistas e, principalmente, pela manobras de Bressane, Vaz de Melo e Júlio Bueno Brandão na condução das deliberações da Convenção.¹⁸¹ Concretizava-se o plano silvianista de assumir o total controle do Partido. Estava instaurada a *hegemonia*.

A anulação da dissidência se completa na eleição de nova Comissão Executiva, verificando-se a eliminação de Mendes Pimentel e Teles Menezes e a adesão de Sabino Barroso ao silvianismo. Alterando dispositivo das Bases Orgânicas do Partido, que estabelecia uma Comissão Executiva de cinco membros, a Convenção elegeu uma nova Comissão composta de sete membros (Bias Fortes, Vaz de Melo, Júlio Bueno Brandão, Antônio Martins Ferreira da Silva, Sabino Barroso Júnior, Francisco Bressane e Francisco Sales).¹⁸²

A Comissão, formada com massiva presença sul-mineira e de biistas, assenhorou-se do Partido e passou a pautar seus atos por deliberações que, em última instância, representavam a política silvianista.

A aliança das regiões cafeeicultoras (Sul e Mata mineiros) foi desfeita no governo de Silviano Brandão. Nesse momento, a região Sul se uniu ao Centro e conseguiu obter a hegemonia política no estado. Caso o Sul mantivesse a aliança com os políticos da Mata, estaria inevitavelmente em segundo lugar e não elegeria dois presidentes de estado seguidos, como o fez (Silviano Brandão e Francisco Sales).

De acordo com Viscardi, o Sul de Minas, impossibilitado de ser o elo dominante em uma aliança com a Zona da Mata, em função do poder político e econômico detido por essa região, uniu-se aos políticos do Centro do estado. Nesta aliança pragmática obteve maiores ganhos, pois se colocava como elo dominante. Para a autora, a chamada conciliação dos interesses divergentes no estado não foi obtida nos primeiros anos do novo século. O que ocorreu foi a vitória de uma facção sobre a outra.¹⁸³

¹⁸⁰ RESENDE. M.E.L. op.cit. 148.

¹⁸¹ *Ib.* p. 151.

¹⁸² Cf. CASASANTA. G. op. cit. passim.

¹⁸³ VISCARDI, C.M.R. Elites políticas mineiras (...) op. cit.

3.2 Os mecanismos da Hegemonia Sul-Mineira

O acordo firmado entre dissidentes e silvianistas na *Convenção de Belo Horizonte* ou *Republicana* foi confirmado nas urnas pelas eleições de 7 de março de 1898. Dos 112.911 votos apurados para presidente do estado, apurados nas seis circunscrições eleitorais, foram atribuídos a Silviano Brandão 112.746; dos 112.664 votos apurados para vice-presidente do estado foram atribuídos a Costa Sena, 112.210.¹⁸⁴

Conforme Resende, a dissidência foi anulada pela facilidade com que os menos radicais se acomodaram à situação dominante. No processo os irredutíveis como Mendes Pimentel, Antônio Olinto e outros foram eliminados, enquanto a maioria, disposta a negociar, foi incorporada. No Sul de Minas a incorporação se deu de forma imediata, com a distribuição de cargos e favores políticos a antigos rivais do silvianismo, como Francisco Bressane, João Luiz Alves e Américo Werneck, que ascenderam politicamente mesmo opondo-se ao silvianismo nos primeiros anos republicanos.

De acordo com Resende, no período compreendido entre 1898 e 1906, observa-se um predomínio incontestável do silvianismo, sucedido pelo salismo, e esses governos foram os responsáveis pela institucionalização dos instrumentos de manutenção do sistema oligárquico que predominaria, em suas linhas gerais, até 1930. A autora destaca que a estrutura oligárquica configurada nesse período não resultou de uma mudança brusca na direção da política mineira: “o que se verificou foi a culminância de um processo de falseamento do sistema representativo condicionado por um novo axioma político criado pela oligarquia, o da incompatibilidade das ideias liberais com a realidade social”.¹⁸⁵ Para a autora, a maior parte da população correspondia a um corpo de eleitores que não tinha interesse em seus direitos e deveres, achando-se impossibilitado de agir ativamente no sentido de atuar em termos partidários.¹⁸⁶ Conforme dados de Renato Lessa, levando em conta as eleições presidenciais de 1894 e 1898, o percentual de eleitores alcançou 2% da população.¹⁸⁷

Depois de empossado, Silviano Brandão e seu grupo político estabeleceram uma série de mecanismos no estado que garantiria a sua perpetuação no poder. Para tanto, foram criadas novas leis, reinterpretadas algumas e simplesmente ignoradas outras tantas. O silvianismo

¹⁸⁴ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 162.

¹⁸⁵ Ibid. p. 153.

¹⁸⁶ Ibid. p. 153.

¹⁸⁷ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988. p. 60.

apossara-se do poder e conquistara grande parcela de autonomia, além de seus adeptos se mostrarem dispostos a organizar o estado de modo a inibir a participação de seus adversários e conferir privilégios aos seus apanágios. Sob esse prisma, as principais modificações implementadas foram: o controle das câmaras municipais; a cooptação do Judiciário; o controle da polícia estadual e a manipulação do resultado das eleições. Alguns desses mecanismos foram observados com mais vagar no capítulo 4, sobre a disputa eleitoral da Agência Executiva de Campanha. Aqui sintetizamos as bases que garantiram o domínio silvianista no estado e foram reproduzidos até o final da República Velha.

Segundo Resende, a política de centralização definida no governo de Bias Fortes através do estabelecimento de instrumentos mais efetivos de controle das câmaras municipais transformou-se, no período Silviano Brandão-Francisco Sales, numa política asfixiante de subordinação das municipalidades. Subordinação que se processa pela reinterpretação dos textos legais e a afirmação de uma nova doutrina para presidir as relações estado-município.¹⁸⁸

Para reforçar as bases municipais de apoio, Silviano Brandão empreendeu uma ampla reestruturação na divisão administrativa do estado. Da reestruturação operada com base na transferência de distritos surgiram doze novos municípios.¹⁸⁹ Destacamos que dos doze municípios recém-criados, nove estavam localizados no Sul de Minas, sede do Presidente do estado. A medida multiplicava o seu poder, com maior número de representantes e, proporcionalmente, anulava a oposição, à medida que só eram reconhecidos os diplomas dos candidatos alinhados com o silvianismo.

Dentre as modificações implementadas por Silviano Brandão também foram extintas as assembleias municipais. A lei promoveu a centralização do poder na esfera municipal em mãos de um único grupo de poder. As consequências políticas de tal medida permitiram a consolidação das oligarquias municipais e facilitaram ao Governo e ao PRM as relações com o município, anulando as possibilidades da existência no poder de grupos locais em oposição. A medida visava cercear as forças locais de oposição e garantir o apoio local. No município de Campanha, onde ainda existia uma facção dos antigos históricos que fazia oposição a Silviano Brandão, a eleição para Agente Executivo foi decidida com a multiplicação fraudulenta de eleitores e a disputa culminou na criação do município de Águas Virtuosas, tema de nosso quarto capítulo.

¹⁸⁸ RESENDE. M.E.L. op.cit. p.191.

¹⁸⁹ Cf. Capítulo 4.

De acordo com Nunes Leal, o domínio das municipalidades pelo governo estadual foi a pedra angular para tornar o sistema coronelista a garantia das vitórias do governo nos pleitos eleitorais. Esse processo de subordinação dos municípios acabou por estabelecer em bases seguras um compromisso de sustentação do sistema de oligarquia institucionalizado no país¹⁹⁰. Em Minas, a afirmação do poder central sobre as câmaras municipais durante o período silvianista foi definitiva para o controle central sobre o local.

Por essa senda, Maria Isaura Queiroz assinala que a autonomia municipal dos primeiros anos da República, verdadeira célula do compromisso coronelista, proporcionou aos clãs familiares amplo controle político. Os municípios capitalizavam maior poder de barganha através de laços de fidelidade pessoais ou matrimoniais inter-familiares, como através do confronto armado.¹⁹¹

Outra estratégia utilizada para consolidar a *Hegemonia Sul-Mineira* capitaneada por Brandão e Sales foi a cooptação do Judiciário. Segundo Resende, modificações fundamentais se processaram no período compreendido pelos dois governos, reforçando as bases legais de fortalecimento do poder central. O processo desencadeado por Silviano culmina no governo salista com a Lei n. 5, de 13 de agosto de 1903, que modificou a Constituição do estado em relação ao Poder Judiciário.

As alterações implementadas tinham o objetivo de subordinar a magistratura, promovendo, convenientemente, a remoção dos juízes de direito. A remoção de juízes, até então, era da alçada do Tribunal de Relação, mas passou a ser exercida por uma nova instância: o Tribunal Especial. Esse tribunal era composto pelo Presidente do Senado, pelo Presidente do antigo Tribunal da Relação e pelo Chefe do Ministério Público. Tal medida colocou a magistratura local diretamente subordinada aos interesses políticos, pois a formação do novo tribunal evidenciava a subordinação de seus membros, que estavam atrelados e representavam os interesses do poder central. O Presidente do Senado era um membro da Comissão Executiva do PRM e o Procurador-Geral do Estado era representante direto do Poder Executivo. Portanto, a reforma atava à política oligárquica os juízes de direito e juízes municipais, estes ficavam sujeitos aos dispositivos de remoção, ferindo diretamente a independência do Poder Judiciário. Um dos aspectos da reforma foi a supressão do concurso

¹⁹⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega. 1949.

¹⁹¹ Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v.8. t.3.

para juiz de direito, tornando as nomeações praticamente de livre arbítrio do Executivo, colocando o Poder Judiciário sob a dependência absoluta daquele Poder.¹⁹²

A terceira característica do período silvianista foi a manipulação das eleições através do alistamento dos eleitores. Embora não se trate exatamente de uma novidade da República Velha, a manipulação do eleitorado desempenhou fundamental importância no período de vigência da *Hegemonia Sul-Mineira*, garantindo uma maioria numérica constante e estabilidade aos silvianistas. O alistamento foi colocado diretamente sob controle dos grupos de governo local situacionista e do governo estadual. No sistema até então vigente, ele era realizado pelos juizes de paz, nos distritos, com interesses nem sempre coincidentes com o grupo de poder central ou do PRM. Mas, com as novas alterações, passou o processo de alistamento a ser manipulado pelo mesmo Tribunal Especial, prevenindo qualquer resultado inesperado nas urnas.

A nova lei manteve e ampliou os dispositivos que favoreciam os chefes políticos locais. Estes recrutavam eleitores legalmente incapacitados, especialmente analfabetos, para a garantia dos pleitos eleitorais. Assim, o terceiro aspecto da manutenção do monopólio do poder era a fraude eleitoral. A fraude, fator permanente de manipulação eleitoral que encontra nas leis da República ampla margem de utilização, funcionava como componente vital do sistema e o silvianismo não abriu mão dela em seu domínio em Minas Gerais.

O quarto e último aspecto da dominação silvianista-salista foi a obtenção da subordinação da Brigada Policial. Francisco Sales obteve do Congresso uma lei que dava ao Executivo direito de escolher livremente o comandante sem nenhuma restrição, derogando-se assim os dispositivos legais que determinavam ser o Comandante-Geral da Brigada obrigatoriamente um coronel.

Como parte do esquema de domínio silvianista, reorganizou-se a Brigada Policial subordinando-a ao Secretário do Interior e ao Chefe de Polícia. Pelo regulamento de 1900 ficou o Comandante-Geral da Brigada submetido ao Secretário do Interior, função política sempre desempenhada por um aliado indicado pelo próprio Presidente de estado.¹⁹³

Assim, a força e a coação constituíram o quarto instrumento básico acionado para a implantação do domínio oligárquico. Denunciada pela oposição no *Jornal do Povo*, onde se revezavam Mendes Pimentel e Antônio Olinto, a violência foi, segundo Resende, consequência da defasagem entre os objetivos políticos propostos e a ausência de mecanismos institucionais para a sua execução. Assim, o governo silvianista, como também o salista, usou

¹⁹² QUEIROZ, M.I.P. op. cit. p.196.

¹⁹³ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 192.

a força, legal ou não, na medida em que os componentes do sistema ainda não estavam estabelecidos ou solidificados.

Portanto, quatro foram os instrumentos principais utilizados na concretização do domínio oligárquico e vigência da *Hegemonia Sul-Mineira*. De certa forma, todos submetidos ao controle do PRM, do qual se apossou Silviano Brandão a partir da Convenção de 1898. A dissidência restou duas alternativas, compactuar com os silvianistas ou a eliminação sumária. Apesar de todo esse aparato que garantia a sua perpetuação no poder, a elite dirigente, em nenhum momento, deixou de utilizar, no plano ideológico, dos postulados da democracia e do liberalismo, tentando mascarar a oligarquização. A fraude eleitoral, a coerção por intermédio da violência e o discurso liberal como máscara para a oligarquização serão retomados nos capítulos quatro e cinco desta tese, quando analisamos a estrutura de dominação montada por Silviano Brandão e Francisco Sales em funcionamento no interior do estado.

3.2.1 *A sucessão de Silviano Brandão*

A Convenção do PRM em 1901, presidida por Bias Fortes, definiu a eleição dos candidatos a Presidente e Vice-presidente do Estado. O resultado da apuração indicando a escolha de Francisco Sales e Pacífico Mascarenhas, por unanimidade, testemunham o completo domínio do situacionismo. Também por unanimidade foi reconduzida a Comissão Executiva cujo mandato estava se encerrando. Apesar da presidência de Bias Fortes, a presença sul-mineira e do silvianismo estavam garantidas com Francisco Bressane, secretário executivo, e João Luiz Alves.¹⁹⁴

Entre 1899 e 1903 processa-se a adaptação da bancada mineira no Congresso Federal ao novo esquema político com Francisco Sales à frente do governo estadual. Segundo Resende, somente a partir deste período, já sob a égide do salismo, começa realmente a pesar no Congresso Federal o poder de decisão de Minas. Assinala a autora:

Minas, no governo de Francisco Sales mandara para a Câmara Federal uma bancada que se impunha pelo número, pela disciplina, pelo valor intelectual, pela autoridade moral e política de seus membros. Dela faziam parte Carlos Peixoto, Gastão da Cunha, Pandiá Calógeras, David Campista, João Luiz Alves, Afrânio de Melo

¹⁹⁴ João Luiz Alves é mais um exemplo de político que fizera oposição a Silviano Brandão nos primeiros anos da República, mas que aderiu ao silvianismo a partir de 1898.

Franco, Sabino Barroso, Wenceslau Brás, Olegário Maciel, Bueno Brandão e Bueno de Paiva. No Senado figurava, como maior estrela, João Pinheiro.¹⁹⁵

Da análise dessa bancada destaca-se o aumento da presença da Zona da Mata, embora o Sul de Minas mantivesse nomes de peso, como Júlio Bueno Brandão, Wenceslau Brás, João Luiz Alves e Bueno Paiva. Também destacamos a presença de Sabino Barroso, representante do silvianismo na região norte do estado.

Ainda de acordo com Resende, a revolução silvianista na política mineira resultou no plano federal na constatação de que em qualquer combinação Minas não poderia deixar de influir de modo decisivo com os seus quarenta congressistas e o maior eleitorado estadual do país. Em 1905, a eleição de Carlos Peixoto para líder da Câmara Federal e a escolha de Afonso Pena na sucessão presidencial marcam o auge da luta de Minas para se impor na Federação.¹⁹⁶

Os melhores resultados da nova posição de Minas começaram a ser obtidos a partir da legislatura inaugurada em 1903. Isso é plenamente perceptível na considerável ampliação da participação dos mineiros nas comissões parlamentares; só na comissão de orçamento, composta de nove membros, três eram mineiros. John Wirth expõe os números da massiva presença mineira no governo federal durante a República Velha, com destaque para a ocupação de políticos mineiros que assumiram diversas pastas ministeriais, a presidência da Câmara por diversas vezes e exerceram destacadas funções em comissões parlamentares. Em todos esses aspectos os mineiros levaram sobeja vantagem sobre São Paulo e os demais estados do país.¹⁹⁷

Por outro lado, a premissa de que Silviano Brandão teria conseguido apaziguar os conflitos, dando início a um processo de conciliação interna que se prolongaria até os últimos anos da Primeira República, transformando a bancada mineira em uma *carneirada*, tal o grau de controle que o PRM teria sobre sua atuação política, não é uma hipótese por nós abraçada. É preciso relativizar essa condição, identificando a permanência de rupturas inter-regionais durante todo o período em foco. A negociação política existiu nos dois momentos, a principal diferença consiste na maior participação das diversas regiões nos primeiros anos da República devido à descentralização estadual, enquanto o segundo período foi marcado por uma força

¹⁹⁵ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 175.

¹⁹⁶ Embora a indicação de Afonso Pena não tenha recebido apoio unânime em Minas Gerais. Cf. VISCARDI, C.M.R. op. cit.

¹⁹⁷ WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

que tentava harmonizar e conduzir a política mineira, evidentemente, nem sempre atingiu sucesso absoluto e sofreu com oposição e desgastou-se ao longo de sua duração.

3.3 O Âmbito Nacional

3.3.1 A Aliança com Campos Sales

NOSSE GLORIOSO ESTADO COUBE A FORTUNA DE RECEBER NO SEU SEIO A VISITA OFICIAL DO IMINENTE CHEFE DA NAÇÃO BRASILEIRA, DR. MANOEL F. DE CAMPOS SALES. (...)

COMO ELEMENTO GERADO DE RELAÇÕES AMISTOSAS E CORDIAIS, E DE CONFIANÇA RECÍPROCA ENTRE OS CHEFES DE ESTADOS E O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NÃO PODE DEIXAR DE EXERCER BENÉFICA INFLUÊNCIA, DESTRUINDO ATRITOS, AFASTANDO DIFICULDADES E SUPRIMINDO INÚTEIS DELONGAS, PARA CONVENIENTE SOLUÇÃO DE QUESTÕES DE INTERESSES RESPEITÁVEIS E COMUNS, E ASSIM CONSTITUINDO UM ELEMENTO PODEROSO PARA O REGULAR FUNCIONAMENTO DO REGIME FEDERATIVO.

EM MOMENTO SOLENE, TIVE OCASIÃO DE AFIRMAR O MEU APOIO FRANCO, DESINTERESSADO, INCONDICIONAL, AO PROGRAMA POLÍTICO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA;

(...) INCONTESTAVELMENTE AOS ESTADOS INCUMBE, COMO SUPREMO EMPENHO, ESTREITAR FORTEMENTE OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE QUE OS PRENDEM À UNIÃO, DANDO GRANDE FORÇA E PRESTÍGIO AO PODER CENTRAL, A FIM DE QUE SE FIRME DE VEZ A CONFIANÇA NA ESTABILIDADE DA REPÚBLICA, E SEJAM REMOVIDOS E REPARADOS OS MALES QUE TEM AMARGURADO A PÁTRIA BRASILEIRA.¹⁹⁸

Apesar de passados dez anos da Proclamação da República e oito da Promulgação da Constituição, o federalismo e a organização dos estados parecia matéria recente nos relatórios oficiais. Os representantes do povo tinham dúvidas sobre o funcionamento da organização política do país e tentavam construir uma organização mais harmoniosa, que funcionasse melhor e de forma mais pacífica, assegurando-lhes o poder. Sob esse dilema foi abraçada em Minas a *Política dos Governadores*.¹⁹⁹

Com efeito, a política silvianista não é explicável simplesmente no nível estadual, há que se recorrer ao quadro conjuntural da crise política nacional. A cisão do PRF, a queda do câmbio, o aviltamento dos preços do café e as elevadas dívidas do exterior são alguns

¹⁹⁸ Relatório do Presidente de Estado Silviano Brandão, 1899. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 13 nov. 2010.

¹⁹⁹ A Política dos Governadores foi um pacto existente a partir de 1898, em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais, e em troca estes, fazendo uso de seus coronéis, elegiam bancadas pró-Governo Federal para a Assembléia Legislativa, de forma que nem o governo federal, nem os governos estaduais enfrentassem qualquer tipo de oposição. Cf. LESSA, R. op.cit.

aspectos dessa crise. Desse cenário emergiu a solução de compromisso entre estados e União, como veio a ser a “política dos governadores”.

Elaborada sob a premência das condições internas, a política silvianista satisfaz os interesses federais, promovendo a articulação Minas-União. A troca recíproca de vantagens era um novo fator de reforço a justificar a nova política de domínio oligárquico. Marchavam lado a lado a oligarquização no plano estadual e a articulação da Política do Governadores no plano federal.

Para Ricardo Lessa, na história republicana brasileira, o governo de Campos Sales representa o início da rotinização do regime. O sistema político definido pela Carta de 1891, carregado de imprecisões e dilemas, ganhou, através de um pacto não escrito, contornos mais concretos. De acordo com o autor, a nova institucionalização republicana evitava o fortalecimento das instituições representativas clássicas. A estabilidade derivaria de um arranjo entre o governo nacional e os chefes estaduais. Somava-se a isso a aversão aos partidos, apresentada como crítica ao espírito de facção.²⁰⁰

Para que se compreenda a política silvianista em relação à União, é necessária uma visão retrospectiva das relações de Minas com o governo federal desde a Proclamação da República. A nova política de aliança com o governo federal é claramente uma alteração na linha de orientação das relações entre Estado e União que dominaram o período Afonso Pena - Bias Fortes. Nesse período, 1892-1897, a ideia de autonomia estava fortemente arraigada em Minas e evitava-se qualquer pronunciamento sobre política federal que pudesse envolver o estado no tumultuado clima político pós-republicano. A posição política, largamente apoiada nos círculos estaduais de Minas, era marcada pela conscientização para o problema da unidade como forma de sobrevivência à margem do quadro anárquico da República, era preciso afastar-se dessa anarquia para sobrevivência do estado coeso.²⁰¹ Ideia que proporcionou a construção, ao menos no plano ideológico, da coesão mineira e esteve presente nas discussões referentes à separação do Sul de Minas e até na construção da nova capital da federação.

As preocupações com o posicionamento de Minas na União só se definiu com a obtenção da relativa estabilidade interna no governo de Silviano Brandão e desenvolveu-se durante o governo Francisco Sales. As pretensões de Minas de desempenhar um papel decisivo na Federação, tendo em vista o peso de sua representação política e demográfica, e as

²⁰⁰ LESSA, R. op. cit. p. 99.

²⁰¹ RESENDE, op.cit. p. 161.

preocupações com o crescimento contínuo da influência de São Paulo na política federal, foram equacionadas apenas a partir de 1897.

Antes de tomar posse, explicava Silviano em carta a Rodolfo de Abreu, seu objetivo era transformar o PRM em uma agremiação política forte e disciplinada, instrumento do Executivo estadual capaz de manter a solidariedade com o governo da União e firmar a preponderância de Minas na Federação. Estavam, portanto, já definidos, em maio de 1898, os pontos de contato entre a política silvianista e o que veio a denominar-se “política dos governadores”.²⁰²

Por sua vez, Campos Sales percebeu rapidamente a importância de uma aliança com Minas para a concretização de sua política. Sintomaticamente, Minas é o primeiro estado a receber a visita presidencial, de 20 a 26 de março de 1899, após quatro meses apenas da posse do novo Presidente. Comprometeu-se Silviano Brandão a prestigiar e dar força ao poder central, louvando a política de Campos Sales de estreitar as relações entre União e estado.

Conforme Resende, as bases da aliança entre o governo de Minas e da União eram políticas e econômicas e envolviam uma reavaliação da questão federativa pela procura de um equilíbrio que viesse corrigir as distorções que tornaram a República Federativa um corpo formado de partes “desconjunturadas” e conferir à União condições de manter o equilíbrio, a mutualidade de relações e a intimidade entre os estados federados.²⁰³ Assim, acima dos partidos, cujas experiências eram encaradas como completamente negativas, afloram os estados como centros diretores da política para estabilização do sistema. São bastante claros os apelos em torno da ordem e harmonia como garantia de atendimento às reivindicações da classe proprietária.

Silviano Brandão, ao selar o acordo com Campos Sales, tinha dois grandes objetivos: o (re)erguimento do crédito mineiro pelo regime de economia e pela reforma tributária e a determinação da preponderância de Minas na política da Federação pela união de seus representantes.

Por essa senda, o apoio de Minas ao Presidente da República também contribuiu para a estabilização das instituições republicanas, sobretudo pela realização efetiva do que se considerava governo federativo. Vale dizer que o Congresso Mineiro referendou e apoiou o compromisso assumido por Silviano. As possíveis vantagens econômicas e políticas da coalizão de Minas com o Governo Federal não passaram despercebidas. Os efeitos foram imediatos. Tão logo ocorre uma vaga no ministério, Campos Sales coloca-a em mãos de

²⁰² RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 166.

²⁰³ Ibid. p. 169.

Silviano que fez de Sabino Barroso, importante elemento do silvianismo, Ministro da Indústria. O apoio mineiro era o mais desejado por Campos Sales, pois a bancada do estado era a maior representação do país com larga vantagem.²⁰⁴

3.3.2 A Comissão de Verificação dos Poderes ou a “Guilhotina Montenegro”

No livro *A invenção republicana*, Renato Lessa analisa a gênese e a implantação da ordem política republicana no Brasil, tomando em relevo a fórmula política aplicada no governo do Presidente Manoel Ferraz de Campos Sales, de 1898 a 1902, a *Política dos Governadores*. Esse arranjo político é exposto como uma criação extralegal de um dos chefes estaduais, como corpo dotado de prerrogativa de definir a composição do Executivo e do Legislativo federais e o controle sobre a dinâmica legislativa, através da Comissão de Verificação de Poderes. Esse mecanismo teve fundamental importância na manutenção das oligarquias no poder em cada um dos estados da República e a participação de Silviano Brandão e dos congressistas mineiros foi decisiva em sua implementação. O estudo desse mecanismo é indispensável para entendermos a hegemonia da oligarquia que se encontrava no comando do estado mineiro.

Para Renato Lessa, a *Política dos Governadores* foi um mecanismo indireto que neutralizou a capital federal e as forças que nela se agitavam fortalecendo os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Ela reuniu as oligarquias em torno de um arranjo que garantia seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o líder político de cada uma. Esta situação ideal garantiu através das alterações na forma de definir a legitimidade dos diplomas dos deputados eleitos pelas políticas dominantes nos estados, conseguindo-se assim o apoio dessas políticas para a ação do governo federal. Também se constituiu em um mundo político impermeável ao povo.²⁰⁵

Para entender os mecanismos gerados para obtenção de estabilidade durante o governo de Campos Sales, Lessa assinala como chave explicativa determinante a reforma regimental da Câmara dos Deputados, que alterou a composição da Comissão de Verificação dos Poderes, encarregado de decidir a respeito da renovação do Legislativo.

²⁰⁴ LESSA, R. op.cit. p.173.

²⁰⁵ Cf. CARVALHO, J.M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

Até a reforma realizada por Campos Sales, a ausência de uma justiça eleitoral autônoma fazia com que as eleições fossem controladas pelos executivos estaduais, durante as apurações e pelo Legislativo, no reconhecimento final dos eleitos e na degola dos inimigos. Este era o coração do Legislativo, poder capaz de engendrar-se a si mesmo. O método de composição da comissão era curioso: passadas as eleições, no início da instalação da nova Câmara, o parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos ocupava a Presidência da casa, nomeando cinco deputados para formar a comissão encarregada de decidir sobre a legitimidade do mandato dos demais. Feito o reconhecimento dos eleitos, procedia-se o sorteio entre os deputados para escolher os encarregados de julgar as reclamações dos não eleitos.²⁰⁶

A inovação política promovida por Campos Sales consistiu em alterar o Regimento Interno da Câmara. O objetivo era restringir ao mesmo tempo o alto grau de aleatoriedade presente no critério de idade e reduzir o poder que a Câmara tinha sobre a sua renovação. Através da reforma do regimento, apresentada pelo líder da maioria, deputado Augusto Montenegro, procederam-se as duas mudanças: primeiramente a alteração do critério de escolha do Presidente da Câmara encarregado de nomear a Comissão de Verificação de Poderes, que pelo novo regimento seria o mesmo da legislatura anterior. Em segundo lugar, a definição precisa do que significavam os diplomas. Pelo novo texto o diploma passou a ser a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal, encarregada por lei de coordenar a apuração eleitoral.

De acordo com Lessa, com o primeiro ponto, garantia-se a continuidade da direção política da Câmara, pela reeleição do seu presidente. No caso em questão, o cargo era ocupado pelo mineiro Vaz de Melo. A docilidade da futura Câmara estava, pois, garantida, dada a proximidade entre Campos Sales e o chefe da política mineira, Silviano Brandão.

O principal significado da inovação implicou na perda de soberania do Legislativo, dada a definição atribuída aos diplomas. As eleições já eram previamente decididas nas municipalidades, antes que a Comissão deliberasse a respeito dos reconhecimentos. Na verdade ela operava como garantia extra para impedir o acesso de inimigos ao parlamento. Na maior parte dos casos, a degola da oposição era feita na expedição dos diplomas pelas juntas apuradoras, controladas pelas situações locais.

Para tornar essa modificação do regimento efetiva, Campos Sales dirigiu-se diretamente aos chefes estaduais mais importantes. Na rede de cumplicidade construída entre

²⁰⁶ LESSA, R. op. cit. p. 105.

o Presidente da República e os presidentes de Minas Gerais e Bahia, o governo pôde contar, no mínimo, com o apoio das bancadas desses estados: 37 deputados mineiros, 22 paulistas e 22 baianos. Com a garantia dos grandes estados, a adesão dos pequenos seria automática.²⁰⁷

Com as alterações implementadas por Campos Sales, o Poder Legislativo se transformou em expressão da distribuição estadual do poder e teve um comportamento cuja docilidade seria extensão do acordo entre o Presidente e os estados.²⁰⁸

Essa política, alcunhada por Campos Sales de “Política dos estados”, recebeu ampla aceitação dos chefes dos poderes estaduais. Ela significou um congelamento da competição nos estados: os grupos detentores do poder, no momento de realização do pacto, adquiriam condições de perpetuarem-se nos governos estaduais. O exemplo de Minas Gerais é o mais óbvio, onde a facção silvianista aboletou-se no poder do estado por mais de duas décadas, mas a situação repetiu-se também em São Paulo, com o PRP, e Rio Grande do Sul, com Borges de Medeiros e o seu Partido Republicano Riograndense. Nos estados do Norte a perpetuação no poder conservou o aspecto de máquinas políticas com forte feição familiar, como demonstram os casos de Acioly no Ceará, Nery em Amazonas e Rosa e Silva em Pernambuco.²⁰⁹

O consenso estipulado entre as lideranças locais e os chefes políticos estaduais permitiam aos candidatos terem pleno acesso à máquina política. Era possível a ocorrência de parlamentares que, prestigiados em outros tempos e eleitos para sucessivas legislaturas, passassem sob determinada conjuntura, a ser preteridos pelos chefes estaduais na composição das chapas. Relegados a candidaturas autônomas e sem qualquer acesso à máquina eleitoral e às fraudes que essa possibilitava, lançavam-se à heróica tarefa de conseguir ultrapassar, na apuração dos votos, a muralha de atas de votações falsas. Feito mais difícil ainda era sobreviver à batalha do Reconhecimento de Poderes no Parlamento, prerrogativa responsável em examinar e julgar as atas contestadas que já vinham adulteradas das seções eleitorais nos municípios controlados pelo situacionismo. Segundo Afonso Arinos, “fora do oficialismo, não havia esperança em Minas” e qualquer tentativa dos que estavam à margem desse jogo em contestar tais estruturas revelava-se inútil.²¹⁰

²⁰⁷ Lessa reproduz as cartas que Campos Sales remeteu aos presidentes de estado de Minas Gerais e Bahia, requisitando o apoio de suas bancadas no Congresso, enfatizando a importância da aliança entre os estados mais poderosos para silenciar a oposição, manobra obscura e alheia a ética política. Cf. LESSA, R. op.cit. p. 107.

²⁰⁸ Ibid. p. 111.

²⁰⁹ Ibid. p. 109.

²¹⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1955 apud FAQUIN, Giovanni Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. p. 57.

O desempenho do Congresso depois de instaurada a Política dos Governadores foi de apatia. As questões políticas relevantes eram resolvidas por um eixo que excluía o Legislativo enquanto instituição. O Presidente falava diretamente aos estados encaixando-se o comportamento legislativo apenas como extensão do acordo entre aquelas partes. A modificação do regimento da Câmara revelou uma nova distribuição do poder. De acordo com Lessa, não havia mais lugar para a *res publica* e nem havia cidadãos. Os atores relevantes eram os estados e o parlamento era uma extensão dos seus domínios.²¹¹

De forma geral, Campos Sales teve sucesso em implantar um modelo político capaz de erradicar a herança dos anos entrópicos. Ilustram tal sucesso os procedimentos utilizados na estruturação do pacto: a reforma do Regimento da Câmara e a nova distribuição do poder através da política dos governadores. Assim, houve o congelamento da competição oligárquica e a “docialização” do Legislativo.²¹² O modelo visava, pois, a combinar o máximo de eficácia administrativa com o máximo de autonomia das elites regionais.

²¹¹ LESSA. R. op. cit. p. 112.

²¹² Ibid. p. 124.

CAPÍTULO 4 “A REPÚBLICA CANALHA”: A INTERVENÇÃO SILVIANISTA NO INTERIOR MINEIRO

Uma das políticas marcantes do silvianismo em Minas Gerais foi a divisão e criação de novos municípios visando ao maior controle político e à multiplicação de suas bases. As alterações promovidas no território do estado tinham a finalidade de consolidar o controle político, não permitindo a nenhuma facção política, sediada em qualquer uma das sub-regiões mineiras, o direito à representação. Silviano Brandão descobrira uma arma poderosa para reorganizar as municipalidades segundo os interesses de sua política. Ele retalhava distritos, desmembrava municípios ou criava novos, destruía redutos de oposição e atendia apelos de emancipação em troca do apoio local.²¹³

Nesse cenário, para reforçar as bases municipais de apoio no interior do estado, Silviano Brandão criou de uma só vez doze novos municípios,²¹⁴ em 16 de setembro de 1901, destacamos que desses doze novos municípios, nove estavam localizados no Sul de Minas, sede do Presidente do Estado. A medida multiplicava o seu poder, com maior número de representantes e, proporcionalmente, anulava a oposição.

Durante a República Velha, no processo de afirmação e consolidação dos coronéis, grande importância tinha o apoio no âmbito local. O Sul de Minas, principal base silvianista, estava dividido por facções rivais e essas deveriam ser apaziguadas. O ápice da disputa local foi a emancipação de Águas Virtuosas, fragmentando o poder opositor de Campanha e criando um novo “curral” para Silviano e seus aliados.

Caso emblemático da política silvianista foi a criação do município de Águas Virtuosas, lugarejo onde o número de eleitores aumentou mais de 400% em apenas um ano, de acordo com as autoridades responsáveis pela fiscalização eleitoral.²¹⁵ A multiplicação de eleitores permitiu a criação do novo município comandado por políticos subservientes a Silviano Brandão, ao mesmo tempo, diminuiu a representatividade de Campanha, cidade que sediava a oposição ao governo na região. Neste processo destaca-se a coincidência de interesses políticos entre uma das facções locais e a cúpula do governo estadual. A aliança

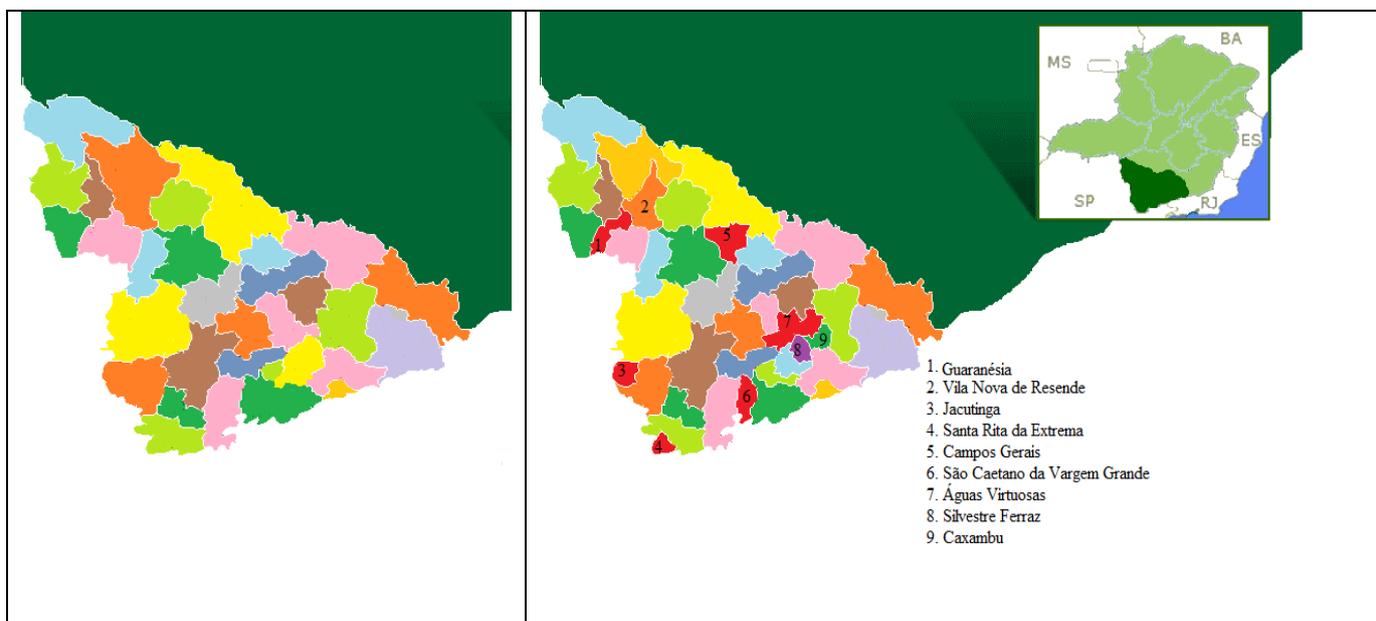
²¹³ RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 191.

²¹⁴ As doze novas cidades criadas foram: Jacutinga, Guaranésia, São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), Caxambú, Itaúna, Santa Rita da Extrema (Extrema), Vila Nova de Resende (Nova Resende), Vila Platina (Ituiutaba), Campos Gerais, Águas Virtuosas (Lambari), Santa Quitéria (Esmeraldas) e Silvestre Ferraz (Carmo de Minas).

²¹⁵ A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. As Eleições. p.1.

entre o governo estadual e o coronel que possuía maior número de votos era uma manobra eleitoreira que garantia apoio ao coronel no âmbito estadual e silenciava a oposição estadual no interior.²¹⁶

Mapa 5 - Mapas comparativos dos municípios Sul-Mineiros em 1900 e 1901



Mapas desenvolvidos a partir de: www.conectcompocos.com.br/adismig/mapageral

Neste capítulo nos detemos na criação do novo município de Águas Virtuosas, atentando para o processo interno de alijamento e degola do grupo opositor ao silvianismo, sediado em Campanha. No processo de emancipação do município de Águas Virtuosas podemos identificar a existência de um grupo com estreitas relações com o silvianismo, capitaneados por Américo Werneck²¹⁷ e, de outro lado, um grupo resistente ao silvianismo, liderado por Ferreira Brandão, antiga liderança histórica. Ambas as lideranças estiveram lado a lado na propaganda republicana e no movimento separatista de 1892, mas a partir de 1898 se repositionam no tabuleiro político. Analisamos como a Câmara Municipal de Campanha foi conquistada pela ala silvianista durante as eleições para Agente Executivo em 1900, culminando na emancipação em 1901. Destacamos as enormes dificuldades do grupo opositor em tentar eleger seus representantes, batendo-se contra uma estrutura

²¹⁶ LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega. 1949. p. 47-52.

²¹⁷ Américo Werneck foi um republicano histórico que recentemente aderira ao silvianismo, assumindo a Prefeitura da Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, e a Secretária de Agricultura. Como membro do governo enfrentaria seus antigos aliados do Sul de Minas. Sobre a trajetória de Américo Werneck e sua adesão ao silvianismo, Cf. capítulo 5.

organizada pelo poder situacionista que lhe impedia qualquer tipo de recurso diante de suas arbitrariedades e trapaças eleitorais.

A condição de oposicionista durante a República Velha já foi tema de alguns autores que ressaltaram a dificuldade de enfrentar os interesses dos situacionistas em um regime viciado e facilmente manipulado, no qual todas as prerrogativas favoreciam a “situação”, enquanto a “oposição” era perseguida e sufocada.²¹⁸

Segundo Victor Nunes Leal, nem todos os coronéis eram aliados do oficialismo estadual e por vezes se encontravam na oposição. Mas a situação de oposicionista, no âmbito municipal, era tão desconfortável que a regra era ficar na oposição somente aqueles que não puderam ficar com o governo. Leal observa que as correntes políticas municipais se digladiavam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas pretendia, tão-somente, obter as preferências do governo estadual. Não se batiam para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governistas, mas se batiam para disputar entre si o privilégio de apoiar o governo e nele poder se amparar.

De acordo com o mesmo autor, o maior mal que poderia acontecer a um chefe político municipal era ter o governo do estado como adversário. Por isso, buscava o seu apoio ardorosamente. Neste cenário as eleições municipais constituíam pelepas extremamente aguerridas, justamente porque era pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local se credenciava às preferências da situação estadual. Isso se dava porque ao governo estadual interessava apenas ter nas eleições estaduais e federais que se seguissem o maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Assim, apoiavam aquele que provasse, por meio das eleições municipais, que possuía o maior número de votos, que poderiam ser direcionados para a situação num pleito futuro.²¹⁹ Em outras palavras, a fraude quanto ao número de eleitores era “premiada” com o apoio do governo estadual.

Maria Isaura Queiroz assinala que durante a República Velha era fundamental para os coronéis permanecerem na “situação”, uma vez que as relações sociopolíticas eram regidas pela reciprocidade dentro dos agrupamentos locais. Se o coronel era da “situação”, seus apaniguados tinham liberdade de ação para fazerem o que quisessem e seriam agraciados com toda ordem de favores que precisassem do governo. Mas se o coronel se encontrasse na “oposição”, porém, era como se a “maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente”.

²¹⁸ Cf. LEAL, op. cit.; QUEIROZ, op. cit.; RESENDE, op. cit.; LESSA, op. cit..

²¹⁹ LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega. 1949. p. 47-52.

Conforme a autora, o coronel em oposição seria “perseguido, maltratado e aprisionado”. Para o apaniguado nada melhor que o seu coronel ficar com a “situação”, a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição.²²⁰

Como aponta Nunes Leal, quando o município dividia-se em distritos, era provável que um ou mais distritos escapassem da influência de um único coronel, que era o chefe político municipal. Se um só coronel fosse dono de um distrito inteiro, a sua hegemonia social e política seria incontestável naquela circunscrição, o mesmo ocorrendo em relação a todo o município, quando fosse o caso. Havendo, porém, como é regra, vários fazendeiros em cada distrito e número bem maior em cada município, seria natural que, espontaneamente, agrupassem-se em mais de uma corrente partidária, atendendo aos diversos fatores que determinam as ligações políticas municipais.²²¹ Essa condição é observada no município de Campanha, que em 1900 era dividido em três zonas eleitorais: a primeira era a parte central da cidade, a segunda era o Distrito de Águas Virtuosas e a terceira era o distrito de Lambari. Salientamos que a sede urbana da cidade permaneceu oposicionista, enquanto a facção localizada nos dois distritos abraçou o silvianismo.

Com base na bibliografia especializada verificamos como o grupo ligado a Américo Werneck, sediado no distrito de Águas Virtuosas, superou o grupo de Ferreira Brandão, sediado no distrito urbano de Campanha. A vitória nas urnas, através de mecanismo de fraude desafortada, aproximou Werneck de Silviano Brandão, culminando na emancipação do Distrito de Águas Virtuosas. Ao mesmo tempo significou a *débâcle* de Campanha, município outrora prestigiado e bem representado nas esferas políticas, mas com sua oposição a Silviano Brandão teve seu poderio reduzido com o esfacelamento de seu território e a redução de seu eleitorado.

Dessa forma, “situação” e “oposição” se constituíam divisão política muito mais importante do que qualquer ideologia partidária; e persistiam de alto a baixo dos níveis de poder – federal, estadual e municipal.

Apesar de seu amplo domínio imposto em todo estado de Minas Gerais a partir da criação do novo PRM, Silviano Brandão ainda encontrava alguma oposição, em especial nas facções ligadas ao antigo republicanismo histórico que, em ostracismo desde 1892, aplacavam a sua ira em periódicos oposicionistas.

²²⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v.8. t.3. p. 182.

²²¹ Cf. LEAL, V. op.cit. p. 53-55.

No município de Campanha, o antigo grupo separatista ainda perdurava fazendo oposição ao governo e, como pretendia participar das eleições à Câmara Municipal ao final do ano de 1900, criaram um periódico, *A Campanha*, que faria sua propaganda e combateria os candidatos da situação.

O periódico *A Campanha* era gerenciado por João Batista de Mello e tinha como editor Francisco Honório Ferreira Brandão, antigo líder republicano histórico e separatista. Compunham o grupo de colaboradores o também republicanos histórico Brás Cesarino e dois membros da nova geração, Leonel Filho, filho de Leonel de Rezende Alvim; e Brandão Filho, primogênito do próprio Ferreira Brandão, que buscava ascensão política com o apoio dos aliados de seu pai. Por outro lado, em Águas Virtuosas, um grupo conhecido como os *aquáticos*²²² reunia-se em torno de *A Peleja*, periódico ostensivamente governista e tinha como protagonista Américo Werneck, político recém-elevado ao cargo de Secretário da Agricultura no governo Silviano Brandão. No período em análise, 1898 a 1901, as duas folhas envolveram-se em diversas polêmicas disputando o poder local.

O grupo de *A Campanha* concentrou suas forças em resistir à ascensão do grupo dos *aquáticos*, que representavam o braço intervencionista do silvianismo na região. A principal batalha travou-se em torno da disputa da Agência Executiva do Município de Campanha, uma das principais câmaras municipais do Sul de Minas.

4.1 A disputa eleitoral para Agente Executivo de Campanha

Nas páginas de *A Campanha*, periódico colocado em circulação a partir de setembro de 1900, encontramos a reprodução de inúmeros artigos enaltecendo a figura de Francisco Honório Ferreira Brandão Filho, primogênito do republicano histórico Ferreira Brandão e deputado estadual.²²³ Nesses artigos Brandão Filho é apresentado como forte liderança no Congresso Mineiro e rasgos de elogios são feitos a sua cultura e inteligência política.

Os descomedidos elogios a Brandão Filho reproduzidos constantemente nas páginas de *A Campanha* justificam-se pela aproximação das eleições para o cargo de Agente Executivo do município ao qual o grupo sediado em Campanha tinha a pretensão de elegê-lo.

²²² Cf. capítulo 5.

²²³ A CAMPANHA, Dr. Brandão Filho, 22 de setembro de 1900. p.1. *A Campanha*, Galeria Política: Brandão Filho, 22 de setembro de 1900. p.3.

O ocupante do cargo, João Luiz Alves, desagradava à oligarquia municipal por seus laços com a facção dos *aquáticos* e decidiram eleger o filho de Ferreira Brandão, que trazia consigo a força política de seu pai. Primeiramente era preciso afastar o estigma de “forasteiro” que a oposição tentava colar-lhe, afirmando suas raízes locais e sua tradição política familiar.²²⁴

Outro ponto que foi trabalhado a favor de Brandão Filho era quanto a sua falta de carisma, mesmo nos artigos que tinham o objetivo de engrandecê-lo percebemos nuances que mostravam que ele não era visto como herdeiro de seu pai, liderança reconhecida desde a década de 1870. Os artigos reproduzidos tentavam compensar a declarada timidez de Brandão Filho por suas qualidades intelectuais. De acordo com Isaura Queiroz, o carisma era condição indispensável para que o filho pudesse ser continuador da liderança suprema de seu pai. Caso isso não se desse, a designação poderia recair sobre um estranho. Dessa forma, a liderança coronelística que era primordialmente econômica poderia assumir aspectos nitidamente carismáticos, pois o candidato só chegaria a grande chefe se apresentasse qualidades que despertassem a adesão afetiva e entusiasmática dos homens, levando-os espontaneamente à obediência.²²⁵

Apesar da aceitação no âmbito local, no cenário estadual a posição do grupo de Brandão Filho não era boa. A ascensão de Silviano Brandão ao governo do estado obrigava um reequilíbrio de forças no âmbito local e a Câmara de Campanha ganhou relevância porque a cidade era uma das principais do Sul de Minas e não poderia ficar nas mãos de opositores ao silvianismo. E, para tanto, o grupo dos *aquáticos* se mostrava mais alinhado com a nova organização imposta por Silviano. Fora o apoio que recebia no distrito sede de Campanha, Brandão Filho contava apenas com a adesão da oposição silvianista localizada em Belo Horizonte. Dessa forma, os periódicos que circulavam na capital e que também eram avessos ao silvianismo, como o *Diário de Minas* e *O Jornal do Povo* que participaram da campanha pró Brandão Filho:

Brandão Filho deixou um nome glorioso na academia, onde era estimado e respeitado pelos colegas. Foi promotor na Campanha.

Se não bastasse a educação republicana recebida do mineiro ilustre, o venerado republicano dr. Honório Brandão, seu digno pai, para atestar a suas crenças democráticas, o dr. Brandão Filho alegaria o seu passado acadêmico, pois ele foi orador do Clube dos Inconfidentes em São Paulo.

Fez estudos cuidadosos de humanidades, conhece bem a nossa literatura, distingue-se pelo gosto literário apurado, possui uma memória prodigiosa, com o que pode recitar de cor livros inteiros dos nossos melhores escritores.

²²⁴ A CAMPANHA, Dr. Brandão Filho, 22 de setembro de 1900. p.2.

²²⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. op.cit.. p. 198.

Orador fluente e corretíssimo, torneia a frase com elegância e clareza, tendo além disso uma voz agradável.²²⁶

Um aspecto que deve ser ressaltado é a importância conferida à eleição de Campanha, que ganhava espaço mesmo nos periódicos da capital, pois a oposição ao silvianismo precisava de aliados no interior do estado. Outro ponto relevante é a insistente afirmação do parentesco que ligava o candidato a Ferreira Brandão, um trunfo repetido frequentemente na campanha de Brandão Filho.

Embora majorassem artigos pró Brandão Filho nas páginas de *A Campanha*, uma outra facção política instalada no Sul de Minas tinha plano diverso para a eleição a Agente Executivo do município. João Bráulio de Moinhos Vilhena Jr., filho de tradicional família da região,²²⁷ pretendia lançar-se candidato e já contava com apoio do grupo sediado em Águas Virtuosas. Como a disputa aberta não era conveniente ou tampouco praticada no período, buscou-se uma posição de conciliação, no entanto, falseada e antecipadamente preparada para enfraquecer a candidatura de Brandão Filho.

A iniciativa das negociações para compor a chapa que concorreria à Agência Executiva de Campanha foi tomada pelos silvianistas sediados em Águas Virtuosas. Em carta publicada por Ferreira Brandão em *A Campanha*, a 18 de outubro de 1900, tomamos conhecimento dos bastidores do início da celeuma política que se arrastaria por algum tempo. De acordo Ferreira Brandão, membros do grupo dos silvianistas procuraram-no para formar uma chapa de conciliação em Campanha, indicando-o para Agente Executivo. A iniciativa contundente colocava o antigo líder republicano em posição delicada: aceitar as imposições desse novo grupo organizado em Águas Virtuosas ou manter lealdade a antigos aliados da sede do município e sustentar a indicação de seu filho a Agente Executivo? Francisco Brandão optou pela segunda opção e descartou a oferta dos aquáticos, vendo na proposta um jogo para retirar o nome de seu filho da disputa:

(...) Disse-me o Sr. dr. Bráulio que vinha a mim como mediador para o fim de evitar uma cisão no nosso partido, e perguntou-me em que condições seria possível efetuar-se um acordo por todos almejados.(...)

Insinuou-me ele que alguns amigos queriam apresentar a sua candidatura, mas que nenhuma lhe parecia mais acertada do que a minha: - *honraria que declinei in limine*; pois já sabia que o que se tramava era a exclusão acintosa do meu filho, natural e legitimamente indicado para aquele cargo.

²²⁶ DIÁRIO DE MINAS, Galeria Política: Brandão Filho apud *A Campanha*, 22 de setembro de 1900. p.3.

²²⁷ Circulava entre os periódicos locais a anedota de que os varões da família Moinhos de Vilhena já nasciam de toga. As folhas alinhadas politicamente a Bráulio Jr reproduzia constantes elogios a seu pai, tios e avós, todos magistrados.

Inda eu sabia mais: - sabia que o exmo. Sr. dr. Wenceslau Brás passara telegramas insistindo por um acordo que evitasse a cisão, e desconfiava que a intervenção do Sr. dr. Bráulio tinha por fim poderem os seus amigos dizer ao Secretário do Interior que tudo tinham feito para contentá-lo, pondo do meu lado todos os agravos.

Entretanto, postei-me à comédia, apenas notando que devia quem fez a proposta apresentar as bases do acordo, não eu.

Concordes nesse ponto, o Sr. dr. Bráulio e seu cunhado saíram a conferenciar com os seus amigos, e voltaram trazendo-me uma lista com o meu nome para Agente Executivo e com todos (!) os onze nomes dos cidadãos que deveriam compor a câmara, e dizendo-me que faziam questão do meu nome!

Nem li mais os nomes dos ilustres candidatos à vereança; percebi imediatamente o manejo: - aceitar eu tal imposição, era desmoralizar-me e desmoralizar o meu filho; - recusar, era, não só fornecer aos adversários ocasião de proclamarem *urbi et orbi* que eu recusara *presumptoriamente* todo acordo, como ao exmo. Sr. dr. João Bráulio abrir a porta para o sacrifício de aceitar o cargo de Agente Executivo com que pretendiam crucificá-lo as influências do município

Quis dá aos meus adversários esse duplo prazer: - recusei imediata e peremptoriamente. Fiz mais ainda: - para tornar bem saboroso aquele prazer, pondo do meu lado todas as culpas da cisão, declarei que só faria acordo sob a base da agência executiva para meu filho e de maioria que na câmara o apoiasse.

Creio que não se pode ser mais generoso.(...).

Campanha, 15 de outubro de 1900. Dr. Francisco H. F. Brandão. ²²⁸

Destacamos nesta carta a intromissão do poder estadual objetivando decidir as disputas que pudessem haver no município antes do pleito eleitoral, medida adotada nos âmbitos de maior esfera, estadual e federal, comumente. A mando de Silviano Brandão, seu secretário do interior, Wenceslau Brás, buscou conciliar as bases sul-mineiras garantindo a coesão local. A resposta negativa, estampada na imprensa de maneira provocativa, abria a disputa pela Agência Executiva e significaria completo alijamento político para Francisco Brandão e seus aliados.

Sem acordo prévio, a eleição para Agente Executivo de Campanha seria travada ferozmente pelos dois grupos, embora alguns de seus membros com maior participação na política local já haviam estado lado a lado contra o próprio Silviano Brandão.

A primeira grande polêmica na disputa eleitoral a Agente Executivo de Campanha do ano de 1900 formou-se em torno da questão do número de eleitores que cada distrito possuía. Com efeito, o número de eleitores que cada facção “possuía” constituía o principal fator de disputa da República Velha. A comprovação de possuir a maioria eleitoral credenciava a facção local a compor forças com a oligarquia estadual e federal.²²⁹

A zona eleitoral da cidade de Campanha,²³⁰ segundo o último recenseamento do *Almanack* do município, apontava uma população de 10.941 habitantes e na última eleição

²²⁸ A CAMPANHA, Sobre o acordo, 18 de outubro de 1900. p. 2.

²²⁹ Cf. LEAL, V. N. op.cit. p 49.

²³⁰ Como vimos, o município de Campanha estava dividido em três distritos: A sede da cidade e os distritos de Águas Virtuosas e Lambari.

para vereadores a lista de eleitores contabilizava 947 votantes. No entanto, os silvianistas contestaram esse valor, considerando-o excessivo. Com protesto firmado diante do Juiz de Paz, tentaram reduzir o número de eleitores para 445 apenas.²³¹

Já a zona eleitoral localizada no distrito de Águas Virtuosas, segundo o mesmo recenseamento, possuía uma população de 2.517 habitantes, sendo 1.256 homens e 1.261 mulheres. Mas os silvianistas apresentaram a cifra fantástica de 806 eleitores, causando revolta nos editores de *A Campanha*. Na eleição anterior, em 1898, o número de eleitores de Águas Virtuosas fora de apenas 411 e de Lambari 294.²³²

De acordo com José Murilo de Carvalho, durante a República Velha o número de eleitores não ultrapassava a margem de 2% da população,²³³ os números de Águas Virtuosas ultrapassam em muito esse marco, chegando a 32%.

Os editores de *A Campanha* se inflamaram com esse número, calculando que, se o estado de Minas Gerais pudesse possuir eleitorado em todos os seus distritos proporcional a sua população como os números apresentados em Águas Virtuosas, os destinos do Brasil estariam exclusivamente nas mãos dos mineiros, pois, dos 4 milhões de habitantes existentes no estado, 1 milhão e 300 mil seriam eleitores, isto é, eleitorado maior que todo o restante do país. A questão era óbvia: como num distrito com uma população exígua de pouco mais de 2 mil habitantes, inclusive mulheres, crianças e analfabetos, poderia haver 806 eleitores?

Os silvianistas se esquivavam da questão alegando que o eleitorado do distrito de Águas Virtuosas havia aumentado porque foram nele os trabalhadores da Estrada de Ferro Muzambinho em construção e a população do Núcleo Colonial Nova Baden.²³⁴ Argumentos que Brandão e os seus aliados desacreditavam e consideravam ilegais. Diante do eleitoral improvável do distrito de Águas Virtuosas, os editores de *A Campanha* apelaram à autoridade do Secretário da Agricultura, Américo Werneck:

Chamamos para o fato a atenção do Ilustre fundador dessa colônia, o Exmo. Dr. Secretário da Agricultura, alma genuinamente republicana, cujo amor pela instituição não tem desfalecimentos, para que não consinta jamais de que, no local, onde ele quer fazer aparecer trabalhadores, que fertilizem o solo, embelezem os campos, surjam de repente, como que da lanterna mágica de novos Aladinos, legiões de sombras, que desacreditem a República, profanando aquele canto formoso da Nova-Baden, onde se devem fazer ouvir os cânticos de alegria do trabalho e não os

²³¹ A CAMPANHA, Ao eleitorado de Águas Virtuosas, 18 de outubro de 1900. p.1.

²³² A CAMPANHA, A fraude desmascarada, 08 de novembro de 1900. pp. 1-2.

²³³ CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 2001.

²³⁴ O primeiro recenseamento desse Núcleo Colonial ocorreu em 1902, quando o mesmo contava apenas 111 moradores, entre homens, mulheres e crianças. A maior população registrada foi no ano de 1913, contando 422 habitantes. CASTILHO, F.F.A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão de obra no Sul de Minas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. p. 75.

ecos das risadas escarminhas dos que forem ali, num dia, atentar impunemente contra a verdade do sufrágio.²³⁵

O citado Secretário da Agricultura era o próprio Américo Werneck e fora ele o responsável pela instalação do Núcleo Colonial naquele lugarejo, possuindo ali diversos interesses. Os editores de *A Campanha* apelavam para a atenção de Américo Werneck por se tratar de um antigo correligionário na propaganda republicana e ex-colega na imprensa periódica durante toda a década de 1880, batendo-se pelo regime e por melhoramentos para Minas Gerais em diversos órgãos da imprensa. Apelavam para que não permitisse que seu trabalho fosse utilizado politicamente, que fosse íntegro com seus antigos companheiros, não permitindo a reprodução de uma fraude que se tornara corriqueira no novo regime. Mas o principal motivo da evocação do nome de Américo Werneck era fazer uma provocação, uma vez que Werneck se aliara ao silvianismo, negando seu passado de republicano histórico. Seu nome também aparecia constantemente em folhas da capital, onde era costumeiramente atacado por sua mudança de lado político.²³⁶

Diante do número tão improvável de eleitores listados em Águas Virtuosas, Ferreira Brandão pediu vistas das listas eleitorais daquele distrito, mas foi sempre negada a informação pelo Agente Executivo, João Luis Alves, questão que se arrastou na imprensa por alguns meses, sem que o reclamante obtivesse qualquer resposta.

De acordo com as denúncias em *A Campanha*, João Luiz Alves ausentava-se seguidamente da cidade para não apresentar os papeis e certidões exigidos pelo grupo de Francisco Brandão e jamais comprovou o grande número de eleitores de Águas Virtuosas. Com efeito, nos arquivos municipais encontramos relações de eleitores bastante anteriores e posteriores a esse episódio. Mas os documentos referentes ao ano de 1900 desapareceram.

Com o poder oficial nas mãos, João Luiz Alves tinha total condições de fazer o que quisesse. A oposição não tinha como recorrer às estratégias de multiplicação de votos fantasmas. Não havia qualquer mecanismo que impedisse a corrupção impetrada pelos *aquáticos* apoiados pelo silvianismo. *A Campanha* manifestou seu desânimo, revelando antes da eleição o esgotamento das suas chances de vitória:

Em face de um monstruoso alistamento adrede formado no distrito das Águas Virtuosas à última hora, (...) diante do impenetrável segredo que a respeito desse alistamento guardam o 1º Juiz de Paz daquele distrito, que é o candidato a Agente Executivo do partido (Bráulio Jr.), que nos guerreia e o Diretor da Secretaria da

²³⁵ A CAMPANHA, 18 de outubro de 1900. Ao eleitorado de Águas Virtuosas, p.1.

²³⁶ Cf. O DIÁRIO DE MINAS e O DIÁRIO DO POVO.

Câmara Municipal desta cidade, que é o atual Agente Executivo (João Luiz Alves), que, como é sabido, recebeu nas Águas, de quem podia lhe fazer imposições, a tarefa de aniquilar a legítima influência do chefe de real prestígio desta cidade, - o que poderíamos tentar perante as mesas eleitorais do distrito das Águas para impedir que ali na eleição não se representasse o último ato da comédia burlesca? (...) Consume-se pois, o atentado; confeccionem os nossos adversários, como melhor entenderem, as atas da eleição; multipliquem os votos, já que para isso possuem os ovos da galinha de ouro; empreguem todos os meios que as circunstâncias lhes aconselharem ... que não cantarão, lhes afirmamos, o hino da vitória decisiva e legal.²³⁷

Os editores de *A Campanha* se julgavam traídos pela deslealdade de João Luis Alves e Bráulio Jr., uma vez que consideravam que os dois indivíduos só cresceram politicamente sob a “generosa sombra” de Ferreira Brandão. O periódico publicou em suas páginas diversos trechos de discursos e correspondências, onde os dois desafetos agradeciam e engrandeciam o nome do republicano histórico.

Em seus editoriais enumeraram as faltas de João Luis Alves, considerando-o o maior traidor, uma vez que fechara a Câmara Municipal, escondendo lista de eleitores e impedindo que Ferreira Brandão se defendesse da armadilha armada pelos silvianistas de Águas Virtuosas. Ressaltaram que João Luis Alves só chegara a Presidência da Câmara com apoio de Ferreira Bandão e seu grupo. Alves era apontado como principal responsável pelas fraudes impetradas e, conseqüentemente, responsável pelo resultado das eleições.²³⁸

João Luis Alves organizou e presidiu uma sessão com número insuficiente de vereadores e a surdina realizou alterações na composição das seções eleitorais reduzindo as seções de Campanha de 5 para 3 e ampliou as seções de Águas Virtuosas de 2 para 5.²³⁹

João Luiz Alves realizou as alterações porque se aproveitou das anormalidades que havia na legislação que regulava o processo eleitoral do período – a Lei n. de 26 de janeiro de 1892²⁴⁰. Cabia ao Agente Executivo e a mais quatro vereadores o papel de dividir o município em seções eleitorais. Esses também eram responsáveis em nomear uma comissão com quatro nomes encarregados de alistar os eleitores e dividi-los entre as seções. A cada eleição o município era obrigado a realizar um novo alistamento – o que raramente era feito – sendo as eleições muitas vezes realizadas com listas que datavam mais de dez anos. Os nomes dos eleitores alistados eram preenchidos em livros que, das mãos do presidente da comissão de alistamento, seguia para as do Agente Executivo e destas, em duas cópias, para o governador do estado e para o juiz seccional. Evidentemente, o uso de alistamento realizado sob o crivo

²³⁷ A CAMPANHA, 1 de novembro de 1900. A eleição de hoje. p. 1.

²³⁸ A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Natural indignação. p.1.

²³⁹ A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. A fraude desmascarada. p. 1-2.

²⁴⁰ RESENDE, M.E.L. op.cit. p. 191-193.

da situação política municipal dava margem para irregularidades de toda ordem, permitindo, por exemplo, a não-exclusão de eleitores que haviam mudado de residência ou município e inclusive dos que já haviam falecido. O processo de escolha dos locais de funcionamento das seções eleitorais também estava sujeito às conveniências políticas e o Agente Executivo decidia onde seriam instaladas as seções.²⁴¹

O grupo de *A Campanha*, vendo as chances de vitória escapar-lhe, anteviu a possibilidade de recorrer à justiça para garantir a legalidade nas eleições municipais e na véspera da eleição publicou um editorial exaltando a magistratura estadual. O grupo afirmava seguir calmo e sereno e não temer as falcaturas cometidas ao arripio da lei, pois confiava no Judiciário estadual. A ameaça de recorrer à justiça ainda teria enorme repercussão na imprensa periódica local.²⁴²

Nesse cenário de acusações, desentendimentos e ameaças ocorreram as eleições para Agente Executivo de Campanha em 1º de novembro de 1900.

4.1.1 As eleições do dia 1º de novembro de 1900

Como assinala Stroppa, com base nos registros no *Annaes* do Congresso Federal, o dia de eleições na República Velha era um dia distinto e perigoso.

O aspecto de um dia de eleição que pudemos restaurar através dos registros no Anais do Congresso Federal chega a ser assustador. As ruas, muitas vezes desertas em plena luz do dia nas horas de eleição, se transformavam num lugar perigoso para o pequeno público votante. Mesmo na capital federal em seções sediadas em prédios públicos havia a possibilidade de rompantes de violência. A legislação que instruíra o processo eleitoral proibia a presença de qualquer força pública no interior dos edifícios em que ocorriam as eleições e se quer nas imediações das seções eleitorais no dia do pleito. No entanto, a mesma medida que ilustrativamente visava restringir a ação de grupos políticos desdobrados na polícia, na prática acabava por converter os locais onde se situavam as seções eleitorais em uma potencial zona de risco. Bandos de desordeiros armados – gente acostumada a servir e receber – tinham, desta forma livre e despreocupado trânsito pela cidade. Os principais jornais dos grandes centros se prontificavam em receber e divulgar denúncias de abusos e crimes cometidos nas mais diversas regiões do país.²⁴³

²⁴¹ STROPPIA, G.F. op.cit.pp. 61-62

²⁴² A CAMPANHA, 1 de novembro de 1900. A eleição de hoje. p.1.

²⁴³ FAQUIN, Giovanni Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007. p. 60.

José Murilo de Carvalho considera que além de “inútil” era extremamente perigoso exercer o direito do voto. As eleições eram marcadas pela presença de capoeiras e capangas contratados pelos candidatos para garantir o resultado das eleições, processo comum no Império que se agravou durante a Primeira República²⁴⁴. A presença de bandos de capangas é encontrada em relatos que dão conta de suas ações nas capitais e grandes cidades do país, mas também no interior, onde o mando dos coronéis era exacerbado e o domínio por meio da ameaça e violência física era frequente.

A atuação de bandos e de outros mecanismos também se observou nas eleições para Agente Executivo de Campanha, que foram decididas com ampla margem de vantagem para João Bráulio Jr. No simulacro das eleições municipais no ano de 1900, dos 1.134 votos dos distritos de Águas Virtuosas (806) e Lambari (328), 1007 votos apurados foram para Bráulio Jr. e apenas 3 para Brandão Filho. Outros 127 eleitores deixaram de comparecer às urnas²⁴⁵.

Enquanto na zona eleitoral da cidade de Campanha, dos 947 eleitores alistados 575 comparecem às urnas, conferindo uma maioria de 520 votos para Brandão Filho sobre 55 de Bráulio Jr. Mas a vitória foi insuficiente para reverter o resultado nos outros dois distritos, permanecendo uma diferença de 539 votos pró Bráulio Jr.

Os editores de *A Campanha* destacaram o papel decisivo dos distritos de Águas Virtuosas e Lambari na eleição através de uma série vastíssima de abusos criminosos e de atos ilícitos a que recorreram os silvianistas. Bráulio Jr. e seus aliados impediram qualquer fiscalização do pleito, repeliram os fiscais e afugentaram os eleitores de Brandão Filho por meio de toda sorte de ameaças.²⁴⁶

Observou-se no pleito do dia primeiro de novembro de 1900 uma sequência de fraudes, abusos e desrespeitos à lei. Tiveram destaque, além do número fantástico de eleitores apresentados, a intimidação de fiscais. A fiscalização fora facilmente burlada e intimidada pelos capangas da facção silvianista e a violência foi aplicada contra fiscais e eleitores mais insistentes.

A primeira tentativa de fiscalização foi convidar grandes nomes da política no estado para comparecer às mesas eleitorais nos distritos onde a fraude já era esperada. Os correligionários de Brandão Filho enviaram carta a Francisco Sales pedindo a sua presença como fiscal nas mesas eleitorais de Águas Virtuosas e de Lambari, prevendo os

²⁴⁴ CARVALHO, J.M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed.. São Paulo: Cia das Letras. 2009. p. 87-88.

²⁴⁵ A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900.As Eleições. p.1.

²⁴⁶ Ibid. p.1.

acontecimentos naqueles distritos. A carta que apelava para a presença de Francisco Sales era datada de 12 dias antes das eleições e dizia que o político já se encontrava na localidade. No entanto, lamentaram que Francisco Sales retirou-se de Águas Virtuosas na madrugada do dia da eleição, não atendendo sua solicitação. A *Campanha* reproduziu a carta que enaltecia o currículo republicano de Francisco Sales e clamava por ajuda.²⁴⁷

Com a ausência de Francisco Sales, a solução foi tentar fazer a fiscalização com seus próprios correligionários, como previa o art. 195 ,§1º da Lei Eleitoral. O candidato Brandão Filho constituiu fiscais junto a todas as mesas eleitorais dos distritos de Águas Virtuosas e Lambari. Mas o resultado dessa tentativa não surtiu qualquer efeito devido a uma manobra comum na política dos coronéis da República Velha.

Quanto as sessões 1ª, 2ª, 3ª e 4ª do distrito de Águas Virtuosas, quando os nossos fiscais entraram às 9 ¾ horas da manhã do dia 31 do mês pp na rua em que ficam situados os dois edifícios designados para o funcionamento dessas sessões, dos mesmos edifícios saíram dois grupos de indivíduos (que neles se achavam reunidos desde pelas 8 horas da manhã), capitaneados pelo dr. J. Bráulio Júnior, o qual, ao encontrar-se, com os nossos fiscais, declarou-lhes que já haviam instalados as mesas, e, em réplica ao nosso amigo Francisco Sizanando da Silva que lhe ponderou que, então, instalara as mesas antes da hora legal, pois todos os relógios da terra marcavam apenas 9 horas e 45 minutos, acrescentou que *disso não duvidava, mas que no seu relógio eram 11 ½ horas é que também isso de horas nada importava, pois o relógio é um maquinismo que pode andar e desandar à vontade de seu dono, sendo essa manobra, no caso, perfeitamente regular e séria!* (grifo no original).²⁴⁸

Com relação à 5ª sessão, com sede na colônia Nova-Baden, as coisas se passaram pelo mesmo modo: o fiscal, Antônio Eugênio de Paiva, lá chegou ao mesmo tempo que os mesários, idos de Águas; e estes, apenas desembarcados do *trolly* da linha que os conduziu, declararam ao fiscal que o relógio do mesário João Lisboa Júnior marcava 11 ½ horas e que a mesa já estava instalada e retiram-se na perspectiva de que o fiscal abandonasse o local de pronto. Isso, porém, não sucedeu; e o fiscal, permanecendo no local até a tarde, teve ocasião de assistir à chegada de uma mesa e 5 tamboretos – mobília que serviria para a instalação da mesa supostamente já instalada.²⁴⁹

Outro fiscal a relatar fraudes na montagem das mesas nos distritos de Águas Virtuosas e Lambari foi Gualberto Cobra, que denunciou que na 1ª seção do distrito de Lambari a intimidação observada nas outras seções evoluiu para a violência. Cobra relatou ter

²⁴⁷ A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Previsão realizada. p.1.

²⁴⁸ A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. Instalação das mesas eleitorais de Águas Virtuosas e de Lambari.

p.1.

²⁴⁹ Ibid.

comparecido à 1ª seção do distrito de Lambari como fiscal do candidato Brandão Filho. Chegando ao local, deparou-se com cerca de setenta eleitores acompanhados do Cel. Francisco Carneiro Santiago, chefe do Partido de Brandão Filho naquele distrito. Cobra relata que viu Eustáquio Garção Stockler, cabo eleitoral de Bráulio Jr., diante da grande maioria contrária ao seu partido, correr ao telégrafo e expedir um telegrama para Águas Virtuosas pedindo força, sob pretexto de que a mesa se achava ameaçada.

E, em seguida, ordenou que começasse a chamada que em pouco tempo terminou, pois que os nomes dos nossos eleitores foram saltados e eles constituíam a quase totalidade do eleitorado presente.

Pois bem, encerrada a chamada, foram os nossos amigos avisados de que a capangagem encomendada para Águas se achava preste a chegar e vinha disposta a impedir a fiscalização da apuração da eleição, não recuando mesmo diante do assassinato de nossos amigos.

Em face dessa ameaça, os nossos amigos Cel. Carneiro, Ten. Cel. Mateus Gomes de Paiva e Cap. Augusto de Oliveira Duarte retiraram-se do local, onde, permanecendo eu, assisti efetivamente à chegada dentro em poucos minutos da *capangagem* – em número de 120 a 150 pessoas – que invadiu imediatamente a sala e casa em que funcionava a mesa eleitoral e, logo depois, travou conflito com alguns dos nossos eleitores e amigos que se achavam ainda presentes.

Fui o último a retirar-me, trazendo para esta cidade um dos nossos amigos feridos, e submetendo-o a exame e auto de corpo e de delito, afim de promover, como vou fazê-lo, o respectivo processo.

Eis aí como se passou a farsa eleitoral de Lambari, onde a coragem do dr. E. G. Stockler esteve sempre pronta à violência.

Campanha, 2 de novembro de 1900.

João Gualberto Nogueira Cobra.²⁵⁰

Isaura Queiroz assinala que o uso da opressão, violência e crueldades foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto à troca de favores e benefícios.²⁵¹

O resultado das eleições, depois de tantas denúncias graves e até confrontos, gerou novo problema: com a vitória dos silvianistas, como seria sua posse, já que a sede do município e prédios públicos estavam localizados no centro de Campanha, local onde eram minoria? Corria-se o risco de novos confrontos e violências? Diante de insinuações feitas por *A Peleja*, periódico silvianista de Águas Virtuosas, os editores de *A Campanha* garantiram a segurança dos adversários, afirmando não usar de violência e nem sequer saberem empregá-la.²⁵²

²⁵⁰ Gualberto Cobra era um influente político de Passos e sua rivalidade com Silviano Brandão provinha do Império quando competiam pelo domínio regional. A disputa política entre as duas facções desencadearia no lamentável episódio conhecido como “tocaia do fórum”. Episódio analisado por Grilo. Cf. GRILO, A. T. **Tocaia no Fórum**: violência e modernidade. Tese de doutorado. Franca: UNESP. 2009.

²⁵¹ QUEIROZ, M.I.P. op.cit. p. 179.

²⁵² A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Natural indignação. p. 1-2.

No dia da posse reuniram-se na sala das sessões da Câmara Municipal autoridades locais e membros dos dois grupos rivais. As discussões acirraram-se entre João Luis Alves, Bráulio Jr. e Leonel Filho por conta de interpretações diversas sobre questões regimentais. O grupo de Brandão Filho optou em abandonar a solenidade temendo a violência, uma vez que fora visto um capanga, de nome José Grillo, esconder na Secretaria da Câmara uma garrucha. Abandonaram o recinto deixando que a junta apuradora, unicamente composta dos políticos de Águas e Lambari, somassem, como melhor entendessem, os votos da sua *gry*, que eram quase todos eles mesmos – os membros da junta.²⁵³

Derrotado nas eleições e coagido pela violência na posse, o grupo de Ferreira Brandão assistiu de forma passiva e conformada às violações alastrarem-se pelo município. O grupo dos silvianistas desbancaram a oligarquia local, apossando-se dos principais cargos municipais. Como única reação, *A Campanha* tornou-se um órgão combativo contra as irregularidades do novo governo montado na cidade. A primeira acusação depois da posse da nova Câmara teve como escopo as relações de parentesco, denunciando inúmeras irregularidades que esta apresentava. De acordo com as denúncias, uma ciranda de nepotismo havia sido formada em Campanha:

O membro da junta, o Sr. dr. Bráulio Júnior foi candidato ao cargo de agente executivo; é sobrinho do candidato ao cargo de vereador geral, Rev. Padre Paulo Vilhena; é cunhado dos candidatos Afonso Vilhena e Serafim de Paiva e é concunhado do candidato Lisboa Júnior. Excelente juiz, portanto, para julgar, como era missão da junta, acerca da regularidade da organização das mesas de Águas e Lambari.

O membro, o Sr. César Lisboa, é irmão do candidato Lisboa Júnior.

O membro, o Sr. Rodrigues Bastos, foi candidato a um dos lugares de juízes de paz das Águas.

O membro, o Sr. Antônio Quintino, foi candidato ao cargo de 1º juiz de paz de Lambari.

O membro, o Sr. José de Vilhena, é cunhado do candidato dr. Bráulio, é irmão dos candidatos, senhores Afonso de Vilhena e Serafim de Paiva, e cunhado do candidato o Sr. Lisboa Júnior e é sobrinho do candidato Rev. Padre Paulo Vilhena.²⁵⁴

Com uma junta tal, composta exclusivamente dos candidatos no pleito e parentes uns dos outros, os diplomas foram todos reconhecidos sem maiores discussões.

Disposta a combater o braço silvianista no âmbito local, *A Campanha* ganhou um aliado: o *Jornal do Povo*, trincheira de resistência ao governo de Silviano Brandão na capital mineira. Percebendo a força silvianista na região de Campanha, o *Jornal do Povo* mirou suas armas contra o grupo sediado em Águas Virtuosas e por mais de uma vez colocou em questão

²⁵³ A CAMPANHA, 25 de novembro de 1900. Apuração, p. 1-2.

²⁵⁴ Ibid. p. 1-2.

a ascensão de Américo Werneck e seu grupo apadrinhado pelo Presidente de Estado. A *Campanha* reproduzia os artigos de denúncia. O semanário da capital se referia aos *aquáticos*, braço do silvianismo no Sul de Minas, como “*os larápios de urnas*” e os “sicofantas que estão lambendo as plantas dos senhores Werneck e Silviano”. E questionava se o mesmo grupo teria voz na política se não fosse o fato de bajular os dois políticos.²⁵⁵

Encerrado o pleito e empossado o novo Agente Executivo e seus vereadores, Ferreira Brandão decidiu cumprir a ameaça de recorrer à justiça questionando os resultados das eleições e todo seu trâmite ilegal. Medida que definitivamente intensificou a animosidade e a troca de acusações entre os dois lados, atingindo níveis de brutalidades e ataques à moral de parte a parte na imprensa periódica.

A 20 de janeiro de 1901, Ferreira Brandão remeteu ao tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais os autos do recurso das decisões da Câmara Municipal sobre o reconhecimento dos poderes do Agente Executivo João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior e de alguns vereadores eleitos. Feito esse procedimento, Ferreira Brandão e seus aliados passaram a questionar na imprensa a lisura do Poder Judiciário estadual, uma vez que o Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral era João Bráulio Moinhos de Vilhena, pai do candidato Bráulio Jr. e qualquer parecer favorável do distinto juiz seria fonte de insinuações de favorecimento dado o impedimento moral do Presidente do Tribunal devido ao grau de parentesco. O grupo de *A Campanha*, derrotado na eleição fraudulenta, pretendia fazer ainda muito barulho na imprensa, atacando, se necessário fosse, a honra de seus rivais, envolvendo inclusive o nome do alto magistrado. Este aleive foi prodigamente utilizado na ceulema política entre os dois periódicos.

Nos primeiros editoriais que abordaram a questão, os editores de *A Campanha* assumiram um discurso extremamente legalista, confiando na justa interpretação dos magistrados do Estado de Minas. Mas esse apego ao legalismo, tão extremado, não passava de ironia e provocação e nos números seguintes foram publicadas insinuações contra a lisura do Desembargador João Bráulio de Moinhos Vilhena. Ao colocar em questão a reputação do magistrado, a intenção era atingir também moralmente o filho.

Estrategicamente os editores de *A Campanha* não atacaram de imediato o Desembargador, ao contrário, manifestaram respeito e confiança no Judiciário estadual, insinuando que as suspeitas partiram do próprio grupo de Bráulio Jr., que consideravam a posição do alto magistrado garantia de vitória para si.

²⁵⁵ O JORNAL DO POVO, A Peleja apud *A Campanha*, 25 de novembro de 1900. p. 4.

Amigo que muito prezamos e em que absolutamente confiamos foi em passeio a Águas Virtuosas. Ali, conversando sobre eleições e sobre o nosso recurso com um Sr. Bastos (que pelo nome não perca e nem pela nacionalidade, pois que não é brasileiro) em presença do sr. Serafim de Vilhena Paiva, este primo e cunhado do Sr. dr. João Bráulio Filho e sobrinho do exmo. Sr, desembargador dr. João Bráulio, teve ocasião de ouvir do tal Sr. Bastos, sem nenhum protesto do Sr. Serafim, que *o nosso recurso estava perdido, era inútil e nada valia, pois que presidida pelo exmo. Sr. dr. Bráulio, pai do agente executivo recorrido, a Relação infalivelmente julgaria a favor deste e contra nós.* Esta mesma desonesta imputação temos ouvido de outros corifeus do partido da fraude, que parecem, ao expedi-la, ecos autorizados dos chefes. (grifo no original)²⁵⁶

Com o personagem “Bastos”, um estrangeiro, a intenção dos editores era transmitir a ideia de imparcialidade devido ao desinteresse que um estrangeiro pudesse ter na política local. Ainda tentando passar a imagem de confiante no Judiciário tentava dividir hostes silvianistas apontando o braço direito de Bráulio Jr., Serafim Vilhena de Paiva, como principal caluniador. Também estrategicamente saía em defesa do desembargador, conferindo o agravo do insulto ao próprio filho, já que este não reprendia seus aliados indiscretos e maledicentes.

A *Campanha* afirmava estar disposta a aguardar o resultado da demanda e ao mesmo tempo defender a honra dos juízes do estado contra os caluniadores, mas foi o próprio periódico que colocou em questão a lisura do magistrado e em seguida o defendeu, apontando como difamadores os seus rivais. As repetidas insinuações e provocações, enfim, surtiram o efeito esperado e Bráulio Jr. atacou desairosamente os editores de *A Campanha* nas páginas de *A Peleja*.²⁵⁷ Na réplica o grupo de Francisco Brandão abriu mão de qualquer acuidade ou educação:

Eis que o filho que devia ser o primeiro a bater palmas ao nosso correto procedimento na desafronta à honra do magistrado que não é digno de ter por pai, que nos devia pelo menos ser grato por nos termos desempenhado de um dever que longo tempo esperamos fosse por ele cumprido, - acha-se insultado, zanga-se, arreganha os dentes, despe o paletó, a calça e o colete, arranca a gravata, arregaça as mangas, e de tamancos e expectorando a baba há muito tempo contida e fermentada nos escaninhos das suas entranhas, tão esfomeadas de dinheiro como o seu cérebro de são critério e o seu caráter de honestidade, e corre à praça pública que é *A Peleja* de 10 do corrente, *em linguagem de quitandeira* ou de *arlequim em corda bamba*, a xingar-nos em quatro colunas do mais desfrutável, do costumado estilo bombástico e oco, - tendo a mais a fétida emanção das fezes que vomitou pela boca. (grifo no original)²⁵⁸

²⁵⁶ A CAMPANHA, 2 de fevereiro de 1901. Recurso eleitoral. p.2.

²⁵⁷ Todas as edições desse periódico foram consumidas pelo tempo e não existe mais em nenhum dos arquivos perscrutados.

²⁵⁸ A CAMPANHA, 16 de fevereiro de 1901. Troco. p. 1-2.

Com o ataque indecoroso de Bráulio Jr., os editores de *A Campanha* mudaram de tom. Abandonando as insinuações também destratarem seus adversários, inaugurando uma fase de insultos pesados na imprensa. A disputa que fora na órbita política ganhava ares de acusações morais e deselegâncias que ultrapassaram esta esfera.

Bráulio Jr, em sua resposta, acusou o grupo de Campanha de formar uma oligarquia de família no município e de monopolizar o mando local há décadas. Acusações que *A Campanha* negou e em seu número seguinte criticou, principalmente, a fama de religioso e carola de Bráulio Jr, em contraponto denunciava seus “pecados” cometidos durante as eleições e o nepotismo de que abusava:

Quanta hipocrisia se esconde na capa daquele rato de sacristia, (...) especulador de crenças que não tem, conciliador manhoso da religião com as praticas mais desonestas (...).

Diga-nos, religioso é *perito*, bestialógico e enfatuado doutor:

Julga, acaso, que isto aqui é alguma roleta? Que o *patequismo* está em acordo com a religião e a moral e a lei? – que o bico da pena é que decreta o dogma? – que furtrar votos é coisa diferente de ser gatuno? (...).

Vamos lá: com a sonda na consciência, em face o Cristo, a mão sobre a Bíblia, olhos em seráficas e mística contemplação do céu onde habita o soberano juiz em que diz que acredita e pune o perjúrio, afirme sob juramento, sim? – Jure:

1º - o alistamento de eleitores de Águas Virtuosas é mesmo legítimo e verdadeiro e foi feito no tempo legal?

2º - é mentira que instalou as mesas eleitorais antes da hora legal para evitar a aceitação dos fiscais?

3º - teve mesmo aquele milhar de votos? pode escrever no órgão do seu vômito do dia 10 os nomes dos mil e sete eleitores que sufragaram a *fênix* de Águas Virtuosas?

É tempo de o fazer para que não se diga que é, a além de escamoteador, mentiroso.²⁵⁹

Além de duvidar e até zombar da religiosidade de Bráulio Jr., o termo “roleta” aparece repetidamente para insinuar a existência de jogos de azar que se realizavam em Águas Virtuosas e participação corriqueira de João Bráulio Jr. e seus aliados na “mesa verde”.

4.2 “A República Canalha”: o esfacelamento da oposição em Campanha

As intrigas e trocas de insultos na imprensa e a disputa local só terminaram com a emancipação de Águas Virtuosas no ano seguinte. Mas nada teve de acaso tal separação. A questão foi absolutamente política, pois era do interesse de Silviano Brandão criar novos municípios na região multiplicando e garantindo a maioria de suas bases no estado,

²⁵⁹ *A Campanha*, 16 de fevereiro de 1901. Troco, p. 1-2.

principalmente no Sul de Minas. Ao mesmo tempo, a oposição encontrada em Campanha justificava a construção de um novo mapa político que sufocasse decisivamente os pontos de resistência.

A emancipação decretada em 16 de setembro de 1901 retirava de Campanha os distritos de Águas Virtuosas e Lambari, reduzindo seu território a menos da metade, esfacelando também sua representatividade política e a importância de suas lideranças municipais. Assim se manifestou *A Campanha* sobre a divisão:

Acaba de ser sancionada e publicada, sob o n. 319, a lei votada este ano pelo Congresso Mineiro - criando o município de Águas Virtuosas, composto do distrito de Conceição do Rio Verde, desagregado do município de Baependi, dos distritos de Lambari e de Águas Virtuosas, desmembrados deste município da Campanha. Quem, alheio completamente às condições especialíssimas do nosso meio social, apenas conhecer superficialmente *de visu* ou de notícia, ignorando-lhes toda via as causas, o extremo abatimento e a acentuada progressiva decadência do nosso município, será necessariamente e com bem boa razão levado a crer que aquele ato do poder legislativo de Minas é, nem mais nem menos, uma sentença de morte definitiva lavrada contra a velha e lendária Campanha.²⁶⁰

Os editores se ressentiam, pois Campanha fora por muito tempo o principal centro do Sul de Minas, mas ia perdendo sua posição de destaque para outros municípios que se desenvolviam, como Pouso Alegre e Caldas. A nova divisão iria acelerar esse processo. Apesar do enfraquecimento e do abalo impostos ao município, os editores tentavam transmitir a ideia de que a cidade ficaria melhor sem as patifarias do grupo de Águas Virtuosas que estava no poder municipal, mas a nova divisão significava o esvaziamento político e condenava o futuro do município, de passado imponente, agora esvaziado politicamente.²⁶¹

O grupo de Ferreira Brandão não deixava de apontar a correlação entre o esvaziamento político que o município sofrera com o primeiro ano de mandato de Bráulio Jr., considerando sua administração extremamente prejudicial para Campanha. O município estava desorganizado, esfacelado, espoliado em suas rendas, diminuído em seu território, explorado por uma comandita infame e nada restava à malfadada terra da Campanha. Lamentava as ruínas de suas passadas grandezas.²⁶²

Os editores afirmavam que Bráulio Jr. “repimpado” em Águas Virtuosas ia à sede do município “uma ou outra vez levantar os magros cobres do cofre municipal”. Deixando a cidade em penúria. Esses fatos explicariam o “fiasco de sua curta e desastrosa administração”.

²⁶⁰ A CAMPANHA, 4 de outubro de 1901. Antes só... p.1.

²⁶¹ Ibid. p. 1.

²⁶² A CAMPANHA, 22 de dezembro de 1901. Patequices. p.1.

Criticavam o Agente Executivo por sua falta de moral e “carolismo”, chamando-o de hipócrita e tartufo.

O enfraquecimento e esvaziamento político do município de Campanha vieram mais uma vez à tona com a nova divisão eleitoral de 1901. O município deixou de ser a sede do distrito sul-mineiro, em detrimento da cidade de Itajubá, base política de Wenceslau Brás, braço direito de Silviano Brandão. O quinto distrito ficou organizado com 20 municípios, sendo fixada a sede na cidade de Itajubá, enquanto Campanha, que desde o Império havia sediado o distrito eleitoral, via-se pela nova organização privada dessa antiga prerrogativa.²⁶³

A disputa contra o grupo de Águas Virtuosas e denúncias das práticas políticas do silvianismo na imprensa teve seu preço. A cidade sofreu com o esfacelamento territorial e político e ainda teria as portas do poder cerradas. Nas eleições seguintes a deputado estadual o grupo de *A Campanha*, depois de intensa propaganda pró Leonel Filho, um dos colaboradores do periódico e filho do republicano histórico Leonel de Rezende Alvim, conseguiu elegê-lo com considerável vantagem de votos. Mas o político não chegaria a exercer o cargo.

Depois de apuradas as urnas o resultado foi o seguinte: Leonel Filho: 3.466 votos; Francisco Bressane: 1.824 votos; Bueno Paiva: 1.407 votos; Outros: 447.²⁶⁴ Diante dos números os editores de *A Campanha* celebraram a vitória de seu correligionário. Em um artigo entusiasmado, consagraram a consciência política e a sapiência de seus eleitores, também renderam glórias às qualidades de Leonel Filho, ressaltando os méritos do político. O grupo de Campanha se enlevava com a vitória obtida nas urnas depois de tanto tempo.²⁶⁵

No entanto, Leonel Filho não assumiria o cargo, pois seu diploma não foi reconhecido pela Comissão de Verificação do Congresso, nas mãos de Silviano Brandão.²⁶⁶ Com efeito, o preço de permanecer alheio às imposições da hegemonia de Silviano tinha como punição o isolamento absoluto da política estadual. Com a degola de Leonel Filho, os editores de *A Campanha* não pouparam críticas à política do estado e o falso modelo republicano em vigor. O depoimento transformou-se em desabafo contra a política oligárquica e demais vícios do regime republicano. Causando o pesar dos republicanos históricos que fundaram a folha:

Verdadeiramente enojados, noticiamos que o Sr. dr. Leonel, o único candidato eleito pela vontade livre do eleitorado do 5º distrito federal de Minas, no pleito de 30 de janeiro, foi substituído por um membro do *Bloco*, que não teve o prazer de ser eleito.

²⁶³ A CAMPANHA, 22 de dezembro de 1901. Patequices. p.1.

²⁶⁴ A CAMPANHA, 4 de fevereiro de 1906. Eleição Federal. p. 1.

²⁶⁵ Ibid. p. 1.

²⁶⁶ Cf. capítulo 3.

A cadeira que os mineiros briosos e independentes confiaram ao Sr. dr. Leonel Filho, foi *escamoteada* pela *caixeirada* do cretino que dirige os negócios mineiros! Para nós, não foi uma surpresa a perseguição torpe e mesquinha exercida pelo presidente (Francisco) Sales contra o verdadeiro representante do 5º distrito.

Que comédia! Que comediantes!

Já o Sr. Júlio Bueno (Brandão) , em um discurso pronunciado em Ouro Fino, um mês antes do 3º *escrutínio*, havia proclamado a derrota do dr. Leonel Filho, aclamando deputado pelo 5º distrito o simpático Sr. dr. Carneiro de Rezende...

Minas, a gloriosa Minas de outros tempos, está, no momento atual, representando o papel mais vergonhoso que imaginar se pode, tudo isso para ser agradável aos baixos e indecentes politiquinhos que, sem prestígio, sem talento e sem... vergonha , cospem na lei Rosa e Silva e *escarram* nos mineiros independentes e honestos!

Os próceres da política mineira, depuraram o Sr. Leonel Filho, mas, não puderam derrotá-lo no pleito de 30 de janeiro.

O Sr. Salles e os seus *caixeiros* devem estar satisfeitos...

Nós, porém, é que não lhes invejamos mais essa vitória de Pyrrho...

Que gente! Que tempos!

Que República canalha!²⁶⁷ (grifo original)

Salientamos que concorreram contra Leonel Filho o influente delegado silvianista e ex-prefeito de Belo Horizonte no governo Francisco Sales, Francisco Bressane, e Bueno Paiva, primo de Bueno Brandão. As chances de Leonel eram inexistentes, como veremos no capítulo seis. Salistas e viuvinhas dominaram a Comissão Executiva do PRM por um longo período. Aqui vemos o ocaso definitivo do que restava do grupo dos republicanos históricos que permaneceram na oposição à hegemonia sul-mineira. Extremamente desgostosos, sucumbiram diante do arranjo político de Silviano Brandão, vendo diminuir até mesmo o poder político de Campanha, alterando o mapa político do estado com o estrangulamento do município mais antigo e sede tradicional da política sul-mineira.

Por outro lado, destacamos que, em 1898, o grupo formado em Águas Virtuosas, conhecido como os *aquáticos*,²⁶⁸ foi integrado à hegemonia silvianista desde que encampara a eleição de Silviano Brandão para a Presidência do Estado. Seus principais membros desprezaram o período em que defenderam a bandeira do republicanismo histórico ao lado de Ferreira Brandão contra a ascensão do grupo adesista. A análise da trajetória desses personagens desvela como as alianças eram costuradas de acordo com as necessidades políticas, abdicando-se facilmente de convicções ideológicas. No caso de Águas Virtuosas, Silviano obteve o apoio do grupo dos *aquáticos*, acenando com cargos e favores para a construção da estância balneária no local, enquanto a oposição localizada em Campanha era sufocada. A análise da trajetória do grupo de Américo Werneck corrobora com a perspectiva de que a hegemonia de Silviano Brandão esteve disposta a agregar e aglutinar diversas lideranças estaduais, incluindo antigos rivais e opositores, mas aqueles que permaneceram

²⁶⁷ A CAMPANHA, 18 de maio de 1906. Comédia Política. p. 2.

²⁶⁸ Cf. capítulo 5.

fazendo oposição ao Presidente de Estado, caso do grupo leal a Ferreira Brandão, foram punidos com o alijamento político.

Observamos ainda a emancipação do distrito, que se separou do município de Campanha em 1901, adquirindo maior liberdade e controle sobre a administração das águas e dos futuros investimentos, tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 A CONSTRUÇÃO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ÁGUAS VIRTUOSAS

Um fato da infância de Werneck (...). Teria ele uns seis anos. Acompanhava seu pai na visita à horta. Passaram por uma pimenteira cheia de frutos. O garoto pediu alguns para comer. O pai fez-lhe notar que aqueles frutos chamados pimentas não eram para ele, que não seria capaz de comê-los, pois ardiam demasiado. O pequeno não se conformou com a recusa e teimou, impertinente. O pai colheu três pimentas.

_ Tome, pois. Mastigue-as bem.

A boca transformou-se num braseiro. O cáustico inflamou-lhe a garganta, incendiou as gengivas, pelou a língua, provocou tosse, mas o garoto, duro e firme, engoliu as pimentas. O pai observou:

_ Queres mais?

_ Sim, senhor.

Outras pimentas foram mastigadas ainda que as lágrimas saltassem, a vista se conturbasse e os músculos tremessem.

_ Queres mais?

_ Quero sim senhor.

O pai sentiu dó e seguiu:

_ Esse menino!²⁶⁹

A anedota acima se refere à infância de Américo Werneck, engenheiro fluminense que se mudou para o Sul de Minas Gerais com o objetivo de construir uma sólida carreira política. Ainda no tempo do Império, ele havia militado pela Abolição e pela República como redator principal do periódico *Gazeta Sul-Mineira*. Mais tarde, já no regime republicano, Werneck ocupou alguns cargos públicos, com destaque para sua passagem na Secretaria de Agricultura Estadual e na Prefeitura da Cidade de Minas. Mas seu maior feito foi a construção do balneário de Águas Virtuosas, edificando a cidade de acordo com o modelo de estâncias hidrominerais europeias. No município, atual Lambari, seu legado ainda pode ser observado nas ruas largas do centro da cidade, nos parques arborizados e nos edifícios que Werneck construiu.

Um resumo da biografia de Américo Werneck e sua relação com o principal político do estado à época, Silviano Brandão, esclarece alguns pontos: nascido na província do Rio de Janeiro, em 1855, Werneck cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1877. O político chegou ao Sul de Minas no início da década de 1880 no município de São Gonçalo do Sapucaí, importante centro republicano e onde sua família possuía propriedades. Nesta cidade, Werneck foi o principal editor do periódico *A Gazeta Sul-Mineira*, folha abolicionista e republicana de propriedade de Francisco Bressane de Azevedo. Recém-

²⁶⁹ JARDIM, D. Conceição. **Uma vilegiatura em Lambari**: expressões da vida e de algumas vidas de 1943. Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1943. p. 177-178.

chegado às Minas Gerais, Werneck revelou-se um convicto republicano e se filiou às hostes dos históricos mineiros. No entanto, proclamada a República e com a nova divisão de poderes em Minas Gerais, o grupo dos históricos viu-se alijado do poder, com a indicação de Cesário Alvim, republicano adesista, para a Presidência do Estado. Neste momento, *A Gazeta Sul Mineira* adotou um discurso radical, criticando o governo e defendendo a separação do Sul de Minas do restante da Federação, em 1892.

Durante o movimento divisionista, políticos tradicionais da região, encabeçados por Silviano Brandão, foram contrários à ideia e declararam-se inimigos dos separatistas, conferindo seu apoio ao incerto governo Alvim. O duelo entre os dois lados sul-mineiros, separatista e integracionista, ou, ainda, históricos e adesistas, ganhou as páginas dos periódicos locais com as folhas *Minas do Sul*, *Gazeta Sul-Mineira* e *Gazeta de Ouro Fino*. O fracasso do movimento separatista selou a vitória do grupo de Silviano Brandão e os republicanos históricos foram alijados do poder.²⁷⁰

Sem mais espaço político Américo Werneck se fixou em Águas Virtuosas e encontrou ali um grupo há tempos estruturado, que pugnava pelo desenvolvimento do lugarejo, apostando no empreendedorismo da exploração das águas minerais e construção de uma estância balneária confortável e atraente aos visitantes. Esse grupo local agregou considerável capital político ao longo da década de 1890 e quando Silviano Brandão chegou ao poder do estado aliaram-se ambiciosamente ao Presidente de Minas Gerais, deixando de lado as antigas querelas que os separavam.

Chegando à Presidência do Estado em 1898, as pretensões de Silviano Brandão se tornaram audaciosas e não se restringiram ao comando regional. Depois de vencer a disputa local, o Presidente de Minas Gerais estava disposto a construir uma sólida estrutura de dominação em todo estado e perpetuar seu grupo de aliados no comando político. Os silvianistas defendiam que os mineiros mereciam maior participação nas decisões nacionais, devido à importância numérica da bancada mineira na Câmara dos Deputados, além da destacada importância da economia da federação para os cofres da União. Em torno desses dois elementos Silviano Brandão e seus aliados insistiam na ideia de coesão entre os políticos mineiros, para que o estado pudesse ser determinante nas deliberações federais.²⁷¹ Essa máxima permitiu a aproximação e aliança com antigos rivais do interior do estado.

²⁷⁰ Cf. capítulo 2.

²⁷¹ Cf. capítulo 3.

A análise da trajetória do grupo dos *aquáticos* revela o amplo leque de alianças que Silviano Brandão realizou e ao mesmo tempo ressalta que os coronéis da época estavam preocupados em renovar o seu discurso, incorporando novos temas como saúde e progresso.

5.1 Formação de um novo grupo: *Os Aquáticos de A Peleja*

As pessoas que precisarem usar das águas minerais do Lambary, devem ficar sabendo que, partindo da corte, lhes é indispensável tomar o expresso que sai do Rio de Janeiro às 5 horas da manhã, indo ter à estação do Cruzeiro, onde tomarão os carros da (Estrada de Ferro) Minas e Rio até a estação de Contendas. Daí a viagem far-se-á a cavalo ou de liteira, em bons caminhos, que tem de extensão pouco mais de 5 léguas, até a povoação das Águas. Para não alongar demais a viagem convém que os doentes só deixem a Conceição do Rio Verde, que é onde está a estação de Contendas, na manhã do dia seguinte. Nas Águas do Lambary encontra-se facilmente quem forneça as conduções precisas, do modo que for exigido, por preço cômodo, e a redação deste periódico dá à respeito as informações que lhe forem solicitadas.²⁷²

O trecho acima descreve a difícil chegada até um escondido rincão do interior de Minas Gerais, procurado por doentes e enfermos que buscavam a cura de suas moléstias através da utilização das águas terapêuticas da localidade. Com o passar do tempo, o isolado lugarejo foi ganhando adeptos e notabilizando-se com a presença de muitos visitantes, até tornar-se um notável balneário procurado por iminentes figuras do estado e do país. Mas, no auge da fama e dos investimentos governamentais, tornou-se motivo de celeuma e protagonizou um longo dissídio jurídico entre o Estado de Minas Gerais e o arrendatário da estância balneária, Américo Werneck.

No início da década de 1880 a estância balneária de Águas Virtuosas era pouco conhecida, quando se mudou para a localidade o médico campanhense recém formado, Eustáquio Garção Stocler. Interessado na cura através das águas, o médico decidiu propagar o poder terapêutico das mesmas e construir no lugarejo condições adequadas para receber um grande número de pessoas que ali encontrariam tratamento e descanso.

Para melhor divulgar suas ideias, Garção Stocler financiou a edição de um periódico quinzenal, o *Águas Virtuosas*, editado por ele mesmo e pelo seu colega Bandeira de Mello. O periódico tinha a única finalidade de dar notoriedade às águas do lugarejo e circulou durante

²⁷² ÁGUAS VIRTUOSAS, 23 de agosto de 1884. Viagem às Águas. p.3.

os anos de 1884 e 1885, fazendo grande alarde do clima acolhedor do distrito e da riqueza hidroterápica de suas águas.

Em uma das seções do periódico *Águas Virtuosas* foi relatada a história do distrito desde o descobrimento das fontes de águas gasosas. O relato é dividido em três partes distintas, compreendendo três diferentes “Eras” pelas quais o lugarejo passou, segundo a visão dos editores. O primeiro momento marca a época do descobrimento e do progresso, o segundo do abandono e “obscurantismo”, e o terceiro a retomada do progresso. A história é narrada sem a menção de qualquer data ou nome, os fatos são contados como se fizessem parte de um tempo imemorial e fabuloso, oscilando entre o passado idílico com filantrópicos cidadãos empenhados na construção de melhorias para o local e períodos obscuros com a presença de vândalos que causaram a ruína do mesmo. Porém, para além da preocupação em esclarecer e precisar fatos e datas, nosso interesse é o de demonstrar como e quais foram os motivos que levaram os editores do periódico a criarem um mito fundador para contar a história da cidade. Enfatizamos que no mesmo mito os próprios editores aparecem como grandes personagens ao resgatarem a magnífica estância do período da barbárie. Conferindo para si próprio o título de “paladinos de Águas Virtuosas”.²⁷³

A seguir reproduzimos partes dessa história contada no periódico, analisando algumas particularidades que se quer evidenciar, principalmente aquelas que dizem respeito ao jogo político e à tentativa de construir para seu próprio grupo uma roupagem de liderança desinteressada, progressista e ilustrada. A primeira parte da história é narrada na edição de 23 de agosto de 1884 e relata o período da descoberta das águas, a chegada das primeiras famílias e as primitivas construções edificadas no lugarejo.

Com a legenda da fama, a notícia de águas milagrosas corre de boca em boca, sem que se saiba de onde primeiro partiu.

Sobre as fontes minerais do Lambary, parece não haver versão exata, pois nada havendo escrito, que nos conste, o testemunho dos velhos conhecedores do lugar não alcança o descobrimento.

Referem de oitiva que alguns caçadores, correndo as matas, encontraram a atual fonte gasosa, estranhando sobremodo sua efervescência por demais viva. Acharam esquisito sabor.

De tudo espalharam rápida notícia, atraindo desde logo a atenção dos vizinhos, e correndo mais para longe a narração da nova descoberta, mais a curiosidade do que qualquer outro incentivo trazia os visitantes.

Não tardou que descobrissem efeitos medicamentosos na nova água, e tão bons e enérgicos foram que começou o povo a denominá-la – água santa e água virtuosa, como ainda é conhecida.

²⁷³ Sobre a formação de mitos de origem e simbologias cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009. p. 12-15.

Neste tempo nenhum beneficiamento teve a fonte, que se conservava no seu estado primitivo. Os que vinham a procura de alívio para qualquer padecimento faziam uma pequena choça e ali passavam o tempo necessário.

Sendo a planície, onde se achava a fonte, muito pantanosa, e durante a estação das chuvas ficando inteiramente inundada, os visitantes só procuravam o uso das águas no tempo seco.

Por tal modo ficou isto estabelecido que só vinham às águas na estação seca, faziam muitas palhoças e formavam uma espécie de povoação provisória, que se renovava cada ano.

Só muito mais tarde, apareceram as primeiras construções definitivas.

Nesta época, não só habitantes das zonas circunvizinhas procuravam as águas: de muito distante vinham doentes em busca de tão prodigioso meio de cura.

Cada vez maior se tornava a concorrência, e se iam edificando prédios melhores e mais confortáveis.

Começava o florescimento do lugar e bom augúrio parecia presidir ao seu futuro, já então bem claramente delineado no mais exato e razoável conhecimento das águas.

274

De acordo com o texto *História cronológica de Lambari*, de João Carrozzo, identificamos nesse primeiro momento o período que vai de 1780, com a descoberta das águas nas terras de Antonio de Araújo Dantas, até, aproximadamente, 1840, quando a Câmara de Campanha desapropriou uma área de doze alqueires dos herdeiros do fazendeiro, passando as mesmas a pertencerem ao Estado. De acordo com Carrozzo, logo após a descoberta das águas, o lugar conheceu relativa fama e passa a receber a visita de algumas personalidades, como o regente P. Diogo Feijó em 1837, que permaneceu cerca de um mês fazendo uso das águas. Após essa visita foi criado o cargo de Agente Fiscal para a povoação e tomadas providências para proteger seu patrimônio.²⁷⁵

No número seguinte do periódico, de 9 de setembro de 1884, foi narrado o período “áureo” de Águas Virtuosas. No entanto, seguido do abandono e do “obscurantismo”:

Famílias das províncias do Rio, S. Paulo e outras, aqui reunidas, engenhavam todas as ordens de divertimentos, reinando perfeita afabilidade, tomando as relações o tom da mais cordial intimidade.

Nas tardes e noites de luar, a reunião era junto ao poço, onde todos se entretinham em conversações diversas.

Junto à fonte, levantavam-se muitas árvores, algumas entrelaçadas de cipós. Nestas formavam as moças os balanços, onde passavam as horas distraidamente.

Entre tantos que aqui vinham, não foram poucos os que se ocuparam com beneficiar o lugar. A igreja, o cemitério e algumas outras obras, quase exclusivamente, se devem à filantropia desses primeiros aquáticos, que deixaram por cá um nome querido.

Mais tarde, a grande afluência de povo, constante e crescente, chamou a atenção do governo provincial, que resolveu mandar construir um estabelecimento balneário nestas fontes.

²⁷⁴ ÁGUAS VIRTUOSAS, 23 de agosto de 1884, História das Águas. p.1 e 2.

²⁷⁵ CARROZZO João. **Lambari: outrora Cidade de Águas Virtuosas da Campanha**. Bragança Paulista: Faculdades Franciscanas, 1977.

Mas sucedeu, por essa ocasião, que as famílias, cuja freqüência acarretava grande acompanhamento, umas pela perda de seus chefes, outras, sentindo as crescentes dificuldades da lavoura, que já exigia maiores esforços, essas famílias foram rareando e finalmente faltaram.

Faltando a concorrência, que tão bons auspícios fazia prever, ficaram as Águas Virtuosas limitadas aos moradores, que por sua vez foram mudando, obrigados a procurar a vida em outras partes de mais ativo comércio.

Quase abandonado o lugar, o estabelecimento balneário ficou entregue ao azar da sorte, sem ninguém que o zelasse.

Arrebataram as cadeiras, os lavatórios, os espelhos, as mesas, arrancaram os cabides, os trincos, quebraram as vidraças e o que não puderam aproveitar, destruíram pelo gosto do vandalismo.

Com a perversidade do homem concorreu a inconsciência da natureza para chegar ao fim a obra de destruição.

Estragada a cobertura do edifício, vieram as chuvas com uma descontinuidade desesperadora de 90 a mais dias e com uma abundância pouco comum.

Foram então apodrecendo as madeiras, os forros e assoalho, como todo barroteamento.

Ficou o estabelecimento reduzido às condições de ruína.

Passou, então, a servir de abrigo de gado, aos cabritos, animais todos, que vagavam pela freguesia, inclusive aos homens, que lá formaram um antro seguro para o crime e para a imoralidade. (...)

Foi uma época de destruição, essa que se passou nos tempos, em que concorrência se anulou. Neste lugar, como em muitos outros desta província, a ociosidade maléfica, a ignorância indolente e a miséria a mais atroz, resultado fatal dos primeiros predicados, se constituíram em sinistra trindade boçalmente votada à destruição de tudo. (...)

Esse instinto tigrino, incompatível com qualquer estado de adiantamento moral, tem desaparecido aos poucos com a chegada de uma geração, criada nos moldes de melhor educação.²⁷⁶

No início desse trecho ainda encontramos referências ao período auspicioso, de 1780 a 1840, quando foram feitas considerações a respeito de algumas construções e à presença de famílias beneméritas que traziam melhoramentos ao lugar. No entanto, o período seguinte data o “obscurantismo”, entre 1840 e 1870, com a Revolução Liberal de 1842 e as seguidas crises financeiras enfrentadas durante o segundo Império.²⁷⁷ Neste momento, a estância balneária de Águas Virtuosas sofreu com o abandono, suas edificações foram depredadas e roubadas, padecendo pela ação dos homens, da natureza e do descaso governamental. Destacamos o exagero do conto, conferindo à história da estância acontecimentos épicos, comparáveis com a Bíblia, como o dilúvio.

Memorialistas locais dão conta de que na década de 1840 o desenvolvimento da população conheceu uma fase de estagnação, em parte devido à derrota da Revolução Liberal de 1842. José Nicolau Mileo relatou em seu livro *Subsídios para a História de Lambari* que, na época, vários cidadãos campanhenses foram perseguidos e presos. A vida comercial, social

²⁷⁶ ÁGUAS VIRTUOSAS, 9 de setembro de 1884, História das Águas, . p. 2-3.

²⁷⁷ Cf. CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6.ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v.2, t. 2.

e administrativa da vila estacionou. Diversas famílias abastadas tiveram as fortunas abaladas, fugiram ou migraram.²⁷⁸

Na terceira e última parte da história narra-se a “redenção”, quando uma nova geração decide enfrentar os graves problemas encontrados para revitalizar a estância. Apesar das enormes dificuldades, conseguiram identificar as principais causas do abandono e trabalhavam para solucioná-los:

Foram as próprias condições do país, passando por um abalo temeroso em seus recursos de trabalho e de finanças; foram as dificuldades levantadas pela distância, foi círculo restrito, onde corria a notícia das águas minerais, cujo conhecimento quase se encerrava em uma só geração; foram esses os elementos que determinaram o momentâneo abandono das fontes do Lambary .

Não havia quem se abalançasse empreender a propaganda das águas, já porque no Brasil só se aceitam os lucros imediatos e ninguém quer o risco, já mesmo por falta de cabal conhecimento do valor do medicamento.

Só em 1882 foi concedido o privilégio para o uso e gozo destas águas, podendo então constituir-se uma empresa, com o fim de regularizar tão importante serviço.

Dessa época para cá, com a proximidade da estrada de ferro do Rio Verde (Minas e Rio), a localidade tem alcançado rápidos progressos.

A edificação de muitas casas, a completa reforma das antigas, o estabelecimento de bons hotéis etc, tudo vai mostrando que caminhamos para um estado de alta prosperidade.

A corrente dos que para aqui vem em procura de alívio aos seus sofrimentos é cada vez maior e em próximo futuro serão incalculáveis os benefícios que as Águas Virtuosas devem prestar.²⁷⁹

De acordo com José Nicolao Miléo, a partir da década de 1870, mais uma vez o povoado prosperou, ali surgiram casas residenciais, estabelecimentos comerciais, armazéns de secos e molhados e oficinas. Em 11 de junho de 1870 teve início a construção de uma estrada que ligaria Águas Virtuosas a Caldas. Em 1872, foi formada uma comissão para analisar e fornecer um laudo sobre as fontes de água mineral existentes e no mesmo ano foi inaugurado o novo balneário. À época desses melhoramentos a estância recebeu a visita do Conde D'Eu e da Princesa Isabel, que durante quase três meses permaneceram na região.²⁸⁰

Essa última parte conta a chegada do grupo do próprio Garção Stocler, líder da “nova geração”, que se mudou para Águas Virtuosas em 1882 e se tornou concessionário das águas. Esse grupo se auto-identificava como paladinos, dispostos a tudo e a todos enfrentarem em nome do desenvolvimento do lugar. Todos os problemas mencionados no texto, principalmente a falta de conhecimento e propaganda, seriam solucionados através da divulgação realizada pelo periódico *Águas Virtuosas*. Os novos meios de transporte que

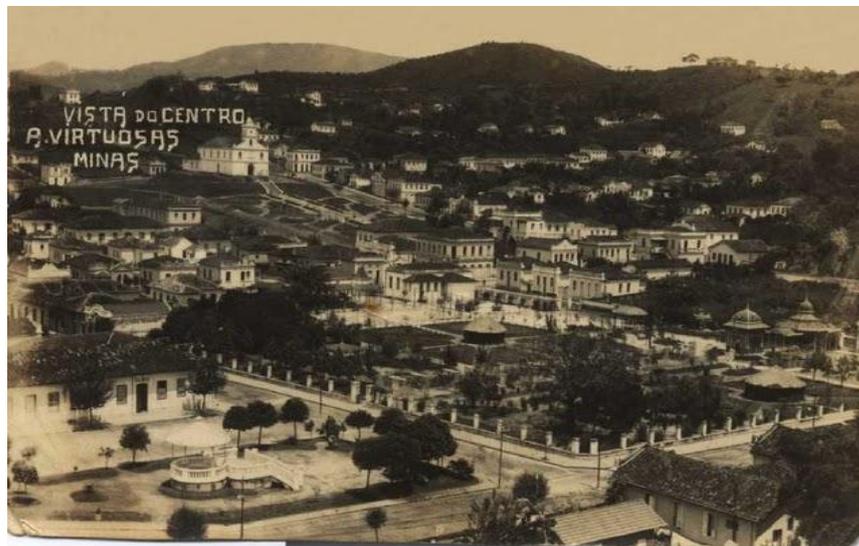
²⁷⁸ MILEO, José Nicolao. **Subsídios para a História de Lambari**. s.d.

²⁷⁹ ÁGUAS VIRTUOSAS, 28 de setembro de 1884, História das Águas. p.3.

²⁸⁰ MILEO, J. N. op.cit.

encurtaram as distâncias somados a ampla divulgação levada pelo periódico possibilitariam uma nova fase de riquezas e desenvolvimento para o lugarejo.

Foto 1 – Parque das Águas de Lmabari



Parque das Águas de Lambari

O grupo era encabeçado por Garção Stocler e tinha como principais membros seu sócio Bandeira de Mello, o Promotor de Campanha, João Luis Alves, e o deputado estadual João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior. Eles passaram a contar com o importante reforço de Américo Werneck, quando o mesmo comprou uma fazenda na localidade, em 1889, e também passou a defender os interesses da estância balneária. Definitivamente integrado ao grupo de Stocler, Werneck desempenharia participação decisiva no desenvolvimento de Águas Virtuosas ao longo das primeiras décadas do século XX. Este agrupamento de políticos ficou conhecido como os *Aquáticos*.²⁸¹

O extenso mito fundador criado pelos editores do *Águas Virtuosas* foi utilizado pelo grupo dos aquáticos para solicitar investimentos do governo na medida em que a cidade ficava reputada pela cura através das águas e pelo padrão europeu de suas acomodações balneárias. Com o apoio governamental, os paladinos das águas se tornaram os administradores e grandes responsáveis pelas obras que se seguiram no início do século XX, só possíveis com o investimento recebido no novo regime republicano e as boas relações que conseguiram estabelecer com a oligarquia de Silviano Brandão à frente do governo de Minas Gerais.

²⁸¹ A alcunha “aquáticos” era a forma como o grupo de Garção Stocler referia-se ao visitantes que hospedavam-se na estância balneária de Águas Virtuosas. No entanto, passou a ser utilizada por seus rivais políticos sediados em Campanha com uma conotação difamatória.

Com a extinção do *Águas Virtuosas*, outros periódicos foram publicados na localidade, sempre destacando a importância das riquezas hidroterápicas das suas águas minerais e sempre editados pelo mesmo grupo, o principal deles foi *A Peleja*, dirigido por Garção Stocler. A folha também contava com a colaboração de Américo Werneck, Ferreira Brandão²⁸² e João Luis Alves, o qual se tornaria um dos mais influentes delegados do silvianismo em Minas Gerais.

Os *aquáticos* se consolidaram e conseguiram eleger Garção Stocler e João Bráulio deputados estaduais nas eleições de 25 de janeiro de 1891, com 73 votos cada. No mesmo sufrágio Américo Werneck recebeu 73 votos para senador, insuficientes para elegê-lo. Os esforços empreendidos pelo grupo para a criação do Distrito de Paz das Águas Virtuosas obteve êxito naquele mesmo ano. A medida garantiu maior autonomia diante da sede do município, Campanha, pois o distrito passou a ter direito de escolher seus próprios conselheiros distritais, vereadores e juízes de paz.²⁸³ A partir desses eventos o grupo disputou tenazmente a liderança local contra outro grupo tradicional sediado em Campanha e liderado pelo republicano histórico Francisco Honório Ferreira Brandão, antigo aliado dos aquáticos. A vitória definitiva do grupo de Águas Virtuosas foi conquistada em 1901, com a emancipação do município, já sob a aliança com o silvianismo e a revelia das lideranças sediadas em Campanha. Essa disputa local e a constante troca de farpas entre os dois grupos pode ser acompanhada nas páginas de *A Peleja* e *A Campanha*.²⁸⁴

O grupo político formado em Águas Virtuosas desempenhou aguda empreitada pelo desenvolvimento da localidade. Batalhou incansavelmente pelo reconhecimento da singularidade de suas águas e passou a pleitear junto do governo estadual investimentos para a construção de uma estância balneária nos moldes europeus. Com a eleição de Silviano Brandão e a sua perspectiva de agregar todo o estado de Minas Gerais encerrando o período das disputas locais, os *aquáticos* perceberam a oportunidade de encontrar apoio no governo estadual e bater seus rivais. Com efeito, os aquáticos foram rapidamente incorporados ao grupo silvianista, recebendo cargos políticos e vultoso investimento para construção da estância balneária de Águas Virtuosas.

Em 1898 João Bráulio Júnior se reelegeu deputado e Américo Werneck tornou-se Secretário da Agricultura, que conciliou com uma rápida passagem à frente da Prefeitura da

²⁸² Embora o nome de Brandão Filho figurasse na lista de colaboradores de *A Peleja*, quando em disputa pela Agência Executiva de Campanha, ele afirmou jamais ter escrito para esse periódico. A situação mostra que a fragmentação do grupo era recente, pois até então todos eram aliados.

²⁸³ CARROZZO, op.cit. p.94.

²⁸⁴ Cf. capítulo 4.

recém inaugurada Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, ambos cargos ocupados por Werneck foram a convite do Presidente de Estado Silviano Brandão, seu antigo desafeto. O grupo político se manteve coeso, bem organizado e com estreitos laços com o poder estadual. Os *aquáticos* foram fundamentais na eliminação da facção oposicionista ao silvianismo sediada em Campanha, episódio que elevou suas lideranças aos olhos de Silviano Brandão e seus aliados, selando uma aliança que permaneceria durante os governos de Wenceslau Brás e Júlio Bueno Brandão, 1909 até 1914, período de maior investimento e melhoramentos na estância hidromineral de Águas Virtuosas.

5.2 Cooptação hegemônica: os favores concedidos à estância hidromineral e as obras realizadas

A partir do governo de Silviano Brandão, em 1898, o governo mineiro passou a enfatizar a importância de suas estâncias hidrominerais e investiu no melhoramento e embelezamento desses lugares. Dessa forma, cidades como Caldas, Caxambu e Cambuquira passaram a receber financiamento dos cofres do governo estadual para que fossem construídos em suas fontes de água melhoramentos, a fim de torná-las mais atraentes aos visitantes e enfermos. O discurso higienista ganhava forças no país e as autoridades públicas estavam atentas para os ganhos políticos que a novidade poderia gerar. Cômico da importância das fontes de Águas Virtuosas e disposto a fazer o município entrar na lista de estâncias hidrominerais favorecidas pelo Estado, Werneck desenvolveu audacioso projeto para construir ali um balneário modelo. O engenheiro fluminense contou com o apoio dos governos mineiros para ver realizado seu desejo. As verbas foram vultosas e rapidamente foi edificada uma estância balneária modelo no Município.

No alvorecer do século XX grande importância era conferida às águas minerais e seu poder medicinal esteve presente no discurso dos presidentes de Estado, os quais enfatizaram a necessidade de realizar investimentos nas cidades que possuíam águas em exploração e transformá-las em suntuosas estâncias balneárias, capazes de receber veranistas e atender a todas as imposições de conforto e higiene à época. Nos relatórios dos presidentes de Estado do período encontramos manifestações de todos os políticos que ocuparam o cargo quanto à questão das águas minerais. O primeiro a manifestar-se foi Silviano Brandão, que enfatizou a

importância dessas estâncias balneárias e pediu atenção e investimento nas mesmas para a Assembleia Legislativa:

As estações de águas minerais, procuradas anualmente por milhares de visitantes, entre os quais figuram os vultos mais salientes do nosso meio social, não oferecem as necessárias condições de higiene e conforto, de modo a atraírem uma larga concorrência, e conseqüentemente, a importação de capitais que viriam fecundar a riqueza do estado. (...) Lembro a conveniência de organizar uma planta daquelas localidades, fazer alguns melhoramentos que escapam ao recurso do poder municipal e proteger as fontes (...).

Esta ação direta do governo se justificará em relação a propriedade que lhe pertencem, que lhe impõem graves responsabilidades, que constituirão futuramente um precioso elemento financeiro e que pelo lado da utilidade pública devem se consideradas como um patrimônio nacional.²⁸⁵

Em 1902 Joaquim Cândido da Costa Sena, então no poder do Estado, engrossou o coro, enfatizando que os investimentos nas estâncias balneárias renderiam bons frutos financeiros para Minas Gerais à medida que as cidades fossem mais conhecidas e visitadas, pois eram abundantes e numerosas as fontes localizadas em diversas zonas do estado. De acordo com o Presidente Costa Sena, as mais conhecidas eram Caldas, Lambari, Cambuquira e Caxambu e o Estado deveria intervir na sua organização tornando mais direta e eficaz a ação do governo sobre essa importante fonte de riqueza pública.²⁸⁶

Encontramos o mesmo tom no relatório assinado por Francisco Sales, em 1904:

É inegável a urgente necessidade de impulsionar melhoramentos nessa estações de águas, tornando-as, além de mais facilmente procuradas por quem sente necessidade de encontrar alívio a seus males, centro de atração para quem deseja repousar-se tranqüila e confortavelmente das fadigas de exaustivos labores da intensa vida dos grandes centros.²⁸⁷

Com efeito, durante o governo de Francisco Sales as estâncias balneárias do Sul de Minas receberam maior atenção e decisivo impulso. O Presidente foi o responsável pela promulgação da lei de criação das prefeituras das estâncias balneárias. Essas prefeituras receberiam um cuidado especial e responderiam a uma legislação específica, que visava ao investimento do Estado para a construção de muitas obras de melhoramento. Nesse sentido, foram decretadas as leis n. 373 e 396, de 17 de setembro de 1903 e de 23 de dezembro de 1904 – regulando a organização das prefeituras. A administração não deveria ficar a cargo do Estado, mas ser concedida a um prefeito e a um conselho eletivo nomeado pelo governo. O

²⁸⁵ .Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão , de 1900. p. 38.

²⁸⁶ Relatório do Presidente de Estado, Joaquim Cândido da Costa Sena , de 1902. p. 32

²⁸⁷ Relatório do Presidente de Estado, Francisco Antônio de Sales, de 1904. p. 66.

prefeito deveria gerir e organizar os municípios, mas era um funcionário do Estado e estava subordinado diretamente ao Presidente de Estado, a quem devia relatórios e esclarecimentos quanto a investimentos e obras realizadas em cada uma das estâncias hidrominerais localizadas no território mineiro.

A partir de 1905 beneficiavam-se da nova legislação exclusivamente três cidades: Caldas, Cambuquira e Caxambu. Apenas em 1909 Águas Virtuosas passou a figurar nesse seleto grupo, pois nesse ano foi criada a Prefeitura do Município, que também obedeceria a legislação especial devido à existência de fontes hidrominerais. Nessa mesma oportunidade foi indicado como prefeito e administrador da estância balneária Américo Werneck.

Com base na legislação especial, Águas Virtuosas recebeu abundante capital para incremento da cidade e construções de grande porte, dentre elas: abertura de avenidas largas, construção do complexo do Cassino (composto pelo Parque Wenceslau Brás, Lago Guanabara e o Farol da República), construção e funcionamento da rede elétrica da cidade, uma fábrica de gelo e o serviço de abastecimento de água.

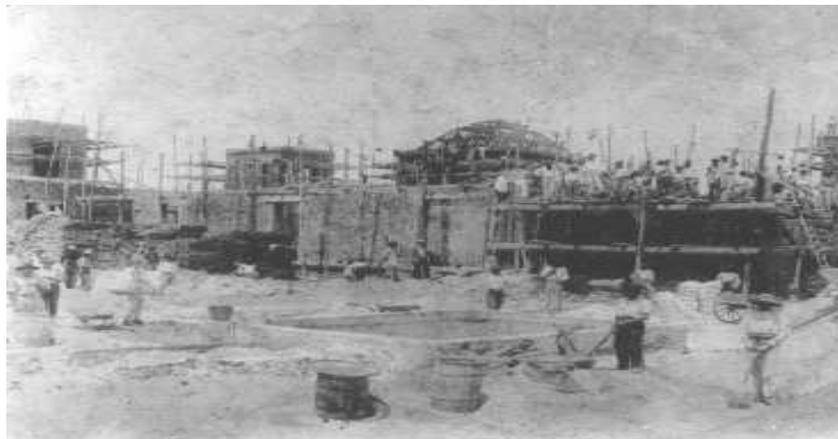
A verba concedida às Águas Virtuosas superou o valor de todas as outras estâncias minerais somadas. O projeto para a cidade era mesmo grandioso, somente no ano de 1910 foi concedido a Águas Virtuosas o valor de 900\$000:000 (novecentos contos de réis), enquanto que Cambuquira, Caxambu e Poços de Caldas, juntas, receberam apenas 400\$000:000 (quatrocentos contos de réis). No ano seguinte foi informado pelo Presidente de Estado que a soma gasta com todas as estâncias até aquele momento fora de 2.919:121\$734 (dois mil novecentos e dezenove mil contos cento e vinte e um mil réis e setecentos e trinta e quatro centavos). Deste montante, Águas Virtuosas recebera 2.100:000\$000 (dois mil e cem contos de réis), aproximadamente 72% do gasto total.²⁸⁸ O favorecimento a Águas Virtuosas evidenciava o maior traquejo político e as boas relações que Américo Werneck mantinha com Wenceslau Brás e Júlio Bueno Brandão, principais políticos mineiros do período.

A aliança com o grupo silvianista, ou viuvinhas, garantiu a Werneck e aos *aquáticos* as verbas necessárias para a construção da estância balneária. Werneck partiu para a Europa, a fim de tomar conhecimento das cidades que compunham o Circuito Europeu das Estâncias Hidrominerais e, a partir desse modelo, imaginar perspectivas e novas influências para a sua estância que seria construída pelo Estado em Águas Virtuosas. De volta ao Brasil, Werneck entrou em contato com a firma *Poley & Ferreira*, do Rio de Janeiro, para a elaboração de diversas ideias acumuladas com a viagem, dentre as quais a construção de um Cassino, sendo

²⁸⁸ Relatório do Presidente de Estado de Minas Gerais, Wenceslau Brás, 1910.

escolhido para implantação do referido prédio o local denominado Alto da Fortaleza. O local pertencia a Jorge Ribeiro da Luz e foi comprado pela Prefeitura em 5 de junho de 1909, por quatrocentos mil réis.²⁸⁹

Foto 2 – Obra do Cassino do Complexo Balneário de Águas Virtuosas



A principal obra do Complexo Balneário de Águas Virtuosas foi o Cassino. Imagem de sua construção, entre 1909-1911.

As obras em Águas Virtuosas foram atacadas de tal forma que no curto intervalo de dois anos, embora o prazo fosse de quatro anos, foi concluído esse grande melhoramento, tornando-se Águas Virtuosas uma cidade de veraneio, provida de recursos necessários para oferecer aos hóspedes perfeito conforto.

No dia 24 de abril de 1911 encontrava-se uma grande multidão de pessoas na estação ferroviária de Águas Virtuosas. Animados por uma banda de música, o grupo aguardava a chegada do Presidente da República, Hermes da Fonseca e do Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, convidados para a inauguração das obras e melhoramentos construídos na cidade. Além da multidão também estavam presentes autoridades locais para recepcionar os convidados ilustres.

As pessoas vibraram com a chegada do trem e as autoridades responderam à simpática recepção com vivas ao Brasil, a Minas Gerais e a Águas Virtuosas. A caravana seguiu junto das autoridades para o Cassino, recebendo por todo o trajeto novas manifestações de apreço, cumprimentos e vivas. Durante o caminho a banda não parou de tocar e suas músicas confundiam-se com o atoar de inúmeras girândolas de foguetes.

No cassino, realizou-se às oito da noite, o banquete, sendo o serviço da Casa Colombo, do Rio.

²⁸⁹BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa**: Questão Minas X Werneck. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa. 1980. v. 45. t. 5.

O vasto salão apresentava deslumbrante aspecto, tal a ornamentação caprichosa que ostentava o mesmo e a iluminação feita por milhares de lâmpadas multicores, artisticamente dispostas.

Durante o banquete tocou uma excelente orquestra, vinda do Rio. Seguiu-se o baile, que correu muito animado, etc.²⁹⁰

Na suntuosa festa de inauguração do Cassino, fogos de artifício, raríssimos na concepção e na confecção, deram a nota de gala ao lago, que refletiu um feérico cenário dos contos das Mil e Uma Noites.²⁹¹

De todo complexo inaugurado a 24 de abril de 1911, composto pela instalação elétrica, obras do Parque das Águas, construção do lago, compra de dez gôndolas vindas de *Veneza*, construção do embarcadouro, edifício para alojamento dos barcos e Farol, o que mais se destacava era o Cassino das Águas:

As salas do Cassino, encontravam-se distribuídas cada uma conforme a sua função: salão de honra, salão de visitas ou sala japonesa, salão restaurante, sala de jogos de diversão para senhoras e salas de jogos para homens. Nelas, por sua vez, dispunham-se os mais variados aparelhos de jogos, obras de arte, móveis e objetos, ricos em um liberalismo estético. Mesclavam-se nos espaços: cadeiras austríacas *Thonet*, cadeiras metálicas, mobília de assento e encosto estofados, cadeiras de braço e encosto de palhinha ou bambú, *cache-pots* ricos de metal, com respectivas colunas de madeira; piano pianola *schubert* de *Nova York*, de armário, piano de cauda inteiro do fabricante *Steinway*; escarradeiras de ferro e louça esmaltado policromadas, aparelhos de ginástica e esportivos (raquetes, tacos, argolas, bastões, bolas, cordas), balanços comuns e em forma de cadeira, velocípedes para crianças, *guignol*, capachos, tapetes e máquinas caça níquel. Dos aparelhos de jogos, prescriam-se mesas para jogos de bacarat, roleta e boule, e, cristais finos, aparelhos de louça para jantar, café e chá compunham parte dos bens do restaurante.

Para a decoração dos interiores foram trazidas levas de peças do Japão e da China, harmonizando-se com os lustres, tapetes e móveis europeus, além dos quadros encomendados a um artista contratado especialmente para retratar as paisagens naturais da cidade. Os desenhos à grafite¹⁷ já propunham a presença de dragões, fênix, jarrões e estatuetas de gueichas em porcelana, quadros e espelhos em madre-pérola e ônix, entalhes em madeira reproduzindo plantas e animais do oriente, móveis em bambu, cortinas e estofados de seda bordados manualmente. Os *chinesismos* irão se inserir nos detalhes das varas que serviam de suporte para as cortinas, demonstrando águias, dragões e elefantes em suas extremidades e no centro, além dos quatro grupos de painéis do salão nobre narrando as quatro estações na ilha japonesa.²⁹²

²⁹⁰ BARBOSA, R. op.cit. p.72-73.

²⁹¹ JARDIM, D. Conceição. Op.cit.

²⁹² SILVA, Francislei Lima. Das influências estéticas à idealização da “Europa Brasileira”: o desenho urbano e os melhoramentos da cidade de Lambari no início do século XX. In.: **XV Encontro Regional de História**. São João Del Rei: Seção e Minas Gerais da Anpuh. 2006.

Foto 3 – Cassino do Lago



Foto do Cassino do Lago, 1934.

O Cassino ocupa uma área de 2.800 metros quadrados e pretendia-se um oásis fantástico distante dos grandes centros, numa época em que as dificuldades de transporte e comunicação eram grandes. O Cassino do Lago, cartão-postal do município até hoje, possui uma arquitetura suntuosa, semelhante a uma fortaleza, que representava o poder dos coronéis do início do século XX, principal edifício de uma iniciativa empreendedora de se aproveitar as águas minerais para alavancar o turismo regional e a exploração de jogos ainda permitidos no país. O complexo turístico do Cassino ficou completo com a perfuração de um lago artificial à sua frente, a arborização de um parque no seu entorno e a edificação de um farol à oeste.

Foto 4 – Cassino do Lago atualmente



Foto atual. Fonte: Prefeitura Municipal de Lambari

À frente do Cassino foi escavado um lago artificial, o Lago Guanabara, com 1.600 metros de comprimento e 800 metros de largura, era contornado por uma avenida e calçadão de cinco quilômetros. Tem em média oito metros de profundidade. À época era utilizado para passeios turísticos de pequenas embarcações que ancoravam em sua pequena ilha, a Ilha dos Amores, uma área arborizada e aprazível. Para o escoamento das águas foi feita uma cascata de dez metros de altura, outro ponto turístico da estância balneária.

Foto 5 – Cassino e cascata



Cassino e cascata

Situado a oeste do Cassino e à frente da cascata, foi edificado um farol de dezesseis metros: o Farol da República, que iluminava o lago e produzia um belo efeito nos vitrais do

Cassino. O projeto do engenheiro Paulo Schroeder guardava algumas curiosidades, como a simetria da construção em relação ao solstício e ao equinócio. A escolha do nome em homenagem ao regime republicano foi ideia de Werneck, um republicano histórico locupletado no poder.

Foto 6 – Farol da República



O Farol da República. Erigido para simbolizar o republicanismo de Américo Werneck.

Por último, o Parque Wenceslau Brás:²⁹³ um bosque repleto de eucaliptos, magnólias e pinheiros, no centro da cidade. Possui um pequeno lago com aves aquáticas e grande variedade de árvores, cujas mudas foram importadas pelo Estado. Muitas dessas mudas também foram plantadas na fazenda particular de Werneck no limite do município, atualmente o Parque Estadual Nova Baden. Ressaltamos que as mudas das árvores foram adquiridas para serem plantadas no novo parque com verbas do Estado, mas também foram inseridas na propriedade particular de Américo Werneck, indicando a confusão que fazia da coisa pública e privada.

A rebuscada arquitetura do palacete do Cassino, suas obras acessórias (Lago, Farol e Parque), assim como seus móveis e decorações, demonstravam um ecletismo exagerado, denunciando certo mau gosto da elite que o projetou. Ao mesmo tempo, a janota construção impunha-se por sua grandeza e custos explícitos, conferindo o *status* esperado por seus idealizadores. As edificações do complexo do Cassino originaram um investimento desmedido numa aventura no interior de Minas Gerais que jamais traria retornos para os cofres públicos. Serviu apenas para que caprichosos políticos pudessem materializar sua ambição. Além de promover uma enorme confusão entre o que era bem público e privado, gerando um conflito jurídico e um desgastante processo judicial.

²⁹³ Mais uma vez a escolha do nome da benfeitoria pública privilegiava as relações de Américo Werneck, homenageando um dos principais políticos do estado à época e seu aliado.

Foto 7 – Fachada do Cassino do Lago



O Cassino do Lago, a janota edificação simbolizava o poder dos coronéis na Primeira República.

5.3 O processo de arrendamento da estância balneária de Águas Virtuosas e dissídio jurídico entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais

Um ano após a inauguração dos melhoramentos construídos em Águas Virtuosas, por decisão do governo do Estado, as estâncias balneárias e suas construções foram arrendadas a empresas e pessoas físicas. Júlio Bueno Brandão justificou o arrendamento de todas as estâncias balneárias do Sul de Minas por entender que a gestão e exploração direta das águas era assunto por demais complexo para o Estado. Então conferiu plenos poderes aos arrendatários de cada uma das estâncias, que assinaram contratos comprometendo-se a investir grandes somas em construções e melhoramentos de seus parques.²⁹⁴ Os arrendatários tirariam do movimento de turistas em seus parques, hotéis e cassinos a quantia necessária para realizar as obras.

Para análise do processo de arrendamento e da posterior disputa legal envolvendo Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais utilizamos como principal fonte o processo do

²⁹⁴ Relatório do Presidente de Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão. 1912. p.51.

Dissídio Jurídico que envolveu as duas partes, compilado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, uma vez que o famoso jurista foi o advogado do Estado na querela.²⁹⁵

Entre diversas propostas para arrendamento da estância hidromineral de Águas Virtuosas foi aceita pelo Governo do Estado de Minas Gerais a do engenheiro Américo Werneck, convertida no contrato de 16 de maio de 1912, com duração de 90 anos. Em geral o arrendamento das estâncias hidrominerais era concedido por um prazo de trinta anos e nunca superior a sessenta,²⁹⁶ mas Águas Virtuosas foi arrendada a Américo Werneck por um prazo bem maior. Dessa forma, além de receber maiores investimentos, a estância balneária de Águas Virtuosas também foi arrendada por um período bastante superior. Américo Werneck era favorecido devido às boas relações que mantinha com o Vice-Presidente da República e com o Presidente de Estado, Wenceslau Brás e Júlio Bueno Brandão, respectivamente. O favorecimento caracterizava a já indefectível confusão entre a coisa pública e privada.

O contrato firmado entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais compreendia a construção de obras públicas de toda natureza, dentre elas: edificar um estabelecimento balneário modelo, com todos os aperfeiçoamentos modernos; construir, reformar e conservar jardins e parques; concluir um grande parque, dotando-o de benfeitorias de todo o gênero, inclusive tanque de natação; aterrar, nivelar e preparar ruas e avenidas; limpar anualmente o grande parque florestal, rasgando nele seis mil metros de caminhos; conservar limpo o grande lago; ampliar o serviço de abastecimento de água e iluminação elétrica; concluir o mobiliamento do Cassino, instalando aí toda a espécie de jogos, e ainda muitas outras obras específicas nas demais cláusulas do contrato, no que tudo devia empregar o capital de 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis).

Américo Werneck ainda se responsabilizou em prestar o serviço de engarrafamento e exportação da água mineral, pagando mil réis por cada caixa exportada; construir um grande Hotel no valor de 1.600:000\$000 (mil e seiscentos contos de réis); construir um teatro no valor de 200:000\$000 (duzentos contos de réis); construir um hipódromo e oferecer ainda os

²⁹⁵ BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa**: Questão Minas X Werneck. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa. 1980. v. 45, t. 5.

²⁹⁶ Júlio Bueno Brandão fez concessão das estâncias minerais do Sul de Minas aos seguintes arrendatários: “concedeu, por contrato, o arrendamento por 60 anos, a contar de 18-08-1908, das fontes sulfurosas de Caldas, à Companhia Thermal de Poços de Caldas; das fontes medicinais de Caxambu, pelo prazo de 30 anos, a contar de 08-03-1911, à Empresa das Águas de Caxambu; das de Cambuquira por 30 anos, a contar de 6-3-1912; ao Sr., Azarias de Brito Sobrinho; das de Contendas por 30 anos, a contar de 28-11-1911, aos srs. coronéis Joaquim José Bernardes e José Paschoal Ribeiro; e finalmente as fontes de Lambary, em Águas Virtuosas ao Sr. Dr. Américo Werneck, pelo prazo de 90 anos, a contar de 16-05-1912”. (Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão. 1912. p.54).

serviços de iluminação geral e distribuição de força elétrica na cidade e de abastecimento de água.

O arrendatário assumiu todos esses compromissos e obrigações, num total de 46 cláusulas e, depois de assinado o contrato, iniciou a segunda etapa de obras na estância balneária. Em troca de avultados capitais que Américo Werneck iria empregar nas obras e serviços acertados, o Estado de Minas Gerais cedeu-lhe e transferiu-lhe todos os terrenos e prédios municipais e estaduais adquiridos por meio de compra, desapropriação ou permuta, pela Comissão de Melhoramentos de Águas Virtuosas, chefiada pelo primeiro Prefeito nomeado, o próprio Werneck.²⁹⁷

O preço desses terrenos e prédios foi calculado no valor de 2.200:000\$000 (dois mil e duzentos contos de réis). O Governo obrigava-se a ratificar a cessão desses terrenos, com isenção de impostos de transmissão. Todos esses bens e imóveis se incorporaram ao patrimônio do arrendatário, que os teria de pagar, pelo modo estipulado, e obrigava-se também a aplicar no beneficiamento e saneamento de tais terrenos a quantia de cento e dez contos de réis.

Na posse do contrato, completadas as formalidades legais para a sua inteira validade, e tendo indicado desde logo as obras do contrato e providenciado para que prosseguisse com regularidade, Américo Werneck partiu em uma segunda viagem para a Europa e os Estados Unidos, a fim de se aparelhar dos meios para execução do empreendimento que assumira.²⁹⁸

Mas quando Américo Werneck ainda se encontrava no estrangeiro, buscando reunir os elementos de êxito de sua empresa, começou a chegar-lhe rumores de maquinações e atentados contra a efetividade dos seus direitos firmados no contrato com o Estado de Minas Gerais.

Chegando do estrangeiro e dirigindo-se para Águas Virtuosas, Américo Werneck não ficou satisfeito com o andamento das obras e, principalmente, com os entraves colocados pelo poder municipal. Constatou que havia atos positivos de violação manifesta do contrato nas suas cláusulas fundamentais. Em ofício de 8 de janeiro de 1913 o arrendatário fez minuciosa exposição ao governo do Estado denunciando os atos de seus prepostos, principalmente da parte do Prefeito Raul de Noronha Sá, infringentes do contrato e altamente prejudiciais aos seus interesses. Reiteradas vezes o arrendatário dirigiu-se ao governo, mas não obteve nenhuma resposta.²⁹⁹

²⁹⁷ BARBOSA, R. op.cit. p. 103-105.

²⁹⁸ Ibid. p. 106.

²⁹⁹ BARBOSA, R. op.cit. p. 108.

Em um resumo das alegações de Américo Werneck, ele acusava o Prefeito de Águas Virtuosas, Raul de Noronha Sá, de reter e, em grande parte, empregar em obras de sua alçada, o material de almoxarifado que, no valor de algumas dezenas de contos, o Estado vendera ao arrendatário. O Prefeito ainda demoliu seis dos prédios que pelo contrato haviam sido vendidos e transferidos a Américo Werneck. Ocupou o edifício da “Leiteria” impedindo a execução dos trabalhos que ali deviam ser feitos. Igualmente o Prefeito ocupou uma grande parte do prédio destinado ao escritório dos trabalhos e onde passou a funcionar a Prefeitura do município, mas que havia sido vendido ao arrendatário, prédio do qual, ao retirar-se, o Prefeito permaneceu com as chaves e ainda mandou arrancar as instalações elétricas, mantendo-o no seu poder e em péssimo estado de conservação. Sob a administração de Noronha Sá, ampliou-se a confusão entre coisa pública e privada. Não se sabia mais o que era propriedade particular e o que era edifício público. A Prefeitura funcionava em um prédio particular e outros tantos foram demolidos por ação do Prefeito.

No Cassino, que deveria ser entregue ao arrendatário em perfeito estado de funcionamento, entretanto, a luz elétrica não funcionava. Também foi impedida a iluminação a gás acetileno, por ter sido a matéria-prima o carbureto de cálcio, confiscado pelo Prefeito com os demais materiais do almoxarifado. O arrendatário reclamou, protestou e, afinal fez ir de Belo Horizonte para Águas Virtuosas uma empresa para fazer o serviço de iluminação, pagando ele próprio os custos do conserto, mas quando os funcionários da empresa lá estiveram, o Prefeito negou-se a fornecer corrente para ser verificado o estado da instalação e os reparos de que necessitava. Decorreu desse procedimento que o Cassino, que deveria ser a principal fonte de renda para o arrendatário, deixou de funcionar.

A impossibilidade de funcionamento do Cassino era o maior agravante da questão, estava estipulado no contrato que do funcionamento do mesmo e da exploração dos jogos é que Américo Werneck retiraria dividendos para implementar as demais obras que se comprometera a fazer no contrato de arrendamento, ou seja, esse único entrave impossibilitava o cumprimento de todas as obrigações contidas no contrato, e como o responsável pelo impedimento fora o Prefeito Noronha Sá, a culpa recairia sobre o Estado, uma vez que o Prefeito das estâncias balneárias, de acordo com legislação específica e recente, era considerado funcionário do Estado.

Nos documentos compilados pela Fundação Casa de Rui Barbosa encontramos depoimentos de Américo Werneck nos quais ele considerava a sucessão de atos do Prefeito como perseguição política. Werneck acusava Noronha Sá de arruinar o correto cumprimento

do contrato, causando problemas para a sequência das obras. O Prefeito teria agido assim por “ciúmes regionais e inexplicável cobiça”.³⁰⁰

Américo Werneck apontava que as rixas locais impediram a execução do contrato. Ele relata que quando foram iniciados os melhoramentos em Águas Virtuosas que o governo do Estado mandara executar, nos quais avultadas somas foram empregadas, “surgiram a maledicência e a inveja a murmurar suspeitas e aleives”.³⁰¹ Noronha Sá, natural de Cambuquira, teria se ressentido dos melhoramentos governamentais concentrarem-se em Águas Virtuosas em detrimento das demais estâncias hidrominerais da região, então ele teria sabotado as obras.

A imprensa oposicionista passou a ver no empreendimento realizado pelo arrendatário uma “mina oriental entregue de mão beijada” à exploração de um particular.³⁰² Fez-se assim uma atmosfera de implacável hostilidade em torno da obra. Aumentavam os boatos de favorecimento e corrupção em Águas Virtuosas.

Américo Werneck se defendia das acusações e estranhava a mudança de atitude do governo do Estado para consigo, uma vez que participara como Secretário da Agricultura dos governos de Silviano Brandão e Wenceslau Brás, recebendo máxima confiança dos dois líderes. Também mantinha excelentes relações com o atual Presidente Júlio Bueno Brandão. A ponto de, quando teve sua honestidade contestada por murmúrios locais, pediu uma verificação de suas contas junto ao Presidente do Estado, ao que Bueno Brandão respondeu que Américo Werneck gozava de uma reputação imaculada junto ao governo e sempre fora um honesto e digno servidor do Estado.³⁰³

Mas, com as seguidas violações das cláusulas cometidas pelo Prefeito Noronha Sá, demonstrando o propósito de impedir a execução do contrato, o negócio tornara-se impraticável e Américo Werneck pediu sua extinção alegando não ter mais possibilidade de organizar companhia, nem de levantar capitais para novos trabalhos, depois de ter ali empregado todos os recursos seus e os de sua família, e de ter esgotado os meios suasórios, procurou o Poder Judiciário pedindo a rescisão legal do contrato e o ressarcimento de seus prejuízos.

Durante o governo de Delfim Moreira teve início o litígio entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais. O contrato de 16 de maio de 1912 fora suspenso em julho de 1913 e

³⁰⁰ BARBOSA, R. op.cit. p. 108.

³⁰¹ Ibid. p. 109.

³⁰² A CAMPANHA, 13 de junho de 1912. p. 3.

³⁰³ Carta de Júlio Bueno Brandão. BARBOSA, R. op.cit. p.107.

todos os serviços de conservação e melhoramentos das obras existentes e construção estavam parados.³⁰⁴

Mediante o litígio com Américo Werneck, o governo de Delfim Moreira decidiu cessar os serviços de melhoramento das prefeituras, suspendendo todo e qualquer empréstimo às estâncias balneárias, alegando falta de recursos do Estado. Chegara ao fim a fase dos pesados investimentos governamentais nas estâncias hidrominerais do Sul de Minas. O governo definitivamente fechara as torneiras.

Aqui se fazem necessárias algumas explicações quanto às datas e construções para melhor entendimento do processo. As edificações que compunham o complexo do Cassino foram construídas entre 1909 e 1911 e inauguradas em abril de 1911. Mas muitos outros melhoramentos ainda estavam previstos. Para conclusão dessas obras a estância balneária foi arrendada a Américo Werneck em contrato de maio de 1912. Porém, muito pouco foi feito, já que o contrato foi rescindido em julho de 1913 e anulado em março de 1915. Desta forma, as obras e edifícios que foram construídos no lugarejo datam do primeiro momento, 1909 a 1911, e foram realizadas com os recursos do Estado de Minas Gerais. As obras que deveriam ser realizadas com recursos de Américo Werneck depois de 1912 sequer saíram do papel.

O dissídio travado entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais não disputava a posse dos edifícios e melhoramentos construídos na estância balneária, mas a indenização por perdas e danos que Werneck teria sofrido com a não-conclusão do contrato de arrendamento. O contrato celebrado a 16 de maio de 1912 conferia o arrendamento da estância hidromineral a Américo Werneck por 90 anos. Mas, devido a perturbações que ocorreram na execução do mesmo, já a 29 de julho de 1913, o arrendatário propôs uma ação judicial contra o Estado na qual pedia a rescisão do contrato e a consequente indenização por perdas e danos que tivera.

Américo Werneck requereu a rescisão do contrato bem como a respectiva indenização de 6.450:000\$000 (seis mil e quatrocentos e cinqüenta contos de réis). Embora os danos emergentes e lucros cessantes, oriundos das ações do Prefeito, importavam no mínimo, segundo os cálculos dos seus advogados, em 33.000:000\$000 (trinta e três mil contos de réis), mas ele reduziu o pedido alegando não ser sua intenção tirar proveito dos descuidos e desvios do Poder Público e, ao contrário, queria apenas ressarcir uma parte do prejuízo sofrido, pedindo um valor suficiente para arcar com as perdas que tivera.³⁰⁵

³⁰⁴Relatório do Presidente de Estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, de 1915. p.110-111.

³⁰⁵ BARBOSA, R. op.cit. p. 115.

Quando Américo Werneck procurou a Justiça do Estado, o governo de Minas Gerais contou-o, por intermédio do Secretário de Obras Públicas, Soares de Moura, propondo a solução por meio de um juízo arbitral, que além de decidir a questão mais rapidamente livraria o Estado de uma decisão desfavorável e colocaria o governo a salvo das censuras da opinião pública, como expressou o Secretário em sua carta oficial de 26 de janeiro de 1915:

O que o Governo acha que não deve fazer é decidir uma reclamação de tamanho vulto sem uma decisão insuspeita que o coloque a salvo da opinião pública do Estado.

Creia V. Exa que a única solução verdadeiramente prática, racional, que salvaguardará os interesses morais e materiais de V. senhoria e a honorabilidade do Governo é, fora do pleito judicial, o juízo arbitral, com prazo marcado, irrecorrível, sem outras formalidades que as necessárias à regularidade de sua constituição.

Tudo que não for isso será protelar o termo de uma situação que não pode continuar.³⁰⁶

Assim, o Estado propôs a transformação da instância judicial em juízo arbitral, cuja decisão seria definitiva e inapelável. Américo Werneck aceitou a proposta do governo. Ressaltamos que à frente do Estado não estava mais o aliado de Werneck, Bueno Brandão, mas o político itajubense Delfim Moreira. Antigas rixas locais indisponibilizavam Américo Werneck e Delfim Moreira que haviam se desentendido quanto às instalações dos núcleos coloniais na região, quando os dois políticos defenderam posições opostas. Embora ambos compusessem o grupo viuvinha e obedecessem à liderança de Wenceslau Brás, as rugas e desentendimentos pessoais eram inevitáveis na convivência dos coronéis que entravam em atrito quando defendiam interesses particulares e de suas respectivas regiões. Werneck apoiou a construção do núcleo colonial de Nova Baden em Águas Virtuosas e Delfim Moreira o núcleo colonial de Itajubá.³⁰⁷ Pela leitura dos relatórios do Presidente de Estado podemos perceber que Delfim Moreira não aprovava as contas que o Estado fizera ao investir na infraestrutura das estâncias hidrominerais e tampouco estava disposto a facilitar a vida de Werneck.

Como as duas partes estavam em acordo quanto à instauração de um juízo arbitral, o Estado de Minas nomeou como primeiro árbitro o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, desembargador Edmundo Lins. O outro árbitro escolhido foi o jurista José Xavier Carvalho de Mendonça, indicado por Américo Werneck.

³⁰⁶ Ibid. p. 109.

³⁰⁷ Cf. CASTILHO, F.F.A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão de obra no Sul de Minas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009.

O acordo selado entre as partes previa que os árbitros analisariam o mérito das alegações e reclamações dos dois lados litigantes e declarariam a culpa do contratante que nela tivesse incidido e fixariam o *quantum* da punição ou estimariam o valor da indenização devida. Desta forma, a sentença arbitral julgaria a procedência ou improcedência das alegações e reclamações das duas partes, e, averiguando que alguma delas era verdadeira e jurídica, declararia qual o compromitente culposo e, imediatamente, fixaria o valor da indenização devida pelo inadimplente. A decisão dos árbitros seria proferida em última e decisiva instância, irrecurável para as duas partes. A análise dos árbitros não deveria ultrapassar oito meses.

Aceita a proposta, lavrou-se em 1º de julho de 1915 o compromisso arbitral no qual, desde logo, declarou-se rescindido o contrato com ressalva da indenização a ser fixada.

Na mesma oportunidade, em vista do novo rumo que a questão tomou, Américo Werneck, na perspectiva de pronta e definitiva liquidação da pendência, reduziu seu pedido de indenização a 2.754:000\$000 (dois mil setecentos e cinquenta e quatro contos de réis), alegando ser esta a soma estritamente precisa para pagamento das quantias que despendeu e das indenizações a que estava obrigado a pagar pela rescisão forçada dos sub-contratos que celebrara com terceiros dentro das forças de seu contrato.³⁰⁸

No desempenho da missão confiada à sua competência e honorabilidade os altos juízes, dentro do prazo compromissal, proferiram a sentença a 13 de março de 1915 em que: Reconheceram culpado o Estado de Minas, condenando-o, conseqüentemente, a pagar ao dr. Américo Werneck a quantia pedida de 2.754:000\$000, reconhecendo, entretanto, que muito maior deveria ser a condenação se o autor não houvesse limitado e fixado o seu pedido.³⁰⁹

É interessante notar que, apesar de reconhecerem a razão de Américo Werneck, os magistrados fizeram graves considerações quanto à falta de equidade do contrato assinado entre as partes. Ao proferir a sentença os dois juízes consideraram o contrato extremamente danoso ao Estado, mas nada podiam fazer senão julgar como determinara os princípios do acordo do Juízo Arbitral. Os juízes salientaram que observaram rigorosamente as regras do Direito Civil aplicáveis à espécie, isto é, as regras contratuais e cumpriram sua obrigação proferindo a sentença. Mas ressaltaram que a redação do contrato impunha a Américo Werneck uma pena irrisória e ao Estado de Minas uma pena “revoltantemente lesiva”, por ser o contrato “extremamente lesivo, revoltantemente leonino contra o Estado de Minas”.³¹⁰

³⁰⁸ BARBOSA, R. op.cit.p.85.

³⁰⁹ BARBOSA, R. op.cit.p.87.

³¹⁰ BARBOSA, R. op.cit.p.88.

Em observância ao contrato, Américo Werneck deveria pagar, por qualquer infração que cometesse, no máximo, duzentos mil réis. Já o Estado de Minas também por qualquer infração, pagaria no mínimo, nos dez primeiros anos 21:000\$000 (21 contos de réis) anuais e nos outros oitenta restantes, 81:000\$000 (oitenta e um contos de réis).

Dessa forma, os árbitros imputaram a Américo Werneck a pena máxima de que poderia impor, 2:000\$000 (dois contos de réis), isto é $200\$000 \times 10 = 2:000\000 . Uma vez que Werneck incorrera em dez faltas alegadas pelo Estado. Quantia insignificante diante do vulto do contrato. Por outro lado, ao Estado de Minas, que incorreu em diversas culpas contratuais cometidas pelo Prefeito Noronha Sá seria enormemente punido. Desde que o Estado de Minas ficou com os materiais para as reformas retidos, ocupou os edifícios, destruiu os prédios, não entregou o serviço de iluminação, principalmente do Cassino.³¹¹

Os juízes consideraram que bastava o fato de o Estado não haver consertado a iluminação do Cassino para daí resultar a impossibilidade do cumprimento do contrato. Conforme cláusula expressa deste, Werneck tiraria os lucros necessários ao cumprimento das obrigações que, sem aquelas garantias, não teria assumido. Os magistrados ficaram estupefatos com a parcialidade do contrato, que era de forma notória favorável ao arrendatário:

Ora, é incrível, mas lá (cláusula 15ª) está escrito com todas as letras: o direito primacial que o Estado conferiu ao dr. Américo Werneck, o direito de que ele tiraria (são palavras textuais do contrato) as quantias necessárias ao cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, sem o qual não as teria assumido, é... o monopólio ou como lhe chama a cláusula 15ª, alínea 2ª o privilégio do jogo, jogo lícito e de jogo ilícito, o de azar, é, em uma palavra, o monopólio ou privilégio de um delito – a contravenção punida pelo art. 369 do Código Penal. E que privilégio?! Basta considerar-se que, salvo o bilhar, nenhum outro jogo podia haver em Lambari, fora do Cassino ou dos outros edifícios do Autor.

Ora, era no Cassino que o Autor tinha, não só o direito, mas até a obrigação contratual de explorar o jogo e, tendo o mesmo ficado sem luz, não pode ser aproveitado para tal fim. Assim, pois, as culpas contratuais do réu tornaram impossível o cumprimento do contrato.³¹²

O contrato era extremamente abusivo ao Estado, diante de acordo tão absurdo a parte favorecida receberia todas as vantagens enquanto a parte ultrajada, o Estado, estava nas mãos de Américo Werneck.

Agravava a situação a duração do contrato. O cálculo da indenização levava em conta o lucro cessante dos noventa anos de duração. Os juízes interpretaram que os atos do Estado e

³¹¹ BARBOSA, R. op.cit. p. 90.

³¹² BARBOSA, R. op.cit. p. 92.

Prefeito não permitiram que Werneck terminasse as obras e serviços que exploraria por toda a duração do contrato. Julgaram que houve culpas do Estado de Minas na vigência do contrato, e que os efeitos dessas culpas se estendiam a todo o tempo em que o contrato deveria durar, uma vez que o arrendatário se viu na impossibilidade de explorá-lo. Os juízes calcularam que de acordo com a cláusula 24 do contrato o Estado devia a Américo Werneck 6.648:000\$000 (seis mil seiscentos e quarenta e oito contos de réis) só de lucros cessantes.³¹³

A decisão do Juízo Arbitral, extremamente lesiva ao Estado de Minas Gerais, deve-se ao fato de que o contrato assinado entre as duas partes colocava o arrendatário em excelente condição. O resultado foi o endividamento do Estado. Salientamos que só se chegou a esse veredito porque o contrato fora elaborado e assinado durante o governo de Júlio Bueno Brandão com a intenção de favorecer um aliado em troca de ganhos políticos dentro da lógica que norteava a troca de favores dos coronéis da Primeira República, mas dessa vez os favores concedidos a Américo Werneck acarretaram em enorme prejuízo ao Estado.

Diante da decisão dos árbitros, o Estado de Minas apelou, a despeito da cláusula que colocava como exclusiva e definitiva o laudo arbitral. Como fundamento da apelação, alegava o Estado de Minas que os árbitros excederam os poderes conferidos pelo compromisso porque: a) incluíram no cômputo da indenização todo o prazo de duração do contrato e b) tornaram responsável o Estado por atos culposos do Prefeito de Águas Virtuosas.

Quanto à primeira causa pretendia o Estado que, tendo se dado a rescisão do contrato, por acordo das partes, não cabia computar na indenização senão àqueles prejuízos que tivessem sido apurados como verificados no período entre a assinatura do contrato e a sua rescisão – três anos e dois meses.

Mas na lógica dos juízes que proferiram a sentença cabia ressarcimento porque o apelado deixou de perceber as vantagens que adviriam da continuação do contrato até o seu termo. Os árbitros concluíram que houve culpa do Estado e que essa culpa se estendia a todo o tempo em que o contrato deveria durar, reconhecendo direito ao ex-arrendatário a perdas e danos contados sobre anos posteriores à rescisão do contrato, uma vez que o culpado pela rescisão fora o Estado. Essa interpretação foi a mesma adotada pelo Tribunal Federal que julgou o recurso do Estado de Minas Gerais.

Quanto à segunda causa alegada, a questão era que a maior parte dos atos culposos, apontados e articulados pela sentença arbitral, eram atos atribuídos ao Prefeito de Águas

³¹³ Ibid. p. 92.

Virtuosas e o Estado alegava que ele era meramente funcionário municipal e seus atos só podiam afetar a responsabilidade do município.

Mas em sua decisão os árbitros levaram em conta a legislação do Estado que criara o cargo de Prefeito nas estâncias hidrominerais. Este cargo fora criado pelo art. 10 da Reforma Constitucional n. 5, de 1903, para os municípios ou parcelas de municípios em que houvesse, em exploração, fontes de água mineral, do patrimônio privado do Estado. Essa caracterização estava nitidamente taxada, especificada e individuada no Decreto n. 1777, de 1904, por força do qual o Prefeito funcionava como intermediário do Presidente do Estado, seu vigia e seu representante.³¹⁴

Os juízes depreenderam desse decreto que os prefeitos, em Minas, tinham funções de dupla natureza: eram funcionários municipais, mas naquilo que fosse referente à exploração das fontes de água e o emprego dos recursos e auxílios do Estado eram funcionários estaduais a cujo Governo prestava contas. Era ainda um representante direto do Presidente do Estado que por intermédio dos prefeitos exerciam nas prefeituras as funções executivas.

Consequentemente as culpas dos prefeitos, cometidas na execução do contrato, eram legítimas culpas contratuais do Estado, porque o “Estado era o único poder que as podia evitar, reparar ou punir, e não as evitou, nem reparou, nem puniu, mas consentiu nelas e premiou seus autores”.³¹⁵ Assim, as ações e culpas do Prefeito insidiam sobre o Estado de Minas Gerais.

Apesar de o Estado de Minas Gerais ter apelado da sentença do juízo arbitral, o Supremo Tribunal Federal confirmou a primeira sentença e, mantendo-a, condenou o Estado a pagar as custas do processo além do que pedia o apelado na primeira sentença. A sentença foi lavrada a 8 de agosto de 1917, mas o Estado só quitaria a dívida com Américo Werneck em 1921, sob o governo de Arthur Bernardes.

5.3.1 O encerramento da contenda

A gravidade do dissídio jurídico entre Américo Werneck e o Estado de Minas Gerais arrastou-se por muitos anos. O efeito do desentendimento das partes foi o completo abandono

³¹⁴BARBOSA, R. op.cit. p.169.

³¹⁵Ibid. p.183.

da estância balneária, principal prejudicada pelo conflito, uma vez que não recebeu os melhoramentos previstos.

No seu último ano de governo, Delfim Moreira descreveu a situação da estância de Águas Virtuosas:

A perturbação havida na existência desta estância, em consequência do contrato de 15 de maio de 1912, não permitiu que ela se desenvolvesse e melhorasse convenientemente, de então para cá. O contratante destas águas continua na posse da obras destinadas a melhoramentos, que ali executou com dinheiro fornecido pelo Estado. (...) Visitando ultimamente esta estância, o fiscal geral das águas medicinais informa ter notado falta de cuidado nos jardins, tendo-lhe constado também que os edifícios estavam estragados.³¹⁶

Em litígio com o Estado, Américo Werneck recusara-se a fornecer as informações que anualmente todas as estações balneárias prestavam ao governo de Belo Horizonte. O problema de difícil solução foi passado ao novo Presidente de Estado, Arthur da Silva Bernardes, que durante seu governo se empenharia para solucionar a crise das cidades balneárias do Sul de Minas.

O novo Presidente fez um balanço das últimas administrações, reconhecendo o esforço do Estado em dar às estâncias hidrominerais e balneários o conforto de que precisavam para atrair o veranista, despendendo para tal fim somas consideráveis e melhoramentos locais. Depois o Estado decidira arrendar a exploração das fontes a empresas, com a obrigação de efetuarem a construção de estabelecimentos hidroterápicos, hotéis, parques e outras obras. Entretanto, os resultados não eram os esperados, pois, na visão do Presidente de Estado, as empresas concessionárias assumiam compromissos para realização de importantes melhoramentos sem disporem de capital suficiente e não cumpriam, em regra, as obrigações contraídas. Para solucionar esse problema, Bernardes exonerou as empresas arrendatárias do encargo de fazer obras e passou a cobrar delas uma conta anual, que seria aplicada na própria estância pelo respectivo Prefeito. O governo também substituiu os prefeitos de todas as estações de águas por ato de 24 de setembro de 1918.³¹⁷

Bernardes identificou nos arrendatários os maiores culpados pelo impasse em que as estações hidrominerais se encontravam. Em seu relatório o Presidente reconhecia que, de todas as estâncias do território mineiro que receberam investimento do Estado, o caso de Águas Virtuosas permanecia como o mais grave:

³¹⁶ Relatório do Presidente de Estado de Minas Gerais, Delfim Moreira Costa Ribeiro. 1918. p.105-107.

³¹⁷ Relatório do Presidente de Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. 1919. pp.93-94.

A estância de Águas Virtuosas de Lambari, onde o prefeito Dr. Américo Werneck gastou cerca de 3.000:000\$000 do Estado, é a que se acha em piores condições, faltando-lhe todos os melhoramentos essenciais.

Arrendada em 1912 ao ex-prefeito, Dr. Américo Werneck, moveu este ação de indenização contra o Estado, logrando em juízo arbitral sentença favorável, pela qual foi o Estado condenado a pagar-lhe 2.754:000\$000.

Entendendo o meu antecessor, de acordo com pareceres de eminentes juristas, que os árbitros haviam excedido os poderes outorgados no compromisso, recorreu para o Supremo Tribunal, que manteve a decisão proferida.

Os bens do Estado, que se achavam arrendados, ficaram pelo termo de compromisso entregues ao ex-contratante até que fosse proferida a decisão. O dr. Werneck, porém, em vez de restituí-los ao Estado, na ocasião devida, continuou a usufruí-los, sem se incomodar com a sua conservação, o que levantou reiteradas queixas do povo de Águas Virtuosas e de forasteiros que ali vão em busca das maravilhosas águas medicinais.

Foi essa situação que meu governo encontrou (...).

Convém que o Poder Legislativo examine a situação e providencie como entender sobre os meios necessários à liquidação do débito do Estado.

Cumpria, porém, ao governo cuidar dos bens confiados à guarda e conservação do ex-arrendatário, visto como o estabelecimento balneário não se abria na última estação, porque todas as instalações estavam arruinadas e o prédio ameaça cair, sendo desolador o estado de abandono e ruína em que o dr. Werneck deixara os bens, que eram objeto do contrato de arrendamento rescindido no termo de compromisso.

Pedindo-lhe a restituição dos bens nos termos do ato rescisor, recusou-se o dr. Werneck, forçando o Estado a tomar conta deles sem a sua aquiescência.

O governo estudará oportunamente a situação jurídica resultante do péssimo estado de conservação dos bens e dos danos causados pelo respectivo zelador.³¹⁸

No ano seguinte, diante de dificuldades e sem o vislumbre de solução, Bernardes propôs ao Governo do Estado de Minas Gerais uma ação de despejo, que também foi declarada improcedente pelo juízo arbitral, reconhecendo a Américo Werneck o direito de retenção dos bens até que se efetuasse o pagamento da importância líquida da condenação.³¹⁹ Constituindo-se, assim, uma terceira vitória do arrendatário na esfera jurídica.

O litígio entre Werneck e o Estado de Minas Gerais se arrastou por muitos anos. Apenas em 1921 encerrou-se a contenda quando a Assembleia Legislativa reconheceu a dívida e realizou o pagamento da mora decidida em juízo. Nesse mesmo ano o Presidente do Estado Arthur Bernardes relatou o retorno das edificações da estância balneária de Águas Virtuosas para o controle do Estado, entrando a vida daquela estância em “período de normalização”.³²⁰

O que destacamos na análise desse episódio é a absurda confusão entre o que é público e o que é privado. Américo Werneck, em excelente situação política, apoiado pela principal oligarquia do período, conseguiu obter do Estado um contrato extremamente favorável que

³¹⁸ Ibid. p.98.

³¹⁹ Relatório do Presidente de Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. 1920. p.95.

³²⁰ Ibid. p.91.

lhe traria enormes vantagens. No entanto, multiplicaram-se as dificuldades contra os planos de Werneck e o mesmo foi emperrado por disputas locais. Impossibilitado de levar adiante seu contrato, Américo Werneck acionou o Estado na Justiça e obteve grandiosa indenização. O grande prejudicado foi o município que permaneceu abandonado em meio às disputas coronelísticas. Ressaltamos que os vícios da República Velha não se restringiam à fraude eleitoral, exclusão da população e à violência física impetrada por capangas, mas também troca de favores. Um coronel poderia pleitear construções e melhoramentos para a sua região de domínio em troca do apoio nas urnas, mas essa troca poderia acarretar graves prejuízos para a administração pública, como os que foram observados na estância hidromineral de Águas Virtuosas.

CAPÍTULO 6 A ELEIÇÃO DE WENCESLAU BRÁS: AS FACÇÕES SUL-MINEIRAS NA ELEIÇÃO DE 1914

A 15 de novembro do ano passado, assumindo o exercício do elevado cargo que ocupo, ratifiquei as mesmas afirmações e compromissos, fazendo ao mesmo tempo solene apelo a todos os brasileiros, a todos que se interessam pelo futuro de nossa Pátria, para que esqueçam ressentimentos e paixões, afim de que possamos, unidos pelo mesmo pensamento, identificados na mesma ação, encarar e resolver serenamente as graves dificuldades do presente e lançar as bases de um futuro digno das grandes riquezas materiais e morais do Brasil.

Esse apelo eu o renovo aqui com a mesma fé e com o mesmo ardor, convicto de que ninguém se recusará a esta obra de paz e conciliação, que me impus a mim mesmo, já pela circunstância de ter sido indicado por várias correntes de opinião, já pelo meu feito pessoal, já pelas iniludíveis exigências da gravíssima situação que nos achamos.³²¹

No trecho acima Wenceslau Brás, recém-eleito Presidente da República, enfatiza a importância da união nacional, observando que sua escolha partiu de uma aliança entre diferentes grupos e que o reagrupamento das principais forças nacionais era imprescindível para a manutenção da estabilidade política no país. Mas o cenário era de instabilidade, pois mesmo no interior de Minas Gerais Wenceslau Brás não contava com o apoio de toda a bancada do PRM, uma vez que a escolha do seu nome provocou o descontentamento das demais facções que compunham a *Hegemonia Sul-Mineira*.

A eleição de Wenceslau Brás marca a ascensão do político sul-mineiro e a supremacia da oligarquia local e de sua organização hegemônica em todo estado. Com efeito, a *Hegemonia Sul-Mineira* conseguiu levar um de seus membros à presidência do país com base no domínio político que vigorava em Minas desde 1898. No entanto, o episódio também implicou em acirrada disputa interna, já que duas facções, salistas e viuvinhas, com três prováveis candidaturas, Francisco Sales, Júlio Bueno Brandão e Wenceslau Brás, impossibilitavam uma escolha sem contestações. A disputa evidenciou que a dominação efetivada pela oligarquia sul-mineira não implicava em harmonia ou subserviência das diferentes facções que compunham o estado, essas tentavam de alguma forma colocar seus representantes e geravam um ambiente de permanente negociação e disputa, ora de maneira velada e ora explícita.

³²¹ Relatório do Presidente da República Wenceslau Brás Pereira Gomes, 1892.p.5-6. Disponível em: www.uchicago.edu. Acesso em: 19 maio 2012.

A eleição de Wenceslau Brás em 1914 foi uma das maiores “*barbadas*” do período republicano, com o candidato mineiro vencendo com a sobeja vantagem de 91,6%.³²² Embora a República Velha tenha sido marcada por eleições sem competições nas urnas, Wenceslau Brás foi eleito com a terceira maior vantagem do período. Essa enorme margem reflete o medo de ocorrer a repetição de uma disputa acirrada como ocorrera em 1910. Sobressaltada com o último pleito eleitoral,³²³ as elites dirigentes do país deveriam conduzir de forma mais harmoniosa e controlada o pleito de 1914. Mas o cenário político de escolha da nova chapa era de pressão e desconfiança. O receio de outra disputa acirrada espreitava toda e qualquer estratégia política. Arranjos deveriam ser feitos para evitar o risco de uma nova contenda eleitoral que pudesse colocar em xeque o domínio oligárquico e o próprio regime republicano.

Para a composição da chapa de 1914, “conciliação” tornou-se a palavra de ordem entre os políticos e uma eleição decidida nas urnas, como em 1910, era apelidada de “guerra” ou “luta” e deveria ser evitada a todo preço, tanto que foi transformada em ameaça entre estados e facções rivais no contexto de grave crise que vivia a República.

Antes de nos atermos na análise do pleito eleitoral, é necessário observar as regras implícitas, mas formalmente aceitas e compartilhadas por todos os atores que regeram as eleições presidenciais da República Velha. Cláudia Viscardi assinala quais eram os princípios que dirigiram o jogo político nas sucessões presidenciais do período. De acordo com a autora, esses princípios estabilizavam o regime e foram definidos por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves e mantiveram-se ao longo dos processos sucessório posteriores, sendo progressivamente formulados.³²⁴

O primeiro princípio estabilizador dizia respeito à exclusão dos setores populares, pelo estabelecimento normativo do “voto alfabetizado” e pela formalização da fraude eleitoral; enquanto o segundo referia-se aos critérios de recrutamento político, reduzido a um pequeno grupo de elite o controle sobre os destinos políticos do país.

O terceiro princípio estabilizador era a distribuição desigual do poder entre os estados da Federação. Esses eram diferenciados de acordo com o tamanho de suas bancadas e pelo grau de autonomia econômica em relação aos cofres da União. Assim, os grandes estados eram os que possuíam associadamente bancadas numerosas e economias relativamente auto-

³²² CAVALCANTI, Thermistocles B. O voto distrital no Brasil, Rio de Janeiro: FGV, 1975, p. 202 apud VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 68.

³²³ Na eleição de 1910, marcada pela Campanha Civilista e por uma intensa disputa eleitoral, Hermes da Fonseca venceu Rui Barbosa com apenas 57% dos votos.

³²⁴ VISCARDI, C.M.R. op. cit.

suficientes (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul); os médios, os que possuíam um dos dois elementos (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco); e os pequenos os que não possuíam nenhum deles. O grau de participação de cada estado nos processos de decisão era proporcional ao seu tamanho.³²⁵

O quarto e principal princípio norteador da Primeira República era a renovação dos atores. A garantia da renovação parcial implicava na ocupação dos Poderes Executivo e Legislativo pelos estados hegemônicos, impedindo-se a monopolização dos cargos e abrindo espaço à participação parcial dos estados que compunham o grupo hegemônico.

A renovação do poder passava pelas sucessões presidenciais. O falseamento das instituições democrático-eleitorais, no contexto do regime oligárquico, fazia com que **a verdadeira disputa entre atores pela parcela de poder, no restrito mercado político, se desse, não durante as eleições, mas na fase que lhes antecedia, qual seja, a da indicação do nome para a disputa e de seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais estados da federação.** Assim, os mecanismos de escolha escapavam à institucionalidade posta em vigor a partir da carta de 1891, uma vez que **as deliberações eram tomadas informalmente por um reduzido e seletivo grupo de atores.**³²⁶ (grifo nosso).

Neste capítulo investigamos exatamente a disputa informal entre esses atores privilegiados. Essa disputa antecedia ao pleito e se dava nos bastidores da política em arranjos tramados entre os presidentes de estados e mais alguns poucos políticos influentes. Por essa senda, cada sucessão presidencial implicava na realocação de cargos e na redistribuição de poder. A ausência de partidos gerava a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas. As alianças formadas entre os principais estados-atores eram de caráter pragmático e se faziam e se desfaziam ao sabor das conjunturas e não se formavam grupos nacionais duráveis. Assim, a cada sucessão se estabeleciam coalizões provisórias de partidos estaduais que rapidamente se desfaziam, conferindo um grau de competitividade muito baixo ao regime. A real disputa não se dava no pleito eleitoral, mas, antes, quando da escolha do nome dos candidatos que iriam para as urnas. Os estados e seus representantes se batiam para efetivar a escolha de membros de sua oligarquia, como fica explícito na análise da correspondência trocada entre os mais poderosos membros das oligarquias nacionais e estaduais.

³²⁵ Encontramos diferenças entre alguns autores que consideram como “grandes estados” apenas São Paulo e Minas Gerais, excluindo o Rio Grande do Sul. Nesse aspecto concordamos com Cláudia Viscardi e consideramos o Rio Grande do Sul um “grande estado” devido a sua influência decisiva em diferentes momentos da vida política nacional devido a destacada participação de seu mais influente nome, o líder do PRC, senador Pinheiro Machado.

³²⁶ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p.61.

Outros aspectos das sucessões presidenciais apontados por Viscardi devem ser colocados. Primeiramente, as sucessões presidenciais obedeciam a um ritual próprio. Vencido o primeiro biênio da gestão, iniciavam-se as articulações, com vistas à escolha de um nome. Esse processo durava, em média, seis meses. Os nomes dos candidatos deveriam ser alçados por outros estados, e não aquele de origem do candidato. Essa formalidade levava ao mundo político a informação de que por trás do nome do alçado havia uma aliança construída entre, pelo menos, dois estados-atores.³²⁷

À imprensa cabia especular sobre as escolhas, uma vez que não tinha acesso às informações. Os processos eram muito sigilosos. Envolviam um grande volume de correspondências e reuniões secretas. Muitas correspondências eram inclusive cifradas, para se evitar qualquer tipo de vazamento de informações.

Viscardi destaca o fato de que a maioria das sucessões não teve disputas acirradas, mas não implicando na ausência de contendidas e nem que as mesmas tivessem sido resultado de acordos harmônicos. Nesses casos, o peso da disputa concentrava-se na prévia escolha do candidato. E nessa assertiva encaixa-se a eleição de 1914. A diferença entre uma sucessão com disputa prévia e uma totalmente consensual é que a segunda não era fator de instabilidade no governo seguinte, enquanto a primeira sim.

O fato de a eleição ser decidida previamente às urnas refletiu-se em baixíssimo número de competitividade eleitoral, resultando em desmobilização e apatia política. Em levantamento realizado sobre os índices de comparecimento às urnas e total de votos obtidos pelos vencedores, percebem-se os limites da competitividade eleitoral do período. O maior índice de comparecimento foi de 5,7% em 1930. A média geral permaneceu em torno dos 2,65%.³²⁸

Um último ponto a ser destacado é que a *política dos estados*, de Campos Sales, em geral interpretada como a fórmula que garantiu estabilidade do regime, não teve relação com as sucessões presidenciais, na medida em que não previu mecanismos inibidores desses conflitos. Após o “pacto oligárquico” (1898-1902), as sucessões presidenciais continuaram a dar margem à instabilidade.

As fontes utilizadas neste capítulo são as correspondências de Júlio Bueno Brandão, Presidente de Minas, trocadas com os principais representantes do estado e políticos do país relativas à eleição presidencial de 1914. Essas cartas revelam os bastidores da política

³²⁷ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p. 64.

³²⁸ Ibid. p. 68.

estadual e nacional na tentativa de se chegar a um nome de consenso, as estratégias eram formuladas com o alvitre de evitar uma disputa acirrada como ocorrera em 1910.

Até aqui privilegiamos o uso de periódicos, mas as correspondências utilizadas neste capítulo trazem aspectos mais pessoais, com a troca de impressões íntimas entre aliados. Por outro lado, também há cartas trocadas entre adversários e nesses casos a cordialidade era apenas um convencionalismo que velava uma disputa pulsante que não passou despercebida. As correspondências aqui analisadas foram organizadas por Guerrino Casasanta e publicadas na íntegra pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 1958. O opúsculo reúne centenas de cartas trocadas entre Brandão e seus interlocutores de 1880 a 1933, mas o autor faz apenas uma breve apresentação dos documentos e da vida política de Júlio Bueno Brandão, sem qualquer análise histórica do processo. Por esse motivo consideramos a obra como fonte e não bibliografia.

6.1 O Governo Hermes da Fonseca e as facções sul-mineiras

O governo Hermes da Fonseca iniciou-se de forma conturbada por ter sido o primeiro governo a surgir de uma eleição efetivamente disputada na República Velha. O governo federal teve, pela primeira vez, uma oposição organizada, a dos civilistas, tendo à frente os estados de São Paulo e Bahia. Como elemento agravante, o Exército retornava à cena política, o que não ocorria desde o governo de Floriano Peixoto.³²⁹

Eleito por uma aliança capitaneada pelos estados de Rio Grande do Sul e Minas Gerais, esses pretendiam tomar para si o maior quinhão de poder possível e ter participação efetiva no governo. Minas Gerais fazia-se presente na Vice-Presidência, com Wenceslau Brás, na Presidência da Câmara, com Sabino Barroso, e ainda almejava o Ministério da Fazenda, mas rivalizava com o Rio Grande do Sul e seu poderoso líder Pinheiro Machado.

Ainda no início do quadriênio Minas Gerais tentou demarcar seu espaço de poder junto ao novo governo, o que se encontra bem explícito em correspondência de Pádia Calógeras a Wenceslau Brás:

Pela força das coisas, pela responsabilidade da apresentação do Hermes, pela tua eleição à vice-presidência, pelo grupo coeso que formamos, por tudo isso está

³²⁹ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p. 214.

evidente que o pivô da política federal é Minas, desde já, e cada vez mais no futuro quadriênio. Já, politicamente, anulamos a preponderância paulista. Esta quer voltar à tona, negociando acordos que não nos convém aceitar, mesmo para mantermos a nossa hegemonia. São Paulo nada tem que dar; dele não precisamos e nem dado o devemos querer. Fiquem onde estão.³³⁰

O que se nota por essa citação é o desejo de Minas de exercer o controle político sobre o governo nacional, com vistas a conquistar o quadriênio seguinte. Outro elemento a ser destacado é o desejo de ver São Paulo afastado do novo governo, pois o estado paulista era visto mais como uma ameaça do que como um parceiro preferencial pelas elites mineiras.

De acordo com o plano traçado pelos políticos mineiros ligados a Wenceslau Brás, os viuvinhas, Calógeras deveria ser o Ministro da Fazenda de Hermes. Intelectual respeitado pelas elites do período, havia se aproximado das lideranças hegemônicas do Sul de Minas e apoiado a candidatura de Hermes. Seu nome era o preferido por Wenceslau Brás para representar Minas no Executivo Federal. Detendo a vice-presidência e a pasta ministerial, Minas aspirava ser o estado mais presente no governo que se iniciava.³³¹

No entanto, os gaúchos provariam aos mineiros o seu lugar secundário na aliança. O indicado ao Ministério da Fazenda foi Francisco Sales,³³² à revelia de Wenceslau Brás e líder de uma facção diferente da sua. A indicação de Francisco Sales resultara da interferência gaúcha sobre o novo governo. Pinheiro Machado sabia que a indicação de Francisco Sales dividiria Minas Gerais, uma vez que Wenceslau Brás era “viuvinha”, facção rival dos “salistas”. Era conveniente para o senador gaúcho dividir as hostes de um dos principais estado da República.

Embora os políticos de Minas Gerais reproduzissem incansavelmente o discurso da coesão e união do estado, em seu extenso território habitavam diferentes lideranças e facções que disputavam o comando do estado internamente. Para um adversário vencer Minas Gerais, ele deveria explorar essa condição. Oportunidade que Pinheiro Machado enxergou e utilizou a seu favor.

³³⁰ Carta de P. Calógeras a W. Brás de 7 de agosto de 1910 apud VISCARDI, C. M. R. op. cit. p. 215.

³³¹ VISCARDI, C. M. R. op. cit. p. 217.

³³² Francisco Sales, liderança sul-mineira desde os tempos do Império, elegera-se Presidente de Minas em 1902 com apoio de Silviano Brandão, mas com a morte de Silviano Brandão a organização estadual mineira ficou abalada. Wenceslau Brás ascendeu como provável sucessor de Silviano ao comando político do estado com anuência de Júlio Bueno Brandão, que também teve sua participação no mando regional acrescida de prestígio. Com isto, Francisco Sales, eleito senador ao término de seu mandato de presidente estadual afastou-se do grupo, mantendo posição de espreita em relação ao grupo das “viuvinhas” e acabou por criar uma nova facção sediada no município de Lavras, no Sul de Minas, os salistas.

Pinheiro Machado, nascido a 8 de maio de 1851 na cidade de Cruz Alta no estado do Rio Grande do Sul, era considerado “o coronel dos coronéis durante a Primeira República”.³³³ Sua história tem muito em comum com os grandes próceres do sul. Homem da fronteira, herdeiro de uma estirpe acostumada aos embates com os fronteiriços, dos quais incorporou boa parte do comportamento caudilhesco.³³⁴ Em 1878, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Propagandista ferrenho da República, com o novo regime elegeu-se senador federal atuando nesta casa como braço direito de Júlio de Castilhos, chefe político incontestado do Rio Grande do Sul desde a implantação da República até 1915, ano da morte daquele.³³⁵

Poderoso em todos os sentidos, o senador gaúcho procurou ocupar posições chave, como árbitro das disputas entre os grupos mais poderosos da política. Indispensável aos governos, o senador sempre caminhou na direção do fortalecimento de seu poder pessoal, sendo capaz de influir decisivamente nas eleições presidenciais, embora fosse difícil impor ele próprio como candidato ao sistema, mas se pode dizer que se esforçava para aproveitar a oportunidade, caso se apresentasse. Como presidente da estratégica comissão “reconhecadora” dos parlamentares eleitos, para que pudessem tomar posse, Pinheiro Machado arrebanhou aliados e encerrou carreiras, sempre objetivando estabelecer a composição necessária à situação. Uma única vez esteve em decidida oposição, durante o governo Afonso Pena, quando se mostrou implacável, graças à enorme influência que mantinha sobre as cúpulas partidárias.³³⁶

De acordo com Vera Borges, o senador exigia lealdade absoluta dos aliados, esforçando-se para manter a disciplina e a coesão, além de ser influente no sistema judiciário. O perfil político e a forma como praticava o poder valeram-lhe a fama de discricionário, de aferrado à conservação dos hábitos políticos, de antidemocrático e contrário aos interesses populares, imagem essa que se acentuou durante a campanha eleitoral de 1910.³³⁷

As arestas entre mineiros e gaúchos durante o governo Hermes da Fonseca viriam à tona no pleito federal de 1914, com os mineiros combatendo as pretensões de Pinheiro Machado de eleger-se Presidente, e esse investira contra a bancada mineira, incitando as diferenças existentes entre suas facções, como já fizera na escolha do Ministério.

³³³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v. 8, t.3. p. 172-212.

³³⁴ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República**: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão. 2004. Cf. FAQUIN, Giovanni Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

³³⁵ Cf. FAQUIN, Giovanni Stroppa. op. cit..

³³⁶ BORGES, V.L.B. op.cit. p. 25.

³³⁷ Ibid. p. 27.

6.1.1 As alternativas sul-mineiras para o pleito de 1914

O processo sucessório para a eleição de 1914 iniciou-se no segundo biênio da gestão Hermes da Fonseca. As articulações políticas com vistas à escolha do sucessor do Marechal prolongaram-se durante todo primeiro semestre de 1913. De acordo com Viscardi, em comparação com as demais sucessões presidenciais do período, esta foi uma das que durou menos tempo, mas longe esteve de ter sido a menos complicada e a intensidade das articulações políticas foi considerável. O clima de instabilidade reinante imprimiu um ritmo acelerado ao processo.³³⁸

Minas Gerais realizara um acordo entre as facções majoritárias (salistas, viuvinhas e biistas)³³⁹ que haviam se aglutinado contra a candidatura civilista em 1910, possibilitando o arrefecimento de conflitos inter-oligárquicos. A oposição era representada pelos civilistas, em franca minoria e concentrados na Zona da Mata mineira. Internamente três nomes pareciam habilitados para comporem a nova chapa: Júlio Bueno Brandão, Presidente do Estado; Francisco Sales, Ministro do Governo e Wenceslau Brás, Vice-presidente da República. Assinalamos que Wenceslau Brás e Francisco Sales figuravam em dois lados opostos e personificavam as disputas entre as facções “viuvinhas” e “salistas”, pressionando Júlio Bueno Brandão a defender suas candidaturas no âmbito nacional. Este, por sua vez, embora integrante do grupo dos “viuvinhas”, liderado por Wenceslau, fazia as vezes de árbitro e mediador, tentando não desagradar nenhum dos dois lados e trabalhando pela manutenção da coesão entre as principais oligarquias do estado, ao mesmo tempo, também alimentava a expectativa de ser ele próprio indicado para a Presidência da República. Como se pode ver, três pretendentes desejavam uma única vaga. Mas para ter seu nome lembrado era preciso manter boas relações com as oligarquias dos demais estados, pois de uma delas dependia a indicação.

Para além das pretensões mineiras, o senador Pinheiro Machado, chefe do PRC, líder incontestável da política nacional, arranjava os meios para obter sua indicação. Era um candidato que se impunha, não apenas pelo apoio de ponderáveis correntes da opinião pública, como, principalmente, por merecer as preferências de Hermes da Fonseca.

³³⁸ VISCARDI, C. M. R. op. cit. p. 229.

³³⁹ As três facções seguiam no controle de Minas Gerais desde 1898, quando Silviano Brandão costurou a aliança e fundou o PRM. Cf. capítulo 3. E em 1910 reforçaram essa aliança ao combater o ímpeto civilista defendido por alguns grupos no interior do estado. Cf. VISCARDI, C. M. R. op. cit.

Delineando-se os primeiros movimentos em torno do problema sucessório Antônio Francisco Azeredo,³⁴⁰ senador pelo Mato Grosso, tomou a iniciativa das sondagens, aventando uma combinação pela qual a chapa seria formada por Pinheiro Machado e Júlio Bueno Brandão, como Presidente e Vice, respectivamente. A indicação já contava com a aprovação do Presidente Hermes da Fonseca.

A carta de Antônio Azeredo, de 18 de janeiro de 1913, resumia a conjuntura nacional e examinava as pretensões mineiras.

A verdade é que Minas não pode deixar de ser a pedra mais importante deste xadrez político, porquanto, além de ser a maior unidade da Federação, é o estado talvez que tem o maior número de *papáveis*, dispondo para candidato ao supremo posto, não somente do nome do seu ilustre Presidente (Júlio Bueno Brandão), como dos nomes do Vice-presidente da República (Wenceslau Brás), do ministro da Fazenda (Francisco Sales), do presidente da Câmara dos Deputados (Sabino Barroso) e do dr. Bias Fortes, chefe do nosso Partido em Minas. Estas cinco personalidades são todas pertencentes a nossa agremiação partidária e todas em destaque na política nacional. Sendo assim creio não ter sido exagerado no que disse acima.

No seio do nosso partido, há muitos outros nomes em destaque e capazes de bem exercer a suprema magistratura, como os de Pinheiro Machado, chefe do nosso Partido, Nilo Peçanha, Lauro Muler, Campos Sales, Borges de Medeiros e tantos outros correligionários, sendo que, entre os adversários, se encontram dois nomes nacionais como os do senador Rui Barbosa e dr. Rodrigues Alves.

Para evitarmos dificuldades, precisamos, portanto, acertar na escolha dos nossos candidatos para que não haja dissensões nem ressentimentos, procurando dois nomes que reúnam todos os elementos do nosso Partido, para que possamos entrar no pleito sem temores de derrota nem receios de perturbação da ordem.³⁴¹

O senador Antônio Azeredo se apresentava como emissário do Presidente da República, mas estava por trás da sua iniciativa o nome de Pinheiro Machado. Caso Minas Gerais apoiasse a candidatura pinheirista, esta teria grandes chances de êxito. O senador gaúcho sabia que o principal estado que poderia lhe fazer oposição era Minas Gerais e logo tratou de buscar seu apoio oferecendo-lhe a Vice-Presidência. Contar com os mineiros era essencial para os planos de Pinheiro Machado, pela circunstância de seu denso eleitorado e pelo fato de ser um dos mais importantes estados da Federação, Além disso, os mineiros poderiam fazer enorme estrago na oposição, transformando a campanha eleitoral em verdadeira guerra.

³⁴⁰ O mineiro Antônio Francisco Azeredo elegeu-se senador pelo Mato Grosso em quatro oportunidades, permanecendo na Câmara de 1897 a 1930. Eleito por um estado de pequena representação política, interessava-se muito mais pelas questões que envolviam Minas Gerais e tornou-se um excelente emissário para Pinheiro Machado. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / Prefeitos de Belo Horizonte 1897-1997.

³⁴¹ Carta do Senador A. Azeredo para B. Brandão, 18 de janeiro de 1913. CASASANTA, Guerino (Org.). **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1958. p. 152.

Vendo os primeiros movimentos no tabuleiro político, os mineiros começaram a se mexer a fim de decidir o posicionamento que o estado deveria assumir no pleito, embora os mineiros pretendessem indicar um nome seu para concorrer à Presidência, acautelavam-se em não repudiar, de pronto, a fórmula apresentada pelos gaúchos.

As facções mineiras se agitaram almejando indicar seus principais nomes para a disputa. As especulações sobre os nomes mineiros giravam em torno de três combinações: a) Pinheiro-Brandão b) Wenceslau-São Paulo; c) Lauro Muler- e outro que melhor garantisse seu triunfo. A composição mais aceita no âmbito nacional era Pinheiro Machado-Bueno Brandão e, caso Minas Gerais não se manifestasse, essa seria a chapa oficial do Partido Republicano Conservador (PRC). Mas era conhecida a intenção de Minas Gerais de ter um candidato seu e a ala salista, por intermédio do deputado Ribeiro Junqueira³⁴², instigou Júlio Bueno Brandão a buscar melhores opções para os políticos do estado. O deputado escreveu para o Presidente de Estado afirmando que a coesão mineira deveria ser aproveitada habilmente e com energia. Ribeiro Junqueira indicava que Minas Gerais possuía outras opções e não deveria aceitar de imediato a indicação gaúcha. A partir dessa constatação, Junqueira alimentava a pretensão de Minas Gerais perpetrar o próximo Presidente da República, não se contentando em apenas compor a chapa como Vice.³⁴³

O segundo político a manifestar-se foi Francisco Sales, que descartara desde logo o nome de Pinheiro Machado e considerava que excluído o líder gaúcho sobraria no cenário nacional apenas a indicação de Lauro Muler, candidato que poderia ser facilmente superado pelos mineiros nas eleições.³⁴⁴ Essa condição aumentava consideravelmente as chances de o estado chegar à presidência, embora permanecesse pendente a decisão de qual seria o nome a ser lançado candidato.

O próprio Francisco Sales desejava sua indicação e já contava com amplo apoio dentro do PRM. O principal aspecto favorável a Sales era sua participação no governo de Hermes da Fonseca como Ministro da Fazenda, condição que o posicionava em destaque no cenário nacional. O fato de ser bastante conhecido impunha sua candidatura contra Bueno Brandão, figura menos popular. Esse aspecto era ressaltado por Sales e seus aliados tanto na imprensa

³⁴² José Monteiro Ribeiro Junqueira era natural de Leopoldina e bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Fora eleito duas vezes deputado estadual, de 1895 a 1900, e deputado federal em oito oportunidades, de 1903 a 1930. Depois ainda exerceria um mandato de senador. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / Prefeitos de Belo Horizonte 1897-1997.

³⁴³ Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 1 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 206.

³⁴⁴ Carta de F. Sales para B. Brandão, 2 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 263.

como nos bastidores da política, assim como também era desprestigiada a candidatura de Wenceslau Brás, político que seria facilmente manipulado por Pinheiro Machado.³⁴⁵

Os correligionários de Francisco Sales agitavam seu nome na imprensa. O principal episódio nesse sentido foi a declaração que Ribeiro Junqueira fez ao periódico *O Imparcial*, colocando o nome de Francisco Sales como futuro candidato, antecipando-se às manifestações oficiais do PRM e do Presidente do Estado. O episódio desagradou às lideranças estaduais e nacionais, desgastando o nome de Sales, mas não o incompatibilizando em definitivo.

A estratégia urdida por Francisco Sales consistia em mostrar as fragilidades de outras candidaturas mineiras, principalmente Júlio Bueno Brandão e Wenceslau Brás, demonstrando que seu nome era o mais forte, mas mesmo assim afirmava não querer concorrer, esperando uma manifestação positiva de Bueno Brandão. O apoio do Presidente do Estado era essencial para Francisco Sales porque, além de deter a legitimação do poder executivo estadual, era também o segundo nome da facção viuvinha e sua adesão significaria comprometer essa ala com o nome de Sales, constituindo o apoio de toda bancada mineira à sua candidatura. Se essa previsão se realizasse, Francisco Sales aceitaria sua indicação a Presidência da República como um “fardo”, para o qual se “sacrificaria”. Artificialismo comum do mundo político.

A intenção de Francisco Sales era clara e à sua primeira investida seguiu-se uma avalanche de cartas de seus correligionários insistindo com Bueno Brandão para que ele lançasse rapidamente a candidatura do Ministro da Fazenda em nome da manutenção da coesão mineira. Dentre essas correspondências a mais representativa foi de Ribeiro Junqueira, o qual insistia que o silêncio do Presidente de Minas indicava uma cisão no interior do estado e isso enfraquecia a posição mineira no âmbito nacional em um momento decisivo. Junqueira considerava imprescindível que Júlio Bueno Brandão convencesse Francisco Sales a aceitar sua indicação.³⁴⁶ O deputado jogara a isca: caso Bueno Brandão apoiasse a candidatura salista sem ressalvas, essa seria aprovada em todo estado e teria grande probabilidade de ser aceita pelo PRC.

A divisão interna mineira se delineava. Enquanto os aliados de Francisco Sales insistiam em uma candidatura própria, crescia o movimento de adesão à combinação Pinheiro/Bueno entre os viuvinhas. Os salistas se opunham a essa chapa porque, além de conferir a Minas apenas a Vice-Presidência, afastava Sales do poder.

³⁴⁵ Carta de F. Sales para B. Brandão, fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p.269.

³⁴⁶ Ibid. p. 207.

À divisão mineira somava-se a pressão do Catete, cobrando de Júlio Bueno Brandão um posicionamento. Com o intento de obter logo a definição mineira em apoio à chapa do PRC, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado encontraram um novo emissário para levar suas intenções ao Presidente de Minas. A escolha recaía sobre o mineiro Sabino Barroso, Presidente da Câmara Federal.³⁴⁷

Em carta a Júlio Bueno Brandão, Sabino Barroso conta que foi chamado ao Catete, onde conferenciou com Hermes da Fonseca e este revelou-lhe sua intenção de indicar Pinheiro Machado e esperava poder contar com o apoio mineiro. O Marechal afirmara que ao longo de seu governo tivera sempre um bom relacionamento com os mineiros e que procurou sempre satisfazer os seus interesses. Dessa forma, contava com o apoio de Minas para o seu candidato. Hermes da Fonseca informou que a candidatura de Pinheiro Machado já possuía apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e esperava contar também com a adesão mineira.³⁴⁸

Até então, meados de fevereiro, seguia isolado dos acontecimentos Wenceslau Brás, importante liderança estadual, Vice-presidente da República e pessoa que Bueno Brandão sempre ouvira devido aos fortes laços de amizade que possuíam há muito tempo. A intervenção favorável de Wenceslau Brás poderia desempenhar papel decisivo nos arranjos da chapa sucessória. Cômico da importância de Wenceslau, Azeredo decidiu acioná-lo para afastar o risco salista, segredando-lhe sua preocupação com a divisão da bancada mineira e a necessidade de barrar a candidatura salista.

A ameaça de uma crise interna em Minas preocupava Azeredo, pois poderia comprometer todo o arranjo feito em torno do pleito federal e da indicação de Pinheiro Machado.³⁴⁹ Com duas indicações, Minas Gerais tenderia a dividir-se, esfacelando seu poder de decisão que o pinheirismo tanto almejava em manter ao seu lado. Diante da crise, Wenceslau Brás rapidamente entrou em ação e escreveu para Júlio Bueno Brandão aconselhando-o a não enfrentar o PRC, que a imposição de um nome mineiro à presidência levaria a uma divisão nacional com consequências nefastas para o estado e para o país.³⁵⁰

³⁴⁷ Sabino Alves Barroso Júnior era natural do Serro, no Norte de Minas, mas durante sua vida política aproximou-se de Silviano Brandão, compondo desde cedo o grupo sul-mineiro. Elegeu-se Deputado Federal pela primeira vez em 1900 e ocupou a presidência da Câmara de 1909 a 1919. Também foi Ministro da fazenda no Governo de Wenceslau Brás. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / Prefeitos de Belo Horizonte 1897-1997.

³⁴⁸ Carta de Sabino Barroso para Bueno Brandão, s.d. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 189.

³⁴⁹ Carta de Azeredo para W. Brás, de 13 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 159.

³⁵⁰ Carta de W. Brás para B. Brandão, 17 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 289.

Wenceslau Brás recomendou a aceitação da candidatura Pinheiro Machado e a manutenção da harmonia entre o PRM e o PRC.

Wenceslau reputava a culpa da desastrosa situação mineira, com diminuição significativa do seu poder decisório, às ações precipitadas de Francisco Sales e seus aliados, que na sua apressada declaração causaram o desgaste antecipado de todos os mineiros com chances de elegerem-se, além de dividirem o estado. Também considerou em sua carta cifrada³⁵¹ que Francisco Sales tentava manipular Júlio Bueno Brandão, dizendo indicar seu nome como candidato enquanto os políticos salistas diziam que o candidato era Francisco Sales e, nesse sentido, trabalhavam fortemente.³⁵²

A situação mineira era intrincada, as duas principais facções estavam em desacordo e suas lideranças, Francisco Sales e Wenceslau Brás, pressionavam o Presidente do Estado a decidir-se em nome do estado. Qualquer parecer de Júlio Bueno Brandão teria como resultado a divisão da bancada mineira. Nas respostas que encaminhou para as duas partes Bueno Brandão buscou permanecer neutro.

A primeira resposta foi dirigida a Ribeiro Junqueira, cômico que chegaria também a Francisco Sales. Numa longa correspondência Júlio Bueno Brandão procurou diminuir o ímpeto salista, colocando os entraves da política nacional a uma indicação mineira. O Presidente de Minas utilizou habilmente o PRC e Pinheiro Machado, descrevendo-os como aliados poderosos que não deveriam ser contrariados. Argumentou também que o cenário era melindroso demais para lançar o nome de Francisco Sales, afirmando “proteger” o líder salista que só deveria ser lançado com garantias de triunfo. Ponderou ainda que sem o apoio oficial as chances de êxito da candidatura mineira eram mínimas. O PRM deveria aguardar a decisão do PRC e não se antecipar à decisão deste, lembrando como era difícil ser oposição no país, a exemplo de São Paulo no último quadriênio, fado que Minas Gerais não deveria seguir.³⁵³

Ao negar seu apoio à candidatura de Francisco Sales, Júlio Bueno Brandão utilizou como justificativa a conjuntura nacional, livrando-se de qualquer agravo da sua parte com o líder da bancada salista. O presidente mineiro colocava como imposição para a candidatura ser aceita a necessidade de um acordo com o PRC e isso significava a aquiescência de Pinheiro Machado. Ao mesmo tempo um nome lançado contra o PRC seria facilmente

³⁵¹ O código utilizado nas cartas trocadas entre Wenceslau Brás e Bueno Brandão consistia na troca de nomes dos políticos conhecidos por alcunhas inventadas, facilmente decifráveis.

³⁵² Carta de W. Brás para B. Brandão, 17 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 289.

³⁵³ Carta de B. Brandão para Junqueira, 19 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p.210.

desgastado e um político prestigiado como Francisco Sales não deveria ser submetido a essa condição, ainda mais manifestando seu desinteresse em ser candidato. A estratégia impetrada por Bueno Brandão era inteligente, alegando “proteger” o nome de Sales, barrava suas pretensões de concorrer à presidência. Brandão ainda utilizou contra Sales a sua tática inicial de não colocar seu nome como candidato.

Por outro lado, no mesmo dia, 19 de fevereiro de 1913, Júlio Bueno Brandão remeteu uma carta a Wenceslau Brás se mostrando propenso a aceitar o nome de Francisco Sales e louvando as intenções salistas, afirmando não concordar com as insinuações que Wenceslau fizera em sua última correspondência. O Presidente do Estado afirmava confiar na dignidade de Francisco Sales, que tantos serviços já havia prestado ao Estado, e Júlio Bueno Brandão pedia o assentimento de Wenceslau Brás para escrever a Sabino Barroso autorizando a indicação de Francisco Sales à Presidência.³⁵⁴

A aparente contradição entre as duas cartas remetidas por Júlio Bueno Brandão justifica-se porque o Presidente de Minas acreditava que Francisco Sales, conforme havia lhe confidenciado, não queria ser Presidente, mas que Minas Gerais lançasse seu nome por ser mais conhecido. E em determinado momento o ministro retiraria o seu nome, indicando como seu substituto Júlio Bueno Brandão. O Presidente de Minas estava disposto a aceitar esse arranjo, embora precisasse antes consultar-se com Wenceslau Brás:

Compreendes os melindres de minha situação pessoal e as responsabilidades inerentes ao meu cargo. Sabido que o Sales declara afastar-se, em momento dado para indicar meu nome, não parecerá que estou criando obstáculo à sua candidatura para me criar uma condição favorável? Do teu julgamento e de outros muitos que me conhecem bem, não me receio, mas e o vulgo que sempre procura ver nas ações dos homens públicos intuítos condenáveis e interesseiros?³⁵⁵

Nesse momento Bueno Brandão pendeu contra Wenceslau a favor do lado salista. Brandão agiu dessa forma porque a proposta dos adversários era melhor do que a do antigo aliado. Pesou em seu critério de escolha a lealdade ou a ascensão política, optando pela segunda. O Presidente de Minas sabia que não podia se sobrepor a Wenceslau Brás, pois era apenas o segundo nome entre os viúvinhas. Enquanto do outro extremo tinha a ala salista fazendo-lhe a corte, mostrando-se mais dócil e disposta a levar seu nome como possível candidato à presidência. Por sua vez, Wenceslau Brás não podia barrar a candidatura de Júlio Bueno Brandão, seu aliado e Presidente de Minas, e a contragosto aceitou sua indicação. A

³⁵⁴ Carta de B. Brandão para W. Brás, 19 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (org.). op. cit. p.295.

³⁵⁵ Ibid. p.295.

contragosto porque não fora sua a ideia e caso a candidatura deslanchasse teria como grande responsável a ala salista.

Mas a aliança delineada entre Júlio Bueno Brandão e Francisco Sales não se concretizou. As duas partes guardavam enorme desconfiança da sinceridade uma da outra.

Júlio Bueno Brandão desconfiava da autenticidade da proposta salista e colocava como condição do acordo a permanência de Sales no Ministério. Sua manutenção indicaria o apoio irrestrito a Bueno Brandão porque não poderia lançar-se candidato, enquanto sua saída o desimpediria de concorrer, indicando que ainda pretendia disputar as eleições e a qualquer momento poderia retirar seu apoio.

Antes de selado o acordo, Júlio Bueno Brandão escreveu em termos claros para Sales, ressaltando que ele deveria permanecer no Ministério. Sua manutenção era primordial para se chegar a um acerto definitivo entre os mineiros. Brandão colocava a aceitação de seu nome pendente à permanência de Francisco Sales no Ministério. Pois a permanência de Sales no Ministério implicaria no seu leal apoio ao Presidente de Minas e sua saída significaria a traição e em torno dessa questão permaneceram suspensas as decisões mineiras.³⁵⁶

Por outro lado, a exigência de Francisco Sales para selar a aliança era de que Júlio Bueno Brandão se desencompatibilizasse com o PRC. Sales afirmava ter obtido o aceite paulista ao nome de Júlio Bueno Brandão e cobrava dele uma postura deliberada e firme, considerando indispensável um comprometimento decidido por parte do Presidente de Estado que não deveria temer o Diretório do Partido Conservador e nem o seu Presidente, Pinheiro Machado.³⁵⁷

A cobrança por comprometimento de ambas as partes (não deixar o Ministério e desencompatibilizar-se com o PRC) indica a atmosfera de desconfiança entre os dois lados, que não fecharam o acordo por temer a traição e a deslealdade da outra parte. Assim conviviam os ardilosos oligarcas.

Como a aliança entre Francisco Sales e Júlio Bueno Brandão não se verificou, a indicação da candidatura do Presidente de Minas também se arrefeceu e as disputas no interior do estado continuaram em torno das facções viuvinha e salistas e o nome de Francisco Sales permanecia em pauta.

As hostes salistas permaneciam tentando convencer Bueno Brandão que o melhor nome era Francisco Sales e o Presidente do Estado deveria levar adiante a indicação salista. A

³⁵⁶ Como a aliança não se verificou Francisco Sales deixou o Ministério em 9 de maio de 1913, antes da decisão da chapa do PRC, medida que desagradou a Bueno Brandão e Wenceslau Brás.

³⁵⁷ Carta de F. Sales para B. Brandão, de 20 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op.cit. p. .266.

carta de Ribeiro Junqueira de 20 de fevereiro beirava a quebra de hierarquia, com o deputado tentando impor-se ao Presidente do Estado de maneira rude. Afirmava que Júlio Bueno Brandão, longe do teatro dos acontecimentos, não entendia bem o que se passava no Rio de Janeiro. A política era feita a golpes de audácia e Júlio Bueno Brandão acovardara-se em Minas.³⁵⁸ Ribeiro Junqueira insinuava que Bueno Brandão não concordara com a indicação de Sales nas eleições porque desejava para si próprio a candidatura. Situação que denunciava o fracionamento da posição mineira quanto à escolha do candidato à Presidência. Fazendo insinuações contra os adversários da candidatura de Francisco Sales, Junqueira alegava que esse era o nome preferido de Minas Gerais e que Bueno Brandão, como representante do estado, deveria manifestar o seu apoio à candidatura salista.

A demora na decisão de qual candidatura Minas Gerais deveria aceitar dividia a bancada estadual. Enquanto Wenceslau Brás aplaudia a intenção de permanecer em acordo com o PRC, Francisco Sales discordava, impingindo Bueno Brandão a enfrentar Pinheiro Machado, forçando uma divisão nas fileiras do Partido.

Por fim, Wenceslau Brás optou em aceitar a Vice Presidência para o estado fechando acordo com Pinheiro Machado e o PRC. A estratégia visava a afastar definitivamente as pretensões salistas. Wenceslau optara em assegurar um cargo menor, a Vice-presidência, a arriscar-se em uma disputa contra o PRC, que em caso de vitória colocaria na Presidência um político mineiro, mas rival de seu grupo. Bueno Brandão acabou por aceitar a decisão de Wenceslau Brás, temendo que a imposição da candidatura de Francisco Sales atraísse contra Minas Gerais todo o PRC. A decisão de não indicar um mineiro para concorrer à Presidência consistiu em uma vitória para o núcleo viuvinha contra a ala salista, desagradando parte da composição que estava em harmonia na Comissão Executiva do Partido desde 1898. Assim, a bancada mineira apresentava-se dividida e, conseqüentemente, enfraquecida.

6.2 Imposição da vontade mineira sobre Pinheiro Machado

No cenário nacional, durante os meses que se seguiram, a candidatura de Pinheiro Machado deslanchava. Mas os políticos mineiros ainda não haviam se manifestado se encampariam a chapa ou não. A reunião do PRM que deliberaria sobre a indicação do nome

³⁵⁸ Carta de R. Junqueira para Brandão, 20 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op.cit. p. 212.

gaúcho fora marcada para o início do mês de maio de 1913. Nesse encontro a posição mineira seria definida. Wenceslau Brás solicitou o adiamento da reunião com a intenção de evitar uma recusa peremptória da fórmula proposta e para que Minas Gerais não arcasse, por si só, com a fúria do senador gaúcho. Júlio Bueno Brandão alegava não ter nada contra a candidatura pinheirista, mas precisava ouvir as demais lideranças do estado para posicionar-se.³⁵⁹ Enquanto a ala salista, que detinha a maioria do PRM, principalmente depois de associar-se a Bias Fortes, queria deliberar o quanto antes a respeito do assunto, a posição dos salistas era pela recusa imediata.

O agendamento da reunião que decidiria a posição de Minas Gerais no pleito presidencial fora marcada para 4 de maio, desagradando desde logo a Wenceslau Brás, que em correspondência a Júlio Bueno Brandão deixou claro seu descontentamento e salientou o risco em submeter-se à pressão salista. O Vice-presidente sugeria muita calma para Julio Bueno e para a Comissão do PRM, para que o país não fosse lançado numa disputa política atroz. Wenceslau Brás considerava que depois de retirada as chances de Francisco Sales concorrer ao pleito, ele transformara-se em um adversário ferido e ainda mais perigoso devido as suas pretensões de vingança.³⁶⁰

Por sua vez, Francisco Sales continuava empenhado em levar um nome mineiro para as urnas e dizia costurar alianças nesse sentido. Apontava Pinheiro Machado como grande adversário, mas com um arranjo costurado com São Paulo seria possível vencer o candidato gaúcho nas urnas.³⁶¹

Interessante notar que às vésperas da reunião do PRM os dois líderes das facções rivais escreveram para Bueno Brandão tentando convencê-lo a tomar as decisões de acordo com suas convicções e pretensões políticas. Wenceslau Brás aconselhava atitudes serenas e calma nas resoluções, aprovando um acordo com o PRC que apaziguaria a relação entre Minas Gerais e Pinheiro Machado. Enquanto Francisco Sales aventava a hipótese de Minas ir para a eleição ao lado de São Paulo contra o PRC, em uma manobra de enfrentamento direto contra o líder gaúcho.

Também na véspera da reunião da Comissão Executiva do PRM, Bueno Brandão encontrou-se com a liderança paulista Sinsinato Braga e deliberaram sobre a impugnação da candidatura de Pinheiro Machado. Medida que deveria ser adotada de forma unânime para

³⁵⁹ Carta de W. Brás para B. Brandão, 21 de fevereiro de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p.292.

³⁶⁰ Carta de W. Brás para B. Brandão, 2 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 299.

³⁶¹ Ibid. p. 270.

que o ônus não recaísse sobre apenas uma das federações.³⁶² Ou seja, antes mesmo da reunião dos líderes do PRM, a decisão já havia sido tomada e foi informada ao emissário de São Paulo que se encontrara anteriormente com Bueno Brandão em Ouro Fino em uma reunião extra-oficial.³⁶³ A rejeição de Minas Gerais a Pinheiro Machado, de acordo com o que decidira Francisco Sales, configurava uma vitória salista sobre Wenceslau Brás.

Em 4 de maio a reunião da Comissão Executiva se realizou, sob a presidência de Bias Fortes, com a presença de Bueno Brandão e demais membros do PRM: senadores Antônio Martins Ferreira da Silva e Francisco Álvaro Bueno de Paiva e deputados Sabino Barroso, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Álvaro A. de Andrade Botelho e secretário, Francisco Bressane de Azevedo.³⁶⁴

Bueno Brandão transmitiu o pedido de apoio de Minas à candidatura do General Pinheiro Machado. A Comissão – representada por todos os seus membros – resolveu, unanimemente, não aceitar essa candidatura, alegando que a mesma não encontrava simpatias na opinião pública mineira. O Governo do Estado se manifestou de inteiro acordo com a decisão da Comissão Executiva do PRM e rejeitou oficialmente a candidatura de Pinheiro Machado.

O PRM, numa manobra audaz, enfrentou o senador Pinheiro Machado, principal político do período, negando-lhe a candidatura trabalhada nos bastidores há algum tempo. A manobra foi bem sucedida porque Bueno Brandão e Francisco Sales sabiam que contavam com maior eleitorado político e com a bancada mais numerosa do país, fundamento suficiente para impor suas pretensões e não se sujeitar à determinação gaúcha.

O impacto da reação mineira sobre a candidatura pinheirista foi enorme, já que a rejeição oficial mineira impossibilitava-a definitivamente. Como o PRM definiu-se pelo veto, a candidatura de Pinheiro estava malograda por absoluta falta de sustentação política.³⁶⁵

A postura dos mineiros acirrou a crise nacional. Pinheiro Machado logo que tomou conhecimento da rejeição mineira retirou seu nome. Em correspondência, Azeredo informou ainda buscar uma solução pacificadora, mas demonstrava que o posicionamento do PRM causara muitas mágoas entre os políticos do Catete. Mágoas que seriam transformadas em arma no jogo político. Azeredo deixava claro que depois da negativa mineira o próximo

³⁶² Carta de Sinsinato Braga para B. Brandão, 3 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p.42.

³⁶³ O “Pacto de Ouro Fino”, encontro extra-oficial de Cincinato Braga e Bueno Brandão no interior de Minas Gerais é bastante conhecido. No entanto, algumas interpretações conferiam ao episódio uma importância desmedida. Sobre o tema Cf. VISCARDI, C.M.R. op.cit. p. 240-243.

³⁶⁴ CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p.40.

³⁶⁵ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p.237.

movimento no tabuleiro político deveria ser de Pinheiro Machado e do PRC, afinal, Minas Gerais estava em “dívida” devido à negativa rompante. O senador ainda queixou-se de a decisão do PRM ser imediatamente transmitida à imprensa, uma maneira descortês e intolerante. Retirado o nome de Pinheiro Machado, era necessário buscar uma fórmula pacificadora e uma solução conciliatória.³⁶⁶

A maior dificuldade com a negativa mineira foi a imediata vinculação da decisão na imprensa. Tornando pública sua posição, os mineiros impossibilitaram qualquer tipo de acordo, além de desgastar os políticos envolvidos. O próprio Wenceslau Brás mostrou-se insatisfeito com o resultado da reunião e principalmente com o procedimento da cúpula do PRM. Considerava que depois de tomada a resolução deveria ter sido comunicada ao Marechal Hermes ou a Pinheiro Machado e não ter permitido o “estardalhaço havido”. Wenceslau considerava que a decisão da ala salista fora tomada por revanchismo e recomendava a Júlio Bueno Brandão mais prudência em suas decisões políticas. Desgostoso, afirmava estar “velho e cansado para ser arrastado por novos e sôfregos membros de Comissão que queriam resolver os mais graves problemas à feição de paixões políticas”.³⁶⁷

Assim que teve sua candidatura recusada pelo PRM, Pinheiro Machado retirou seu nome e ainda deixou a Presidência do PRC. Ao informar a desistência de sua candidatura, alegou querer evitar “agitações” no país. E propôs, como nome capaz de evitar a luta e fazer a conciliação, a candidatura de Campos Sales. A indicação do ex-presidente, como único capaz de fazer a conciliação, também era uma resposta aos mineiros, para negar-lhes vitória absoluta.

A indicação de Campos Sales dividiria mais uma vez Minas Gerais. A facção de Wenceslau Brás aceitou imediatamente a indicação, enquanto os salistas se mostravam contrários à mesma, pretendiam ainda a presidência para Minas e, para tanto, já contavam com o apoio dos estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O intento salista era forçar outra disputa acirrada nas urnas.

Os salistas alegavam que uma coligação entre Minas Gerais e aqueles estados tornava possível a vitória contra o PRC e Ribeiro Junqueira conclamou Bueno Brandão para o enfrentamento decisivo³⁶⁸. Outro salista, Francisco Bressane, assumira o mesmo tom incendiário, lançando Minas Gerais e Bueno Brandão à batalha eleitoral contra o PRC e Pinheiro Machado. Bressane estava empolgado a ponto de sugerir a fundação de um jornal

³⁶⁶ Carta de A. Azeredo para Bueno Brandão, 18 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 166.

³⁶⁷ Carta de W. Brás para B. Brandão, 9 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 300.

³⁶⁸ Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 10 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 220.

que faria a campanha dos estados coligados, Bressane também enumerava uma miríade de prováveis aliados e desconfiava da candidatura de Campos Sales devido ao conhecido estado debilitado de saúde do ex-presidente e considerava que construir uma aliança nacional tendo como base o seu nome era demasiadamente arriscado.³⁶⁹

Francisco Sales também enviou um último apelo para que Bueno Brandão o acompanhasse na batalha eleitoral que se aproximava. O posicionamento do Presidente do Estado era determinante para o sucesso de seu plano. Sales insinuava que o responsável pela indecisão, e conseqüente enfraquecimento mineiro, era Wenceslau Brás, mas Bueno não deveria temer, pois já se encontrava sedimentado um amplo apoio no cenário nacional, com a adesão de muitos estados.³⁷⁰

Mas Bueno Brandão não aderiu ao plano salista, depois de confabular com Wenceslau Brás decidiu seguir os conselhos do seu antigo aliado e não aderiu à batalha nacional pretendida por Sales, tanto que encampou a eleição Campos Sales, em detrimento dos planos da ala salista.

Diante das conseqüências da política salista, instigando a todo o momento o enfrentamento contra o PRC, Wenceslau Brás estabeleceu que Bueno Brandão colocasse ponto final à confusão e intrigas que envolviam o estado. Era fundamental que Minas Gerais, levando consigo os demais estados coligados, aceitasse a candidatura de Campos Sales e colocasse fim ao risco de um pleito acirrado que colocaria em xeque o regime e a ordem nacional.³⁷¹

Por intermédio de Ribeiro Junqueira chegou às mãos de Bueno Brandão uma última tentativa salista de seduzi-lo. A proposta apresentada colocava o Presidente de Minas em uma chapa formada por Minas e São Paulo, com a adesão da Bahia. A chapa era composta por Bueno-Enéas, com aquiescência de Mário Hermes.³⁷² Mas a proposta salista não seduzira Bueno Brandão e diante da forte oposição e descontentamento que o PRM enfrentava no âmbito nacional, o presidente de Minas decidiu seguir o conselho de Wenceslau Brás e apaziguar as relações do estado com Pinheiro Machado. Brandão aceitou a indicação de

³⁶⁹ Carta de F. Bressane para B. Brandão, 11 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 245.

³⁷⁰ Carta de F. Sales para B. Brandão, 15 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 271. Bressane tivera destacada participação na fundação do PRM trabalhando como soldado do silvianismo, mas com a morte de Silviano Brandão se aproximou de Francisco Sales e foi indicado por este à Prefeitura de Belo Horizonte. Ao retornar ao PRM, trabalhou junto da maioria salista que ocupava a Comissão Executiva do Partido.

³⁷¹ Carta de W. Brás para B. Brandão, 17 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 303.

³⁷² Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 22 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 224.

Campos Sales, mantendo a intenção de fazer apenas a Vice-Presidência. Tomada a decisão, escreveu aos representantes mineiros no Rio de Janeiro que trabalhassem por esse acordo.³⁷³

Em extensa carta Júlio Bueno Brandão expôs os motivos para Minas Gerais aceitar a candidatura de Campos Sales. Seu principal argumento era o apaziguamento político e o fim do ambiente de guerra que se formara na República e particularmente em Minas Gerais. Em sua argumentação, o Presidente de Minas destacou alguns aspectos: O primeiro aspecto dizia respeito a permanecer apoiando o governo de Hermes da Fonseca, não fazendo oposição a esse. Depois enfatizava o fato de Minas Gerais ser responsável pela adesão dos outros estados, que aumentava sua responsabilidade. Não aceitar a candidatura de Campos Sales levaria ao rompimento com o governo federal e com PRC, passo que Bueno Brandão não estava disposto a dar.³⁷⁴

Bueno Brandão retirou seu nome da disputa eleitoral e como último argumento pró Campos Sales reforçou que o maior intento do PRM e dos estados coligados já havia sido alcançado, com a retirada da candidatura de Pinheiro Machado, lembrando que essa fora uma demanda salista que o governo mineiro encampou e ajudou a acontecer. Deveria agora trabalhar pelo apaziguamento, aceitando a candidatura de conciliação proposta por São Paulo, manifestou ser esse o seu desejo e que os deputados mineiros deveria levá-lo aos estados aliados.³⁷⁵

Com esse posicionamento Bueno Brandão impôs a candidatura de Campos Sales à facção salista, argumentando em favor da coesão interna do estado. Em reunião o grupo salista acatou a candidatura de Campos Sales como Bueno Brandão indicara, mas informou que eles já examinavam qual seria a melhor fórmula para apresentar o futuro Vice-Presidente da República. As posições mineiras permaneceriam em desalinho.³⁷⁶

Durante o mês de junho inúmeras articulações políticas foram sendo travadas com vistas à escolha do companheiro de chapa de Campos Sales. O nome de Wenceslau Brás foi posto como aspirante à Vice-presidência. Mas encontrou resistências. A primeira rejeição partiu de Nilo Peçanha e foi secundada pelo próprio Campos Sales. Muito embora o nome contasse com o aval dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; internamente a ala salista era contrária a sua indicação.

³⁷³ Carta de B. Brandão para S. Barroso, 20 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 202.

³⁷⁴ Carta de B. Brandão para R. Junqueira, 27 de maio de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 191.

³⁷⁵ Ibid. p. 191.

³⁷⁶ Ibid. p. 247.

Rodrigues Alves deu início à nova rodada de negociações. O Presidente paulista aventou os nomes de Bueno Brandão e Lauro Muler, tendo os salistas se manifestado favoráveis ao primeiro.³⁷⁷

A disputa interna mineira reacendeu pela Vice-presidência da República. Os salistas insistiam em indicar Bueno Brandão para fazer oposição a Pinheiro Machado, que era contrário ao nome do Presidente mineiro. Os salistas insistiam em Brandão na esperança de uma fagulha reacender o confronto político e levar a uma batalha de renegociação da Presidência da República. Enquanto Wenceslau Brás ambicionava para si próprio a permanência no cargo de Vice-presidente de onde trabalharia como elemento conciliador entre Minas e o PRC.

Em correspondência enviada para Bueno Brandão, Francisco Sales desacreditava os demais nomes mineiros, procurando desgastar desde logo o nome de Wenceslau Brás:

O Rodrigues Alves após a nossa conferência insistiu junto ao Azevedo pela aceitação de seu nome, tendo feito o mesmo o dr. Campos Sales, e ficaram de me comunicar o resultado da insistência.

Com seu nome, São Paulo está disposto a ir para adiante, aceitando a convenção como meio de resolver a crise na impossibilidade de acordo. O Azeredo comunicou ao Rodrigues Alves, antes de minha chegada, a recusa do Lauro por parte da Coligação e lembrou os nomes do Wenceslau e Sabino, mas não só o Presidente de São Paulo não recebeu com muita simpatia essa lembrança como concordou comigo que, tendo sido primeiramente lembrado o nome do Presidente de Minas, nenhum outro de Minas poderia ser aceito e nem aceitava candidatura.

A impressão que trouxe de São Paulo é que R. Alves nos acompanha desde que seja mantida a sua candidatura.³⁷⁸

Diante da oposição ao seu nome, Wenceslau Brás escreveu a Bueno Brandão exigindo que o Presidente do Estado tomasse uma posição definitiva, uma vez que os salistas utilizavam o nome de Júlio Bueno Brandão sem o seu aval para combater e desgastar o próprio Wenceslau Brás. E se comungavam que o melhor para o estado era a continuação de Wenceslau Brás na Vice-presidência da República, Bueno Brandão deveria manifestar-se. O Presidente de Minas tinha de fazer conhecida e respeitada a sua vontade e impô-la aos aliados, que insistiam em desobedecer a suas ordens, o que estava comprometendo a posição do estado na disputa nacional. Wenceslau utilizou os termos mais claros possíveis para demonstrar seu descontentamento com Francisco Sales e seus sequazes. Invocou a atenção de Bueno Brandão para as estratégias desses políticos matreiros. Essa correspondência foi decisiva para o apoio de Bueno Brandão a Wenceslau Brás e para definir os destinos de Minas. Mostrava que não

³⁷⁷ Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 5 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 231.

³⁷⁸ Carta de F. Sales para B. Brandão, 7 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 272.

era interessante para Minas desentender-se com São Paulo e manter-se como aliado apenas de estados de menor peso político. Por último, questionava a lealdade dos salistas, enquanto ele, Wenceslau, era seu mais antigo e verdadeiro aliado e amigo desde os tempos do silvianismo, que Minas não deveria lutar, e sim buscar a coesão, um apelo final em nome da memória da antiga liderança sul-mineira e seu primo, Silviano Brandão:

Júlio, em toda essa história de candidaturas há uma causa que ainda não viste bem, não obstante ter eu por várias vezes chamado tua atenção e prevenido teu espírito: é a ambição exagerada e depois o despeito, os ódios de Pedro (Sales) e do seu sequaz mor – Bonifácio (Junqueira). Foram muito amigos meus enquanto estive eu no Governo do Estado; hoje, são muito amigos teus, como amanhã sê-lo-ão do Delfim (Moreira), esquecendo-se de ti, como se esqueceram de mim. Esta é a verdade. Não são nossos amigos. O passado deles é um atestado eloquentíssimo. O futuro sê-lo-á também. Essa gente é que tem comprometido a situação. E parece a todo mundo que você dá ordens a que eles não atendem, sujeitando-se, afinal, o Presidente do Estado ao que eles querem. (...) Com esses boatos eles ficam satisfeitos e cheios de prestígio. (...)

Quanto a mim, comprometi-me comigo mesmo a não romper com o Marechal. Temos grandes responsabilidades neste período presidencial. Romper é piorar a situação. (...)

Dir-te-ei: todas as dificuldades atuais provêm dos Bonifácios (Junqueira), que tudo empenharam pela candidatura de Pedro (Sales), cujo fracasso se transformou em um ódio imenso contra o Pinheiro, contra mim, contra alguns nomes mineiros e até contra Júlio Bueno Brandão, a quem alguns na intimidade qualificam de traidor!... Esta é a verdade. (...)

Estamos em uma situação delicadíssima. Estamos mesmo jogando os grandes interesses do estado e também nosso esforço partidário empenhado de há muito e contrariado muitas vezes por companheiros que nos deixam mal quanto ao governo...

Esse passado não deve ser esquecido por nós. Não pretendo que rompas com *esses amigos dos tempos bons*, mas quero que não lhes dê a direção geral especialmente em um momento, como este, em questão em verdadeiro conflito as más paixões e os interesses gerais do País.³⁷⁹

A intervenção de Wenceslau Brás foi decisiva nas atitudes tomadas pelo Presidente do Estado a partir de então. Convencido a levar o nome de Wenceslau Brás a Vice-presidência, Bueno Brandão escreveu aos estados aliados e, apesar da oposição salista tentado tumultuar o processo, a escolha do nome mineiro foi rapidamente encampada e incorporada à chapa oficial.³⁸⁰

Coube a Francisco Sales sujeitar-se em telegrama lacônico³⁸¹. Mas, em carta que remeteu posteriormente, expôs seus sentimentos, afirmando submeter-se à decisão de Bueno

³⁷⁹ Carta de W. Brás para B. Brandão, 19 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 309.

³⁸⁰ Carta de R. para B. Brandão, 15 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 173.

³⁸¹ Carta de F. Sales para B. Brandão, 16 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 273.

Brandão sem questioná-la, mas deixava claro que não concordava com a opção adotada, dizendo que o estado de Minas seria cobrado por essa atitude.³⁸²

Enfim, depois de meses de intensa negociação, a chapa que concorreria à Presidência e Vice-presidência pelo PRC estava composta e levava o paulista Campos Sales e o mineiro Wenceslau Brás, uma chapa de conciliação coligando a grande maioria dos estados, mas desagradando internamente à facção salista. No entanto, de forma surpreendente, Campos Sales desistiria de concorrer e dias depois foi anunciado o óbito do ex-presidente. As negociações em torno do pleito regrediram à estaca zero.

6.3 A indicação de Wenceslau Brás à Presidência da República

Com a morte de Campos Sales, as articulações políticas voltaram ao seu princípio, com a agravante de faltar um espaço menor de tempo para se acomodarem e, por esse motivo, os acertos deveriam obedecer a uma marcha mais acelerada. Uma nova chapa de reação foi apresentada pelo Partido Liberal, composta por Rui Barbosa e Alfredo Ellis, lançada em julho de 1913. Os antigos civilistas de São Paulo empolgaram-se com a retomada da candidatura de Rui e pressionaram para que o situacionismo paulista a ela aderisse. A chapa também contava com o total apoio da situação baiana. Uma nova disputa eleitoral acirrada assombrava a elite republicana, caso novo acordo não fosse selado.³⁸³

O PRC buscava um candidato que pudesse substituir Campos Sales em sua chapa e o primeiro nome aventado foi o do também paulista Rodrigues Alves. No entanto, esse logo rejeitou sua candidatura. Por detrás da indicação de Alves estava a intenção de manter as alianças estaduais construídas anteriormente, trocando apenas o nome do candidato. Essa medida era interessante porque não trazia o risco de maiores conflitos, mas com a recusa do presidente de São Paulo o estado não oferecia nenhum outro nome capaz de fazer a conciliação e novas chapas deveriam ser formadas reiniciando-se o período de negociações e disputas.

Bias Fortes foi o primeiro mineiro a se manifestar sobre a indicação de um nome que substituiria o de Campos Sales, temendo o crescimento da candidatura de Rui Barbosa e as

³⁸² Carta de F. Sales para B. Brandão, 14 de junho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 274.

³⁸³ VISCARDI, C.M.R. op.cit. p. 243.

consequências políticas que a sua vitória poderia trazer para Minas Gerais, Bias Fortes aventou o nome de Wenceslau Brás para a Presidência da República.³⁸⁴

Bueno Paiva³⁸⁵ escreveu a Bueno Brandão destacando a nova temporada de negociações. O senador estava ansioso em mostrar para Júlio Bueno Brandão que a vaga para Presidente da República estava de novo em aberto e era provável que o próximo nome indicado fosse o de um mineiro. Cabia ao Presidente do Estado tomar as devidas providências.

Com efeito, depois da morte de Campos Sales e recusa de Rodrigues Alves, Júlio Bueno Brandão começou a trabalhar pela indicação de um nome mineiro. Conclamou as lideranças do PRM a trabalharem com intensidade pela candidatura de Wenceslau Brás e também escreveu aos presidentes dos estados aliados pedindo apoio a esse nome. O Presidente do Estado mostrou-se decidido e não seria por falta de ação que o nome de Wenceslau seria rejeitado. O maior problema foi a recusa imediata de Pinheiro Machado, barrando a iniciativa mineira, mas essa não esmoreceu e depois de reuniões e conchavos teve seu pedido atendido numa eleição de conciliação. O que se viu foi um enxame de políticos mineiros insistindo com o senador gaúcho pelo seu parecer favorável ao nome de Wenceslau Brás. Procuraram o líder do PRC, o senador Bueno Paiva, os deputados Sabino Barroso e Ribeiro Junqueira e o secretário do PRM, Francisco Bressane. Com análise das cartas fica claro que todos os membros do PRM que estiveram com Pinheiro Machado pedindo apoio ao nome de Wenceslau Brás só o fizeram porque haviam recebido o estímulo de Bueno Brandão e o fizeram cumprindo ordem expressa do Presidente de Minas.

A ala salista não estava contente com a indicação de Wenceslau Brás. Ribeiro Junqueira colocou inúmeros empecilhos para a referida indicação, tentando desfazer-se logo do encargo delegado a ele por Bueno Brandão. Utilizou como argumento o intento de “proteger” o nome do amigo Wenceslau, mesma estratégia que Bueno Brandão utilizara para livrar-se da candidatura salista no início das negociações. Também colocava a probabilidade de coexistirem três candidaturas: a mineira, a do PRC e a do civilismo. A consequência seria a vitória do PRC, pois o civilismo abriria brechas nas fileiras mineiras.³⁸⁶

³⁸⁴ Carta de Bias Fortes para B. Brandão, 6 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.). op. cit. p. 260.

³⁸⁵ Francisco Álvaro Bueno de Paiva, nascido no Sul de Minas, na comarca de Caldas, em 1861, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1883) foi eleito Deputado à Assembleia Geral Constituinte por Minas Gerais (1890) e assinou a primeira Constituição Republicana. Mais tarde foi eleito deputado estadual (1898) e Federal (1899-1911), tornou-se líder da bancada mineira eleito sucessivamente Senador (1911-1923). Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / Prefeitos de Belo Horizonte. 1897-1997.

³⁸⁶ Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 6 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 232.

Ribeiro Junqueira não só recusava a indicação de Wenceslau Brás, como propunha um acordo com os civilistas mineiros. No entanto, nova virada política deu grande impulso à candidatura de Wenceslau Brás. O senador Pinheiro Machado, até então irredutível, em reunião com Hermes da Fonseca, decidiu aceitar o nome mineiro. Embora Pinheiro e Wenceslau mantivessem boas relações, as mesmas estavam estremecidas desde que o PRM rejeitara a candidatura do líder gaúcho.

A aceitação do nome de Wenceslau Brás por Pinheiro Machado teve a participação de um personagem conveniente, o deputado Mário Hermes, sobrinho do Presidente da República. O político foi assediado pelos mineiros, vendo nele uma possibilidade de chegar ao Marechal sem passar pela barreira do pinheirismo. A negociação foi bem sucedida por esse intermédio, a estratégia funcionou porque conseguiu driblar a recusa peremptória de Pinheiro Machado e convencer primeiro o Marechal Hermes e esse, por sua vez, entendeu-se com o senador gaúcho. A manobra atingiu o resultado esperado e Pinheiro Machado ratificou a candidatura de Wenceslau Brás.

Vendo o crescimento ameaçador da chapa encabeçada por Rui Barbosa, o líder do PRC reconsiderou seu posicionamento e concedeu seu apoio ao nome de Wenceslau Brás. Aos poucos, o nome do mineiro se consolidava e obtinha apoio de importantes estados, a exemplo de Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia. Os salistas mineiros, muito embora insatisfeitos com a solução, não tinham como recusar o nome de Wenceslau, indicado pelo próprio Presidente do Estado. Depois que Pinheiro Machado manifestou sua concordância os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e uma ala paulista também aderiram à candidatura de Wenceslau Brás.³⁸⁷

Na disputa entre salistas e viuvinhas, embora os primeiros mantivessem a maioria no PRM, a vitória dos viuvinhas foi garantida pelo empenho do Presidente do Estado, que impeliu todos a trabalharem pelo nome mineiro.

Concomitante aos trabalhos do PRM, Júlio Bueno Brandão também escreveu aos presidentes de estados aliados pedindo apoio à candidatura de Wenceslau Brás. Quase todos se manifestaram positivamente, como Francisco Chaves Botelho (RJ) e Dantas Barreto (PE). Entre aqueles que aceitaram o acordo, o principal aliado era São Paulo, que manifestara seu apoio por mensagem telegráfica de Rodrigues Alves.³⁸⁸

³⁸⁷ Parte significativa da elite paulista aderiu ao nome mineiro, enquanto outra facção mantivera o apoio a Rui Barbosa. A decisão favorável de Wenceslau contra Rui se deu por apenas um voto de diferença na comissão executiva do PRP. Atestando que a decisão deixava sequelas na unidade interna paulista. Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 9 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 235.

³⁸⁸ Carta de R. Alves para B. Brandão, 12 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 173.

O único Presidente de Estado a manifestar-se contrário à candidatura de Wenceslau Brás por correspondência foi J.J. Seabra, da Bahia. Em seu telegrama ele expôs os motivos de sua recusa por já estar combinado com Rui Barbosa.³⁸⁹

Embora a Bahia não fosse considerada um grande estado, de acordo com a organização política vigente na Primeira República, sua oposição indicava uma disputa eleitoral não desejada pelos políticos mineiros. Ainda mais com o apoio de parte da bancada paulista. Era certo que Wenceslau Brás teria um adversário nas urnas.

De fato, o nome de Rui Barbosa crescia, tanto Junqueira quanto Paiva já haviam escrito para Bueno Brandão nesse sentido. Junqueira era o mais pessimista e não estava convencido da candidatura Wenceslau Brás. Colocava como negativo para o político mineiro o fato de ter pertencido às hostes pinheiristas e argumentava que Minas Gerais não deveria encabeçar uma guerra eleitoral contra Rui Barbosa.³⁹⁰

Curiosa situação porque a ala salista, tantas vezes disposta a encampar um enfrentamento nas urnas, agora se mostrava desencorajada, temendo os métodos de Pinheiro Machado. Junqueira também alegava que Minas não deveria abandonar seus aliados de outros estados, pois teria uma dívida de lealdade. A mudança de disposição justifica-se pelo candidato que não era mais o seu líder Francisco Sales. No âmbito interno, os salistas tiveram a oportunidade de fazer uma candidatura de combate, como tanto desejaram, mas o candidato não lhes agradava. Tiveram de terçar armas por seu maior rival no estado, Wenceslau Brás.

Insatisfeito, Francisco Sales manifestou-se apenas depois de definida a indicação do nome de Wenceslau Brás, enviando tímida congratulação em um mortício telegrama. O descontentamento salista implicava no seu rompimento com as demais lideranças do estado, culminando, um pouco mais tarde, no final da *hegemonia Sul-Mineira*.

O núcleo silvianista permaneceu unido, embora perdesse parte importante de sua sustentação, o salismo e o biismo, depois de longa aliança, de quase vinte anos. Mas a crise interna não apagava o êxito no âmbito nacional e Bueno Brandão recebeu diversas manifestações parabenizando-o por ter conduzido o acordo da vitoriosa chapa. Com efeito, a escolha de Wenceslau Brás foi bem sucedida no plano nacional. Pinheiro Machado apressou-se em indicar o vice. O nome era de Ubaldo dos Santos (MA), membro cativo do PRC, como uma demonstração de que a chapa era de conciliação.

Mas, em Minas, a indicação de Wenceslau implicou em vencedores e vencidos. O grupo liderado por Francisco Sales amargou dura derrota e Minas iniciaria a gestão

³⁸⁹ Carta de J.J. Seabra para B. Brandão, 13 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p.173.

³⁹⁰ Carta de R. Junqueira para B. Brandão, 9 de julho de 1913. CASASANTA, G. (Org.) op. cit. p. 235.

presidencial desunida. A eleição de Wenceslau Brás causou as primeiras fissuras na propagada coesão estadual. O senador Francisco Sales e a liderança Bias Fortes afastaram-se definitivamente do grupo situacionista, capitaneado por Wenceslau Brás e Júlio Bueno Brandão, levando junto com eles suas hostes decisivas na Câmara Federal e na Comissão Executiva do PRM. Este racha levaria ao fim a *Hegemonia Sul-Mineira* no próximo pleito, em 1918. O ano marca a ascensão de um novo grupo sediado na Zona da Mata, liderado por Arthur Bernardes. Esse grupo permaneceria à frente da federação e dos principais cargos políticos até 1930, bem como da Comissão Executiva do PRM, depois do fracionamento da bancada sul-mineira.

Por último, observamos que os viuvinhas descartaram a ala de Francisco Sales, peça importante na manutenção da *Hegemonia Sul-Mineira*, para obter a Presidência da República e maior prestígio nacional. Medida que os levou à ruína, porque a aliança que sustentava a hegemonia se desfez definitivamente, colocando fim a um domínio que comandou Minas Gerais por quase vinte anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem do século XIX para o XX, a imberbe República brasileira corria perigo. Durante a tumultuada e incerta conjuntura política e social, o regime esteve ameaçado. Acontecimentos como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e os diversos movimentos sociais urbanos e rurais (jacobinismo, movimentos restauradores e conflito de Canudos) conferiam ao regime grave instabilidade.

Diante desse quadro, a elite civil lançou mão de uma série de mecanismos e estratégias para organizar o novo regime e através de um intrincado projeto conseguiu garantir o seu predomínio oligárquico e estabilizar a República. Os oligarcas de cada uma das regiões do país, enquanto agentes históricos diante de um contexto tumultuado e ameaçador às suas pretensões, optaram pela construção de um Estado atado politicamente ao seu controle e coerção.

No âmbito regional, cada coronel ou mandão assumia funções que iam muito além das conferidas a qualquer líder político. Tornavam-se donos dos meios de representação e dominavam as estâncias de poder, gerindo-as da maneira que melhor lhes parecesse, sempre com o fim de permanecer no comando e excluir a menor possibilidade de transformação política ou social.

Mesmo os republicanos históricos, que fizeram a propaganda por quase vinte anos, quando foi instaurado o novo regime, não tiveram grandes chances de participação caso não se arranjassem com os coronéis donos de votos. Os mais inflexíveis, depois de derrotados nas eleições locais e degolados nas disputas estaduais e federais, pouco puderam fazer, além de denunciarem na imprensa os graves vícios da República brasileira.

Mesmo assim disputas acirradas eram travadas no interior do país entre oligarquias opostas, como o movimento separatista ou a eleição pela Agência Executiva de Campanha em 1900. Esses enfrentamentos eram extremamente acirrados, uma vez que durante o federalismo era o domínio do eleitorado local que garantia aos coronéis as posições mais altas na hierarquia estadual e possibilitava acordos mais vantajosos. O *quantum* de voto que cada mandão possuía, ou o tamanho do seu “curral eleitoral”, definia a dimensão do poder e a extensão da influência do coronel.

No âmbito federal o cenário era igualmente favorável, pois a Política dos Governadores e a Guilhotina Montenegro garantiam a permanência da situação no Poder Executivo e a docilidade do Poder Legislativo, esvaziando as disputas políticas.

Nesse cenário, virtualmente proprietário do governo e do estado, Silviano Brandão estabeleceu uma série de mecanismos que garantiu a perpetuação de seu grupo de aliados no poder, bem arranjados numa estrutura solidamente arquitetada dentro do PRM e na organização do Estado. Depois de assegurado o poder hegemônico dentro de Minas Gerais, foi possível às lideranças da região sul-mineira alçar voos em direção ao poder nacional, além de fazer uma série de ministros e presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, chegaram a Presidência da República com a eleição de Wenceslau Brás. Prova incontestada do poderio e da organização dos políticos locais.

Em que pese ao sucesso obtido com as estratégias de dominação e perpetuação no poder, não perdemos de vista as disputas entre facções opostas. Os arranjos e reposicionamentos no tabuleiro político permaneceram ocorrendo apesar do domínio oligárquico incontestado. Num exemplo, Américo Werneck, liderança dos republicanos históricos e convicto separatista, pendulou para o lado de Silviano Brandão, quando esse atingiu o cume do poder estadual. Assumindo nova posição, Werneck enfrentou seus antigos aliados garantindo, de forma fraudulenta, uma abundante soma de votos para os candidatos preferidos do silvianismo nas eleições organizadas no interior do estado. A medida sufocou a oposição e garantiu a permanência somente daqueles políticos alinhados com a situação estadual.

Bem colocado dentro do governo estadual, escolhido por duas vezes Secretário do governo, Werneck obteve a concessão da estância balneária de Águas Virtuosas num contrato absolutamente favorável. Nesse episódio confundiram-se, flagrantemente, o bem público e o bem privado, com o arrendatário obtendo toda ordem de benesses por parte do Estado. Contudo, o contrato foi anulado prematuramente.

Enfim, com a análise da política sul-mineira durante a Primeira República evidenciamos os vícios do regime e as estratégias dos coronéis locais para chegar ao poder e permanecer no mesmo. Uma miríade de mecanismos possibilitava a posse do Estado e o estrangulamento de rivais. O federalismo republicano possibilitou que do interior dos estados, obscuros coronéis ditassem o ritmo do regime e comandassem o país.

Fontes

I-) Periódicos:

- Acervo do Museu Regional do Sul de Minas, em Campanha:

- *A Campanha*;
- *A Gazeta Sul-Mineira (1ª fase)*;
- *A Peleja*;
- *O Minas do Sul*;

- Coleção de Microfilmes da Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ:

- *Águas Virtuosas*

- Coleção de Periódicos do Arquivo Público Mineiro – SIA APM:

- *A Gazeta de Ouro Fino*;
- *A Gazeta Sul-Mineira (2ª fase)*;
- *A Revolução*;
- *A Verdade*
- *Livro do Povo*
- *O Colombo*;
- *Valle Sapucaí*.

II-) Relatórios (disponíveis no endereço eletrônico: uchicago.edu):

- Relatório de Presidente do Estado de Minas Gerais, de 1870 a 1930;
- Relatórios de Presidente da República, de 1892 e 1914.

III-) Documentos compilados e impressos

- CASASANTA, Guerino (Org.). **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1958.
- BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa**: Questão Minas X Werneck. v. XLV. t. V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

IV-) Literatura Ficcional

- JARDIM, D. Conceição. **Uma vilegiatura em Lambari**: expressões da vida e de algumas vidas de 1943. Rio de Janeiro: Henrique Velho, 1943.
- ASSIS. Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

V-) Sites consultados:

- www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23198&sid=387
- www.conectcompocos.com.br/adismig/mapageral
- www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/
- www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php
- www.uchicago.edu

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul- Riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina**. Tese de Doutorado. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS. 1998.

ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ANDRADE. Marisa Guerra de; HANRIOT, Renata Notas sobre "O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)". In.: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.2, maio/ago. 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis, João Pinheiro e sua liderança em Minas. In.: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 5, n.2, maio/ago. 1990.

BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

BELLO, J. M. **História da República** – Primeiro Período: 1889-1902. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à república: história do partido republicano do Brasil (1870-1900)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1954.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica**. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

BULSF, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In.: **Politéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista. v. 5, n.1. p 47-67, 2005.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto. 1988.

CARONE, E. **A república velha: II Evolução política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1983.

CARROZZO, João. **Lambari: outrora Cidade de Águas Virtuosas da Campanha**. Bragança Paulista: Faculdades Franciscanas, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 2001.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009.

_____. **A formação da alma**: o imaginário da república no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras. 2009.

_____. **Pontos e bordados**: escrito de história e política. Belo Horizonte: UFMG. 2005.

CASTILHO, F.F.A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão de obra no Sul de Minas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

_____. Literatura enquanto fonte histórica: Esaú e Jacó. In.: **Anais da VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei**. UFSJ. 2006.

CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6.ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v.2, t. 2.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. “Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Mariana, v. 6, ano 3, n.2. p. 69, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

CHARLIE, Chistophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectiva. In.: HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, p. 41-54, 2006.

COSTA, J. C. **Pequena História da República**. São Paulo: Brasiliense. 1986.

DOIN, José Evaldo et alli. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852- 1930) – a proposta do CEMUMC. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 563, p. 91-122, 2007.

DOSSE, F. **A História em Migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

FAQUIN, G. Stroppa. **Políticos da nova raça**: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova Velha História: o retorno da história política. **FGV/CEPEDOC** Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1998.

FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (Org.) **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED, 1982.

FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso In.: FERREIRA, J. ; DELGADO, L.N. (Orgs.), **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. São Paulo: José Olympio. 1955.

FREIRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Nacional, 1979.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GRILO, A. T. **Tocaia no Fórum**: violência e modernidade. Tese de doutorado. Franca: UNESP, 2009.

GUIMARÃES, B.M. Minas Gerais: a construção da nova ordem e da nova capital. In.: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte. v. 8, n. 2/3, maio/dez. 1993.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**: Do Império à República. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. v. 7, t. 2. HORIZONTE, ano 1, n.2, maio/ago. 1986.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.2, maio/ago. 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História, política e ensino. In.: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto. 1998.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha**: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2007.

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In.: HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Unicamp, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Vasco de C. **A Estrada de Ferro Sul de Minas.** 1884-1932. São Paulo: Copas. 1934.

LOVE, J. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: UNESP, 1999.

MARTINS, Marcos Lobato. Regionalidade e História: reflexões sobre regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In.: **Revista Caminhos da História**, Montes Claros, v. 15, n.1. 2009.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILEO, José Nicolao. **Subsídios para a História de Lambari.** s.d.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novos problemas.** Tradução de Theó Santiago. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

OLIVEIRA, Cecília Helena S.; PRADO, Maria Ligia C.; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A história na política e a política na história.** São Paulo: Alameda. 2006.

OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, Mônica R. Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809- 1870. **IX Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar, 2000.

_____. Formação de núcleos agro-exportadores cafeeiros: os modelos paulista, fluminense e mineiro. In: **IV Congresso de História da Economia e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas**. São Paulo: ABPHE, 2001.

PALHA, Cássia Louro. **Mídia e participação política**: a pedagogia da desmobilização popular. Niterói. Dissertação de mestrado, UFF. 2000.

PERISSINOTO. Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.

PIMENTA, Dermeval José; ELEUTÉRIO, Arysburê Batista; CARAMURU, Hugo. **As Ferrovias em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos**: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006. v.8, t.3.

QUEIROZ, S. R. R. **Os radicais da República**. Jacobinismo: ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REMOND, Renè. Por que a História Política? In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n. 13, p. 7-19, jan./jun. 1994.

RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L.N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo**. Campinas: Unicamp, 1991.

SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, Francislei Lima. Das influências estéticas à idealização da “Europa Brasileira”: o desenho urbano e os melhoramentos da cidade de Lambari no início do século XX. In.: **XV Encontro Regional de História**. São João Del Rei: Seção e Minas Gerais da Anpuh, 2006.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED, 1982.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, Campinas: Unicamp, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n.21, set/dez. 2002.

VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus: Revista de História**, Juíza de Fora, v 3, n. 1, 1997.

_____. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contesto da Primeira República. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99, 1999.

_____. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

_____. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

_____. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.